



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA
BAHIA**
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO

www.ufrb.edu.br/educampo



**A COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA E O TRABALHO AGROECOLÓGICO
COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO**

Andre da Silva Araujo

Amargosa-BA
2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA
BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO**

**A COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA E O TRABALHO AGROECOLÓGICO
COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO**

Andre da Silva Araujo

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em Educação no Mestrado
Profissional em Educação do Campo na
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientadora: Dr^a. Silvana Lúcia da Silva Lima

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

A663c

Araújo, André da Silva.

A Comuna da Terra Irmã Alberta e o trabalho agroecológico como princípio educativo. / André da Silva Araújo. – Amargosa, BA, 2023.
117 fls.; il. color.

Orientadora: Prof. Dr. Silvana Lúcia da Silva Lima.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) –
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA.
2023.

Bibliografia: fls. 115 - 116.

Inclui Apêndice

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Agroecologia. I. Lima, Silvana Lúcia da Silva. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

A COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA E O TRABALHO AGROECOLÓGICO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação-Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(UFRB), centro de formação de Professores(CFP), como requisito básico para obtenção de grau de mestre.

Linha de pesquisa: Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação

COMISSÃO EXAMINADORA



Silvana Lúcia da Silva Lima-orientadora
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB
Doutora em Geografia Agrária-UFS



Wilon Mazalla Neto-avaliador interno
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB
Doutor em Engenharia Agrícola na área de
Desenvolvimento Rural Sustentável-UNICAMP



Edna Rodrigues Araújo Rossetto-avaliadora externa
Doutora em Educação-UNICAMP

Amargosa-BA, 12 maio de 2023

QUANTO MAIS MISTURADO MELHOR¹

Compositor, letra e música: Marquinho Monteiro²

*Pega a semente e planta na terra, Comadre
Pra ela germinar não tenha receio de variar, compadre
Quanto mais misturado melhor.*

*Bananeira, laranja, inhame, é o alface, a couve, caju
É o Cedro, é o Ipê, macaxeira, é Cajá, batateira é embu,
Cebolinha, coentro, abóbora, acerola. maxixe, mamão, alecrim,
Goiabeira, pequi, seriguela e manjeriço.*

*Pega a semente e planta na terra Comadre
Pra ela germinar não tenha receio de variar compadre
Quanto mais misturado melhor.*

*Açaí, jenipapo, maçã, bergamota ou mexeriqueira,
Açafrão, pinhão, milho verde, graviola e tamarineira,
Cupuaçu, e pitaiá, limão e jequitibá, é ameixa,
Jambú, buriti, pitanga e maracujá.*

*Pega a semente e planta na terra, Comadre
Pra ela germinar não tenha receio de variar, compadre
Quanto mais misturado melhor.*

¹ O músico procurou criar na letra da música a lógica sustentável da agroecologia, ou seja, quanto mais misturadas as culturas agrícolas (crioulas), mais potencializado será o sistema de produção de alimentos para garantir a soberania alimentar.

² Músico, compositor, agricultor, militante de Movimentos Sociais. Letra e música compostas em 2012.

AGRADECIMENTOS

A todos(as) que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa da qual resultou esta dissertação.

Aos meus familiares, que suportaram pacientemente os meus momentos de angústias frente às dificuldades encontradas ao longo da construção desse conteúdo de cunho científico. Aos meus pais, Benedito e Maria, irmãos(as), sobrinhos(as) e agregados, amigos e colegas, agradeço-lhes todos pela confiança, pelas energias positivas, pelos incentivos e carinho.

À minha companheira, Elane, que me apoiou e incentivou desde o começo da pesquisa e soube me motivar nos momentos de desânimos.

Ao professor Dr. Marcelo Justos pelas contribuições, com ideias críticas na elaboração inicial do pré-projeto que originou as bases centrais deste trabalho, na indicação de textos para fundamentação teórica e na organização bibliográfica sobre a questão agrária e a agroecologia nas Comunas da Terra.

À profa. Dr^a Silvana Lima, minha orientadora, que apontou os caminhos das possibilidades, do planejamento da pesquisa, da metodologia, dos debates, dos questionamentos sobre os conceitos, concepções e categorias, também pela excelente docente no programa de Pós-Graduação da UFRB, ao atravessarmos um momento caótico da pandemia da Covid-19, dos encontros remotos e um presencial, contribuindo efetivamente para minha formação como pesquisador orgânico da classe trabalhadora.

A todos(as) os(as) professores(as) que fizeram parte da minha formação acadêmica durante o mestrado. À Coordenadora Dr^a Kiki Givigi pelas preocupações e cobranças necessárias durante o curso.

Aos professores Dr^a Edna e Dr. Wilon Mazalla Neto, por aceitarem participar da minha banca, pelas contribuições científicas apresentadas, tanto na banca de qualificação, quanto na defesa do TCC.

Aos colegas do mestrado em Educação do Campo; obrigado pela convivência presencial curtíssima e remota, pela amizade, brincadeiras, ajudas, cooperação de grupo e pelos sonhos compartilhados.

Ao MST que organiza as Comunas da Terra na Regional Grande São Paulo, aos dirigentes, coordenadores, acampados e acampadas do acampamento Irmã Alberta. Enfim, a todos que não citei, mas que de alguma forma estiveram presentes nesta caminhada, obrigado!

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que o distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera.

(Marx, 1985, p. 149-150)

RESUMO:

O objetivo desta dissertação foi construído a partir da relação do pesquisador com a proposta de assentamento da Comuna da Terra Irmã Alberta na Regional Grande São Paulo. Esta apresenta, através das diretrizes da Educação do Campo, o trabalho agroecológico como um princípio educativo na formação dos sujeitos Sem Terra do MST que residem na área de ocupação da SABESP desde 2002. O trabalho é entendido em suas duas dimensões: teórica e prática, no desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, apropriando-se do conhecimento como um princípio educativo que fundamenta as ações humanas ao explorar a natureza. Compreendendo o trabalho agroecológico como um processo que exige do trabalhador noção histórica entre o trabalho manual e intelectual ao respeitar as relações ecológicas na organização da produção agrícola. Aprendendo princípios ecológicos fundamentais que norteiam a formação agroecológica como uma matriz de produção no acampamento Irmã Alberta. A pesquisa procurou fazer uma leitura da realidade dentro do processo material, histórico e dialético. Quatro categorias foram essenciais: Comuna da Terra, Relação Campo/Cidade, Formação e Agroecologia. Dessa maneira, a pesquisa buscou sistematizar os desafios, contradições e possibilidades ao responder questionamentos relacionados à importância do trabalho agroecológico como um processo pedagógico na formação humana.

Palavras-Chaves: Agroecologia; Educação do Campo; Comuna da Terra; Trabalho Agroecológico.

ABSTRACT: The objective of this dissertation was built from the researcher's relationship with the proposed settlement of the Comuna da TerraIrmã Alberta in the Greater São Paulo Region. By presenting, through the guidelines of Educação do Campo, agroecological work as an educational principle in the training of Landless MST subjects who have resided in SABESP's occupation area since 2002. The work is understood in its two dimensions: theoretical and practical in development of scientific and technological knowledge, appropriating knowledge as an educational principle that underlies human actions when exploring nature. Understanding agroecological work as a process that requires the worker to have a historical notion between manual and intellectual work while respecting ecological relationships in the organization of agricultural production. Learning fundamental ecological principles that guide agroecological training as a production matrix in the Sister Alberta camp. The research sought to make a reading of reality within the material, historical and dialectical process. Four categories were essential: Land Commune, Countryside/City Relationship, Training and Agroecology. In this way, the research sought to systematize the challenges, contradictions and possibilities when answering questions related to the importance of agroecological work as a pedagogical process in human formation.

Keywords: Agroecology; Field Education; Earth Commune; Agroecological Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Aniversário de 17 anos do acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta

Figura 02: Imagem aérea da área Comuna da Terra Irmã Alberta

Figura 03: Monumento da Comuna da Terra e a freira Irmã Alberta

Figura 04: Mapa da localização da Comuna Irmã Alberta no distrito de Perus

Figura 05 - Lotes regular e irregulares no Irmã Alberta

Figura 06: Mapa da Comuna da Terra Irmã Alberta, divisão por núcleo de base

Figura 07: Horta Mandala, localizada no NB 02 na Comuna da Terra Irmã Alberta

Figura 08: Foto da religiosa Irmã Alberta, homenageada em vida com o nome da Comuna da Terra localizado no bairro de Perus-SP, áreas da SABESP, Km 27,5 da rodovia Anhanguera

Figura 09: Páginas de 01 a 03: Relatório sobre os dados da água de poço caipira em um dos lotes na Comuna da Terra Irmã Alberta no NB 04.

Figura 10: Páginas de 01 a 04: Termo de Autorização de Permanência em área da SABESP junto com o INCRA.

Figura 11 (a e b): Convite de Inauguração do 1º assentamento Comuna da Terra da Reforma Agrária no município de São Paulo, 12 de agosto de 2006, registro dos aliados na parte interna e externa do do panfleto.

Figura 12: Atividades recentes do curso Canteiro-Escola de Construção Agroecológica, realizado por algumas parcerias institucionais e aliados da reforma agrária, de 11 de junho a 10 de julho de 2022.

Figura 13: Certificação dos acampados(as), dirigentes, coordenadores aliados e acadêmicos no curso Canteiros-Escola de construção agroecológica em 2022 na Comuna da Terra Irmã Alberta.

Figura 14: Reunião de planejamento com aliados, estudantes, pesquisadores e acampados(as) no NB 04 Olga Benário na Comuna da Terra Irmã Alberta em fevereiro de 2022.

Figura 15: Seminário Regional com dirigentes, coordenadores, aliados, estudantes, pesquisadores, políticos, grupos de teatro, artistas, sindicatos, universidades e acampados(as) na área social da Comuna da Terra Irmã Alberta em julho de 2022.

Figura 16: Inauguração do Armazém Agroecológico do campo Regional na Comuna da Terra Irmã Alberta em 16 de setembro de 2022.

Figura 17: Comercialização de produtos no Armazém Agroecológico regional na Comuna da Terra Irmã Alberta.

Figura 18: Comercialização de produtos no Armazém Agroecológico regional na Comuna da Terra Irmã Alberta.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Relação de entrevistas respondidas, não respondidas e respondidas parcialmente.

Tabela 02: Grupos de entrevistados

Tabela 03: Organização e informações gerais sobre os entrevistados

Tabela 04: Organização geral dos acampados(as) na Comuna da Terra Irmã Alberta

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA's - Área de Proteção Ambiental

APP's - Áreas de Proteção Permanente

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EUA - Estado Unidos da América

ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes

FHC - Fernando Henrique Cardoso

GAIA - Grupo de Apoio ao Irmã Alberta

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Interssexo, Assexual e aqueles que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo

NB's - Núcleos de Bases

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PDA - Projeto de Desenvolvimento de Assentamento organizado juridicamente pelo INCRA ou ITESP.

PDE - Plano Diretor Estratégico

PRESP - Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Perus

PPGEducampo - Programa de Pós Graduação na Educação do Campo

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PT - Partido dos Trabalhadores

SP - São Paulo

SAF - Sistema Agroflorestal

SABESP - Sistema de Abastecimento de Água do Estado de São Paulo

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização da Nações Unidas

ZEPAM - Zona de preservação ambiental

ZLT - Zona de lazer e turismo

ZPI - Zona predominantemente industrial

SUMÁRIO2

INTRODUÇÃO.....	16
Caminhos metodológicos.....	20
1 A COMUNA DA TERRA NO ÂMBITO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	32
1.1 Movimentos Sociais no campo e o MST.....	41
2 COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	51
2.1 Histórico de luta do acampamento Irmã Alberta.....	59
2.2 Impactos dos resíduos dos rios Pinheiros e Tiête na Comuna Irmã Alberta.....	67
2.3 Assentamento por conta própria: avanços e retrocessos.....	70
2.4 Área Social.....	74
2.5 Infraestrutura.....	75
2.6 Inaugurações de legalização do acampamento em assentamento	77
3 AGROECOLOGIA, RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E O TRABALHO AGROECOLÓGICO COMO UM PRINCÍPIO EDUCATIVO.....	80
3.1 Aliados do MST na Comuna.....	81
3.2 Formação na Comuna da Terra Irmã Alberta.....	84
3.3 Educação do Campo e agroecologia na Comuna da Terra Irmã Alberta.....	87
3.4 Matrizes pedagógicas do Movimento.....	91
3.5 Pedagogia socialista.....	92
3.6 Estrutura da Educação no assentamento/acampamento.....	93
3.7 Cursos de formação em agroecologia	95
4 TRABALHO AGROECOLÓGICO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO.....	108
4.1 Conceito de Agroecologia.....	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICES.....	123
ANEXOS.....	183

INTRODUÇÃO

Figura 01: Aniversário de 17 anos do acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta

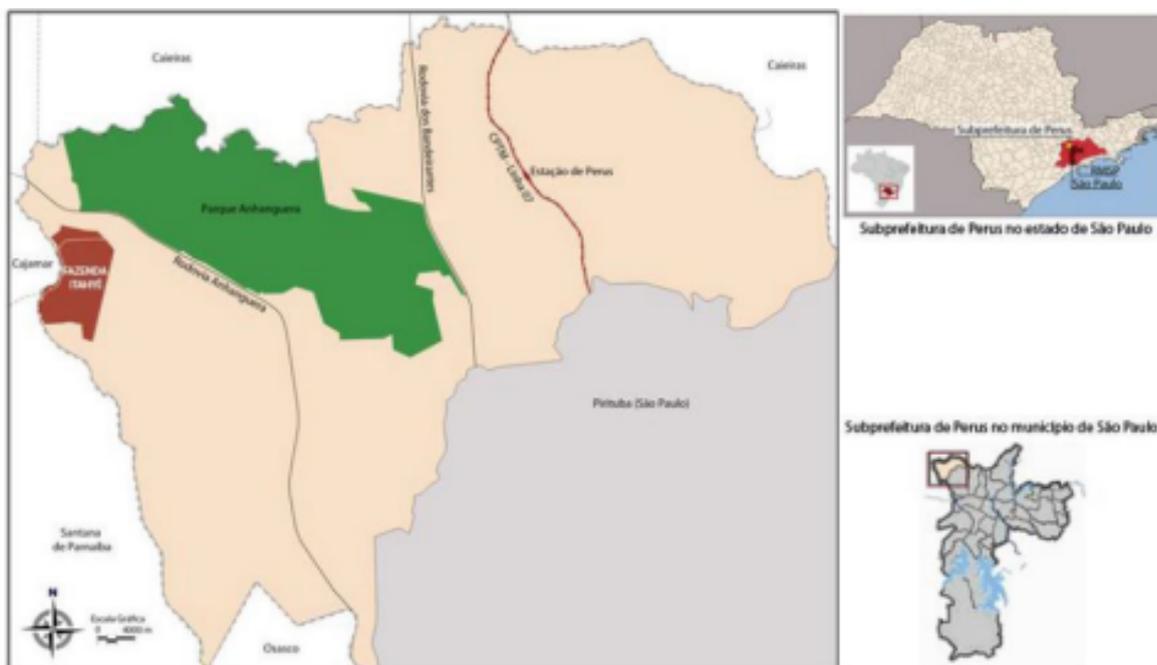


Fonte: Coletivo de Comunicação MST/SP

Foto: Filipe Augusto Peres (2019)

O objetivo geral desta dissertação foi construído a partir da relação do pesquisador com o objeto de pesquisa, a Comuna da Terra Irmã Alberta, onde habita desde 2003. Ali o pesquisador envolveu-se com os coletivos de debates e estudos sobre a implementação da proposta de assentamento para as Comunas da Terra na Regional Grande São Paulo. Aqui, é importante diferenciar dois conceitos, o de acampamento e o de assentamento na proposta do MST. Acampamento é quando os trabalhadores rurais, organizados em Movimentos Sociais, ocupam determinada área de terra devoluta ou que não cumpre a função social com a intenção política de acelerar as negociações, ou seja, encaminhar para a desapropriação, vistoria e, em seguida, regulamentação do território para fins de Reforma Agrária. Já o assentamento é quando a área é regulamentada e administrada pelo Estado através de um órgão público. A Comuna da Terra é uma proposta de assentamento que está localizada próximo aos grandes centros urbanos, uma alternativa de Reforma Agrária que se enquadra dentro do debate da questão agrária no Brasil. Sendo assim, a Comuna da Terra Irmã Alberta apresenta-se como um acampamento do MST que está há duas décadas – desde 20 de julho de 2002 – resistindo em uma área da SABESP localizada na periferia da cidade de São Paulo no bairro de Perus.

Figura 02: Mapa da localização da Comuna Irmã Alberta no distrito de Perus



Fonte: Raggi (2004), citado por Atilano (2021).

Tal processo caminhou amparado pelos princípios que orientam a formação e organização social dos sujeitos Sem Terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dialogando com a Educação do Campo mediado pela pedagogia do movimento, na atuação da “logística reversa de recampanização” dos trabalhadores rurais que se encontravam na cidade, em situação de rua e nas periferias da cidade de São Paulo que tinham ou não experiência com o campo. Como exemplo, posso citar a família dos meus pais, que tiveram experiências com a produção agrícola na juventude, migrando do interior paulista e do agreste pernambucano em 1969. Por isso, os filhos(as) não apresentavam nenhuma relação direta com a terra. Cabe esclarecer, a partir de Matheus (2003), que a recampanização é o processo de retorno dos camponeses expulsos do campo, através do êxodo rural, que estavam enraizado nos grandes centros urbanos e que voltariam ao campo desde que as áreas de ocupação não fossem muito distantes da cidade.

No entanto, meus pais sempre procuraram manter essa relação com o campo realizando pequenos cultivos no contra turno dos trabalhos formais. Plantavam basicamente mandioca, milho, algumas árvores frutíferas, hortaliças, criavam galinhas e porcos em terrenos baldios na periferia de São Paulo. Em 2002, ambos ingressaram no MST através da Comuna da Terra Irmã Alberta como uma possibilidade de conseguir uma

terra onde pudessem cultivar alimentos para a subsistência, já que na época passávamos por profunda dificuldade financeira. Meus pais, assim como os acampados e acampadas da Comuna da Terra Irmã Alberta, não compreendiam nada sobre agroecologia ou produção baseada na sustentabilidade ambiental. Produziam de forma precária, com base nos ensinamentos empíricos passados de pais para filhos. O engajamento na luta pela Reforma Agrária nasceu da necessidade de conquistar o território do acampamento Irmã Alberta como um assentamento de trabalhadores rurais.

Minha trajetória na luta no MST começou a partir do setor de educação do movimento onde passei atuar como educador nas cirandas infantis em vários eventos, a saber: nos cursos realizados na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); na Educação de Jovens e Adultos (EJA) das Comunas da Terra; nos cursos de Pedagogia da Terra na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), turmas ofertadas nos anos de 2004 e 2014; nos Encontros Regionais e Estaduais dos Sem Terrinhas em São Paulo; na Marcha do MST de Goiânia a Brasília em 2005; e no sexto congresso do MST realizado em 2013. Essas atividades eram organizadas pelo Movimento e repassadas, através dos setores, aos acampados(as) e assentados(as) das Comunas da Terra. A minha atuação também estendeu-se como dirigente Regional, pelos setores de Produção e Formação na Comuna da Terra Irmã Alberta entre 2006 e 2012. Após 2012, passei a contribuir com o setor de Educação na mesma Regional como graduando de Pedagogia para Educadores do Campo.

As reflexões sobre o trabalho agroecológico como um princípio educativo foram surgindo das observações sobre a relação pedagógica que existe entre a formação e o desenvolvimento dos trabalhos agroecológicos que são realizados no Irmã Alberta. Ou seja, refletir o trabalho agroecológico como uma prática transformadora da própria maneira de produzir a vida dentro daquele território, respeitando de forma ética a natureza e os princípios ecológicos do bioma inserido.

Entendendo que a dimensão educativa do trabalho faz parte de sua própria ação, como ensinou Saviani (2007), a relação trabalho e educação traz fundamentos ontológicos e históricos. O trabalho é entendido como um processo que sintetiza a relação entre teoria e prática ou vice-versa, ou seja, é a relação entre o dispêndio de energia para suprir as necessidades dos seres humanos produzindo saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos.

O trabalho não é apenas um pólo da relação dialética, no sentido da exploração, da relação de penosidade, pois acreditamos que está necessariamente condicionado a uma

relação educativa, sistematizada em alguns princípios fundamentais que geram conhecimento diante de determinadas ações. Realizar o trabalho pressupõe adquirir um conjunto de conhecimentos para que possa ser realizado e atingir o objetivo pretendido. O trabalho, no sentido educativo, parte da lógica de apreensão histórica dos conhecimentos produzidos pela humanidade. Nesse sentido, o trabalho agroecológico é um processo que exige do trabalhador a noção histórica entre o trabalho operacional e o intelectual. E, quando realizado, respeita as relações ecológicas que permeiam a agricultura camponesa.

São os princípios ecológicos e agroecológicos apreendidos nas práticas produtivas e na observação da natureza e aprendidos nos diversos cursos e formações que passaram a influenciar a organização do trabalho produtivo no cotidiano dos(as) trabalhadores(as) rurais nas Comunas da Terra. Sendo assim, os trabalhos agroecológicos se tornaram uma prática educativa e laboral que contribui na reprodução social dos povos na Comuna da Terra estudada. Passou a concretizar os produtos desse processo, transformaram-se e continuam transformando-se em ações práticas dos sujeitos do Campo ao prosseguir se apropriando dos conceitos fundamentais da agroecologia dia a dia.

Entendemos a agroecologia de acordo com Lima (2017) e Caldart (2012) como princípios que apontam as diretrizes para as ações educativas que agem nas práticas laborais que estão relacionadas à cultura, trabalho, agroecologia e Educação do Campo, produzindo alimentos saudáveis, saúde e garantindo a própria existência do acampado(as) como ser social. No limite de ser e fazer ser, como sujeito do campo e como sujeito periférico, nos parece ser a mais adequada ao refletir sobre esse processo, que, na sua sobrevivência como sujeito organizado na luta no MST, só se faz existir na luta da própria existência. Segundo Lima (2017), o trabalho, a cultura, a agroecologia e a educação do campo estão presentes na constituição histórica e política da luta camponesa ao superar os limites da sociedade atual na produção, ao definir a matriz de produção capaz de produzir alimentos saudáveis. E a Educação assume um papel fundamental na formação dos sujeitos que estão envolvidos na reconstrução sociopolítica construtores de uma nova sociedade.

Cultura, trabalho, Agroecologia e Educação do Campo que, na constituição histórica e política do último, se (re)construem simultaneamente num processo permanente de disputa entre dois projetos: o da sociedade capitalista articulada pelo agronegócio e, dos movimentos sociais e sindicais campesinos que defendem a Agroecologia enquanto matriz produtiva capaz de produzir alimentos saudáveis, emancipação política e soberania territorial. Neste campo, a educação

assume um papel fundamental na formação de novos sujeitos sociopolíticos construtores de uma nova sociedade (LIMA, 2017, p. s/n).

Não podemos perder de vista que há em disputa dois projetos de sociedades: um favorecido pelo agronegócio e pelo capital; o outro pela noção histórica de construção de sociedade que garanta as necessidades básicas fundamentais de existência social. Assim, a agroecologia é um processo que está imbuído na relação de luta dos Movimentos Sociais através da Educação do Campo que compõe as diretrizes formativas dos camponeses que vão protagonizar as ações da prática agroecológica a partir do território em que se encontram inseridos.

Os sujeitos, nesse sentido, deparam-se com questões fundamentais sobre o trabalho, a cultura, o conhecimento e as lutas sociais dos camponeses, o embate de classe entre projetos de campo, entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país, de sociedade e nas concepções de políticas públicas de educação e de formação humana (CALDART, 2012). Segundo as autoras, a agroecologia é um processo que está relacionado com a cultura, o trabalho, a matriz de produção e a Educação na disputa de um projeto de sociedade. Essa perspectiva traz os fundamentos necessários para pautar as ações sociopolíticas de enfrentamento ao capital neoliberal no Campo que interfere na práxis produtiva dos camponeses.

A agroecologia, segundo Justo (2017), não é compatível com o capitalismo, pois é um modelo que visa a produção de alimentos com objetivo de alimentar a humanidade, e não como uma mercadoria que gera lucros. O trabalho agroecológico como um princípio educativo desconstrói a noção do alimento transformado em mercadoria e traz a relação histórica da produção de alimento como uma necessidade básica do direito universal aos seres vivos. É por esse motivo que o trabalho, a cultura e a Educação fazem sentido na formação camponesa, de maneira que esses processos acontecem simultaneamente, entrelaçados na práxis cotidiana dos trabalhadores da Comuna da Terra Irmã Alberta. Essa formação chega na comunidade através do MST, pela Educação do Campo.

Caminhos metodológicos

A pesquisa de campo na Comuna da Terra Irmã Alberta iniciou-se no dia 10 de janeiro de 2022, com a definição do calendário de encontros não presenciais em função da pandemia. Nesses encontros, articulamos os primeiros contatos para futuras conversas e

entrevistas, fizemos os ajustes de agendas, definimos os encontros presenciais e remotos com a direção do MST e os coordenadores(as) e acampados(as) acampados da comuna. Porém, nem todos(as) coordenadores e acampados(as) puderam participar dos encontros face às dificuldades de acesso às redes sociais, por não terem como conectar seus aparelhos, smartphones e computadores ou por não saber lidar com a internet.

Os encontros remotos foram realizados no *Google Meet*. O primeiro foi de apresentação dos objetivos das pesquisas que estavam se iniciando ou em andamento nas comunas da terra. A minha pesquisa e a dos demais acadêmicos se tornaram uma das pautas da reunião da comuna, em que os pesquisadores apresentaram suas linhas de pesquisas. No meu caso, a apresentação foi na condição de acampado e agregado dos meus pais no Irmã Alberta.

As reuniões trataram de várias questões relevantes para a pesquisa, versando sobre as dificuldades econômicas no território, os problemas políticos locais e agrários na região, reorganização e retomada parcial das atividades nas Comunas, curso de formação sobre manejo agroecológico na horta mandala, curso de bioconstrução, superadobe, hiperadobe, arte em bambu, armazenamento de alimentos *in natura*, mutirões de reflorestamento e manejo em áreas de mata ciliar e mananciais, ciranda infantil, problemas de invasões em áreas de APP's do acampamento. Pudemos ouvir e anotar algumas considerações gerais sobre os conteúdos relacionados ao nosso objeto de pesquisa, de ações agroecológicas como um processo educativo dentro e fora da Comuna da Terra Irmã Alberta.

Essas ações desenvolviam os planos de organização do trabalho agroecológico, arranjo e rearranjo, dos processos ligados à produção e princípios ecológicos e agroecológicos relacionados à educação na rotina cotidiana dos trabalhadores na Comuna da Terra Irmã Alberta.

O trabalho agroecológico se faz acompanhado de muitas ações educativas manifestadas em vários momentos da existência da comuna da terra, implicando na logística de produção, colheita e distribuição de cestas com alimentos destinados aos consumidores ligados à Cooperativa Terra Viva, à participação em feiras livres e campanha de doações de alimentos orgânicos oriundos da comunidade e do entorno. Para tal, organizamos mutirões de plantio de sementes crioulas, manejo de pequenas áreas de pasto, planejamento e implementação de agrofloresta, estudamos o conceito de permacultura, produzimos biofertilizantes naturais e compostagem, fizemos adubação verde, cobertura de solo, técnicas de podas, alporquia, uso de adubos biodegradáveis,

técnica de uso do pó de rocha, processo para alcançar a certificação de produção orgânica, irrigação alternativa, análise da água dos poços caipiras, produção de sistemas de fossas sépticas, reaproveitamento de água de curvas de níveis, reaproveitamento e armazenamento de água da chuva, conceito de produção em hortas mandalas e planejamento de croquis dos lotes produtivos.

A dimensão educativa desta prática nos conduziu a participar de campanhas do MST de plantio de árvores, de conscientização sobre não uso de agrotóxicos na produção, contra a PEC do veneno e em prol das políticas do município de São Paulo para a produção de alimentos dos pequenos produtores rurais. Fizemos uso do aplicativo Plural Bio do município para a localização de produtores de alimentos orgânicos, sempre discutindo sobre ações políticas, manifestações culturais e outras atividades pontuais do acampamento, no sentido de contribuir com a luta e também com nossas pesquisas. O objetivo inicial foi nos aproximarmos da retomada de atividades organizativas, mesmo que remotas, considerando as demandas do MST na Regional Grande de São Paulo.

Retomamos as atividades no formato semipresencial logo que o estado de São Paulo saiu da fase vermelha³, organizando as tarefas na Comuna da Terra com grupos reduzidos. As atividades foram realizadas com pequenos grupos de dirigentes, coordenadores, aliados e técnicos, considerando as frentes setoriais e seguindo os protocolos de prevenção contra a proliferação pandêmica, cuidando da vacinação conforme liberação por idade, uso de máscara o tempo todo, álcool em gel e, sempre que necessário, distanciamento social.

As atividades presenciais no acampamento não aconteciam desde meados de março de 2020 quando foram registrados mais de 28 milhões de casos de contaminação por coronavírus, segundo dados da Fiocruz. Em abril de 2021, o número de mortos chegou a um patamar de 1.389 em 24 horas, contabilizando um total de 134 mil óbitos naquele período pandêmico, o mais severo. No Brasil, a escala alcançou o total de 684 mil mortes pelo coronavírus.

Sendo assim, mesmo em meio aos problemas da crise sanitária mundial, optamos em acompanhar o planejamento de atividades realizadas pelos setores do MST que atuam nos territórios das Comunas da Terra. O recorte territorial adotado nesta pesquisa foi a

³ A fase vermelha é o período mais crítico da pandemia em que é autorizado apenas o funcionamento de alguns setores, como o da saúde, transporte, imprensa, estabelecimentos como padarias, mercados e farmácias, além de escolas e atividades religiosas, que foram incluídas na lista de serviços essenciais por meio de decretos estaduais. A pandemia foi o fator central para alteração dos planos em relação à pesquisa de campo, inclusive o processo de formação acadêmica também se deu na modalidade remota.

região periférica ao norte e a noroeste do município São Paulo, no acampamento Irmã Alberta. Este é marcado por urbanização, parques ambientais, indústrias, empresas de logística, favelas, áreas ruralizadas consideradas as zonas especiais de chácaras, rodovias, praça de pedágios e empresas de extração de mineral.

Para contextualizarmos este cenário, recorreremos à análise histórica tendo como base o período de sistematização da proposta de Comuna da Terra, em 2003. Para tal, tomamos como base teórica o método materialismo histórico e dialético, que parte da hipótese de que a realidade existe independente da consciência sobre ela. Neste sentido, Marx (2008, p. 47) destaca que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Dessa maneira, conhecer a Comuna da Terra Irmã Alberta a partir de sua realidade se torna elemento fundamental para desencadear as discussões para a compreensão de sua organização, lutas, conflitos e conquistas. Para tanto, buscamos encontrar respostas não fechadas em si sobre os questionamentos do objeto de estudo, isto é, compreender a totalidade e historicidade em cada contexto histórico que constituíram as Comunas da Terra na luta por Reforma Agrária e de tantas outras questões.

Marx (2008, p. 47) nos ajuda a compreender que “a totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. A estrutura, a superestrutura e a formação da consciência só podem ser plenamente compreendidas com o resgate da historicidade e no seio da sociedade de classes que constituíram as Comunas da Terra dentro dessa relação social. Este método de estudo – o materialismo histórico e dialético – também ajudou a evidenciar as contradições sociais do processo geral e das/nas singularidades do projeto Comuna da Terra e das particularidades do acampamento Irmã Alberta.

O acampamento Irmã Alberta está situado numa área considerada urbana, sofrendo pressão de suas estruturas econômica, política e social. Contudo, a Comuna apresenta algumas características de estrutura basilar camponesa na formação e organização dos acampados(as) no território ocupado, produzindo alimentos agroecológicos. Dada a dimensão da solidariedade que permeia o projeto da Agroecologia, dialoga com a economia solidária e distribui os alimentos considerando o preço justo na comercialização, contribuindo com a soberania alimentar das famílias agricultoras e dos consumidores urbanos residentes nas regiões centrais e periféricas da cidade de São Paulo.

Nesse contexto, mais uma vez Marx (2008, p. 47) nos ajuda a compreender a realidade quando explica que “as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades”. Por conseguinte, devemos buscar as verdades na essência e não na aparências das coisas e situações.

Os registros foram organizados em um diário de campo onde pontuamos as ideias gerais mais relevantes de serem analisadas, refletidas e desenvolvidas em conteúdos para esta dissertação. Os coletivos setoriais, contribuíram ao encaminhar as suas pautas, sistematizações e o plano de atividades. Sendo assim, com os calendários predefinidos pudemos participar de assembleias, reuniões e encontros na Comuna da Terra Irmã Alberta.

Para orientar nossa escrita, organizamos um mapa mental com as ideias centrais que deveriam ser abordadas no questionário semi-estruturado, contando ainda com a ajuda de dirigentes do setor de Formação do MST. Eles apontaram alguns caminhos a serem considerados e produziram reflexões sobre os pressupostos gerais presentes no objeto de pesquisa, sinalizando a necessidade do próprio movimento de compreender *o trabalho agroecológico como processo educativo* desenvolvido nas experiências e vivenciado na/da Comuna da Terra, um projeto que resiste há duas décadas considerando suas dificuldades processuais. A preocupação com o diálogo profundo com os dirigentes do MST foi necessária a fim de não incorrerem no erro de apresentar e analisar objetivos externos à Comuna estudada.

A partir disso, o questionário passa a abordar três concepções centrais: o processo histórico das Comunas da Terra, as experiências agroecológicas e a formação educativa através do trabalho agroecológico na Comuna da Terra Irmã Alberta.

De acordo com relatos, parte dos documentos/arquivos se perderam ao longo do tempo devido à dificuldade de armazenamento, sobretudo por parte dos acampados em seus barracos precários e improvisados. Dentre estes documentos, estavam fotografias, Termo de Uso concedido pela SABESP em parceria com o INCRA, convites das inaugurações, livros, artigos, teses, documentários, panfletos, vídeos, mapas, croquis e outros. Por esse motivo, tivemos que contar com a ajuda dos militantes, amigos(as), colegas, pesquisadores e aliados que conseguiram registrar e guardar de alguma forma esses

documentos, fotos e outros materiais que procuramos resgatar no processo de investigação desta pesquisa.

Ao definirmos quais os grupos que seriam entrevistados(as) seguimos com a elaboração do questionário, no formato semi-estruturado, considerando as particularidades de entrevistados ao responder às perguntas, ou seja, suas dificuldades pontuais no que se refere ao acesso às redes sociais e sua capacidade de responder às perguntas. Os documentos foram enviados por grupos de pessoas conforme a seleção organizada na tabela 01 e tabela 02. A dificuldade de realizar as entrevistas de forma presencial obrigou a buscarmos novas estratégias na metodologia de pesquisa. Sendo assim, procuramos organizar de modo que pudéssemos usar os meios tecnológicos e as redes sociais cabíveis, tais como: WhatsApp, Google Meet, Zoom, e-mails, gravações de áudio, Telegram e outros, visando canalizar a comunicação e prosseguirmos com as entrevistas.

No dia 12 de fevereiro de 2022 foi realizada uma assembleia na Comuna da Terra Irmã Alberta. O objetivo era reunir os acampados(as) para discutir assuntos da reorganização das atividades na Comuna. Para evitar aglomerações, o encontro foi dividido em grupos por NB's. A assembleia foi redirecionada, e cada núcleo passou a reunir os seus membros. Nesse encontro participamos e firmamos alguns contatos com dirigentes, coordenadores e acampados que iriam ser entrevistados.

Em diálogo com os dirigentes estaduais do MST que atuam na Regional Grande São Paulo, decidimos que deveríamos realizar algumas entrevistas com dirigentes nacionais do Movimento. A princípio as entrevistas seriam presenciais, mas devido às dificuldades de nos reorganizar nesse processo, as agendas foram revistas, atividades alteradas, houve re-planejamentos de reuniões e outros meios não conciliavam para que pudéssemos prostrar. Sendo assim, a maioria das conversas foi realizada pelo WhatsApp. Foi possível realizar apenas uma das entrevistas programadas pelo Google Meet, esta foi gravada em áudio e transcrita posteriormente. As outras foram realizadas de acordo com os combinados feitos com os entrevistados.

No dia 18 de fevereiro participamos de um mutirão organizado com a brigada Centenário Paulo Freire que é responsável pela construção da ciranda infantil Seu Luiz Beltrame no NB Olga Benário, núcleo 04, da Comuna da Terra Irmã Alberta. A equipe especializada em construção alternativa estava reduzida e, para evitar aglomerações dos voluntários trabalhadores(as), os estudantes universitários encontram-se divididos em grupos. Nesse mutirão pudemos conversar, trocar ideias com os acampados, dirigentes do

setor de Formação e técnicos que atuam na Cooperativa Terra Viva presentes na atividade. Como a brigada estava dividida em quatro grupos, e a possibilidade de revê-los e entrevistá-los iria demorar, decidimos enviar o questionário da pesquisa pelo WhatsApp, no contato individual de cada um que se dispôs a responder a entrevista, apresentando o levantamento de dados e informações para a pesquisa. A partir do dia 20 de fevereiro, iniciamos os envios do questionário para os entrevistados, definindo o que seria presencial, ou remota ou por outros meios tecnológicos de mídias sociais.

Optou-se pelo recorte temporal delimitado entre 2018 e 2020, procurando não perder a relação histórica referente ao objeto de pesquisa. Dessa maneira, propomos compreender a complexa relação do *trabalho agroecológico como um princípio educativo* (FRIGOTTO, ANO) *na formação dos trabalhadores rurais Sem Terra da Comuna da Terra Irmã Alberta*. Segundo o dirigente do MST Gilmar Mauro, a própria Comuna da Terra é um espaço educador porque ajuda a formar todos os que estão envolvidos de alguma forma.

Sendo assim podemos considerar, segundo entrevista de M10, que a Comuna da Terra Irmã Alberta:

É um espaço de formação fundamental para a educação, não resta dúvidas. Se fizer um prisma para verificar aquele território, o que é o Irmã Alberta? É uma escola, é bem interessante pensar assim, né? Cada um, dependendo como, vai extrair conclusões disso, entender que as Comunas da Terra é uma baita de uma escola e nós devemos aprender a ler essas experiências práticas e, inclusive, corrigir os equívocos, o que nós achamos que foi e o que está de errado etc. para poder potencializar aquilo que é possível desenvolver (Entrevista concedida por M10, 2022).

Dessa maneira, considerando o que M8 disse, houve várias ações para desenvolver a produção agroecológica no acampamento e seus desdobramentos educativos. Mesmo com os equívocos, o Irmã Alberta, por ser um espaço educacional, caminhou no sentido de formar e reeducar os agricultores na produção de alimentos saudáveis na região. Mesmo havendo contradições, ocorridas dentro do período histórico disposto, que estão ou não diretamente ligadas a outras intervenções históricas do acampamento em relação à questão agrária na região, a Comuna não deixou de ser um espaço formativo, de educação dos trabalhadores que se desafiavam a colocar em prática a proposta agroecológica nas ações cotidianas, produzindo uma experiência que é marcada pelo trabalho agroecológico.

Os estudos sobre essas experiências, em parte memorial, possibilitaram analisar a importância desse processo na recondução da “recampenização⁴” de inclusão social no espaço, no sentido de trazer para o campo trabalhadores que estavam na região central, mas que não tiveram sucesso na empregabilidade na cidade. Ou seja, esses trabalhadores rurais que estavam na capital e, devido a dificuldades financeiras, foram realocados para as periferias do município de São Paulo. Isto não está deslocado do contexto histórico geral, fruto do êxodo rural brasileiro e, que, ao longo do tempo, foram profundamente transformados pelas atividades de proletarização e urbanização das periferias que colocou à margem grupos de famílias que abandonaram o campo em busca de novas oportunidades.

Observar, analisar e explicar teoricamente, de forma científica, onde a proposta de Comuna da Terra se assimila e/ou se diferencia da questão agrária brasileira em relação à expansão e adensamento urbanístico no território. Fazer essa leitura a partir do ponto de vista da Educação do Campo considerando o trabalho agroecológico como uma alternativa pedagógica na formação dos produtores rurais, parte de uma totalidade excludente da estrutura agrária brasileira, que procurou resolver esse problema pontual através da concepção de Comunas da Terra, na lógica conceitual da Reforma Agrária popular do MST, apontando as diretrizes da concepção agroecológica de matriz de produção, apropriando-se dos saberes politécnicos e tecnológicos desenvolvidos para maximizar a produção de alimentos, respeitando o meio ambiente, o uso racional solo, de insumos agrícolas e materiais biodegradáveis, garantindo qualidade de vida a todos os seres envolvidos na relação de produção agrícola e respeito aos princípios ecológicos.

A pesquisa percorre quatro categorias essenciais para fazer a leitura da realidade: Comuna da Terra, Relação Campo/Cidade, Formação e Agroecologia. Essas categorias compõem o núcleo base fundamental para responder nossos questionamentos na elaboração/síntese dos conteúdos que estruturam os capítulos da dissertação, em um percurso de base social e histórico.

Foi utilizada nesta pesquisa a metodologia de abordagem qualitativa, a partir do levantamento de dados. Para tanto, foram organizadas entrevistas a serem realizadas com 3 dirigentes, 3 coordenadores, 3 acampados, 2 técnicos e 2 aliados, conforme exposto no quadro a seguir,. Eles tiveram e estão na ativa participação de implementação do

⁴ Conceito que se refere ao processo que “traz de volta” para o campo trabalhadores rurais que foram “expulsos pelo êxodo rural”.

projeto/proposta de assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta, que não está livre dos problemas atuais e, mesmo assim, se mantém organizado no território. A fim de preservar os reais nomes dos entrevistados(as) iremos designá-los pelas nomenclaturas/siglas M1, M2, M3, M4 e assim por diante. Os nomenclaturas/siglas não seguirão a sequência numérica, nas entrevistas organizadas em apêndice nesta dissertação, pois as entrevistas foram organizadas em um quadro (Quadro 02 Geral dos entrevistados) previamente, ou seja, antes de serem enviadas aos entrevistados. Como veremos na tabela a seguir, houve entrevistas as quais não foram respondidas. Portanto, aparecerá em apêndice apenas as nomenclaturas/siglas dos entrevistados que deram devolutivas às entrevistas.

Tabela 01 - Relação de entrevistas respondidas, não respondidas e respondidas parcialmente

	Entrevistas	Percentuais
Entrevistas respondidas	7	53,8 %
Entrevistas não respondidas	5	38,5 %
Entrevista parcial respondidas	1	7,7 %

Fonte: Elaboração do autor.

O quadro a seguir apresenta como os entrevistados foram organizados para que pudéssemos trazer para a pesquisa os elementos capazes de fazer a leitura da realidade na Comuna da Terra Irmã Alberta em relação à investigação realizada e sistematizada com cada grupo pesquisado.

Tabela 02 - Grupos de entrevistados

Grupos entrevistados	QTD	Objetivo central relacionado a cada grupo entrevistado
Acampados/assentamento por conta própria na Comuna da Terra Irmã Alberta	3	Compreender como os acampados(os) se apropriaram dos fundamentos da agroecologia, quais eventos de formação participaram e quais as práticas realizadas (trabalho) na Comuna.
Coordenadores da Comuna da Terra Irmã Alberta	3	Entender como os coordenadores se situam ao ser agentes de propaganda dos fundamentos organizativos de produção agroecológica aos acampados(as) através de um movimento social, MST.

Grupos entrevistados	QTD	Objetivo central relacionado a cada grupo entrevistado
Acampados/assentamento por conta própria na Comuna da Terra Irmã Alberta	3	Compreender como os acampados(os) se apropriaram dos fundamentos da agroecologia, quais eventos de formação participaram e quais as práticas realizadas (trabalho) na Comuna.
Dirigentes regionais, estaduais e nacionais do MST	3	Trazer a perspectiva dos dirigentes sobre o tema Comuna da Terra, agroecologia, trabalho e educação do campo.
Técnicos dirigentes de setores do MST e aliados ligados às Comunas da Terra	4	Trazer a perspectiva dos técnicos sobre as Comunas da Terra, agroecologia, trabalho e educação.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Dessa maneira, a pesquisa buscou sistematizar de forma analítica os desafios, contradições e possibilidades da agroecologia como matriz de produção em um acampamento do MST, dentro da cidade de São Paulo, ou seja, localizado na região periurbana/periférica. Os objetivos gerais desta dissertação caminharam no processo de aprimoramento e foram se transformando conforme avançávamos na compreensão de como deveria ser organizada a pesquisa. Consideramos que as transformações foram positivas, pois elas desdobraram-se em objetivos específicos que nos ajudaram a compreender o quadro situacional das Comunas da Terra em relação ao acampamento Irmã Alberta. As questões norteadoras nos ajudaram a rever, de forma sistêmica e metodológica, as categorias de leitura da complexa realidade onde está inserida a Comuna da Terra Irmã Alberta, um território marcado pela transição entre o urbano/rural. Essa situação localizada abre margens para muitas interpretações dessa realidade em especial, por isso partimos das seguintes questões:

- a) Quais os desafios da/na implementação de um assentamento agroecológico na cidade de São Paulo?
- b) O trabalho agroecológico é um processo educacional aglutinador de conhecimentos e saberes que precisa ser ensinado?
- c) O que é a agroecologia como um princípio educativo em relação ao trabalho?

As indagações acima nos permitiram optar pelo objetivo geral: Compreender o trabalho agroecológico como um princípio educativo da/na formação dos trabalhadores

rurais Sem Terra da Comuna da Terra Irmã Alberta, com aporte da Educação do Campo. A partir de então, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Recuperar e sistematizar a história de implantação da Comuna da Terra Irmã Alberta pelo MST com produção agroecológica na cidade de São Paulo através da Educação do Campo;
- Analisar como o trabalho agroecológico desenvolvido nos processos formativos na Comuna da Terra Irmã Alberta agregou conhecimentos científicos e saberes populares aos acampados(as).

Os diversos instrumentos de coleta de dados utilizados foram pesquisas sistematizadas pelo Instituto Técnico de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia Leonor de Souza, um grupo de pesquisa em agroecologia presente em todas as Comunas da Terra desde 2020 e que passou a atuar no acampamento Irmã Alberta em 2021. Esse grupo contribui com nossa pesquisa fornecendo informações sobre dados quantitativos realizados na Comuna da Terra Irmã Alberta. A equipe fez um ótimo trabalho qualitativo e quantitativo que muito contribuiu ao nosso processo com bibliografia, documentos e entrevistas. O tempo de duração ficou relativo ao período em que os entrevistados receberam os questionários com uma data definida para devolução, que poderiam ser gravadas em áudios ou escritas e enviadas por e-mail e/ou redes sociais. Sendo assim, o período da coleta de dados ficou organizado em um período de dois meses, entre março e abril. As três entrevistas gravadas em áudio foram digitalizadas em julho, como apresentado no Quadro 02 em apêndice, houve dificuldades para acessar alguns entrevistados, dificuldade de conciliar agendas e outros problemas encontrados na coleta de dados em si para desenvolver a pesquisa.

Para melhor compreensão do texto, a dissertação está organizada em três capítulos: o primeiro trata sobre o contexto em que foram criadas as Comunas da Terra e sua relação com o processo de reforma agrária, tendo a Educação do Campo, no sentido mais amplo, como um instrumento mediador das relações organizativas no território. O segundo, *Comuna da Terra Irmã Alberta e a contextualização histórica*, apresenta como surgiu o acampamento Irmã Alberta, como está organizado, estrutura e infraestrutura, organização por conta própria e mediada pelo MST, as experiências agroecológicas, as formações, cursos, manejos na prática, contradições e as mudanças ao longo de sua existência e resistência de 20 anos. O terceiro vai tratar da questão mais teórica sobre o conceito, princípios e práxis – fundamentações agroecológicas, produção de alimentos, soberania

alimentar e o trabalho agroecológico como um princípio educativo na Comuna da Terra Irmã Alberta. Para finalizar, apresentamos nossa consideração final em relação à pesquisa; as referências bibliográficas; os apêndices; e os anexos com documentos que foram sendo criados ou colhidos durante o período da pesquisa.

1 A COMUNA DA TERRA NO ÂMBITO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Figura 03 - Imagem da área Comuna da Terra Irmã Alberta



Fonte: Google Earth, 2021

O conceito de Educação do Campo discorrido nesta dissertação é apresentado como um processo de formação comunitária, ou seja, trata-se de discorrer sobre esse conteúdo no sentido geral da Educação para a formação dos sujeitos do campo que residem em áreas de acampamento na periferia de São Paulo. Essa dimensão educativa, bem como as Comunas da Terra, resulta da luta pela Reforma Agrária como uma alternativa dentro do debate sobre a questão agrária no Brasil.

Neste capítulo, iremos apresentar a proposta de Comuna da Terra que dá origem ao acampamento Irmã Alberta, após a consolidação de um assentamento Comuna da Terra em Franco da Rocha, o Dom Tomás Balduino em 2001. Sendo assim, a proposta de Comuna da Terra Irmã Alberta já nasce buscando apreender os princípios que fundamentam as ideias de organização agroecológica como matriz de produção, buscando, assim, garantir sustentabilidade e produção de um modelo produtivo ecológico de subsistência. A práxis agroecológica, em meios às suas contradições, nas Comunas da Terra, foi organizada ao longo da história destas centrada no trabalho agroecológico como um princípio educativo. No início, isso se deu de forma mais intuitiva, e depois no sentido de trabalho ontológico de exploração da natureza.

A proposta de Comunas da Terra surge num contexto em que o modelo econômico adotado no Brasil encontrava-se subordinado ao capital financeiro há pelo menos uma década. Toda organização política, social e econômica dos territórios com terras agricultáveis no Brasil estava hegemonicamente atrelada ao capital. As Comunas da Terra nasceram como uma das alternativas práticas diante das contradições relacionadas à questão agrária no Brasil e passaram a ser problematizadas em conteúdo nas pautas para debates na Regional grande São Paulo em meados dos anos 2000.

Matheus (2003, p. 19) apresentou as principais características do modelo agrícola expressado pelo agronegócio, em ascensão desde 1990, dentro da lógica neoliberal como caminho encontrado para desenvolver o campo, que resultaram em muitos problemas aos trabalhadores rurais, sendo estes:

a) Controle de comércio agrícola por grandes empresas transnacionais; b) A política do livre mercado; c) o Estado perdeu a função de afastando-se do controle do comércio, deixando de controlar os estoques e preços. Estes controle para ser feito por grandes corporações em cada setor, passaram a estabelecer os preços em nível nacional. Com isso, criou-se a oligopolização do comércio agrícola; d) Estímulo a grandes fazendas de produção para a exportação. O governo favorece empresas com estímulos e subsídio para ocupações da fronteira agrícola no Centro-Oeste que implantaram grandes fazendas, em enormes extensões de áreas cultivadas, modernizadas com baixa utilização de mão de obra para produzir a custos mais baixos. O Incentivo e subsídio do Estado vêm na forma de investimentos em grandes obras para viabilizar as exportações como rodovias, hidrovias, portos e aeroportos. As grandes empresas agrícolas produzem utilizando grandes extensões de terras, desenvolvendo a monocultura como cana-de-açúcar, laranja, soja, milho e pecuária de corte para exportações dispondo de uma tecnologia altamente de produtos químicos como: fertilizantes, agrotóxicos e grandes máquinas com grande consequências ao ser humano e ao meio ambiente.

Esse modelo de organização e desenvolvimento do campo não tinha espaço para as pequenas propriedades, sendo estes alguns dos motivos que levaram o MST paulistano a se organizar e realizar ocupações de terra próximo à cidade de São Paulo. Pois, de acordo com os dados públicos citados acima, podemos perceber que o modelo do agronegócio priorizava as grandes propriedades com altos investimentos de capitais e estava, cada vez mais, atrelado às agroindústrias nacionais e transnacionais do setor financeiro, concentração e transferência de poder e renda, aumento da dependência externa, destruição

do meio ambiente, concentração da propriedade da terra, novos pacotes tecnológicos e aumento da desigualdades sociais.

Segundo os estudos realizados por Matheus (2003), já era possível perceber, naquele momento, o aumento das grandes propriedades em relação às pequenas. Este autor chegou a esses parâmetros com base em dados do IBGE, apesar de desatualizado, poucas cifras mudaram em relação ao estudado, por isso podemos apresentar esses percentuais para fundamentar a criação da proposta das Comunas da Terra.

No Brasil, de acordo com o último Censo Agropecuário feito pelo IBGE em 1995-1996, os proprietários de imóveis com mais de 100 hectares representavam em torno de 10% dos estabelecimentos agropecuário, mas já possuíam 80% das terras; 47% dos tratores (além destes serem normalmente os mais novos e potentes), 56% das colheitadeiras. Recebiam 69,8% dos financiamentos; eram responsáveis por 61,1% investimentos agropecuários; controlavam 55,6% das lavouras e 83,7% das pastagens. Respondiam por 86% da produção de cana-de-açúcar, 73,6% da soja, 53,5% do milho, 48,6% do café, 70,3% do arroz, 80,3% do rebanho bovino. É que quando comparado com o Censo anterior (1985), em todas as culturas/criações, com exceção do café, os grandes produtores aumentaram sua participação, demonstrando assim, uma clara tendência à concentração (MATHEUS, 2003, p. 22).

Segundo Matheus (2003), a circunstância que o agronegócio encontrou no Brasil para se consolidar, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), potencializou a concentração de terras agricultáveis e ao mesmo tempo logrou com a decadência do latifúndio improdutivo. E avançou hegemonicamente através das políticas neoliberais, ao criar várias alianças comerciais entre os setores empresariais, no qual passou a dominar toda cadeia produtiva do agronegócio (agrobusiness):

As políticas neoliberais para o campo encontraram no Brasil as condições necessárias para desenvolver o chamado novo modelo agrícola. A decadência do modelo anterior, as grandes propriedades de terras privadas e o interesse dos grandes empresários possuidores de capital permitiu a aquisição-fusão de empresas nacionais e internacionais, com isso dominando toda a cadeia do agronegócio brasileiro, atuando desde a produção agrícola, beneficiamento, comercialização, redes de supermercado e indústria de máquinas e equipamentos (MATHEUS, 2003, p. 26).

É dentro dessa conjuntura que os debates e o acúmulo de experiências do MST, na luta pela terra, resultaram em um processo, na cidade de São Paulo, que passou a refletir a

nova realidade histórica da organização fundiária nos territórios próximos aos grandes centros urbanos. Dessa maneira, havia uma necessidade de entender o processo que apontava novas sugestões e proposta capaz de garantir outras possibilidades de acesso, reorganização e reestruturação para um projeto de Reforma Agrária que pudesse apontar as diretrizes gerais e centrais de um projeto diferente de assentamento. Diante dessa nova proposta de Reforma Agrária popular, na época, esse novo projeto passou a ser chamado de Comunas da Terra. A proposta em questão surge em um cenário marcado pelas transformações políticas e sinalizado pelas mudanças econômicas, ou seja, de avanços do agronegócio e das políticas neoliberais que se enraizou profundamente no campo brasileiro. Dentro desse “novo processo de desenvolvimento”, que estava de pano de fundo, no caso o projeto do agronegócio, que resultou na aliança do grande capital com a grande propriedade.

Trata-se de uma proposta e não de um modelo de assentamento, pois as características das Comunas da Terra desenvolveram-se de formas diferentes em cada região (GOLDFARB, 2007). Sendo assim, cada Comuna poderia desenvolver-se sem estar atrelada ao engessamento de um modelo específico de PDA⁵. Embora a proposta tivesse notadamente enquadrada à lógica de Reforma Agrária popular do MST, as Comunas da terra, no geral, têm suas características específicas por estarem próximas aos grandes centros urbanizados, geralmente em áreas limítrofes de divisão geográfica, ou seja, entre o rural e urbano, estão organizadas em modos pequenos de terra, por estarem próximos às reservas ambientais e em áreas específicas (zonas especiais) de produção agrícola e etc. Segundo M13, as Comunas da Terra apresentam como principal característica a agroecologia em um processo de diversificação da produção ao expor como critério as prerrogativa de transição na formação conceitual do produtor:

Uma das características principais da Agroecologia é a diversificação da produção. As Comunas, por serem áreas menores, têm a diversidade de produção praticamente como uma de suas prerrogativas, isso faz com que elas tenham uma vocação quase que natural ao desenvolvimento da agroecologia, com a resolução do MST de 2014, em nível nacional, de adotar a transição agroecológica em todos os seus espaços, a Comuna desenvolveu uma forte relação com os consumidores de sua produção, que em sua maioria buscam justamente essa característica do “alimento sem veneno” ao comprarem a produção local. Além dessa produção há ainda experiências em bioconstrução e saneamento ecológico. O Setor de

⁵ Projeto de Desenvolvimento de Assentamento organizado e administrado pelo INCRA ou ITESP.

produção do MST é responsável por fornecer assistência técnica às famílias nesse processo (M13, 2022).

A questão é problemática e está no meio das lutas de sobrevivência das pequenas propriedades que historicamente vinham e continuam enfrentando o latifúndio ao serem reduzidas pela expansão da concentração de terras, principalmente onde se instalou o agronegócio, acentuando-se as dificuldades de sobrevivência dos trabalhadores rurais, em todas suas modalidades e categorias. Percebe-se que continuou a herança de exclusão da massa de sem-terra, através do êxodo rural⁶, que já vinha em curso desde os anos de 1960 e que enfrentava resistência para manter-se na terra através do trabalho. A situação de miséria obrigou os camponeses, dentro da nova estratégia de organização da estrutura agrária brasileira, a buscarem novas condições de sobrevivência nas cidades. Sobre a concentração de terra e as alianças do capital com os grandes proprietários Matheus (2003, p. 26) ressalta que:

A concentração-centralização do capital investidos no agronegócio resultou na violenta desnacionalização da produção brasileira. Foi o que permitiu que houvesse a aliança entre o grande capital e grande propriedade de terra através das multinacionais, tornando o agronegócio o meio para a reprodução e concentração de capital.

Stédile (2012), ao conceituar cientificamente a questão agrária, aborda três categorias fundamentais: a posse, o uso e a propriedade da terra. Para esse autor, as Comunas da Terra têm como princípio a posse, no sentido de morar; o uso, no sentido de produzir; e a propriedade coletiva da terra, no sentido da concessão de uso comum a todos, embora existam áreas de produção coletiva⁷ e individuais⁸. Não é objetivo das Comunas da Terra produzir para acumular capital, mas têm objetivo de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e a alimentação de quem consome os produtos dos agricultores desses assentamentos. O primeiro desafio dos militantes do MST, na capital paulista, foi entender a organização da estrutura fundiária, mapear a quantidade de terras devolutas e fazer levantamento das possibilidades, da correlação de forças para aglutinar e ampliar parcerias estratégicas e políticas para ocupar e massificar as ocupações. Primeiro enfrentar as ambições da especulação imobiliária, depois para a concentração de riqueza de

⁶ No Brasil, o êxodo rural ocorreu de forma mais intensa em um espaço de três décadas: entre 1960 e 1990. O rápido deslocamento da população ocorreu em razão da industrialização do país, que se concretizou a partir da década de 1950, especialmente nos Estados da Região Sudeste do Brasil.

⁷ Produção realizada de forma coletiva em comum a todos, exemplo: milho, mandioca, feijão e etc.

⁸ O lote onde o agricultor mora com sua família e que não deixa de ser uma área de produção.

empresas, grupos de investidores terciários⁹, entendendo que essa situação não era exclusiva da estrutura fundiária das regiões próximas à cidade de São Paulo, mas um processo histórico da organização fundiária brasileira. Nesse sentido, Matheus (2003, p. 30) afirma que:

Essa estrutura fundiária e as políticas econômicas inconsequentes no Brasil conduziram a população para uma profunda crise, com empobrecimento e a degradação social da classe trabalhadora. A nossa realidade, é que a população encontra-se no processo de transição de trabalhador de campo para trabalhador urbano sem nenhuma identidade social, estão definitivamente perdendo sua cultura de trabalhador do campo, mas não se tornam operário, por consequência tornam-se uma população excluída sem perspectiva futuras.

No livro organizado por João Pedro Stédile "*Experiência Histórica de Reforma Agrária no Mundo*", este apresenta uma sequência de artigos que categorizam as várias formas de Reforma Agrária historicamente estabelecidas pelo mundo. Compreender esses conceitos de Reforma Agrária relacionados a cada momento histórico nos ajuda a entender a importância que têm as Comunas da Terra nos territórios onde estão situadas no atual momento histórico, ao estabelecer possibilidades reais de mudança social profunda na estrutura agrária regional, desenvolvimento e inclusão social nas áreas periurbanas. Ao analisar a importância da Reforma Agrária no Brasil e no mundo, podemos observar que esse processo foi a forma mais eficaz de combater a pobreza e as desigualdades sociais no século XX.

É importante destacar que, no Brasil, apesar de existir algumas ações em prol da descentralização da terra, a Reforma Agrária caminha em um processo lento e complicado historicamente. As Comunas da Terra, nesse sentido, são um contorno na busca de alternativas de outras possibilidades para ampliar o acesso à terra através da re-campanização dos trabalhadores rurais que foram deslocados para as grandes cidades forçados pelas mudanças políticas e econômicas no campo. Sendo assim, importa destacar as principais formas de Reforma Agrária que tiveram impacto expressivos onde ocorreram e como foram denominadas conforme suas ações práticas em cada momento histórico.

Assim, destacam-se seis importantes experiências de implementação de Reforma Agrária que aconteceram no mundo contemporâneo: a Clássica¹⁰, gerou um

⁹ Investidores acionistas de empresas de capital aberto que lucram com dividendos.

¹⁰ Modelo adotado pelos EUA quando Abraham Lincoln promulgou a lei de terras em 1872 na qual beneficiou, num prazo de 40 anos, 60 milhões de agricultores e desapropriou 300 milhões de hectares. Esse modelo também foi adotado na França quando Napoleão Bonaparte desapropriou as terras dos nobres e entregou aos camponeses.

desenvolvimento econômico que levou os EUA à potência que é hoje com influência política no mundo globalizado, criou e potencializou o mercado consumidor interno e formou uma classe média agrária com poder de compra e capital para investir. Esse modelo de Reforma Agrária caracterizou-se como meio para superar os problemas do capitalismo no meio rural; Anticolonial¹¹ foi adotado por movimentos de independência na América Latina que buscavam resolver o problema da terra conforme os ideais revolucionários e estratégia da época que foi implementada; Radical¹² foi um processo armado organizado por camponeses expropriados com o objetivo de desapossar as terras de latifundiários a força; Popular¹³ foi uma aliança entre os processos revolucionários de autonomia econômica que desapropriou e distribuiu terras aos camponeses, impactou significativamente na disputa de um modelo de sociedade baseada em ideais socialista; Moderada¹⁴ é uma maneira de implementar a Reforma Agrária sem provocar rupturas políticas como ocorreram nos demais processos; e Socialista¹⁵ foi um processo de distribuição de terras, de alteração na forma de organizar a produção, deixou de ser individual e passou a ser administrado por cooperativas coletivas ligadas aos camponeses.

De acordo com o Programa de Reforma Agrária do MST (1995), a concentração de terra no mundo e no Brasil não foi diferente em relação aos diversos lugares onde esse processo aconteceu. No Brasil, desde as capitânicas hereditárias, ao concentrar a terra concentra-se também a propriedade dos meios de produção, da renda, do domínio do poder econômico e político no meio rural, monopolizado historicamente por uma minoria oligárquica capitalista. Dessa maneira, a Reforma Agrária é uma disputa de projeto de desenvolvimento social, político e econômico no campo. De um lado estão as elites agrárias manipulando as políticas públicas para manter seus latifúndios e do outro a população rural reivindicando suas pautas contra a concentração de terra, caracterizando uma sociedade conflitiva permanente.

A propriedade de terras no Brasil está concentrada nas mãos de uma minoria, caracterizando um dos mais altos índices de concentração do

¹¹ Modelo adotado no Haiti através da revolução de escravos em 1808, que resolveu o problema da terra desapropriando-as das elites francesas e entregando-as aos escravos Paraguaí e Uruguaí também seguiram modelo similar.

¹² Modelo adotado no México de 1910 a 1920 em que camponeses armados tomam as terras dos latifundiários, liderados por Emiliano Zapata. E na Bolívia, na década de 1950, camponeses armados ocupam La Paz e exigem a desapropriação de terras.

¹³ Modelo adotado dentro dos processos revolucionários em Cuba 1959, Vietnã/República do Vietnã do Norte e na Nicarágua em 1979.

¹⁴ Modelo adotado no Chile em 1960 antes do governo de Salvador Allende.

¹⁵ Modelo adotado na antiga URSS nas Kolkhozes, Iugoslávia nas Adrugos e no processo de Reforma Agrária pela PREC em Portugal em 1975.

mundo. Cerca de 1% dos proprietários detém em torno de 46% de todas as terras. E a concentração de terra traz a concentração da propriedade dos meios de produção (máquinas, benfeitorias, etc.), do poder econômico, da renda e do poder político no meio rural. Reproduzindo uma sociedade permanentemente conflitiva entre uma minoria e uma ampla camada da população que tem seu trabalho cada vez mais explorado (MST, 1995, p. 14).

Segundo Silva (2015), a Lei de Terras de 1850 no Brasil foi uma medida determinante para a concentração fundiária, a qual dividiu oficialmente a zona rural, de um lado os latifundiários e do outro as pequenas propriedades, desconsiderando juridicamente as propriedades de uso coletivo e posse da terra. De acordo com este autor, o sistema colonial de Sesmarias foi uma escolha das elites lusitanas ao conceder aos capitães donatários, administradores das capitanias hereditárias, os direitos de explorar e expropriar os nativos que aqui habitavam. Assim se deu a origem do latifúndio como organização da estrutura fundiária.

Na década de 1960, durante o Regime Militar no Brasil, após o comício de João Goulart¹⁶ na Central do Brasil no Rio de Janeiro, ao apresentar as Reformas de Base¹⁷ que afetariam também a estrutura fundiária através da reforma agrária, as forças políticas opositoras caminharam no sentido de interferir e impedir o avanço do processo. Em seguida, culminou no Golpe Militar de 1 de abril de 1964. As Reformas de Base pretendiam atenuar as desigualdades sociais sem se afastar do liberalismo econômico. Elas colocavam em pauta pontos importantes sobre a reforma agrária: distribuição mais equitativa das propriedades rurais, desapropriação de terras improdutivas e prioridade da

¹⁶ João Belchior Marques Goulart (PTB), conhecido popularmente como Jango, foi um advogado e político brasileiro, 24º presidente do Brasil, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi o 14º vice-presidente do Brasil, de 1956 a 1961, durante os governos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Jango foi eleito vice-presidente com mais votos que o próprio presidente JK. Concentração realizada no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, em frente à estação ferroviária Central do Brasil, o Comício das Reformas, também conhecido por Comício da Central, reuniu cerca de 150 mil pessoas, incluindo membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis e militares, estudantes etc. Tinha por meta demonstrar a decisão do governo federal de implementar as chamadas reformas de base e defender as liberdades democráticas e sindicais.

¹⁷ As Reformas de Base pretendiam atenuar o quadro de desigualdade social do país, contudo, sem ultrapassar os marcos do liberalismo político e econômico. Reforma Agrária: distribuição mais equitativa das propriedades rurais, desapropriando terras improdutivas; prioridade da produção agrícola que visasse o mercado interno; Reforma Administrativa: a reestruturação da administração pública federal, para tal foram editadas leis para reorganização de materiais e do sistema de méritos, além da Lei Orgânica do Sistema Administrativo Federal; Reforma Eleitoral: garantir o direito do voto aos militares de baixas patentes e aos analfabetos; Reforma Bancária: controle da inflação por meio de um órgão central; Reforma Tributária: modernização da arrecadação tributária para evitar fraudes fiscais; Reforma Universitária: abolição da vitaliciedade de cátedra e a liberdade no exercício da docência; Reforma Constitucional: era necessária para a viabilização das principais reformas como a agrária, a eleitoral e a universitária.

produção agrícola que visasse o mercado interno. As pressões sociais ocasionadas por esse momento histórico obrigaram os militares a redigir o Estatuto da Terra¹⁸ como resposta às reivindicações políticas da sociedade.

Ao refletirmos sobre a criação do Estatuto da Terra, temos que levar em conta o Brasil como um país subdesenvolvido/emergente que não conseguiu desenvolver-se economicamente no campo sem gerar expropriação e miséria aos trabalhadores rurais, pois sempre esteve atrelado a um modelo de estrutura fundiária comprometida com a concentração de terra nas mãos das elites. O Estatuto da Terra não resolve o problema no campo, mas apresenta alguns avanços em relação aos direitos fundiários sobre a posse da terra, ou seja, ainda é um modelo marcado pela lógica de monocultura, a *plantation*, cujo objetivo central é produzir na terra para abastecer o mercado externo. E, dessa maneira, concentrando poder políticos e econômicos nas mãos dos latifundiários, o capital externo para financiar, direta ou indiretamente, exploração dos recursos naturais, força de trabalho, concentração fundiária protegida por um modelo agrário com amparo jurídico para se estabelecer socialmente no campo. Portanto, o Estatuto da Terra é um documento que apresenta a estrutura central do modelo fundiário no Brasil.

Em relação ao Estatuto da Terra de 1964, as propriedades de terra são classificadas em cinco categorias: Imóvel rural, Propriedade familiar, Minifúndio, Latifúndio e Empresa rural. Seus conceitos (classificações) gerais são os seguintes: Imóvel Rural: qualquer imóvel que é utilizado para produção agrícola. Propriedade familiar: imóvel explorado para fins agrícolas com força de trabalho familiar, envolvendo todo núcleo familiar, em que todos conseguem seu sustento a partir do trabalho na terra. Minifúndio: são pequenas propriedades rurais com extensão maior do que as propriedades familiares, geralmente utilizadas na produção de alimentos. Latifúndio: Grande propriedade rural para produção moderna de monocultura ou especulação imobiliária. Empresa rural: são médias e grandes propriedades de ordem física e jurídica voltadas para exploração econômica racional do espaço agrário.

O que podemos perceber é que o sistema capitalista não consegue se adaptar facilmente às atividades agrícolas sem antes dominá-las tecnicamente e transformá-las em mercadorias. Por outro lado, devido à agricultura ser uma atividade pré-existente e fundamental em outros modelos anteriores ao capitalismo, mostra que ela conseguiu

¹⁸ LEI nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

sobreviver em outras formas de organização social sem necessariamente ser um processo de acúmulo de capital, mas com objetivo histórico de alimentar a humanidade. Sendo assim, é notório observar que os sistemas agrícolas pré-capitalistas no mundo encontraram muitas dificuldades para coexistir com o desenvolvimento capitalista sem antes expropriar os camponeses dos seus meios de produção, de forma violenta, transformando numa sociedade dividida, desigual, mais injusta, mais pobre e menos desenvolvida aos trabalhadores rurais.

Segundo Marx (1988), a terra não pode ser considerada uma mercadoria, pois não é fruto do trabalho humano, no entanto, é considerada uma “mercadoria de caráter especial”. Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, a terra passou ser regida pelas mesmas regras do capitalismo comercial, industrial e assim por diante. Como um processo de investimento, quanto mais o capitalista agrícola ganhava dinheiro com a terra, mais ele acumulava terras por meio da propriedade privada, dessa maneira, mais concentrada a propriedade privada ficava nas mãos das elites agrárias. A consequência da concentração de terra resultou na histórica má distribuição da renda do povo brasileiro. Para ter acesso a terras no Brasil, desde a Lei de Terras de 1850, era necessário ao proprietário condições para comprá-la, isto é, ficava limitada a quem tivesse capital para investir, os demais ficavam excluídos do processo fundiário.

1.1 Movimentos Sociais no campo e o MST

Atualmente, o MST encontra-se organizado nos 24 estados do Brasil. No total, há aproximadamente 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, essas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da reforma agrária. Os latifúndios desapropriados para assentamentos normalmente possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, como saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer. Por isso, as famílias assentadas seguem organizadas e realizam novas lutas para conquistarem estes direitos básicos.

Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as

coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, jovens, homens e mulheres. Da mesma forma, isso acontece nas instâncias nacionais. O maior espaço de decisões do MST são os Congressos Nacionais que ocorrem, em média, a cada cinco anos. Além dos Congressos, a cada dois anos, o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso. Para encaminhar as tarefas específicas, as famílias também se organizam por setores, que são estruturados desde o âmbito local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado.

Na década de 1950, o debate sobre a Reforma Agrária passou a ser pauta de reivindicações de lutas dos Movimentos Sociais. Na época, o Partido Comunista entendia que a Reforma Agrária era condição necessária para uma transição econômica de caráter socialista. Nos anos de 1970, estabelece-se o incentivo governamental de ocupação na região com objetivo de criar vários assentamentos de colonização na Amazônia Legal, com o lema: "*sem-terra para terra sem gente!*". Durante os anos de 1980, o processo de Reforma Agrária ficou baseado em conflitos entre grileiros e posseiros, que vencessem as disputas territoriais teria o título garantido da terra regulamentada.

A partir dos anos de 1990, acentuam-se os conflitos de terra no Brasil com repercussão na grande mídia. Os casos com mais impacto nacional foram Eldorado dos Carajás e Corumbiara em que sem terras foram mortos em confronto com as forças repressivas do Estado. O acesso à terra se dava da seguinte maneira: os Movimentos Sociais ocupavam as áreas devolutas, a partir disso, os conflitos com o latifúndio passavam a ser gerados e só depois dessa situação havia o posicionamento dos governos através das instituições representativas do Estado. Esse processo gerou muitas tensões no campo, causando a morte de várias lideranças.

Após a virada do século, nas décadas que sucederam os anos 2000, o agronegócio passou a ser um modelo de organização e exploração do território brasileiro que se tornou muito capitalizado. O setor agrário muda completamente toda a estrutura de organização fundiária dos territórios onde está instalado e contribui para gerar algumas consequências como: exclusão social, desemprego, uso de agrotóxicos, desmistificação de algumas áreas,

uso de maquinário pesado, contaminação de mananciais, aumento do desmatamento e monopólio da cadeia produtiva agroindustrial.

Como alternativa a esse modelo de organização da produção no campo, a Reforma Agrária popular torna-se prioridade nas lutas dos Movimentos Sociais do campo. Porém, outras pautas passam a ser incorporadas e são tão importantes quanto a luta pela terra. É por isso que passa a se chamar Reforma Agrária popular, pois inclui: a agroecologia como uma matriz de produção, sustentabilidade, qualidade de vida no campo, Educação do Campo, luta das mulheres no campo, luta da população negra do campo, luta da população LGBTQIA+ do campo, oportunidade para a juventude do campo, direitos humanos, atingidos por barragens, atingidos pela mineração, questão indígena, questão quilombola, preconceito no campo e outras. Dessa maneira, as Comunas da Terra passaram a ser gestadas na prática dentro desse contexto histórico: de um lado o modelo de agronegócio e do outro um projeto de Reforma Agrária popular.

O entrevistado M10 relatou que as primeiras ideias sobre as Comunas da Terra surgiram com a experiência de organização e construção do MTST no estado de São Paulo:

Sobre o surgimento das Comunas, há todo um contexto histórico que é muito importante, eu acho. Primeiro, em São Paulo, por volta de 97, 96, 97 nós ajudamos a construir, por exemplo, o MTST, em Campinas. Foi uma construção a partir do MST e da militância do MST, evidentemente que as lutas por moradia então já aconteciam. O que o MST fez? Nós deslocamos militantes lá e ajudamos no processo organizativo. Isso foi até 2010, por aí. Daí, quando surge a nova turma do MTST que, Boulos e etc. e que tocaram com autonomia e que seguem tocando até hoje

No final dos anos 1990, alguns militantes do MST vieram do interior de São Paulo para contribuir na organização do MTST¹⁹ na capital paulista. O objetivo era ajudar a organizar estruturalmente e politicamente os acampamentos de sem teto nas periferias paulistanas. A parceria envolvia a Fraternidade Povo da Rua²⁰ que influenciou na massificação dos primeiros acampamentos com pessoas em situação de rua e outros

¹⁹ O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) é um movimento de caráter social, político e popular fundado em 1997, que advoga principalmente pelo direito à moradia, pela reforma urbana e pela diminuição da desigualdade social. Inicialmente organizado como um setor urbano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), numa época em que a população brasileira se concentrava cada vez mais nas cidades, o MTST surgiu em decorrência das dificuldades encontradas com a falta de moradia adequada nas periferias dos grandes centros urbanos. Sua forma de atuação principal é a ação direta através da ocupação de bens imóveis que não atendem à sua função social, tendo também consolidado seu protagonismo entre os Movimentos Sociais através de manifestações e protestos a partir das Jornadas de Junho. Atualmente, o movimento organiza 55 mil famílias em 14 estados do Brasil.

²⁰ Grupo que realizava atividades assistenciais com a população de rua na capital de São Paulo e estava ligado à igreja católica.

grupos vulneráveis, como por exemplo, pessoas soropositivas. De acordo com M10, o MST sempre teve uma boa relação com os setores da igreja em São Paulo, isso ajudou o processo de organização das famílias ao reuni-las para falar sobre a proposta de Comuna da Terra:

Na cidade de São Paulo, nós sempre tivemos relações boas com a igreja, com o setor da igreja, você conheceu André, o padre Naveen, que tinha um trabalho com o povo de rua, na região do Brás e etc. Essa aproximação nos levou a fazer várias reuniões lá e discutir. Bom, qual alternativa a esse povo? [...] Porque até então não tínhamos, embora sempre desenvolvíamos trabalhos de base nas cidades e grande parte da classe trabalhadora, mesmo do Campo, aqui em São Paulo, moravam nas periferias das cidades do interior, né? Mas, no centro de São Paulo não tínhamos desenvolvido nenhum tipo de experiência. Passamos a fazer reuniões, trabalho de base e levar muitas dessas famílias para as ocupações, mesmo na região de Ribeirão Preto. Lembro muito bem da Irmã Alberta chegando com ônibus de São Paulo e ajudando na ocupação do que é hoje Sepé, né?

A finalidade era organizar esses grupos com pessoas que estivessem dispostas a ocupar uma pequena área de terra rururbana e que pudessem devolver uma comunidade que proporcionasse qualidade de vida, dignidade, garantia de trabalho, criação de cooperativas de produção, economia solidária e sustentabilidade a partir dos recursos gerados pela coletividade e cooperação. Com o tempo, muitos trabalhadores que estavam ligados ao MTST, que na época era organizado pelo MST, passaram a se interessar pela ideia de ter uma terra para plantar. Dessa maneira, os militantes perceberam que havia algo em comum entre as pessoas que procuravam os acampamentos para a massificação das ocupações no MST paulistano: muitos desses trabalhadore(as) já tinham um passado relacionado à vida no campo e suas origens ainda estavam, de alguma forma, ligadas ao trabalho na agricultura através da identidade camponesa.

Mas é necessário ressaltar que esses trabalhadores foram profundamente transformados e marcados pela vida proletária e urbana. A maioria deles teve grandes dificuldades para se manter com recursos financeiros gerados a partir de subempregos voláteis²¹, custo de vida alto e instabilidade social, precarização na qualidade de vida, baixa expectativa de oportunidades e dificuldades para manter as necessidades básicas de sobrevivência. Por outro lado, M10 apresenta duas questões: muitas famílias não estavam

²¹ Serviços de curta duração, sem contrato, carteira assinada e mal remunerados, como limpeza de terrenos, servente de pedreiro, ajudante de serviços gerais, cavar poços, barranco, passadoria, tinturaria, serviços de aplicativos, chapa de caminhões e outros.

dispostas a irem para as ocupações no interior, e o MST tinha necessidade de se organizar próximo da capital:

E, a partir desse contexto, nós achamos que muitas dessas famílias, pessoas, não queriam, e essa é a realidade concreta nos mostrou, né? Ir para uma ocupação de terra lá no Pontal do Paranapanema, para interior, mas que queriam ficar perto de onde já vivia. Ao mesmo tempo, nós estávamos, e acho que isso é muito interessante, nós estávamos numa toada de nos aproximar dos grandes centros. Por quê? Porque havia uma dificuldade imensa, como é até hoje, em nós trazer grandes contingentes de pessoas para as mobilizações mais na capital. Porque grande parte das conquistas reais que se dá, até surgiu uma frase no passado, “a luta da reforma agrária se dá no Campo, mas se conquista na cidade”. Por quê? Porque toda estrutura política, governos e etc. estão nas capitais.

Esses trabalhadores, com suas famílias inteiras, se disponibilizavam e idealizavam o desejo de voltar ao campo, desde que não fosse muito longe dos grandes centros. Aos poucos foi surgindo, através de estudos e debates, a ideia do processo de recampanização, o retorno reverso do êxodo rural dessa população que estava aglutinada nas imediações suburbanas²² dos perímetros urbanos dos grandes centros metropolitanos. De acordo com M2 os sujeitos da Comuna da Terra são processo do Êxodo Rural:

Os sujeitos que compõem a Comuna da Terra, na sua maioria, são oriundos do processo de êxodo rural que ocorreu no Brasil a partir da década de 70 e 80, com o advento da industrialização. Obrigados a morar nas periferias das grandes cidades, sem acesso à moradia digna, trabalho, saúde, educação, cultura e lazer, tendo que conviver com a violência institucional policial, por exemplo.

Assim nasce o que se denomina Regional Grande São Paulo²³, o conjunto de acampamentos e assentamentos organizados pelo MST e coordenados por militantes Sem Terra na região do eixo metropolitano da cidade de São Paulo. Esse processo de ocupação contribuiu para que o MST pudesse se aproximar de outros movimentos urbanos e dos trabalhadores do campo que estavam nos grandes centros. Ao mesmo tempo, ajudou a manter militantes do próprio Movimento próximos às áreas urbanas com objetivo de organizar mobilizações estratégicas para a Reforma Agrária, como apresentou M10 em seu relato:

²² Termo da geografia usado na época para designar as áreas de ocupação das Comunas da Terra.

²³ Atualmente a Regional Grande São Paulo do MST é composta por dois assentamentos rurais com proposta da Comuna da Terra: Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, uma Comuna Urbana Dom Helder Câmara e um acampamento organizado por conta própria: Irmã Alberta.

É uma dificuldade imensa de nos mobilizar do interior para as capitais nos momentos que eram necessárias mobilizações para a obtenção de conquistas. Então, a ideia foi: nós precisamos organizar as classes trabalhadoras no entorno e aqueles que quiserem ir lutar pela moradia, bom, tem uma possibilidade de luta pela moradia via movimento de moradia, via MTST, via outros movimentos.

O outro aspecto importante sobre a proposta de Comuna da Terra foi, segundo relatou M10, a referência da revolução vietnamita que inspirou as bases de organização da Regional da Grande São Paulo ao desenvolver condições de lutas próximas aos grandes centros e diminuir os custos, aproveitamento de tempo para a realização das atividades dos militantes do MST na cidade, ou seja, minimizar os custos financeiros da luta pela Reforma Agrária:

Bom, o segundo aspecto que é importante aqui é [...] [o uso de] uma referência com a revolução vietnamita, que era o seguinte: você sabe é que uma revolução feita por camponeses que de dia trabalhavam na roça e de noite era um (*Neelie*), ou seja, essa sobrevivência e luta se dava de forma concomitante e permanente. Então, nós precisávamos de uma militância que atuasse nos grandes centros, mas nós não tínhamos condição de liberar essa militância financeiramente. Então, era preciso ter espaços onde pudesse se produzir, garantir a alimentação, garantir uma renda, mas que, ao mesmo tempo, ficasse perto dos grandes centros para desenvolver o trabalho de base. Então, a ideia da Comuna, perto dos grandes centros que possibilita o deslocamento relativamente rápido e não custoso, que ao mesmo tempo se planta, se colhe e etc., e quando precisa ir lá em atividades de noite, também em finais de semana, nós temos uma militância disponível para desenvolver isso.

No período de 2002 à 2005, a Regional era composta pelo assentamento Dom Tomás Balduino em Franco da Rocha e os acampamentos Camilo Torres, na fazenda Mian, em Ponanduva Cajamar; Dom Pedro Casaldáliga, na fazenda São Luiz, também em Ponanduva Cajamar; Irmã Alberta na área da SABESP, no bairro de Perus em São Paulo, às margens da estrada de Campo Limpo Paulista ao lado do centro prisional de Franco da Rocha. Este era denominado acampamento escola, pois tinha o objetivo apenas de massificar e enviar os acampados para outras regionais. Outro acampamento é o Terra sem Males, ligado à Regional de Campinas e passou por várias ocupações e despejos. Após serem despejados de um latifúndio em Bragança Paulista, ficaram provisoriamente na área da SABESP, no bairro de Perus, junto com o acampamento Irmã Alberta. Muitos acampados foram transferidos para outras áreas de ocupações do MST no interior paulista, e os acampamentos na Regional fundiram-se para melhor organizar e administrar as

ocupações ou foram remanejados para outras áreas com possibilidade de serem assentados mais rapidamente do que o tempo previsto aos processos legais de desapropriação, vistoria e compra da áreas pelo INCRA ou ITESP.

As expectativas nas mudanças de governo, de FHC²⁴ para governo Lula²⁵, em 2002, direcionaram os estudos que vinham sendo desenvolvidos pelo grupo de militantes do MST no estado de São Paulo, desencadeando uma série de eventos que culminaram na possibilidade real de enfrentamento aos novos desafios na luta agrária e apontavam novos elementos no horizonte da luta pela terra. Os novos elementos apresentados seguiram um outro ponto de partida: Reforma Agrária popular do MST junto com outros Movimentos Sociais do campo, a necessidade de retomarmos a propaganda da Reforma Agrária (SAMPAIO, 2004), a possibilidade de novas formas de realização da reforma agrária, problematizar os diagnósticos realizados pelo seguimento da direita que afirmavam que a Reforma Agrária no Brasil já estava historicamente superada, pois o capitalismo já teria resolvido todos os problemas do campo, e a retomada da ideia de que a Reforma Agrária é uma luta de todos, no campo ou na cidade.

A conjuntura naquele momento histórico buscava analisar e encontrar novas alternativas para a implementação (reorganização jurídica de novos modelos assentamentos de sem terra), reestruturação e sistematização do conjunto de ideias que eram fruto de estudos na Regional Grande São Paulo. Ao mesmo tempo que se analisava as possibilidades sobre a questão agrária no no Brasil havia um novo contexto político em andamento frente à globalização das políticas neoliberais em ascensão nos países de economia emergente. A organização do agronegócio como um modelo de produção agrícola torna-se a força central nas mudanças de políticas econômicas na produção²⁶ de *commodities* no campo iniciados a partir dos anos 1990. Esse modelo caminhava no sentido de romper com a “lógica estrutural de latifúndios” improdutivos que não conseguia dar conta de produzir em todas as terras concentradas. Dessa maneira, o agronegócio,

²⁴ O Governo Fernando Henrique (PSDB), também chamado de Governo FHC, teve início com a posse da presidência por Fernando Henrique Cardoso, em 1º de janeiro de 1995, e terminou em 1º de janeiro de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência. Característica importante do Governo FHC na economia foi ter assumido o governo com a inflação em 22,41% e entregue com 12,53% com o Plano Real.

²⁵ O Governo Lula (PT) corresponde ao período da história política brasileira que se inicia com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, em 1º de janeiro de 2003, em sua quarta candidatura para este cargo e após derrotar o candidato do PSDB, José Serra, com 61,27% dos votos válidos, em segundo turno.

²⁶ Tecnologias, maquinaria pesada, irrigação, produção em larga escala de commodities, impactos ambientais, mudanças jurídicas no código florestal, industrialização(agroindústrias), políticas cambiais para exportações, modelos neoliberais na organização agrícola e outras questões relacionadas à contenção de terras e renda.

capitalizado, abandonou os métodos produtivos mais antigos e aderiu às novas características de modernização, automatização, integração entre as cadeias produtivas e avanços nas tecnologias biogenéticas, produção de patentes e concentração de terras, de riquezas e acentuação dos níveis de pobreza no campo.

Dessa maneira, os debates re-colocavam a necessidade de ampliar a discussão sobre a Reforma Agrária na sociedade brasileira, como uma luta fundamental a todos os cidadãos brasileiros, ressaltando a importância na produção de alimentos de qualidade, com preço justo ao consumidor, sem veneno e de maneira que pudesse garantir soberania alimentar acessível aos trabalhadores no campo e na cidade. Foi esse conjunto de elementos que norteou os debates no MST em São Paulo sobre uma nova concepção de Reforma Agrária, estruturada em três questões centrais sistematizado por Matheus (2003): ‘a propriedade da terra’, terra não é mercadoria, conceber um novo conceito de posse da propriedade para além dos limites de tamanho; ‘identificar os trabalhadores’, públicos interessados na reforma agrária, que estariam aglutinados nas periferias de grandes centros e mesmo aqueles com longo tempo distanciado da vida no campo, mas que queiram retornar ao processo de recampanização; e ‘novo modelo de assentamento’, o desafio de repensar essa nova proposta de assentamento que pudessem enquadrar os elementos já citados, assim como, outros também importantes que estão sendo construídos no processo de luta pela Reforma Agrária popular com matriz de produção agroecológica, amparo em políticas relacionadas às questões sociais, das moradias, saúde, educação lazer e cultura.

Para esta pesquisa, o que interessa é apreender os fundamentos das matrizes pedagógicas da agroecologia como um princípio educativo na formação dos trabalhadores rurais nas Comunas da Terra para que possam ter elementos definidores na tomada consciente das decisões que causam impactos ambientais de transformação dos ecossistemas, alteração no solo e manejo agrícola, de forma geral.

A sistematização dos estudos sobre as Comunas da Terra teve como ponto de partida a pesquisa pioneira realizada pelo dirigente estadual do MST, Delwek Matheus (2003), com o trabalho: “*Uma outra Concepção de Assentamentos de Reforma Agrária: Comuna da Terra*”, no curso sobre a Realidade Brasileira realizado em 2003 na ENFF em parceria com a UFJF. As Comunas da Terra são pequenas áreas de Reforma Agrária próximas aos grandes centros urbanos para produzir alimentos e outros serviços secundários, cuja matriz de produção fundamenta-se na agroecologia definida pelo MST. Estabelece formas de produção e consumo baseado na ideia de solo sadio, planta sadia e

ser humano sadio (PRIMAVESI, 2016). Altieri e Nicholls (2007) apresentam os modelos agroecológicos como processo-chave capaz de subsidiar por si as regulações biológicas de “pragas” para o sucesso de cultivos de alimentos, baseando-se em princípios ecológicos de manejo de biomassa para a fertilidade do solo.

La agroecología se perfila hoy como la ciencia fundamental para la conversión de sistemas convencionales de producción (monocultivos dependientes de insumos agroquímicos) diversificados y autosuficientes. Para esto la agroecología utiliza principios ecológicos que favorecen procesos naturales de modo tal que la agrobiodiversidad sea capaz de subsidiar por sí misma procesos claves tales como la acumulación de materia orgánica, fertilidad del suelo, mecanismos de regulación biótica de plagas y la productividad de los cultivos²⁷ (ALTIERI; NICHOLLS, 2007, p. 3).

Com relação à matriz de produção, a proposta da Comuna da Terra aponta para um novo modelo produtivo e tecnológico através da produção agroecológica, o que inclui garantir a auto-suficiência na produção de sementes, mudas e geração de energia e etc. (MATHEUS, 2003, p. 41). “Compreende-se que a agroecologia é inseparável da luta pela soberania alimentar e se insere na busca de construir uma sociedade com produtores livres e associados à sustentação de toda a vida, recuperando territórios (meio ambiente), pelas reformas agrária e urbana e pela cooperação dos povos do campo e da cidade”. Segundo Marx (2002), são os meios de produção que determinam a consciência através do trabalho que produz a vida, sendo assim, Marx afirma que o ser humano transforma a realidade ao mesmo tempo que é transformado por ela, a consciência, nesse sentido, é desenvolvida através da realidade objetiva material:

[...] os homens que desenvolvem a sua produção material e seu intercâmbio material que, ao mudarem sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. (MARX, 2002, p. 23).

A produção de alimentos é um debate de relevância política, social e econômica na sociedade brasileira, pois no contexto histórico da produção agrícola, na história da

²⁷ A agroecologia desponta hoje como a ciência fundamental para a conversão de sistemas de produção convencionais diversificados e autossuficientes (monoculturas dependentes de insumos agroquímicos). Para isso, a agroecologia utiliza princípios ecológicos que favorecem os processos naturais de forma que a agrobiodiversidade seja capaz de subsidiar por si processos-chave como o acúmulo de matéria orgânica, a fertilidade do solo, os mecanismos de regulação biótica de pragas e a produtividade das lavouras.

agricultura no Brasil, a produção de alimentos sempre foi um processo de mercantilização, concentrando a terra no campo e na cidade. No campo pelos latifundiários, e mais recentemente pelo agronegócio, e na cidade pelas empresas de especulação imobiliária.

Com relação à produção nas Comunas da Terra, o MST possui a seguinte proposta que se baseie em primeiro lugar na segurança alimentar e nutricional das famílias e depois na possibilidade de geração de renda através do beneficiamento da produção e em pequenas agroindústrias agregando valor à produção excedente para o comércio, e comercialização direta com o consumidor, possibilitando maior retorno econômico ao assentado (GOLDFARB, 2007, p. 37).

As experiências dos militantes do MST junto com os do MTST na capital paulista ao organizar ocupações urbanas ajudaram a gestar, direta e indiretamente, as ideias de elaboração das Comunas da Terra. Foi um processo de construção forjado na luta, uma concepção que apontou as diretrizes para a elaboração de uma proposta que pudesse garantir os ideais de uma forma de organização social, de produção de vida e, ao mesmo tempo, de produção de alimentos, primeiro, baseando-se no princípio da segurança alimentar e nutricional das famílias, possibilidade de geração de renda, beneficiamento da produção com retorno econômico.

A Proposta de Comuna da Terra se estabelece em áreas residuais e degradadas da Mata Atlântica com vocação ambiental, segundo alguns ambientalistas da região. Sendo assim, as Comunas da Terra contribuem mais para a preservação ambiental, por respeitar os protocolos de ocupação a partir da concepção agroecológica, do que se a área não tivesse sido ocupada pelo MST enquanto Movimento Social do campo. Dessa maneira, as Comunas da Terra passam a ser parte de uma proposta do MST ao iniciar uma campanha de plantar 100 milhões de árvores com objetivo de realizar a recuperação de áreas degradadas ao implementar agroflorestas e quintais produtivos. Nessa perspectiva, o MST, através das Comunas da Terra, tem o papel de denunciar a crise estrutural do capitalismo também no âmbito ambiental, e denunciar o avanço do agronegócio, mais acentuado no governo Bolsonaro. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em julho de 2019, o desmatamento na Amazônia foi 278% maior do que no mesmo mês em 2018. Acreditamos que esses mesmos processos se repetirão em outros biomas brasileiros. A liberação de agrotóxicos proibidos no mundo inteiro também faz parte do projeto de agronegócio em curso no campo.

2 COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Figura 04: Monumento da Comuna da Terra e a freira Irmã Alberta



Fonte²⁸: Brasil de Fato de 30 dezembro de 2018

A Comuna Irmã Alberta situa-se na região do Vale do Rio Juquery e da Serra da Cantareira, núcleo urbano, isolado do restante da cidade de São Paulo por um cinturão verde que, a cada ano, vem diminuindo devido às ocupações irregulares e pela expansão urbana do setor imobiliário na região.

As Comunas da Terra são uma estratégia do MST para as bordas das cidades, onde é possível realizar assentamentos de Reforma Agrária com produção agroecológica, mantendo o vínculo com a infraestrutura urbana. É nessa experiência que se expressam os conflitos relacionados ao meio rural e urbano, concomitantemente (RAGGI, 2014). A Comuna Irmã Alberta está localizada no distrito de Perus, no km 27,6 da rodovia Anhanguera. A rodovia é caracterizada como um eixo notável de escoamento da produção industrial de fábricas como a Natura, Jequití e Lojas Colombo (ATILANO, 2022, p. s/n).

²⁸ Monumento da Comuna da Terra que registra a data de ocupação da área em 20 de julho de 2002.

Segundo a pesquisa realizada pelos estudantes de graduação em Geografia na UNICSUL, o acampamento Irmã Alberta foi o primeiro do MST a consolidar-se dentro da cidade de São Paulo.

A Comuna, sendo a primeira a apresentar-se no município de São Paulo, possui uma estrutura social semelhante aos outros grupos do MST, porém com características específicas, dadas as proximidades urbanas e seu processo histórico de formação diferenciado (VASTELLA; CREMASCO; TROIANO, 2009, p. s/n).

Vivenciar e compreender a realidade da Comuna da Terra Irmã Alberta ao longo de dezoito anos é entender que é possível galgar outras alternativas do uso e posse da terra. A ideia de Comuna da Terra Irmã Alberta vem consolidando-se dentro da proposta do MST em modelos regionais do eixo metropolitano urbano, em nosso caso, na grande São Paulo, que dispõe de espaços geográficos compactos com potenciais agrícolas de pequeno porte e vocação ambiental no sentido da preservação de áreas residuais, ou seja, pequenas ilhas verdes de Mata Atlântica. Uma outra possibilidade que temos nesse processo é a implementação da Reforma Agrária popular através da proposta de Comunas da Terra. Segundo M13, esse processo é um avanço ousado na luta pela terra do MST. Ocupar um território onde está concentrada a maior cidade da América Latina com uma malha urbanística densa é uma questão audaciosa, simbólica e de resistência às fronteiras da capital. De acordo com o entrevistado M13:

A Comuna da Terra Irmã Alberta é uma das mais ousadas propostas de um Movimento Social no Brasil, à medida que traz para a maior cidade da América do Sul, que é a cidade de São Paulo, uma cidade majoritariamente urbanizada, a implementação de um espaço de Reforma Agrária. Essa proposta trouxe à tona duas discussões fundamentais, a primeira é da perspectiva da disputa do espaço urbano por iniciativas de produção de alimentos saudáveis, na perspectiva da disputa da agroecologia e da proteção do meio ambiente, duas coisas fundamentais para pensar a própria sustentabilidade da cidade no futuro. A segunda discussão é da Reforma Agrária, ao trazer para a cidade a luta travada majoritariamente pelos trabalhadores do campo, o MST cria uma aliança política entre trabalhadores do campo e os trabalhadores da cidade em torno de uma pauta, que é a Reforma Agrária, que, ao fim e ao cabo, interessa a todos.

Segundo os argumentos apresentados, por M13 essa proposta de ocupação ousada trouxe também a importância de duas discussões fundamentais: a disputa pelos espaços urbanos na produção de alimentos saudáveis na perspectiva da agroecologia, a proteção do

meio ambiente, planejar a sustentabilidade para as gerações futuras e a questão da Reforma Agrária, ao criar alianças entre os trabalhadores do campo e da cidade. Entendendo que a Reforma Agrária é um interesse de todos! Dessa maneira, como relatou M13, o acampamento Irmã Alberta sempre procurou está organizado dentro da proposta de Comuna da Terra e, ao longo do tempo, apresentou transformações sutis e radicais, ignoradas pelo poder público no território. O acampamento, através das lideranças, procurou firmar alianças importantes na correlação de forças políticas com partidos políticos, ambientalistas, grupos religiosos, grupos de teatros, universidades, estudantes, ONGs, políticos autônomos, Movimentos Sociais urbanos e rurais, sindicatos e outros.

Segundo nos relatou M12, a Comuna da Terra Irmã Alberta se encontra numa tríplice divisa de municípios é cercada por outras comunidades que também se encontram-se em situações de marginalidade, porém, não são tão organizadas como MST no processo de luta:

Devido à localização geográfica do local, que nos coloca em uma tríplice divisa, entre as cidades de Cajamar, São Paulo e Santana do Parnaíba, na periferia paulistana, nos coloca em uma região cercada por bairros pobres, na maioria são as favelas, bairros dormitórios, áreas de moradia de sem-teto, comunidades indígenas e condomínios de alto padrão.

Podemos supor que essas ocupações, em torno do acampamento Irmã Alberta, são espontâneas e têm pouca ligação política no enfrentamento às lutas por Reforma Agrária. Elas surgem da necessidade de moradia diante do alto custo de sobreviver na capital paulista. São lutas que caminham paralelamente às lutas do MST no território. O acampamento do MST tem importância na região, pois atribui a relação Campo/Cidade de proximidade com essas comunidades. Mesmo com todas as contradições existentes nessa relação, é possível observar a ampliação do núcleo de aliados apoiadores da causa da luta pela terra e, conseqüentemente, de implementação da Reforma Agrária no local.

As transformações no território aconteceram paulatinamente através da produção de alimentos e na melhoria de vida das pessoas que residem na Comuna. Mesmo com todas as contradições vivenciadas no local, falta de políticas públicas, infraestrutura e dificuldade para legalização fundiária do assentamento por conta própria, na região mapeada como rururbana, apresenta outras possibilidades. Vejamos o que diz M3:

A existência de uma ocupação rururbana na maior capital da América Latina, o maior polo econômico-empresarial do eixo sul do continente, é

de enorme importância política. Visto que desde a ascensão da direita, a Reforma Agrária é assunto enterrado, é fundamental a existência desta experiência, se manifestando economicamente na produção agroecológica e o escoamento para as cooperativas de consumo e doações para as ocupações urbanas pautando uma economia cooperativista e solidariedade de classe. Mostrando que uma economia solidária pode parasitar o capitalismo mesmo em grandes polos econômicos como São Paulo.

No entanto, ao mesmo tempo, seguiu fazendo resistência ao se manterem organizados no espaço frente à complexa realidade social, política e econômica. Assim, como já iniciamos o debate no capítulo anterior, o denominado conceito “rururbano”, muito usado no período de massificação do acampamento Irmã Alberta no início dos anos 2000 durante as formações, se insere ao contexto na tentativa de fazer a leitura do ponto de vista geográfico da organização territorial das áreas mais afastadas da cidade de São Paulo. Nesse sentido, procura interpretar os perímetros urbanos periféricos que apresentam áreas com densidade demográfica menor que as regiões centrais e, dessa forma, são marcadas pela presença de “vazios urbanos” na paisagem, possibilitando a permanência de lotes com finalidade de produção agrícola.

Sendo assim, o Irmã Alberta, na possibilidade de consolidar-se como um assentamento rural na região, abre precedentes para o debate sobre questões envolvendo as regiões periurbanas com potencial agrícola e implementação de projetos de Reforma Agrária Popular, abrindo debate sobre o que produzir? Como produzir? Para quem produzir? em um movimento de enfrentamento aos objetivos governamentais para a área a ser ocupada, ou seja, a implementação de aterros sanitários.

Segundo o entrevistado M13, as ocupações dessas áreas recolocam a possibilidade não só do aumento da empregabilidade dos camponeses, mas ampliam a produção dos alimentos fundamentais que compõem a dieta básica da população das periferias urbanas:

Em um país onde o agronegócio se utiliza principalmente da monocultura aliada ao uso extensivo de agrotóxicos, e onde ainda convivemos com o latifúndio improdutivo no interior e com a especulação imobiliária em áreas dentro ou próximas das grandes cidades, a Comuna Irmã Alberta propõe um outro modelo, na medida que expressa uma proposta de reforma agrária, onde há o parcelamento do solo para usufruto de famílias de trabalhadores do campo, o que não só amplia a empregabilidade no campo, como aumenta a produtividade daqueles alimentos que compõem a base da dieta das famílias brasileiras. E tudo isso com uma proposta agroecológica, sem uso de agrotóxicos, com respeito à natureza e com relações humanas e de trabalho saudáveis.

O trabalho agroecológico, de acordo com M13, é um princípio educativo fundamental na reorganização da matriz produtiva dentro da proposta agroecológica de produção. Recolocando certas necessidades de formação no campo acadêmico para entender o território dentro do contexto que está inserido, a produção de alimentos como acúmulo de forças políticas e resistência, a definição da matriz de produção e a apropriação de técnicas e tecnologias capazes de atender as necessidades dos produtores rurais da Comunas da Terra. A Comuna da Terra Irmã Alberta faz parte de um contexto complexo de pequenos produtores da cidade de São Paulo. O site da prefeitura de São Paulo sobre PDE diz que:

Pode parecer surpreendente, mas cerca de um terço do território da cidade de São Paulo apresenta características rurais. Resultante de intensos processos econômicos e sociais que atuam na metrópole há décadas, o rural paulistano é um território complexo descontínuo, pontuado por núcleos urbanos esparsos e descontínuo por um mosaico de unidades de conservação, chácaras, áreas de cultivos de hortaliças, plantas ornamentais e frutas (SÃO PAULO, s.d., s/p).

Sendo assim, a Comuna da Terra Irmã Alberta constitui-se como sendo o primeiro grupo de sem-terra a ser organizado pelo MST em um acampamento dentro da cidade de São Paulo. Segundo o artigo dos acadêmicos Vastella, Cremasco e Troiano (2009, p. s/n), que abre o debate sobre a questão voltada à criação de assentamentos rurais em área urbana com objetivo de produção de alimentos de qualidade e acessível à população:

Só pelo fato de ser o primeiro grupo do MST a se solidificar no município de São Paulo, que apresenta maiores níveis de urbanização do Brasil, já dá margem para discussões profundas a respeito do rompimento entre as fronteiras entre rural e urbano.

A Comuna da Terra Irmã Alberta está inserida em um cenário de resistência da agricultura familiar. O acampamento, nesse sentido, tem o importante papel de fazer o contraponto a um modelo de exploração do agronegócio que ao produzir não expressa claramente preocupações com a conservação do meio ambiente e caracteriza-se em um processo predatório dos recursos naturais para acúmulo de capital. O entrevistado M13 coloca esse debate ao se referir à Comuna da Terra Irmã Alberta como uma proposta de assentamento com responsabilidades sócio-ambientais:

Em um cenário onde a agricultura familiar e camponesa tem sido cada vez mais desvalorizada frente ao agronegócio, onde várias áreas de mata nativa têm sido devastadas pela expansão do agronegócio e da mineração e do fortalecimento de práticas nocivas do próprio agronegócio como o uso extenso de agrotóxicos e o uso de trabalho precarizado. A Comuna da Terra Irmã Alberta cumpre papel importantíssimo de contraponto a tudo isso, na medida que é a antítese desse modelo de exploração. Um espaço de agricultura familiar, com incentivo ao trabalho coletivo e cooperado, sem uso de agrotóxicos e integrado ao meio ambiente.

O acampamento²⁹ Irmã Alberta passou a ser denominado socialmente de “assentamento por conta própria” após a primeira inauguração frustrada em 2006. Momento histórico em que as negociações retrocederam e nós não conseguimos a legalização da área pelo INCRA. O grito de ordem foi: “vamos fazer esse assentamento na marra, nem que seja por conta própria”. O MST, desde então, denominou o território com a nomenclatura de “assentamento”, mas devemos deixar entendido que a Comuna da Terra Irmã Alberta é um acampamento que sobrevive sem políticas públicas e completou vinte anos de resistência ao se manter organizado na região, a legalização da área está longe de acontecer. É um acampamento que faz parte da totalidade econômica da maior cidade da América Latina, maior bolsão urbano da América do Sul e é a capital da locomotiva econômica do Brasil e há outros interesses financeiros que especulam a área comprometendo os avanços das negociações. Sendo assim, cabe-nos refletir o que é fazer agroecologia (em) na cidade de São Paulo? O que é fazer agroecologia como um processo alternativo de produção (conceitualmente a agroecologia não pode ser capitalista) numa cidade tão capitalista como o município de São Paulo? O que foi e como está sendo as experiências de transição agroecológicas, em relação aos modos convencionais de produção agrícola, na Comuna da Terra Alberta entre os anos de 2018 a 2020?

Os debates centrais que sempre estiveram em torno da esfera que envolve o território circundante à Comuna da Terra Irmã Alberta, por estar em um local entre o urbano e o rural, mais predominantemente urbano atualmente, são questionamentos norteadores relacionados aos marcos legais, históricos e sociais. Neste sentido, outros pesquisadores se dispuseram a estudar o assunto e responder algumas perguntas. Ao passo que a expansão urbana aumenta fica evidente que o perímetro denominado zona especial

²⁹ A denominação “assentamento por conta própria” foi utilizada pois o espaço ainda continua sem legalização há dezoito anos, pelo INCRA ou ITESP. Passou-se a denominar assentamento após as famílias serem distribuídas pelas áreas identificadas propícias para o assentamento, áreas da SABESP.

de produção agrícola (SÃO PAULO, s.d.) passa a ser regido por leis de zoneamento urbano. Dessa maneira,

O Irmã Alberta está portanto localizado em uma área rural, já que tem dependência inquestionável com a terra e relações de produção são predominantemente comunitárias, por conseguinte, não econômicas. levando em consideração a “ruralidade” do terreno – este inclusive, apresentando carência de infraestrutura básica, é legitimada a venda desde como “terra rural”, que aliás assim é definido como tal pelo perímetro de zoneamento do município de São Paulo, e consequência a Reforma Agrária para as famílias que lá residem (VASTELLA, CREMASCO, TROIANO, 2009, p. s/n).

Segundo a pesquisadora Goldfarb (2007), as Comunas da Terra, em nosso caso específico o acampamento Irmã Alberta, torna-se um processo de organização rural ao se propor ser um território de reprodução das condições de vida camponesa, ao mesmo tempo em que beneficia da urbanidade.

A Comuna não se enquadra como espaço urbano/rural a partir de imprecisões ou transições. Não é um espaço em transição. É espaço que se propõe a ser rural, posto que de reprodução da vida camponesa, porém com elementos urbanos, posto que demanda os benefícios que a urbanidade criou ao longo dos séculos (GOLDFARB, 2007, p. 09).

Sendo, dessa maneira, um espaço organizado pelo MST, pela Educação do Campo, com as pedagogias do movimento, a estrutura metodológica de organização do movimento, as simbologias são os mesmos processos de acampamentos em fase de luta nos territórios que estão mais no interior do país. O debate sobre a definição das Comunas da Terra se amplia, e o acampamento Irmã Alberta faz parte de uma relação Campo/Cidade na qual os elementos urbanos e rurais constituem-se no mesmo processo dialético.

É necessário ressaltar, portanto, que o urbano e o rural fazem parte de um mesmo processo dialético e integrado. As complicações em classificá-los deriva justamente desta interdependência. Embora existam implicações e divergências nesta definição, a comuna Irmã Alberta pertence a uma organização social predominantemente rural, embora hajam influências urbanas diretas (VASTELLA; CREMASCO; TROIANO, 2009, p. s/n).

Embora haja divergências, até certo ponto, não há uma compreensão sólida quando se trata de classificar a categoria Comuna da Terra Irmã Alberta: é ou não é uma área rural? Talvez, possamos destacar nesta dissertação que o espaço onde se encontra instalado o acampamento hoje, ao estar em uma área predominantemente urbana e sofrendo suas

influências, é uma proposta de assentamento, cujo acampamento em si, está organizado de modo rural. Isto devido à região local ter vocação ambiental e inspirar as imediações à preservação das reservas que estão no entorno do Irmã Alberta, resquício do bioma de Mata Atlântica, e por estar nas proximidades de parques ambientais da região, segundo afirmou em reunião da coordenação a engenheira florestal Marília Leite, que atua na militância do MST no acampamento.

De acordo com o entrevistado M13, ao argumentar em entrevista, os acampados das Comunas desde o início da ocupação realizam formações que os ajudam a compreender a questão fundiária no Brasil. E, como são organizadas pelo MST através dos setores, trazem ao contexto da luta pela Reforma Agrária outras lutas também importantes, formando um conjunto de ações que vai apresentando a característica camponesa dos acampados e acampadas da Comuna da Terra Irmã Alberta:

Apesar da origem urbana, os moradores da Comuna desde o início têm se envolvido com a luta geral pela Reforma Agrária empreendida pelo MST em todo Brasil, graças a processos pedagógicos promovidos pela atuação do setor de formação do movimento. Essas famílias foram capazes de compreender que o problema fundiário no Brasil é algo que afeta a todos, no campo e na cidade, participando assim ativamente da luta pela terra e pela Reforma Agrária. E, além dessa luta específica contra a concentração de terra, a também a defesa do direito à Educação do Campo e ao acesso à cultura. Educação e Cultura também são setores do MST que têm seus coletivos atuando dentro da Comuna da Terra Irmã Alberta.

O debate para definirmos a Comuna da Terra Como um espaço rural ou urbano é amplo, mas podemos defini-la transitoriamente como uma categoria que apresenta um território que é essencialmente urbano, porém há uma experiência de organização social de base camponesa realizada pelo MST. Para finalizar esse debate, M7 apresentou em entrevista que:

Os trabalhadores que moram na comuna, oriundo da ocupação, vêm de famílias em que seus ancestrais foram expulsos da terra e para sobreviverem na cidade tiveram que se adaptar com trabalhos urbanos precários, quando chegaram na comuna não conheciam nenhuma matriz tecnológica agrária e nem sequer sobre a matriz agroecológica. Tudo foi e está sendo um longo processo de aprendizagem no decorrer da história do acampamento Irmã Alberta.

Como podemos observar, os acampados e acampadas têm ainda alguma ligação em suas árvores genealógicas com o campo antes de irem para os acampamentos. A

dificuldade em se adaptar aos trabalhos urbanos, geralmente precários, colocaram esse grupo de trabalhadores na marginalidade social. Com base no histórico de luta das Comunas da Terra na região, no estado de São Paulo, podemos considerar que a Comuna da Terra Irmã Alberta se insere dentro da proposta de ampliação da Reforma Agrária, colocando o papel relevante da agroecologia como uma matriz de produção, principalmente na produção de alimentos. E a importância de refletirmos sobre o trabalho agroecológico como um princípio educativo desenvolvido dentro do acampamento Irmã Alberta como uma possibilidade de acúmulo de luta política.

2.1 Histórico de luta do acampamento Irmã Alberta

A ocupação do MST na área da SABESP, no bairro de Perus, em São Paulo, que ocorreu no dia 20 de julho de 2002 deu início ao acampamento Irmã Alberta, que recebeu esse nome em homenagem à religiosa (cf. Anexo 01) que militava na área, no território das Comunas da Terra e em outras regiões na Grande São Paulo. Como podemos observar em entrevista concedida por M2:

A Comuna da Terra Irmã Alberta surgiu no ano de 2002, a partir da discussão que o MST vinha fazendo da necessidade de ampliar a Reforma Agrária como forma de distribuição de terra e da renda para trabalhadores empobrecidos que viviam nos grandes centros urbanos. A partir do trabalho de base, as famílias se juntam ao movimento e ocupam a área onde se encontra instalada a comuna hoje.

O acampamento recebeu o nome de assentamento, mesmo sem ser uma área consolidada juridicamente, ou seja, decretada pelos órgãos oficiais a legalização fundiária. As famílias foram distribuídas nos espaços possíveis de produção (Figura 02), com o objetivo de ocupar todo o espaço e limitar possíveis invasões. Essa ação foi uma decisão das famílias junto com os militantes/dirigentes do MST, realizada em assembleia, para que pudessemos criar condições mínimas para produzir e manter o acampamento protegido, garantindo a própria subsistência. A produção foi organizada de forma coletiva e individual em áreas de 1,5 a 2 hectares³⁰ aproximadamente. A religiosa Irmã Alberta (Anexo 01) teve importante trajetória de luta ao defender os excluídos e marginalizados que residiam nas periferias das cidades no Brasil e na Itália (BRASIL DE FATO, 2018). A

³⁰ Os tamanhos dos lotes foram alterados devido a topografia do acampamento e em relação a proximidade das áreas de reserva.

freira fez parte de todo processo de ocupação e organização do acampamento, assim afirma Almeida (2013, p. 58):

O assentamento Irmã Alberta, identificado pelo MST, como Comuna da Terra, recebe este nome devido à militância da irmã Alberta, que fez parte de todo o processo de acampamento e se dedica à luta do MST, principalmente na Grande São Paulo.

Agora, tratando especificamente sobre o território em que está a Comuna da Terra Irmã Alberta, apresentaremos informações históricas da comunidade que foram fornecidas pelo Instituto Técnico de Pesquisa e Extensão em Agroecologia Laudenor de Souza em seminário realizado no acampamento em julho de 2022. Segundo os documentos contidos em processo jurídico que tramita no INCRA de São Paulo, o primeiro registro do imóvel em que se encontra hoje a Comuna da Terra Irmã Alberta data de 1881, quando Alberto Jackson Byington Jr. vendeu o imóvel à Administradora Itahyê. O registro do imóvel foi realizado em 24 de junho de 1981.

Em 1998, o ex-governador Mário Covas aprova o Decreto nº 43.124, que declara a desapropriação da antiga Fazenda Itahyê e passa para a SABESP, sendo destinada para a implantação de um Aterro Sanitário exclusivo para a disposição final de lodos das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de Barueri, Suzano, ABC, Parque Novo Mundo e São Miguel. Em 30 de setembro de 1999, é homologado o Registro de Propriedade da Fazenda Itahyê pela SABESP, no valor de R\$ 8.209.437,28. Em 23 de julho de 2002, ocorreu a ocupação da antiga Fazenda Itahyê, por aproximadamente 300 famílias de trabalhadores sem terra, sem teto e desempregados, organizadas pelo MST.

Também em 2002, foram estabelecidas as normas complementares ao Plano Diretor Municipal da cidade de São Paulo. A partir dessa lei, a área da Comuna da Terra Irmã Alberta passa a estar localizada na macrozona de estruturação e qualificação urbana, caracterizada pelos seguintes zoneamentos: Zona de preservação Ambiental (ZEPAM), Zona de Lazer e Turismo (ZLT), Zona Predominantemente Industrial (ZPI). Em agosto de 2005, a SABESP apresentou uma ordem de reintegração de posse da antiga Fazenda Itahyê. As famílias acampadas teriam até 5 de setembro para desocupar a área. Esse processo não chegou a acontecer, mas causou muitos desgastes políticos, em que foi necessário criar uma comissão de negociação da área organizada pela Regional Grande São Paulo do MST.

Em agosto de 2006, o MST faz sua primeira inauguração da Comuna da Terra Irmã Alberta devido aos avanços das negociações, porém a conquista da área não chegou a

concretizar-se. Na época, a comunidade contava com 42 lotes de 5 mil m² e três grandes lotes para a produção coletiva, além da área social e as áreas de preservação.

De abril a maio de 2008, o INCRA solicitou a abertura de processo para a desapropriação, por interesse social, da antiga Fazenda Itahyê, de propriedade da SABESP. Em 29 de abril de 2009, INCRA e SABESP encaminham os 37 termos de autorização de permanência na área (Anexo 03), contemplando 37 famílias. O INCRA também solicita um estudo de Viabilidade Técnica e Financeira para a criação do Projeto de Reforma Agrária, considerando uma projeção de assentamento de 84 famílias. Nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, aconteceram as reuniões no INCRA que indicavam a possibilidade de assentamento na área. Segundo a SABESP, o valor da área do imóvel, apresentado pelo LAF, estava abaixo do seu valor real e, assim, sofremos a primeira derrota e não se concretiza a desapropriação da terra para fins de Reforma Agrária. Em 2008, os técnicos responsáveis pelo laudo avaliaram a área em R\$ 11.444.520,93. No ano anterior, a SABESP afirmara que a área estava avaliada em R\$ 23.087.079,72, valor muito acima do que o INCRA poderia destinar para a compra da área.

Em 13 de janeiro de 2010, é realizada uma reunião do Comitê Regional do INCRA para solicitar a emissão de Decreto Presidencial para a criação do Projeto de Reforma Agrária. Em 28 de janeiro de 2010, o INCRA avalia o imóvel como Grande Propriedade Improdutiva. Em 19 de fevereiro de 2010, a SABESP emite concordância com o LAF e com o valor do imóvel. Em 10 de março de 2011, é emitido parecer do INCRA sobre a viabilidade jurídica expropriatória, favorável à desapropriação para criação do Projeto de Reforma Agrária. Em 18 de março de 2011, a Comissão Técnica afirma à Superintendência do INCRA que o valor do imóvel estava muito acima da Planilha de Preços Referenciais. Devido ao alto valor do imóvel, a Comissão Técnica questiona sobre a conveniência de continuidade do processo de desapropriação. Em 2014, é realizada a revisão do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (SÃO PAULO, 2014). A maior parte da área que corresponde à Comuna está inserida na Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental, onde se prevê o apoio e incentivo à agricultura urbana e periurbana. Segundo o “Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras”, a Subprefeitura de Perus tem como diretriz “incentivar o desenvolvimento sustentável e geração de renda, através da agricultura familiar e orgânica”. O Perímetro de Ação Chácara Maria Trindade, onde se localiza a Comuna, tem como objetivo “estimular a atividade agrícola de baixo impacto ambiental” e como diretriz “incentivar o

desenvolvimento sustentável através de agricultura familiar na Comuna Irmã Alberta”.

A crise econômica e a “corrida do ouro” aumenta a demanda por emprego e renda no Brasil e torna o território da Comuna da Terra Irmã Alberta um atrativo, tanto do ponto de vista da necessidade como também por meio da especulação de renda de venda ilegal de terras. A Brigada estadual Padre João Carlos de Produção Agroecológica do MST e as famílias do assentamento temporário/provisório se organizam para ocupar todas as áreas do acampamento Irmã Alberta em defesa do território.

Em relação às avaliações gerais sobre o uso do solo: houve melhora da qualidade ambiental desde 2002; a movimentação de terra para edificação, em especial nas áreas com invasões, é notória; a densidade construtiva é muito baixa e está de acordo com plano diretor; tem potencial para aumentar áreas de produção e aumentar áreas de recuperação ambiental; é comum que os agricultores tenham consciência ambiental e promovam o reflorestamento em seus lotes. Apenas duas famílias entrevistadas possuem indícios de desmatamento em seu lote. Toda pesquisa, em ordem cronológica, organizada neste texto sobre o histórico da Comuna da Terra Irmã Alberta são dados fornecidos no seminário para elaboração de um Plano Popular no acampamento Irmã Irmã Aberta em 23 de julho de 2022 pelo Instituto Técnico Pesquisa e Extensão em Agroecologia Laudenor de Souza que apresenta também uma concepção de produção e meio ambiente:

Produção e Meio Ambiente: compreender o meio ambiente não apenas enquanto uma área a ser preservada, mas, enquanto uma área integrada à produção, visando a geração de renda, por meio de sistemas agroflorestais. Demanda por assessorias técnicas, visando atender às demandas por correção da fertilidade do solo e por formação na produção da agricultura camponesa, por meio de práticas agroecológicas; ferramentas, equipamentos e maquinários (como os tratores, por meio da Prefeitura de SP); armazém agroecológico, que irá funcionar como equipamento para a comercialização da produção; demanda por uma agroindústria.

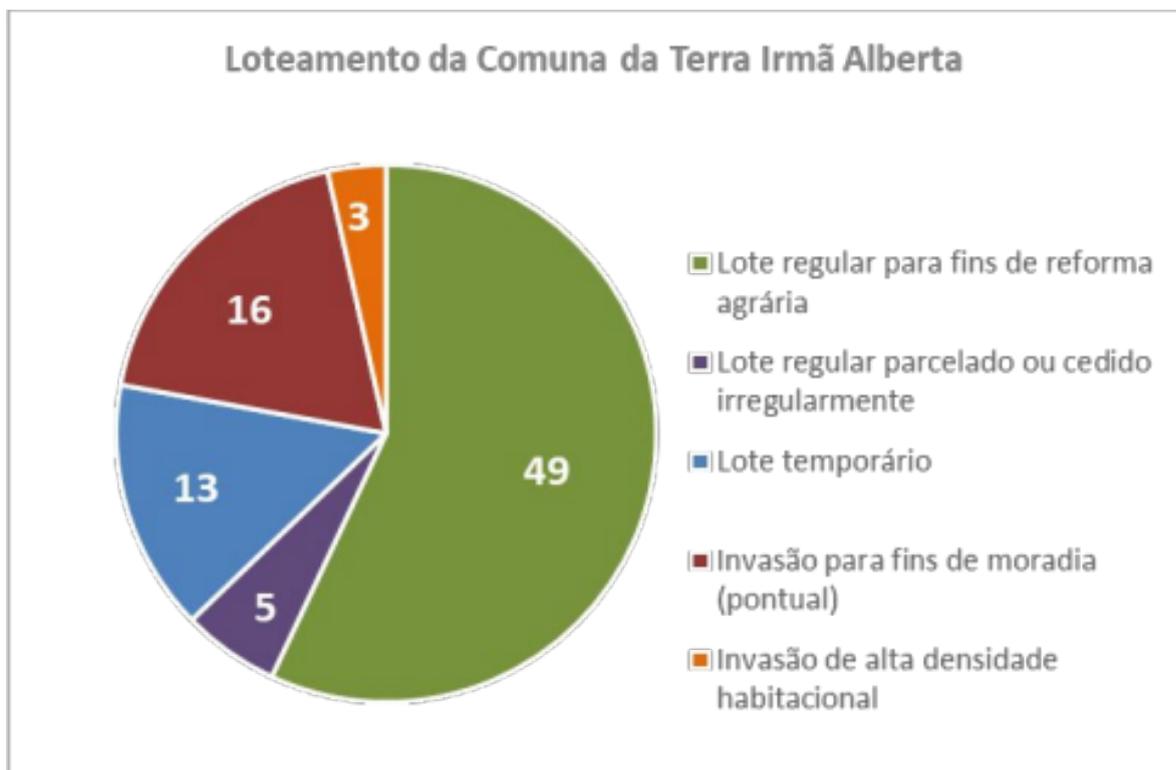
Atualmente, a Comuna da Terra está em uma área de aproximadamente 120 hectares³¹, que era um pouco maior até 2016, quando perdemos 20% de área mais ou menos para grupos empresariais. No momento, há 67 famílias³² no total, elas estão divididas em subgrupos: as que moram em lotes regulares; lotes regulares cedidos a

³¹ Esses números não são precisos, é uma estimativa realizada a partir de documentos de registro da antiga propriedade, Fazenda Itahyê, ao longo do tempo houveram muitas mudanças em torno do acampamento e os cálculos podem variar um pouco para mais ou para menos.

³² Esse número de famílias foi alterado com o tempo.

agregados, parentes e amigos; lotes temporários com acampados de outras ocupações; e áreas de invasão com famílias que não têm ligação com o MST e têm objetivos diferentes de uso da terra: alta e baixa densidade de moradia em alguns lugares da Comuna da Terra Irmã Alberta. No início, na ocupação da área da SABESP, foram cadastradas 40 famílias que seriam assentadas na Comuna, como podemos observar no Quadro 03, no Apêndice desta dissertação. Mas, com o tempo, esse grupo foi alterando-se, como podemos observar no gráfico realizado pelo Instituto Técnico Pesquisa e Extensão em Agroecologia Laudenor de Souza, elaborado a partir de pesquisa foi realizada no acampamento Irmã Alberta no primeiro semestre de 2022 e apresentado em seminário no dia 20 de julho do mesmo ano na comunidade , com objetivo de produzir um plano popular de ação na Comuna da Terra Irmã Alberta.

Figura 05 - Lotes regular e irregulares no Irmã Alberta



Fonte: Instituto Técnico Pesquisa e Extensão em Agroecologia, Laudenor de Souza, 2022.

Os lotes considerados regulares são das famílias que estão alinhadas com a proposta de assentamento do MST e cumprem todos os pré-requisitos organizados pela coordenação da comunidade: ter relação com a terra, respeitar os símbolos do MST, lutar por Reforma Agrária, ter boa índole, contribuir para a construção de uma proposta agroecológica, com produção sustentável, que respeite os ecossistemas da região, que

potencialize as ações de proteção no meio ambiente e que esteja amparado nos fundamentos da ecologia para intervenção no bioma local.

A área que pertence à SABESP estava destinada à implementação de um projeto de lixo (aterro sanitário) a ser desenvolvido no local, como relata M2 em entrevista:

A partir do trabalho de base, as famílias se juntaram ao movimento e ocuparam a área onde se encontra instalada a comuna hoje. Trata-se de área pública que pertencia à Companhia de Saneamento de São Paulo (SABESP) que tinha como projeto para o local a implantação de depósito de lixo bioestável proveniente do Rio Tietê.

No início da ocupação havia aproximadamente 300 famílias acampadas na área. Nós, os acampados, naquele momento, não tínhamos noção de como seria organizado o MST no espaço de massificação, como, por exemplo, iríamos constituir a direção, coordenação e setores de produção, cultura, educação e etc. Por conseguinte, fomos construindo possibilidades e aprendendo na prática, com erros e acertos, como organizar o movimento dentro da ocupação Irmã Alberta e, ao mesmo tempo, estruturamos os setores que, na época, eram dez. As necessidades e nossa situação precária de sobrevivência contribuíram pontualmente para que pudessemos organizar cada setor envolvendo os próprios acampados. A instalação do acampamento Irmã Alberta na área da SABESP foi um posicionamento da população contra o projeto da instituição para a região ao se propor a criar um aterro sanitário de bioestáveis no local. Conforme diz M2:

A instalação da comuna neste local questiona o projeto previsto para ser implantado pela SABESP, desaprovado pela população do entorno, e se torna espaço de disputa a partir da ocupação pelas famílias reivindicando a implantação do projeto de reforma agrária.

Sendo assim, o lugar onde está o acampamento Irmã Alberta é um espaço de disputa, portanto, é um território que passou a ser reivindicado para a implantação de uma proposta de Comuna da Terra. Nos primeiros anos, os acampados e acampadas conviviam na área com grande sensação de insegurança e ameaças de despejos. As famílias estavam desassistidas pelas políticas públicas, vivendo de doações de alimentos, roupas e remédios e outras necessidades básicas doadas pelos parceiros do MST.

Havia negociação entre as instituições públicas que apresentavam um parecer positivo ao assentamento das famílias, mas, por outro lado, os acordos nunca eram

concluídos, o objetivo de negociar a área ficava sempre empacado na questão de valores, ou seja, na venda do imóvel. Em entrevista, M13 diz que:

Após a ocupação da área, as famílias conviveram, nos primeiros anos, com ameaças de despejo pelas tentativas da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), proprietária da área, de reaver o imóvel através de pedido de reintegração de posse, mas todas essas tentativas foram frustradas pela justiça. Só após a intervenção do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que começou um processo precoce de negociação. A autarquia supracitada, realizou um estudo de viabilidade da área para desapropriação para fins de Reforma Agrária e atestou positivamente para essa possibilidade. Diante disso, a SABESP concedeu permissão de uso para as 42 famílias até que as negociações se concluíssem. Entretanto, ao longo dos anos, todas as tentativas do INCRA de adquirir a terra foram rejeitadas pela SABESP, permanecendo o impasse. Atualmente, a direção do MST segue em tratativa com a SABESP e ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) em busca de garantir a conquista da área para fins de Reforma Agrária. As famílias seguem vivendo e trabalhando no espaço com a permissão de uso cedida pela SABESP.

Nenhuma das instituições – INCRA, SABESP e ITESP – conseguiu chegar a um acordo satisfatório em relação à venda ou compra da área para assentamento. Sendo assim, a área da SABESP continua até o momento travada juridicamente. Por esse motivo, ainda não foi possível, até agora, transformar o espaço do Irmã Alberta em um território legalizado para a implementação de assentamento. Mais adiante iremos tratar um pouco sobre esse assunto novamente e justificar o porquê a Comuna da Terra Irmã Alberta decidiu se tornar um assentamento por conta própria.

Desse modo, temos que considerar que a insegurança de ser assentado no longo prazo obrigou muitos dos chefes de famílias a remanejar seus cadastros para outros acampamentos, outras regionais, pré-assentamentos com processos mais definidos, ou optaram por abandonar o lote, ou mesmo faleceram. No entanto, houve grupos que decidiram ficar, e outros que passaram a somar. E assim, seguiram se reinventando e produzindo numa realidade complexa que não nos permitia fazer uma leitura simples econômica, social e política da Comuna da Terra Irmã Alberta naquele período. De certa maneira, estávamos todos envolvidos em uma proposta nova de organização social que estava surgindo no início do século XXI. De acordo com o entrevistado M13, o perfil da Comuna da Terra Irmã Alberta trouxe características inovadoras ao inserir grupos sociais com experiência de trabalho na terra, perdida pela ligação histórica de exclusão do campo,

e grupos que não têm nenhum vínculo direto com a terra, que viviam nas periferias, além daqueles que estavam à margem em desalento nas cidades.

As Comunas da Terra trazem uma inovação ao colocarem na luta pela terra um público diferente do chamado "público clássico" dessa luta que eram os bóias-frias e camponeses expulsos de suas terras. Na Comuna da Terra Irmã Alberta estão sujeitos vindos majoritariamente das periferias urbanas de São Paulo e outras cidades, e outros ainda que estavam em situação de desalento, vivendo nas ruas. Como é típica da formação social da cidade de São Paulo, muitos remontam seus primeiros anos de vida no campo, com seus pais e irmãos até serem obrigados por diferentes motivos a migrarem para áreas urbanas. Outros nunca viveram no Campo ou tiveram experiências agrícolas antes (M13, 2022).

O entrevistado M2 complementa a descrição apresentada por M13 ao aprofundar a caracterização do perfil dos acampados e acampadas na Comuna da Terra Irmã Alberta ao remontar a contextualização histórica dos sujeitos sem terra que passaram a reconstruir-se através da organização camponesa ao ser inseridos na proposta de Comuna da Terra. O entrevistado M2 argumenta que esses sujeitos são oriundos do êxodo rural, que apresentavam dificuldades de colocar-se no mercado de trabalho nas cidades, com ocupações profissionais pouco qualificadas e mal remuneradas, foram obrigados a morar nas periferias. Além disso, muitas vezes, em algumas situações sofrendo violência do Estado, com dificuldade de acesso às políticas públicas básicas, mas que tinham em suas linhas históricas uma bagagem camponesa de ligação com o campo.

Foram sujeitos à oferta de trabalho que não exigisse formação e qualificação principalmente na construção civil, vendedores ambulantes, trabalhadores diaristas braçais, empregadas domésticas e faxineira, no caso das mulheres. Porém, com vivências e experiências que tiveram na agricultura, se integrando à comuna trazem essa bagagem e reconstróem suas vidas a partir do retorno ao campo (M2, 2022).

Um outro grupo que existe na Comuna da Terra Irmã Alberta e que entrou indiretamente nos gráficos são os agregados (Quadro 03). Esse grupo surgiu a partir da necessidade particular das famílias no acampamento. Após duas décadas, os titulares foram envelhecendo e não houve renovação da força de trabalho nos grupos familiares, o que gerou uma demanda por mão de obra para realizar os trabalhos de manejos agrícolas nos lotes. Outra situação foi a saída dos trabalhadores em busca de trabalhos externos à Comuna, com o objetivo de contribuir na complementação da renda familiar. Sendo assim,

esse grupo passou a se organizar na Comuna de forma aleatória, mas estavam ligados a graus de parentescos, como filhos e filhas, parentes ou conhecidos ligados à família do titular do lote, que passaram a morar e trabalhar na terra ao subsidiar com a força de trabalho, outros ainda se aproximaram ao serem contratados (terceirizando), por meio de pagamentos de diárias. Essa prática se tornou mais comum às famílias que conseguiram rendas externas aos trabalhos agrícolas e fizeram investimentos nos lotes. Vale ressaltar aqui, essa iniciativa não superou as necessidades mais essenciais de investimentos na produção.

Alguns titulares de lote são pessoas solteiras que entram na contagem como sendo um núcleo familiar. O termo titular é uma resignação aos nomes que foram cadastrados pelo MST no período da ocupação. Os cadastros são atualizados, não de forma oficial, pois a Comuna continua na condição de acampamento. Geralmente, uma família é indicada para ocupar determinado lote considerado vago. Tal família passa por alguns critérios de seleção determinados pelo regime interno do acampamento. O coletivo de coordenadores do acampamento, junto com a direção Regional, faz um processo de indicação e aprovação da família. Após ser aprovado, o responsável precisa ocupar a área, construir uma habitação e plantar. A família tem que ter relação com a terra, respeito aos princípios do MST, ao regime interno do acampamento, boa índole, participar das atividades, calendários de luta, manifestações e outros eventos ligados à organização.

2.2 Impactos dos resíduos dos rios Pinheiros e Tiête na Comuna Irmã Alberta

A concepção em relação à ocupação da área da SABESP, no bairro de Perus, pelo MST, começou a ser construída após vários questionamentos levantados pelos munícipes organizados na região sobre uma proposta no plano estratégico de reorganização urbanística da cidade de São Paulo que previa jogar os resíduos do Rio Pinheiros nessas áreas transformando-a em um aterro sanitário. Embora haja alguma controvérsia em relação a qual rio do município de São Paulo seria esgotado, porém sabemos que teríamos, na ocasião, um projeto de implantação de um depósito de lixo biossólido no local ou algo como um aterro sanitário. De acordo com M2, que foi dirigente histórico na região, seria o resíduo retirado do Rio Tiête, mas haviam outras informações na época que nos levariam à ideia de assoreamento do Rio Pinheiros. Porém, o que realmente sabíamos era que haveria a implantação de um projeto de lixão, era uma iniciativa e uma demanda política possível na época, independente de em quais dos rios seriam feitas as manutenções. A área da

SABESP, onde está a Comuna da Terra Irmã Alberta hoje, é um espaço público e esta área estava destinada à construção de mais um lixão de bio-sólidos na região, sendo assim, segundo argumenta M2:

Trata-se de área pública que pertencia à Companhia de Saneamento de São Paulo (SABESP) que tinha como projeto para o local a implantação de depósito de lixo bio-sólido proveniente do Rio Tietê.

O que nos leva a crer que os novos investimentos iniciados antes das eleições pela prefeitura da capital paulista, no início dos anos 2000³³, motivaram a limpeza, ou seja, assoreamento, retirada do acúmulo de terra, lixo e matéria orgânica do fundo de um dos rios mais importantes da cidade. O fenômeno geralmente acontece quando o curso d'água não possui matas ciliares (vegetação nas margens do rio) e culmina numa série de problemas ambientais, como por exemplo, enchentes ao longo de todo curso do rio. O projeto visava construir mais um aterro sanitário (depósito de lixo bio-sólido) no bairro de Perus, já que a região, ou seja, o bairro possuía um desde final dos anos 1970, que trouxe prejuízos à população devido à contaminação das áreas ambientais, mananciais, lençol freático e outros problemas decorrentes da poluição dos resíduos. Segundo os Movimentos Sociais contra o lixão que atuam na região, o bairro já tinha um lixão construído em 1979. Em reportagem do Portal G1, publicada em 2006, um dos moradores argumenta sobre os problemas causados pela presença de um lixão na região:

Paulo Eleutério, morador de Perus que integra o protesto, argumenta que a capacidade do aterro, que recebe 6 mil toneladas de lixo por dia, está esgotada. Ele também reclama do desconforto de morar perto do lixão. “Tem o incômodo do cheiro, moscas, excesso de caminhões que passam por ruas não projetadas e uma grande quantidade de baratas, ratos e insetos (RIBEIRO, 2006, s/p).

Os movimentos Contra o Pedágio, Contra Lixão e grupos organizados como Quilombaque, Povo de Rua, políticos, religiosos, sindicalistas, estudantes e outros participaram ativamente, junto com MST, da implementação de um acampamento com a proposta de Comuna da Terra Irmã Alberta, na região. Segundo M2, a implementação de um projeto de Reforma Agrária na região nasceu do descontentamento da população local com a criação do lixão:

³³ A eleição neste ano para o segundo turno aconteceu no dia 29 de outubro de 2000. Marta Suplicy se elegeu com 58,51% dos votos, junto com o vice-prefeito Hélio Bicudo. Eles assumiram os cargos no dia 1 de janeiro de 2001 e seus mandatos terminaram no dia 31 de dezembro de 2004. No comando da prefeitura, Marta Suplicy criou programas sociais, sendo o mais conhecido foi o Bilhete Único.

A instalação da Comuna neste local questiona o projeto previsto para ser implantado pela SABESP, desaprovado pela população do entorno e torna o espaço de disputa a partir da ocupação pelas famílias reivindicando a implantação do projeto de reforma agrária.

A partir disso, aliado aos Movimentos Sociais local, o MST passou a organizar as famílias das periferias interessadas na agricultura para disputar esse território da SABESP, uma área pública, contra o projeto de lixão, motivado pelo assoreamento dos rios da capital paulista. O lixão de biossólidos na região implicaria em muitos prejuízos à população local que se encontrava descontente com essa ideia. Sendo assim, seria mais lógico a consolidação de um projeto de Reforma Agrária na região. Nesse sentido, podemos dizer que a Comuna da Terra Irmã Alberta nasce a partir do questionamento da população local, da região de Perus, contra o projeto previsto de implementação de um lixão. Embora este não tenha se consolidado, por outro lado, os processos jurídicos de implementação do acampamento Irmã Alberta em assentamento da Reforma Agrária também não caminharam. O entrevistado M2 apresenta uma das justificativas que podem ter contribuído para o impasse que emperrou as negociações:

Infelizmente, a área não foi legalizada ainda pelos órgãos competentes com a justificativa de que não encontram meios legais para desapropriação, mas as famílias permanecem no local e se organizam para formar uma Comuna da Terra nos moldes do projeto definido e planejado. Projeto este com base nos elementos centrais que compõem a Comuna da Terra: o vínculo com o trabalho e a produção, a propriedade da terra, a matriz de produção agroecológica, a cooperação e a solidariedade nos diversos aspectos e desenvolvimento sociocultural.

Diante dos impasses jurídicos em relação à legalização da área onde está o acampamento Irmã Alberta, um posicionamento foi tomado pelas famílias, ocupando todas as áreas de terra do espaço. Esse movimento deslocou as famílias em pontos estratégicos, foi uma necessidade urgente de ocupar todos os espaços para evitar possíveis invasões de aproveitadores que tinham interesse em algumas faixas de terra. Esse processo denominou-se “assentamento por conta própria”, pois o acampamento passou a se comportar como assentamento não legalizado.

2.3 Assentamento por conta própria: avanços e retrocessos

A Comuna da Terra Irmã Alberta passou por vários processos que nos deram a entender que iríamos nos tornar um assentamento legalizado juridicamente. As negociações avançavam e caminhavam no sentido da regularização da terra em assentamento, houve até algumas inaugurações, conforme apresentado em um dos convites no Anexo 04, pois tínhamos, naquela ocasião, a convicção de que os processos de negociação da área avançariam e seríamos assentados. A sensação de euforia de ter conseguido a legalização para o usufruto da terra nos fez acreditar que poderíamos ter os documentos que garantisse a permanência das famílias no território.

Ter o acampamento legalizado era e ainda é um sonho que está em curso, ao mesmo tempo que tínhamos alegria da conquista, tínhamos os momentos abalados por frustrações, pois sabíamos que avançávamos politicamente, mas seguíamos retrocedendo nas negociações jurídicas. A legalização da terra não avançava, chegava perto, muito perto mesmo, mas a legalização da área não ia além das verdades que já sabíamos. Entendemos, naquele momento, que a legalização da área seria a porta de entrada, no sentido de alcançar políticas públicas necessárias aos trabalhadores(as) que moram no espaço e, assim, desenvolver os trabalhos agrícolas de base agroecológica. Dentre essas políticas, estão as relacionadas a crédito, acesso a assessorias técnicas especializadas em agroecologia custeadas pelo Estado, programas de habitação, saúde, educação pública, estruturas, infraestruturas e manutenção de equipamentos públicos para que a comunidade possa avançar na produção de alimentos saudáveis.

Sabemos que a Comuna Irmã Alberta é uma área pequena e precisa estar organizada para que a produção possa ser bem aproveitada nos espaços destinados a esse objetivo. Em entrevista, M7 relatou as dificuldades de tocar um assentamento por conta própria, também apresentou algumas possibilidades que favorecem o projeto de Comuna da Terra na área da SABESP:

Sim, enquanto não temos o direcionamento do Estado estamos fazendo o assentamento por conta própria e isso é muito difícil de construir na prática, mas estamos enfrentando os desafios, mesmo com todas as contradições e dificuldades que temos, há muito espaço para a criatividade e inovações de experiências de organização social, estamos perto da grande metrópole e próximo aos trabalhadores da periferia. Podemos proporcionar intercâmbios com as comunidades ao redor do assentamento, relações Campo/Cidade, além de vendermos nossos

produtos agroecológicos, sem veneno, saudáveis e bem frescos para a população.

Conforme o tempo foi passando e não foi resolvida a questão da legalização da terra da Comuna da Terra Irmã Alberta na área da SABESP, a coordenação, dirigentes regionais e os acampados decidiram se organizar por conta própria. Muitas foram as maneiras de nos reorganizarmos no espaço para realizar a divisão dos lotes individuais e coletivos, como iríamos organizar os espaços sociais, para implementação de uma cozinha coletiva, escola de agroecologia, espaços para reuniões, encontro com os aliados, espaço para as feiras, campo de futebol, áreas de APPs, matas ciliares, preservação de nascentes, áreas de reflorestamento, construção de um viveiro, construção da horta mandala como um espaço de experimentos, práticas de adubação verde, plantios aleatórios, espaço para apicultura, criação de animais de pequeno porte, sistema de pomares, agroflorestas e muitos outros projetos que iriam incorporar a realidade das Comunas da Terra. Tudo isso precisava ser reorganizado a partir de nossa experiência e com a ajuda de técnicos agrícolas parceiros que contribuíssem para funcionar na prática os trabalhos agroecológicos na produção e na organização da vida dos acampados. Segundo o entrevistado M7, morador da Comuna da Terra Irmã Alberta, a proposta desta comuna surge da necessidade organizativa do MST de criar um espaço dentro da Capital Paulista que pudesse colocar em prática experiências coletivas que tivesse diretamente relacionada com a agroecologia:

A proposta de Comuna da Terra para o Irmã Alberta surgiu pela organicidade do MST, dos grupos de estudos que surgiram na época, da necessidade de organização da luta coletiva, a finalidade sempre foi construir espaços em que a classe trabalhadora pudessem vivenciar práticas coletivas engajadas com a agroecologia, preocupados com a formação de um novo homem e uma nova mulher ao construir alternativas de organização social.

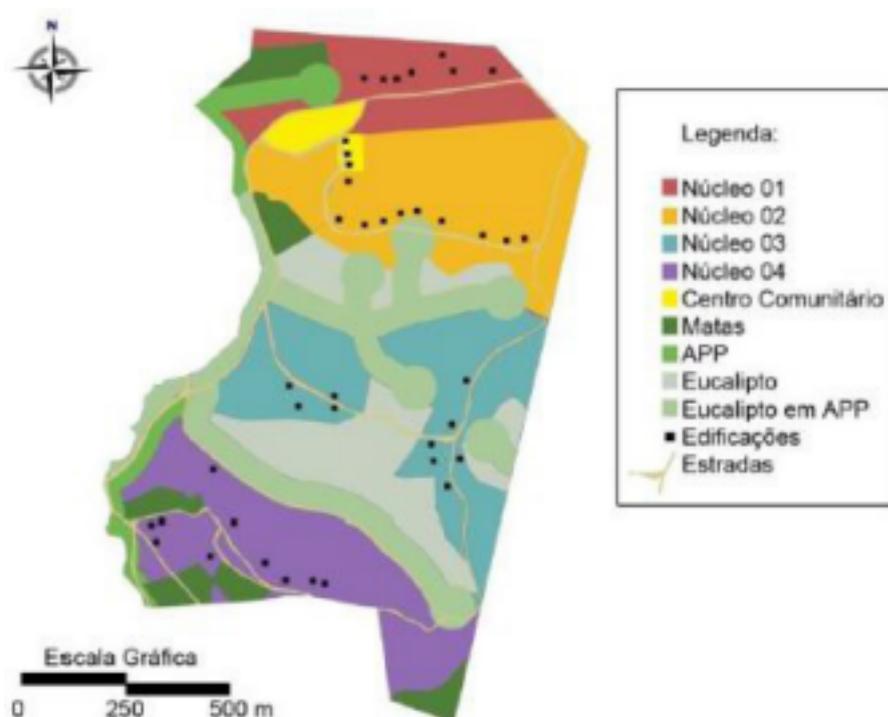
Ou seja, construir um espaço para a classe trabalhadora, onde pudesse haver proximidade com os vários sujeitos periféricos, comunidades que estão no eixo metropolitano na divisa com o acampamento Irmã Alberta, preocupado em realizar formação do homem e da mulher, não só do campo, mas os da cidade também, que tenham interesse de formar-se, democraticamente, dentro de outra perspectiva de organização social. Tendo o MST como um movimento educador, que traz no cerne de suas lutas uma outra proposta de educação popular que não tenha o capital como centralidade, mas os

valores humanos que apresentam os princípios agroecológicos como fundamentos na formação humana. Entendendo o ser humano como parte da natureza e não fora dela, destacando as duas naturezas do homem: a biológica e a cultural. As práticas agroecológicas precisam ser direcionadas. Nesse sentido, o trabalho é a categoria que irá transformar o meio com objetivo de atender às necessidades humanas.

Assim, Saviani (2003, p. 133) afirma que “conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como o ser humano trabalha, mudam as formas pelas quais os homens existem”. Ou seja, o trabalho humano modifica a natureza ao mesmo tempo que é modificado por ela. O trabalho agroecológico parte desse pressuposto como um princípio e sinaliza na formação humana como fundamentos educativos ao formar o trabalhador, aquele que realiza o trabalho agroecológico e que ao mesmo tempo está sendo transformado por essa prática em si.

Cabe aqui definirmos dois processos em relação ao trabalho: o trabalho braçal e o trabalho intelectual. As duas formas estão intrínsecas à importância do trabalho agroecológico como um princípio educativo. A seguir apresentaremos o mapa do acampamento Irmã Alberta, após a distribuição das famílias pela áreas, foi a primeira grande movimentação para tentar conter as ameaças de invasões externas e garantir que as famílias do acampamento pudessem plantar. Foi realizada a divisão em núcleos, a cartografia local foi adaptada para que possamos ter noção de como foi distribuído cada NB's dentro do território da Comuna da Terra Irmã Alberta, a partir de 2014.

Figura 06: Mapa da Comuna da Terra Irmã Alberta, divisão por núcleo de base



Fonte: Adaptado de INCRA - Mapa de uso de solo da PA Itahyê e Google Earth por Raggi, 2014, citado por Atilano, 2021.

O mapa representa a reorganização estrutural da Comuna da Terra Irmã Alberta depois da renegociação realizada em 2014 cujo objetivo era diminuir o valor da terra. Uma parte da área, próximo da rodovia Anhanguera, no limite da divisa com o distrito de Polvilho em Cajamar, ficou atrelada ao setor empresarial logístico-industrial. Com o passar do tempo, muitas mudanças ocorreram no Irmã Alberta. Segundo relata M7 sobre as mudanças, porém haviam muitas formações que também contribuíram para que essas mudanças ocorressem. A realocação das famílias também trazia a possibilidade de criar um caminho de sustentabilidade organizando o trabalho agroecológico nos lotes de moradias e comunitários. De acordo com M7:

É um processo desafiador *sui generis*, as coisas mudaram, estamos [há] muito tempo aqui sem uma decisão, não somos mais as mesmas pessoas: os homens, as mulheres, os jovens e crianças que chegaram aqui em 2002 na ocupação...

O acampamento foi dividido em quatro núcleos de base (NB). Os NBs eram denominados NB 01, NB 02, NB 03 e NB 04, cada um foi formado com dois coordenadores que representavam as famílias junto com os dirigentes regionais. Os NBs, após muitos anos, foram identificados por nomes, o NB 01 passou a ser chamado de Antônio Conselheiro; NB 02 de Luiz Ferreira; o NB 03 de Paulo Freire; e NB 04 de Olga Benário. A escolha dos nomes foi por meio de indicação dos acampados do Irmã Alberta e votação em cada NB do acampamento e apresentado na coordenação da Comuna da Terra.

A Comuna da Terra tem muitos agregados, alguns são filhos e filhas, outros são irmãos, parentes mais distantes ou amigos que moram junto com o “titular do lote” nas áreas individuais, podendo ter relação com a terra ou não. Muitos desses agregados trabalham em outros serviços, não tendo relação diretamente a agricultura em alguns casos (conforme tabela 01). Para que o agregado que vem de fora e não tem relação consanguínea possa morar no lote do agricultor, precisa passar por uma comissão de aprovação da comunidade formada pelos coordenadores e dirigentes. O agregado é indicado pelo coordenador do grupo que apresenta o porquê de aquele agregado estar indo morar em determinado lote. O agregado precisa estar dentro das normas do regime interno da Comuna da Terra Irmã Alberta. Os coordenadores podem argumentar a favor ou contra o pretendente. Em alguns casos especiais, convoca-se uma assembleia apresentando a situação que pode ser aprovada ou não pelos acampados.

2.4 Área Social

Na área social da Comuna da Terra Irmã Alberta é onde acontece a maioria dos eventos sociais: cursos, reuniões, feiras, atos políticos, mutirões, visitas formativas de escolas e universidades, atividades culturais, eventos comemorativos, ensaios do bloco Unidos da Lona Preta, almoços coletivos, eventos religiosos, plantios de árvores, hortas alternativas (plantas medicinais e/ou Plantas alimentícias não convencionais) e atendimento médico para a comunidade.

Neste espaço tem uma cozinha coletiva e a escola que também virou posto de saúde, que atende a comunidade interna e externa uma vez por semana, ao mesmo tempo que é usada para realização de outras atividades como a de formação geral política, educacional (EJA e/ou Enceja). Conta ainda com campo de futebol e biblioteca, que ultimamente encontra-se desorganizada.

2.5 Infraestrutura

A infraestrutura do acampamento Irmã Alberta é precária, as ruas, em parte, são vias construídas e que ainda são pavimentos de terra com difícil trafegabilidade principalmente em dias de chuva. Não difere das condições reais dos muitos assentamentos que estão historicamente à margem das políticas públicas no Brasil. Parte das vias, principalmente no NB 04, estão sob cuidados da comunidade, porém, há locais na Comuna que a manutenção é realizada por conta da subprefeitura de Perus. O acampamento está localizado numa tríplice fronteira, Santana de Parnaíba, Cajamar e São Paulo, mas a área considerada da SABESP está dentro dos limites geográficos do município paulistano.

Dessa maneira, nos locais mais povoados, as ruas são cobertas por recapeamento asfáltico, tem iluminação pública, internet e manutenção uma ou duas vezes por ano. Parte das ruas no acampamento já existiam, foram caminhos abertos por lenhadores que trabalhavam na região, pois a área era explorada com plantio de eucalipto. A avenida José Martiniano, que atravessa o NB 01 e NB 02, que dá acesso aos bairros dos municípios de Santana de Parnaíba e Cajamar à rodovia Anhanguera, já tinha iluminação pública desde a ocupação. Outras ruas no NB 03 e NB 04 que dão acesso à ocupação de sem teto chamada de “Morro da Mandioca”, bairro Vila Nova, e atualmente chama-se Vale do Sol, Parque Jaraguá, essas ruas foram abertas recentemente, e seus nomes estão cadastrados e inseridas no PDE da subprefeitura da região.

O uso da energia elétrica não é uma atividade regularizada (como descreveremos mais adiante), assim como a água, são conexões em rede públicas feitas de maneira ilegal, os chamados gatos. Mas, a maior parte das famílias usa água de poço caipira. Os poços caipira no Irmã Alberta apresentam problemas devido aos altos níveis de contaminação. As razões são muitas: falta de manutenção, isolamento inadequado, poços antigos, próximos de fossas, galinheiro, chiqueiro, a não drenagem adequada que acabam recebendo água de chuva, que se mistura às enxurradas, esgoto de água cinza³⁴ de forma indireta, além de possíveis contaminações por chorume de insumos agrícolas mal armazenados.

Conforme Anexo 02,, um dos relatórios a que tivemos acesso acerca dos poços que existem na Comuna, é possível perceber que água destes não é potável, com níveis de contaminação que pode causar muitas enfermidades, embora haja três famílias, próximas a esse lote, que se utilizam dessa água para realizar as atividades funcionais do lar. Os

³⁴ Águas de pias, das louças lavadas ou de tanques de roupas que são eliminadas geralmente em esgotos a céu aberto.

próprios moradores disseram que, por muito tempo, consumiram a água e tinham constantes diarreias. Apesar das orientações que receberam, eles nunca se preocuparam em cuidar do poço caipira por se tratar de uma fonte de água que estava fora do tráfego de pessoas. Sendo assim, consideram que a água extraída não teria nenhum tipo de contaminação. A contaminação, segundo um dos moradores, tem relação com a forma como foram construídas as fossas, nas quais não havia isolamento correto, podendo ter contaminado o lençol freático. Outra coisa poderia ser a má drenagem das águas cinzas, feita através de escoamento a céu aberto, o que possibilita a contaminação do poço, além das enxurradas de chuvas, já que os poços construídos no acampamento ficam na área de várzea

A energia elétrica no acampamento está distribuída de forma irregular. Em alguns pontos do assentamento o acesso a energia elétrica é complicado, pois a dificuldade de comprar os cabos e os constantes roubos de fios comprometem a assistência dessa necessidade nas casas dos acampados. Houve algumas tentativas de legalização da energia elétrica na Comuna da Terra Irmã Alberta, mas a companhia Eletropaulo que administra a distribuição, na época, não mostrou interesse em receber os coordenadores do acampamento, alegando que os pedidos deveriam ser realizados de forma individual. A falta de comprovação de endereço prejudicou a instalação dos postes, e os acampados passaram a se virar conforme a necessidade. O mesmo processo aconteceu com a instalação de água pela SABESP, porém foi mais fácil abrir um poço caipira do que conseguir energia elétrica.

Diante das dificuldades de acesso à energia elétrica, as famílias optaram pelo “gato de energia elétrica”, forma de acesso irregular e perigoso. Os NB’s do acampamento organizaram-se de forma diferente, alguns tiveram cooperação das famílias outros fizeram de forma individual, porém todos tiveram que comprar ou conseguir por outros meios os materiais para instalação da energia elétrica: cabos, escada, alicates, postes, transporte dos postes, carrilhões, fitas isolantes, conectores e outros – isso não quer dizer que concordamos com esse tipo de prática. O conceito apresentado no site do Wikipedia, sobre a prática de gato de energia elétrica, traz a seguinte interpretação, apresentando um processo negativo da prática:

Gato de energia elétrica ou gato de luz, também conhecido como furto de energia elétrica, é uma forma de ligação elétrica clandestina destinada a furtar energia elétrica. Segundo a legislação brasileira, é um crime de

furto ou de estelionato, dependendo do método que for aplicado. O gato de energia é perigoso, pois pode causar a morte por eletrocussão. Devido ao mais fácil sobrecarregamento da fiação, as possibilidades de queda de energia são maiores (WIKIPEDIA, 2022, s/p).

Apesar dos riscos que se tem ao fazer as ligações de energia elétrica de forma irregular, com métodos que causam riscos de acidentes, no caso da Comuna, é motivado pela necessidade. De uma lado, tem-se a omissão de políticas públicas para infraestrutura, água e luz, por outro, sabe-se que as famílias, em alguma medida, teriam dificuldades em arcar com o pagamentos de contas desses serviços. Segundo o Wikipedia os dois conceitos apresentados, furto e estelionato, não se aplicam devido às razões explicitadas.

Consideramos importante comentar sobre as empresas próximas aos núcleos 01 e 02 da Comuna, Natura, do ramos de cosmético; Nestlé, que nesta unidade trabalha com extração de água; Terran empresa de terraplanagem; a antiga empresa Maquiline (há outras empresas no local hoje) que trabalha no setor logísticos, essa empresa comprou muitas terras na região; há gráfica, lavanderias de roupas, tinturaria de têxteis e muitas outras microempresas voltadas para vários setores, produção de tijolos, tanques de cimento, manilhas, currasqueiras, distribuidoras de cimento, metalúrgicas de pequeno porte, empresa do ramos da química, setor de plástico e empresas de extração de minério, não está tão próximas ao Irmã Aberta, mas atravessam o eixo de localização dos assentamentos e acampamentos, em Cajamar e no bairro de Perus.

A Comuna da Terra Irmã Alberta faz parte de uma região de municípios tríplexes: São Paulo, Cajamar e Santana de Parnaíba. Os bairros desses municípios que fazem fronteira com assentamento/acampamento são: Parque Paraíso (Distrito de Polvilho) em Cajamar; Colinas da Anhanguera em Santana de Parnaíba; Chácara Maria Trindade, Parque Jaraguá (Morro Doce) e Morro da Mandioca (Vale do Sol), que fazem parte do município de São Paulo.

2.6 Inaugurações de legalização do acampamento em assentamento

Em vários momentos da história da Comuna da Terra Irmã Alberta, os processos de negociação pareciam estar avançados e acreditávamos que o acampamento iria se tornar assentamento. Envolvidos de alegria e emoções, reunimos e convidamos companheiros(as), aliados(as) para comemorarmos os avanços nas negociações da área. No Anexo 04, podemos observar um dos convites de inauguração que conseguimos

resgatar com uma das acampadas. Seria a inauguração do primeiro assentamento de Comuna da Terra no processo de Reforma Agrária dentro do município de São Paulo, em 12 de agosto de 2006. Os registros apresentaram a quantidade de aliados que foram convidados e que se posicionaram em apoio à proposta, cujos nomes estão expressos na parte interna e externa do do panfleto de convite. Além das inaugurações, foram realizados muitos atos políticos, seminários e cursos que tratavam da questão fundiária na região.

Para as negociações com o INCRA, SABESP e outros órgãos, foi necessário organizar um grupo de militantes da Regional Grande São Paulo que procuravam estudar as possibilidades jurídicas, de apoio político e social no sentido de avançar nos processos de assentar as famílias que durante muito tempo mantinham resistência ao estarem acampadas na área. As negociações avançavam e travavam em muitos pontos jurídicos. Embora as famílias do acampamento Irmã Alberta nunca tenham sofrido despejo, sempre havia a sensação de que alguma coisa iria acontecer. Os processos jurídicos avançam até certo ponto, mas nunca o suficiente para transformar o território em assentamento legalizado. Muitas famílias, quando chegaram ao Irmã Alberta, já eram idosas, outras se formaram durante a luta e foram constituindo-se em novas famílias, o que levou o acampamento a passar por uma composição diferente de acampados, dos fundadores aos que entraram depois, ou seja, as famílias se modificaram muito em relação às primeiras, aquelas que participaram do dia da ocupação.

É necessário dizer que no início da ocupação no Irmã Alberta ninguém – me refiro aos acampados(as) – entendia de MST. Tivemos que aprender no dia a dia, nos organizando juntos, fomos construindo o acampamento junto com os militantes. Depois, os próprios acampados passaram a integrar a militância. A formação dos núcleos, criação dos setores, a construção dos barracos coletivos e individuais foram os processos construídos para ocupar o território, já que estávamos numa disputa jurídica de negociação da área. A Comuna da Terra Irmã Alberta foi se transformando conforme a realidade. No primeiro momento tivemos sessenta famílias consolidadas como parte da proposta de Comuna da Terra Irmã Alberta. Depois essas famílias foram reduzidas a quarenta, sendo as outras vinte famílias remanejadas para assentamentos ou acampamentos do MST. Conforme íamos percebendo os entraves nas negociações, algumas famílias optaram em ir para outras áreas de ocupação que possibilitassem serem assentados. A última inauguração registrada foi em 2008, com a mudança no cenário político, os encaminhamentos mudaram e percebemos que as estratégias de luta teriam que mudar.

Devido à necessidade de ocupar a área considerada do Irmã Alberta tivemos de tomar alguns posicionamentos e distribuir às famílias no território. Essa foi a primeira grande ação política de resistência no espaço. Foi um avanço significativo em relação ao projeto de Comuna da Terra, pois a coordenação do acampamento decidiu agir e encaminhar a proposta. Caracterizou-se uma tomada de decisão por conta própria ao implementar um modelo de assentamento na área.

3 AGROECOLOGIA, RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E O TRABALHO AGROECOLÓGICO COMO UM PRINCÍPIO EDUCATIVO

A Comuna da Terra Irmã Alberta, desde o início, procurou manter uma relação Campo/Cidade estratégica em torno dos municípios que a cercam. Esse foi um dos processos que consideramos importantes, tanto para o acúmulo de apoio político ao acampamento Irmã Alberta quanto para as relações de inserção social da militância do MST que atuava na Regional Grande São Paulo com a população urbana local. O entrevistado M12 relata a importância de atuar no acampamento apresentando suas contribuições e ressaltando a relação Campo/Cidade ao firmar compromisso com a sustentabilidade agroecológica nas ações práticas do dia a dia na formação da consciência da população:

Tenho atuado desde 2002, ao ingressar no movimento. Os anos que vim para essa área da SABESP, eu tenho participado em todas as atividades que precisam de ajuda, contribuição, junto aos coletivos, nas instâncias, setores e também na organicidade internamente do acampamento, setor de formação, de produção, educação, faço isso para que a gente consiga dar qualidade (intenção) na formação política dentro dos princípios do movimento, para que as pessoas assumam suas atuações com consciência de classes, trabalhamos para que o trabalho e a geração de renda possa beneficiar todos, resistindo e defendendo não só esse território, mas defendendo todas as causas relacionadas às questões socioambientais, para que a gente possa levar os debates ambientais à população, para que a gente possa mostrar na prática as nossas ações na produção agroecológica, enquanto movimento MST. Então, por isso eu venho atuando e também estudando um pouco, participando de muitos debates, de oficinas, de cursos, contribuindo, como posso, na relação Campo/Cidade para que a gente avance no cuidado com a natureza, no cuidado com o meio ambiente, na responsabilidade ecológica e no compromisso com a sustentabilidade.

Essa proximidade aconteceu de várias formas: feiras, eventos culturais, seminário, congressos, manifestações, atos políticos, fóruns, grupos de estudos e religiosos. Essas ações eram realizadas de forma conjunta com outras Comunas da Terra na região e junto com Movimentos Sociais, Sindicatos, Grupos Organizados e outros. É relevante ressaltar a peculiaridade que existe sobre Comuna da Terra Irmã Alberta em relação às outras áreas de ocupação do MST: embora todas as Comunas da Terra na Regional Grande São Paulo estejam próximas das áreas urbanas nos municípios onde foram assentadas, no entanto, o acampamento Irmã Alberta está instalado dentro de um bairro da capital paulista e, por outro lado, encontra-se na periferia de São Paulo. Ou seja, o acampamento está dentro do perímetro urbano no eixo metropolitano, e a consequência disso é uma relação direta e

mais imediata com a sociedade urbana. Essa relação de proximidade às áreas urbanas ajuda a conscientizar sobre a importância da Reforma Agrária, descriminalizar o MST enquanto Movimento Social de luta pela terra, apresentando proposta de organização social, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, com preços justos e acessíveis aos consumidores, relação direta dos consumidores com os produtores, além de presenciar a luta para se manter o espaço de produção agroecológica ao produzir alimentos de qualidade para a população. É dessa maneira que muitos municípios passam a apoiar nossa luta, ao entenderem as dificuldades jurídicas para implementar um assentamento. Nesse sentido, o Movimento passa a cumprir um papel de educador, ou seja, formador social ao apresentar à população local as verdades sobre a questão agrária no Brasil ao produzir alimentos saudáveis e frescos para a mesa do(a) trabalhador(a).

As formações agroecológicas, conforme os anexos 6, 7 e 8, apresentam alguns processos que tendem, no primeiro momento, ao convencimento da população pelos argumentos, ou seja, pelo diálogo, através da Educação Campo, fundamentada nas matrizes pedagógica do MST, pedagogias socialista e educação popular. Não iremos aprofundar esse debate em nossa pesquisa, mas se faz necessário citar essas três matrizes educativas que sempre estiveram presentes na organização do acampamento Irmã Alberta e atravessam de maneira transversal os métodos educativos que formam os sujeitos Sem Terra do MST que moram nas Comunas da Terra no estado de São Paulo. A formação agroecológica procura sensibilizar todos os envolvidos sobre a necessidade de produzir alimentos sem degradar a natureza. A agroecologia, nesse sentido, nos seus fundamentos e princípios, busca conscientizar através do trabalho o produtor a cultivar alimentos preservando o ecossistema onde ele está inserido. Sendo assim, o trabalho agroecológico são as ações humanas diante da natureza com consciência ambiental.

3.1 Aliados do MST na Comuna

Desde a ocupação na área da SABESP em Perus³⁵, São Paulo, muitos aliados/militantes que atuavam em Movimentos Sociais na cidade se aproximaram das Comunas da Terra e passaram a contribuir na organização. Outros, porém, já exerciam atividades no MST em regiões mais ao interior, contribuindo como dirigentes estaduais ou

³⁵ A Comuna da Terra Irmã Alberta está localizada no KM 28 da Rodovia Anhanguera SP-330 no bairro Chácara Maria Trindade - Perus, São Paulo. Esta área pertencia a fazenda Itahyê e foi inscrita em um projeto de lixão para a região, mas em Julho de 2002 foi ocupada por famílias Sem Terra da Grande São Paulo.

nacionais. O entrevistado M3 relata como começou participar das atividades na Comuna da Terra Irmã Alberta e depois como ingressou organicamente ao Movimento:

Minha atuação no Irmã Alberta começou em 2010. Fazia tempo que eu queria conhecer lá. Desde 2002, que alguns amigos foram na festa de inauguração, tinha vontade de conhecer. Em 2010, fui convidado para dar uma aula no PDC Irmã Alberta e assim que cheguei já sabia que ia militar lá. Comecei ajudando a Comerativamente a organizar os cursos de Permacultura e depois pela OPA organizando o EJA interdisciplinar. Em 2016, fui indicado para coordenação e comecei a organizar os mutirões uma vez por mês na área coletiva, e os mutirãozinhos quinzenais nos lotes individuais. Em 2017, comecei a compor o Setor de Produção e, além de promover os mutirões, comecei a coordenar a Feira da Reforma Agrária do Sesc Santana e posteriormente a atuar organicamente na Cooperativa Terra e Liberdade.

Como podemos observar, o entrevistado M3 começou sua inserção no Movimento através dos cursos formativos que acontecem no acampamento e passou a se identificar com a luta, primeiro através do grupo de alimentação saudável Comerativamente e, em seguida, engajando-se nas instâncias orgânicas da Comuna.

A Comuna da Terra Irmã Alberta, durante toda sua luta de resistência, nunca sofreu um despejo. Isso não quer dizer que as relações na comunidade não tenham sido tensas. Muitos aliados foram importantes na relação de negociação com as forças políticas que culminaram em algum ganho para que o acampamento pudesse ficar nas áreas sem sofrer grandes pressões de reintegração de posses. Foram realizados muitos acordos no sentido de acúmulo de forças políticas para que a Comuna da Terra Irmã Alberta pudesse permanecer no território. Alguns estão sistematizados em documentos e outros ficaram no campo das disputas de projetos. A participação dos aliados, principalmente nas negociações externas, foi e continua sendo importante para a comunidade.

Muitos trabalhos acadêmicos foram realizados no Irmã Alberta, TCC de graduação, especialização, dissertações de mestrados, doutorado e pós-doutorado. Essas pesquisas foram desenvolvidas no acampamento abordando variados temas do campo social, político, econômico, geográfico, ambiental, técnico agrário, agroecológico sobre as Comunas da Terra, banco de sementes, urbanização, produção e outros assuntos relevantes. Esses trabalhos acadêmicos ressaltam a importância das Comunas da Terra no território e também cumprem um papel de fazer uma ponte com as universidades, pesquisadores, universitários, professores e outras instituições. Ao passo que se desenvolvem as lutas na

região, geralmente esses pesquisadores passam a ter vínculo com a comunidade, contribuindo direta e indiretamente para as lutas das Comunas da Terra.

Alguns dos retornos das pesquisas são projetos realizados por esses pesquisadores que trazem ganhos para comunidade. Outros não menos importantes são contribuições teóricas, levantamento de dados, análises, reflexões, denúncias, arquivamento históricas, matérias jornalísticas, escrita de artigos e outros. Os aliados são grupos variados, seminaristas, universitários, professores, sindicalistas, partidos políticos, grupos culturais, religiosos, políticos, universidades, instituições filantrópicas, cooperativas de consumo, militantes de Movimentos Sociais urbanos, técnicos de diversas áreas, psicólogos, arquitetos, agrônomos, biólogos, geógrafos, pedagogos, engenheiros, médicos, jornalistas, músicos, advogados, atores, aposentados e profissionais liberais. Todos dispostos a contribuir de alguma forma com as Comunas da Terra, em especial com o acampamento Irmã Alberta. Geralmente esses grupos estão inseridos nos setores que organizam o acampamento e passam a atuar na luta pela terra.

As Cooperativas de Consumo na cidade de São Paulo são muito importantes para as Comunas da Terra, em especial para o Irmã Alberta, pois é através desses grupos organizados que as famílias, junto com o Setor de Produção, podem se organizar e vender suas produções de forma direta ao consumidor. É uma atitude que ajuda, mas não é suficiente para financiar o custo de investimento necessário à produção. Seria papel do Estado criar políticas públicas de fomento à produção agrícolas em pequenas áreas nas zonas especiais onde ainda existem produtores rurais em atividade.

A Cooperativa Terra e Liberdade (comercialização) tem a finalidade de organizar a logística da produção nas Comunas da Terra e, conseqüentemente, do Irmã Alberta. Levar esses alimentos, a maior parte *in natura* ou pouco processado, às cooperativas de consumo espalhadas em São Paulo, feiras agroecológicas (comercialização), periferias onde tem lugares para vender a produção e aos Armazéns do Campo.

Todos esses meios são canais de contato com os aliados que ajudam no processo de luta da Comuna da Terra Irmã Alberta. Não resolve os problemas, mas contribui em alguma medida para que a produção como resistência e ao mesmo tempo um espaço de educação e reeducação na relação dos grupos externos ao grupo interno na luta maior que é a reforma agrária. A relação com os aliados é uma importante conquista que o MST organizado na região vem conseguindo ampliar ao longo da formação da proposta de Comunas da Terra com uma possibilidade de assentamento próximo aos grandes centros

urbanos com característica agrícola de produção em pequena escala. O ideal é potencializar as técnicas de produção agroecológicas dentro dos limites que temos hoje no espaço, não para acumular capital, mas para garantir o máximo de produção de alimentos, suprir uma necessidade real da demanda local de consumo e, ao mesmo tempo, deixar claro que o processo produtivo precisa da intervenção de políticas públicas.

3.2 Formação na Comuna da Terra Irmã Alberta

Podemos considerar que todos os processos práticos ou intelectuais que acontecem no Irmã Alberta são momentos de formação. Seja na participação cotidiana das atividades agrícolas, mutirões, cooperativas, nas reuniões de setores, coordenação, direção, encontro da militância Regional ou em outras instâncias políticas do acampamento e/ou do movimento. Segundo M7, foram as muitas formações que aconteciam e ainda acontecem na Comuna da Terra Irmã Alberta que levaram os acampados e acampadas à consciência que os fizeram optar pela agroecologia como uma matriz de produção e de organização do trabalho agroecológico:

[...] após muitas formações, estudos, leituras, debates, diálogos passamos a considerar a agroecologia como único caminho sustentável para lutar contra um projeto de sociedade excludente, onde a classe trabalhadora não pode sonhar e viver uma vida digna.

Dessa maneira, a formação caracteriza-se como processos educativos sustentados por fundamentos pedagógicos emancipadores, como já mencionamos em outros momentos desta dissertação. O MST, segundo Caldart (2004) é um educador, no sentido de formar os Sem Terra e a sociedade. Já a Comuna da Terra Irmã Alberta é um espaço educativo do MST, dentro de um bairro da capital paulistana, que contribui para a formação dos acampados(as), dos parceiros, aliados, instituições e Movimentos Sociais que mantêm a relação Campo/Cidade ao trazer, na prática, a cooperação, conscientização da necessidade de implementação Reforma Agrária, produção de alimentos sem veneno, luta pela mudança na lógica dos meios de produção, a agroecologia como uma matriz produtiva, Educação do Campo, Pedagogia do Movimento na organização do acampamento e as Comunas da Terra como uma alternativa de Reforma Agrária em casos especiais da estrutura fundiária nos territórios de transição geográfica entre o urbano e rural. No entanto, segundo M7, apesar dos avanços da agroecologia no acampamento Irmã Alberta,

ainda estamos engatinhando no processo, pois os avanços mais significativos são pontuais e não abrangem todos os acampados e acampadas:

Sim, se for comparar nossa trajetória com o desenvolvimento de uma criança, nós ainda estamos engatinhando, pois fazer assentamento por conta [própria] nos leva a enfrentar muitos problemas no dia a dia. Nesse processo, falta quem possa organizar os coletivos que pense e aprofunde e analise nas demais áreas de atuação dentro do acampamento Irmã Alberta, como por exemplo, práticas de relações de gênero, organicidade de setores que estão parados, formação nos núcleos de família para aprofundarmos mais tecnicamente em relação à produção agroecológica que atendam às necessidades urgentes, de médio e longo prazo das famílias. Porém temos coletivos de pesquisadores e estudantes que fazem verdadeira revolução ao ensinar experiências de práticas agroecológicas, no entanto, são pontuais e não chega a todos os acampados e acampadas, nem na prática e nem no entendimento conceitual dos trabalhadores que vivem na comuna.

É evidente que a formação é um processo importante dentro das Comunas da Terra e precisa avançar na formação das famílias que ainda não aderiram à agroecologia como matriz de produção. O trabalho agroecológico depende da compreensão dos trabalhadores rurais que residem na Comuna para que essa ação possa ser efetivada. No início do acampamento, esse processo se dava em momentos de formação, principalmente para os dirigentes e coordenadores. Eles tinham a função de repassar adiante seus aprendizados, dentro da proposta do MST para as Comunas da Terra em relação à agroecologia como uma ciência social de produção agrícola e de preservação do meio ambiente, uma relação sustentável entre a ação humana e a manutenção ecológica do território. O entrevistado M7 lembra como era esse processo no início do acampamento Irmã Alberta:

A formação sempre foi um processo importante nas Comunas da Terra, e no Irmã Alberta nós tínhamos que aprender tudo, pois como acampados e acampadas não sabíamos nada de organização social, vínhamos de uma realidade totalmente diferente, periférica e sem organização, por isso, tivemos que aprender sobre o movimento, tudo na prática, com erros e acertos, atuando e aprendendo, a formação de dirigentes, coordenador e setores foi a partir da orientação que tínhamos, na raça mesmo. No início, precisávamos entender sobre a sociedade na ótica do trabalhador, conhecer o projeto do projeto de sociedade do MST para avançar na organização da luta na cidade, a ideia de Comunas da Terra também era algo novo e naquela época estava tudo acontecendo ao mesmo tempo, formação prática e universitária.

A proposta de Comuna da Terra para o acampamento Irmã Alberta já nasce com a concepção de agroecologia como uma matriz de produção e com alguns princípios de organização do espaço. Sendo assim, segundo M7, muitas ações já aconteciam a partir dos aprendizados sobre a própria prática e outros ainda precisam acontecer:

Nesse sentido, era necessário praticar em todos os espaços da Comuna a solidariedade, a compreensão, se organizar para plantio coletivo, coletivo de mulheres, ciranda para formação das crianças Sem Terrinha, formação de educadores e educadoras, organizar espaço comuns de plantio coletivo e individual, espaço de moradia, projeto com a CONAB, cooperativas de organização da produção, comercialização dos produtos agroecológicos.

Os resultados desse modelo, dessa prática é o que vai garantir que o ato educativo, através da formação como um princípio, possa ser apreendido e transformado na práxis cotidiana de quem trabalha com a terra. A terra como um bem coletivo de produção histórica de alimentos e não como uma mercadoria. O MST, nesse sentido, faz o direcionamento de como tem que ser a produção, priorizando o processo que produz alimentos dentro da concepção agroecológica. O entrevistado M11 ressalta esse direcionamento, acrescentando um processo de transição agroecológica:

Nosso compromisso é com os produtores agroecológicos. Todos esses pontos, por exemplo, que eu falei pra você, eles só pegam alimentos sem veneno, né? Essa é a nossa bandeira. Porque como a gente está mobilizado pela direção, a gente segue as orientações do movimento, né? Que é a transição agroecológica, sem veneno, produção de alimentos saudáveis para a população.

A formação nas Comunas da Terra é uma ferramenta de luta cotidiana. Assim, como afirmam Guhur e Silva (2021, p. 67):

Promover a agroecologia significa para os camponeses e povos tradicionais e originários, luta cotidianamente contra a mercantilização dos bens comuns, a criminalização dos Movimentos Sociais populares, as restrições de acesso à terra, água, às sementes e demais meios de trabalho.

Para que as Comunas possam existir no território precisam necessariamente buscar alternativas, enfrentar as forças contrárias que impedem o projeto de caminhar, de

desenvolver e trazer benefícios para todos(as), no campo ou na cidade. Dessa maneira, como enfatizam os autores citados:

Na disputa por seus territórios e por condições materiais e culturais de produzir e viver, enfrentam poderosas forças contrárias em processos de intensos conflitos, frente às quais precisam organizar-se coletivamente, e, muitas vezes, buscar alternativas locais, comunitárias, cooperativas e autogestionárias (GUHUR; SILVA, 2021, p. 67).

Precisamos compreender que as Comunas da Terra não estão deslocadas da estrutura social de exclusão promovida pelo modelo capitalista atual e, ao mesmo tempo, precisa ficar entendido que essa proposta de assentamento é um efeito das políticas neoliberais. Sendo assim, a Educação é uma ferramenta de formação que permite ampliar as ideias de organização social dentro do território. Formando a consciência em relação à agroecologia no enfrentamento nas lutas diárias. Reconhecendo que a Comuna da Terra Irmã Alberta é um espaço educativo, só pelo fato de existir como resistência de manifestação da Educação do Campo através das pedagogias do MST na Regional.

Todos esses processos têm o objetivo, ou seja, a intenção, de subsidiar aos moradores da Comuna da Terra Irmã Alberta, apresentando-lhes por meios de várias formas, experiências, modelos, configurações, maneiras, métodos, sistemas e outros princípios e fundamentos mais elementares na construção de uma sociedade que valorize a produção agroecológica. Buscando de forma estratégica condições coletivas para resistir, resgatar e promover formas de agricultura cada vez mais ecologicamente orientada (GUHUR; SILVA, 2021).

3.3 Educação do Campo e agroecologia na Comuna da Terra Irmã Alberta

É muito importante compreendermos, e não vamos nos aprofundar nessa questão em nossa pesquisa, sobre a diferença entre Educação do Campo e Educação Rural, como cada uma dessas concepções se desenvolveu em cada contexto histórico com o objetivo específico de atender a determinadas demandas educacionais relacionadas às diretrizes pedagógicas de cada período na história do Brasil em que esteve vigente no campo brasileiro. As Comunas da Terra são propostas de assentamentos organizadas por um Movimento Social de luta pela terra no campo. Um projeto que se desenvolveu em áreas de transição rural, ou seja, nas bordas dos municípios de São Paulo. Sendo assim, passou a

estruturar e a protagonizar a concepção de Educação como fruto da luta do movimento na disputa de território e de desenvolvimento de um projeto social.

Historicamente, as Comunas da Terra vêm sistematizando em sua organização as diretrizes da Educação do Campo no território. Esse processo se dá a partir da formação dos trabalhadores(as) rurais residentes nos espaços das Comunas da Terra. A própria forma de organização das Comunas da Terra já articula os princípios presentes na Educação do Campo e seus fundamentos. Dessa maneira, a expressão "campo" na Educação do Campo passou a ter um significado mais profundo, por ser a maneira como o movimento buscou organizar os sem-terras na região, através da pedagogia do MST. E, aqui temos a noção de que a Educação do Campo vai além das formas mais usuais, ou seja, aquela que relaciona a escola como foi (e ainda é) tratada por parte da literatura da Educação como sendo um processo de formação escolar no meio rural.

Reconhecemos a importância dessa luta, mas compreendemos que a Educação do Campo nas Comunas da Terra trata de uma problemática mais ampla de formação e organização do acampamento ao formar os acampados e acampadas. Nesse sentido, a Educação no movimento dentro das Comunas da Terra tem como objetivo central apropriar-se dos fundamentos da Educação do Campo trazendo a conferência de uma reflexão analítica sobre o trabalho camponês (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999). Nossa compreensão de Educação do Campo é uma concepção epistemológica ampla, que disputa o sentido de projeto social para uma Educação emancipadora, contra hegemônica e transformadora da prática social (CALDART, 2012).

Em síntese, entendemos a Educação no Campo nesta pesquisa como um processo, como uma modalidade da Educação que vai além da escola. Mas, que se amplia a outras instâncias de formação da vida rural. A Educação Rural é aquela se apresentou hegemônica na formação escolar e na Educação dos camponeses apontando para uma Educação com tendências urbanizadas e adaptada à realidade do campo, sub existiu de forma precarizada, descontextualizada, desestruturada³⁶ ao articular com o objetivo de formar mão de obra, não para o campo, mas para a cidade, na qual contribuiu, junto a outros fatores, para potencializar o êxodo rural. Para estancar esse processo, o ruralismo pedagógico serviu como freio ao tentar dar respostas à diminuição da força de trabalho existente no meio rural e ao consequente inchaço das cidades que passou a dominar as periferias dos grandes centros urbanos.

³⁶ Falta de políticas públicas e relacionadas com a igreja e o coronelismo.

É nossa intenção nos apropriar do conceito de Educação do Campo que se desenvolveu em oposição ao conceito de Educação Rural como luta por direito à educação protagonizada pelos Movimentos Sociais do campo, em um contexto agrário que gerou acentuados processos de desigualdade social, má distribuição de renda e concentração de terras, monopólio da estrutura fundiária nas mãos dos latifundiários na história do Brasil. Nesse sentido, é importante destacarmos, em nossa análise, ao refletir sobre a Educação do Campo, qual foi o modelo ou proposta de Educação que melhor atendeu os objetivos dos latifundiários, no sentido da colonização dos camponeses, dos trabalhadores rurais e dos demais povos do campo e qual seria a melhor proposta de Educação aos camponeses que pudesse construir outros caminhos necessários à emancipação dos povos do campo ao valorizar a cultura camponesa, a identidade do campo e a importância do campo para além da produção de alimentos.

Por isso, nesta dissertação definimos a Educação do Campo como uma proposta de formação fundamentada em princípios que aponta a agroecologia como uma matriz pedagógica sustentável no desenvolvimento da sociedade, não só na categoria dos povos do campo, mas em um processo que possa abranger toda a sociedade brasileira. Compreendendo a agroecologia como um meio de produção que respeita a vida e atende as necessidades básicas de todos os seres ao produzir alimentos de qualidade para a comunidade humana, com respeito ao meio ambiente, preservação de ecossistemas, biomas e apropriação dos conceitos ecológicos como fundamento consciente que coexista com a exploração da natureza. Segundo o entrevistado M3, as Comunas da Terra experimentam a organização política e socialista antes da conquista da terra:

Essa oportunidade de solucionar as adversidades da produção com organização coletiva, é também um primeiro passo para experimentar no hoje um pouco do socialismo que sonhamos. Então, completo com a expectativa política e social: o MST já experimenta a organização política socialista antes de conquistar a terra, pois a luta já implementa uma cultura de organização popular.

A primeira diferença que podemos evidenciar entre a Educação Rural e Educação do Campo é que a Educação Rural nasce a partir de uma visão paternalista³⁷ e produtivista

³⁷ O paternalismo faz parte de um sistema de pensamento que tem a ver com o processo de dominação do coronelismo. O coronelismo é um sistema de dominação local em que as questões políticas regionais estão concentradas nessa figura em um determinado território agrário. Na qual é disputado com outras famílias de coronéis o controle das terras. O coronelismo mantém sobre os trabalhadores rurais uma relação de dominação absoluta que muitas vezes é colocada como um sujeito bondoso e caridoso.

da Educação geral e/ou formal. Ou seja, dentro da lógica de que é o senhor de terras, bonzinho e caridoso o responsável em montar a escolinha rural para ensinar os filhos(as) dos trabalhadores(as) rurais residentes em sua fazenda. Contrapondo-se a essa visão lúdica da Educação Rural, a Educação do Campo apresenta uma outra perspectiva: a de lutas relacionadas a todas as dimensões do território rural, dos Movimentos Sociais do campo, das comunidades rurais, dos pequenos agricultores, dos ribeirinhos, dos povos indígenas e dos quilombolas. É a perspectiva dos trabalhadores organizados no território e que vão exigir do Estado os direitos à Educação de qualidade, direito a políticas públicas e vão passar a questionar os parâmetros da Educação Rural propondo novas propostas educativas engajadas no posicionamento político de transformação da sociedade.

Os autores Caldart, Fernandes e Cerioli (2005), ao tratarem dessa questão, procuram reconhecer os sujeitos rurais em sua complexidade agrária ao organizar-se no território onde habita e constrói meios de sobrevivência. Para os autores, são as condições de existência que dinamizam as possibilidades das relações de produção para além dos perímetros geográficos determinados, ou seja, das relações humanas no desenvolvimento social.

Sendo assim, esse processo educativo nas Comunas da Terra poderá ser pautado através do trabalho agroecológico como princípio educativo na Educação do Campo como um modelo de Educação organizado pelo MST, ou seja, pelos sujeitos Sem Terra. Tal processo educativo está entrelaçado às pedagogias do movimento e à pedagogia socialista, no intuito de compreender e conceituar algumas categorias importantes de reflexão ao entender as Comunas da Terra como um espaço educativo que aproxima grupos sociais que estão em torno do acampamento e que se organiza no território para produção de alimentos, não apenas para isso, mas em relação à cultura, identidade, aos diversos processos de formação, questões política e pedagógica de reconstrução humana. Dessa maneira, para esta pesquisa, a Educação do Campo é uma possibilidade que movimenta os seres humanos para a produção da própria existência.

A Educação do Campo, tratada como Educação Rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços das florestas, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhas e extrativistas. Campo nesse sentido, mais de um perímetro urbano, é um Campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência e com realizações da sociedade humana (CALDART, FERNANDES, CERIOLI, 2005, p. 4).

É nesse sentido das possibilidades que dinamizam os seres humanos na relação Campo/Cidade, na produção de alimentos que dá as condições de produção da existência dos sujeitos que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta, que se manifesta, na complexidade de sujeitos periféricos, que são as minorias num território marcado pela expansão da urbanização e onde, através das lutas organizadas pelo MST, esses trabalhadores rurais se desafiam a reproduzir em uma área minimizada, no sentido da extensão, dos modos de terra para a produção, justificando a agroecologia como uma possibilidade de produzir alimentos em pequena escala, saudáveis e necessários à população.

3.4 Matrizes pedagógica do Movimento

As Comunas da Terra são organizadas pelas matrizes pedagógicas do MST, ou seja, pelo processo formativo que constitui o Movimento ao longo da história da luta pela terra que está em construção dentro da organização. São essas pedagogias que formam os sujeitos Sem Terra e dão a identidade de luta. São essas matrizes pedagógicas que transformam a relação cultural dos sujeitos do campo organizado pelo MST e inserem o(a) trabalhador(a) rural na dinâmica formativa coletiva e individual da Educação do Campo. As pedagogias estão organizadas em grandes áreas de atuação dos sujeitos Sem Terra da Comuna Irmã Alberta, mas elas ocorrem simultaneamente. Estão entrelaçadas na essência formativa abordando várias dimensões educativas: na produção, educação, formação, cultura, “místicas”, política, de relações sociais, no esporte, no lazer, na organização do acampamento. São essas matrizes pedagógicas que são colocadas em prática e organizam a forma como as atividades simples e complexas acontecem na Comuna da Terra Irmã Alberta.

A sistematização das matrizes pedagógicas do Movimento Sem Terra está no livro sistematizado por Caldart (2004). Este texto traz os elementos necessários para compreendermos, de forma geral, como se organizam os assentamentos e acampamentos do MST em todas as regiões do Brasil. A pedagogia do movimento não é uma pedagogia criada pelo MST, mas uma construção social concretizada na prática organizativa do MST e de outros movimentos do campo. Isto é, outras lutas forjaram essas pedagogias na luta social pelos direitos negados aos grupos sociais mais vulneráveis na sociedade. A maneira como elas passaram a ser organizadas no movimento contribuíram para que a consciência

de classe, dentro do MST, fosse a condição para juntar os excluídos da terra em prol da luta por reforma agrária. No entanto, a consciência de classe necessita de formação, conhecimento, e o MST, ao formar seus quadros, através de seus militantes, transmite a todos os valores, símbolos que fazem parte da organização ao criar a identidade Sem Terra. Esse processo formativo acontece nas relações formativas amparadas na Educação do Campo ao mesmo tempo que a pedagogia do movimento, junto a outras pedagogias, como a socialista, compõem os fundamentos centrais na organização.

3.5 Pedagogia socialista

Pensar o trabalho agroecológico faz sentido quando fundamentamos alguns conceitos e categorias sistematizadas dentro da teoria do trabalho como princípio educativo pela pedagogia socialista profundamente enraizada nas matrizes pedagógicas do MST. Ao refletir sobre agroecologia, trabalho e princípios num processo educativo, na formação dos acampados(as) da Comuna da Terra Irmã Alberta, é necessário analisar essas categorias e conceitos dentro do processo histórico que sistematizou os princípios pedagógico necessários à criação da matriz pedagógica que organiza o MST na luta por reforma agrária. Dessa maneira, entendemos a agroecologia como uma matriz pedagógica norteadora de uma maneira como o trabalho vai acontecendo e está baseada em princípios fundamentais à formação humana na produção de alimentos saudáveis e de qualidade. Nesse sentido, o trabalho é uma ação que transforma a natureza ao mesmo tempo que transforma o homem (MARX, 2002), é uma ação humanizadora regida por princípios, são leis ou fundamentos de uma determinada racionalidade que derivam de questões e leis específicas.

O trabalho agroecológico como princípio educativo são ações intencionais educacionais, organizadas e produtivas dentro de um território. Nas Comunas da Terra do MST, são conduzidas e administradas pelas matrizes pedagógicas de formação do Movimento. É dessa maneira que a pedagogia socialista contribui para a organização das Comunas da Terra através da forma como o MST se organiza e educa seus sujeitos. Compreendemos o MST como um sujeito educador (CALDART, 2004), e a Comuna da Terra como espaço educativo. Ao definir a agroecologia como matriz de produção dentro do território, o Movimento passa a praticar as ações do trabalho agroecológico que estão dentro de princípios gerais educativos. E esse processo só é possível quando os

trabalhadores(as) têm acesso aos conhecimentos, às técnicas, às politécnicas e às tecnologias desenvolvidas ao longo da história da humanidade para produção de alimentos. Tudo isso só é possível através da Educação – para o MST, a Educação do Campo.

3.6 Estrutura da Educação no assentamento/acampamento³⁸

O acampamento Irmã Alberta apresenta vários espaços de formação, esses espaços foram construídos ao longo da história de luta da ocupação na região e atravessa todas as instâncias do acampamento. No início, as formações no acampamento eram organizadas nas assembleias, na maneira como iam organizando os núcleos de base, nas reuniões dos setores, nos cursos de formação política, de técnicas agrícolas, nas manifestações, nas ocupações, nas relações sociais, nas místicas, na formação da EJA e ENCCEJA, nas cirandas infantis, nos encontros de Sem Terrinhas, nos esportes culturais e etc.

A formação educacional a qual vamos descrever não está disciplinada na educação escolar, mas está no sentido mais amplo da educação. As bases são da Educação do Campo que se desdobra em outras vertentes pedagógicas, processo de outras lutas sociais, que ajudam no processo educativo do movimento dentro das Comunas da Terra em São Paulo. É, por isso, que destacamos ser necessário argumentar sobre as principais pedagogias, que estão relacionadas ao objeto desta pesquisa, ou seja, o trabalho agroecológico como um princípio educativo. Pedagogias que estão envolvidas na relação teórica, sistematizadas na prática do cotidiano e que vão historicamente constituindo a consciência de classes, indignação, organização, reivindicação e luta dentro de um processo de exclusão, injustiças sociais, exploração dos trabalhadores e alienação.

Sendo assim, ao longo de quase duas décadas, o acampamento Irmã Alberta está em um processo transitório, por não estar resolvida sua situação jurídica. Esse processo, que é determinado pelas consequências sociais de exclusão dos trabalhadores(as) que foram deixados à margem da sociedade, encontram na luta do MST a possibilidades de engajamento em ações coletivas de caráter sociopolítico realizadas em vários âmbitos das questões políticas mal resolvidas,. Estas ações implicam tanto um pensar, quanto um fazer pedagógico próprio dos Movimentos Sociais. As Comunas da Terra e o acampamento Irmã Alberta fazem parte desse processo na luta pela implementação da Reforma Agrária em

³⁸ O Irmã Alberta é um acampamento com característica de assentamento de devido como encontra-se organizado dentro da área.

pequenas áreas, mas que também luta por Educação e outros direitos universais negligenciados socialmente.

Desde de 2010, aproximadamente, iniciaram-se os debates na Regional Grande São Paulo sobre a construção de uma escola agroecológica no acampamento. Porém, devido a muitos problemas, o processo não caminhou, no entanto, resultou na produção do Projeto Político Pedagógico da Escola de Agroecologia no Irmã Alberta. O entrevistado M7 fala sobre a criação de uma escola de agroecologia, seu objetivo, projetos e sobre as técnicas ou tecnologias sociais agroecológicas:

Construção de escola agroecológica e ciranda infantil, construção de agrofloresta e plantação de bambu... O objetivo é elevar a consciência da classe trabalhadora... Ser fomentador de ideias e práticas pedagógicas da Educação do Campo... Há projetos variados como: plantação de árvores nativas e extintas do nosso bioma, produção em agrofloresta, bioconstruções: (bambu, tijolos solo compacto hiperadobe, superadobe, estruturas que trazem conforto para o corpo), escola de teatro, escola técnica agroecológica que estão em andamento no acampamento.

Foram realizados alguns seminários com dirigentes, aliados, universidades, estudantes, religiosos e políticos, mas durante a pandemia da Covid-19, os encontros presenciais pararam. Alguns aconteceram de forma remota, no entanto, as discussões não avançaram, e o processo encontra-se parado no momento, outras demandas foram surgindo e estamos aguardando um momento oportuno para retomar as atividades sobre a escola agroecológica no acampamento.

A Escola Popular de Teatro e Vídeo de São Paulo, que foi construída na Comuna da Terra Irmã Alberta, tem parceria com outro grupo e coletivos teatrais, cursos que apresentam uma proposta pedagógica de teoria política, dramaturgia, interpretação, audiovisual e música. A escola é administrada atualmente pela Companhia Antropofágica, a qual aborda uma concepção de ações coletivas junto com o MST de modo a favorecer um programa político, poético e estético que dialogue com os demais setores do Movimento.

A construção da ciranda infantil Luiz Beltrame é uma atividade do coletivo que reúne, duas ou três vezes por semana, outros coletivos para participarem dos mutirões. Os mutirões são organizados de acordo com a disponibilidade de voluntários, que podem ser estudantes, aliados, acampados, dirigentes do MST ou pesquisadores. O coletivo Centenário Paulo Freire organiza todo o processo de construção da ciranda infantil e é um projeto que busca construir um espaço social e educativo, que atenda a Comuna da Terra e

as comunidades próximas, a partir de materiais alternativos, com técnicas de bioconstrução e bambu.

Na Comuna da Terra Irmã Alberta sempre houve grupos de internos e externos envolvidos com a Educação no acampamento. Dentre elas, as atividades de formação escolar da EJA e ENCCEJA que traziam um modelo pedagógico de formação escolar para jovens e adultos dentro da perspectiva da Educação do Campo. No início eram organizados encontros aos sábados, depois tínhamos as salas, que estão ligadas ao MOVA Brasil e à Ação Educativa, por fim, os encontros passaram acontecer aos domingos. Os professores eram estudantes, atuantes nas redes em São Paulo e pesquisadores. Durante a pandemia da Covid-19, os encontros deixaram de acontecer. Houve uma tentativa de realizar o ensino de forma remota, mas as dificuldades de acesso a internet e de aparelhos compatíveis com essa modalidade de ensino impediram o avanço. As aulas deixaram de acontecer e, por enquanto, não sabemos quais serão os encaminhamentos do Setor de Educação.

3.7 Cursos de formação em agroecologia

Desde o início do acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta sempre houve grupos, coletivos e militantes da agroecologia interessados em realizar formações na comunidade. Essas formações passaram a ser mais intensas a partir de 2005, quando o Setor de Produção do MST já estava se consolidando no acampamento e tinha se apropriado minimamente dos conceitos de agroecologia. Na época, os debates sobre a agricultura orbitavam ao redor da ideia de um modelo de produção agrícola sustentável, e o conceito de agroecologia não era tão claro. A questão agroecológica não era suficientemente ampla, no sentido da compreensão do conceito em relação à produção e ao manejo.

Aos poucos, os debates em torno desse tema foram ganhando espaço no MST e apropriado pelo Setor de Produção como uma possibilidade política de enfrentamento ao modelo do agronegócio. Assim, foram criados muitos cursos teóricos e práticos que passaram a abordar os principais fundamentos agroecológicos na forma de manejos da produção agrícola. Esses cursos eram e são desenvolvidos pelo Setor de Produção em parcerias com instituições, coletivos ou grupos envolvidos com as causas de produção sustentável, respeitando o meio ambiente, uma produção ecológica, sem veneno, com

alternativas tecnológicas sociais e que possa garantir um alimento de qualidade ao consumidor. O entrevistado M12 procura argumentar sobre a importância do espaço Irmã Alberta como um território preocupado em refletir sobre as questões sociais, alimentação saudável, produção agroecológica, lutas comuns com outros Movimentos Sociais e um espaço com possibilidades de planejar e construir um ambiente de vida digna:

É um espaço de muita formação, de muito debater sobre a situação que passa hoje a população das camadas mais pobres da sociedade, mas há também debates para que possamos nos planejar e ver as possibilidades que a gente consiga avançar nas lutas, projetos sociais, nesses projetos outros... para que a gente consiga lutar... mais... por territórios livres de venenos na produção agroecológica, para que possamos produzir alimentos saudáveis e gerar renda solidárias a todos que reside aqui no acampamento, e, aí, além disso, para que as pessoas possam ter um lugar pra viver, pra trabalhar, criar seus filhos com dignidade, lutar junto com toda a sociedade por terra, pelo meio ambiente em conjunto com as pessoas que defendem esse trabalho aqui dentro. O Irmã Alberta é super super importante ter esses apoios externos, por estarmos próximo da cidade, ou seja, estar aqui dentro da metrópole que nos aproxima de outros Movimentos Sociais, estar próximo de outro cooperando com as lutas de agenda comum, movimentos sindicais, de outras entidades, dos grupos de consumo consciente que estão na cidade, para que a gente possa gerar possibilidade de renda que nos ajude a nos manter e viver aqui, tanto pela produção de alimentos, quanto por outros trabalhos de processamentos de alimentos e produtos que ajudem agregar valores a nossa produção, por fim, que a gente possa finalmente criar cooperativas para atender a demanda de consumo na região.

Essas ações desenvolviam os planos de organização do trabalho agroecológico, arranjo e rearranjo, dos processos ligados à produção e princípios ecológicos relacionados à educação na rotina cotidiana dos trabalhadores na Comuna da Terra Irmã Alberta. Assim, como afirmam Guhur e Silva, GUHUR e SILVA a prática social agroecológica é uma relação, um ato material, dialético de ações conscientes que transforma a natureza e também os sujeitos.

A prática social agroecológica se expressa ao mesmo tempo como um ato prático-material e como ideação e reflexão, em uma relação dialética ação-pensamento-ação, práxis consciente sobre a natureza que transforma também o próprio sujeito (GUHUR; SILVA, 2021, p. 64).

O trabalho agroecológico são muitas ações educativas manifestadas em vários momentos da existência histórica da Comuna da Terra no território através da logística e distribuição de cestas com alimentos destinados aos consumidores ligados à cooperativa

Terra Viva, de feiras com alimentos produzidos nas Comunas, doações de alimentos orgânicos nas comunidade do entorno da Comuna da Terra Irmã Alberta, mutirões de plantio de sementes crioulas, manejo de pequenas área de pasto, planejamento e implementação de agrofloresta, conceito de permacultura, produção de biofertilizantes naturais, produção de compostagem, adubação verde, cobertura de solo, técnicas de podas, alporquia, uso de adubos biodegradáveis, técnica de uso do pó de rocha, processo para alcançar a certificação de produção orgânica, irrigação alternativa, análise da água dos poços caipiras, produção de sistemas de fossas sépticas, reaproveitamento de água de curvas de níveis, reaproveitamento e armazenamento de água da chuva, conceito de produção em hortas mandalas, planejamento de croquis dos lotes produtivos, campanha de plantio de árvores do MST, conscientização sobre não uso de agrotóxicos na produção, PEC do veneno, as políticas do município de São Paulo para a produção de alimentos dos pequenos produtores rurais, aplicativo Plural Bio do município para a localização de produtores de alimentos orgânicos. Foi discutido sobre ações políticas, manifestações culturais e outras atividades pontuais do acampamento, no sentido de contribuir com a luta e também com nossas pesquisas. Todas essas ações são processos de produção também da vida material e não estão deslocadas de outras dimensões produtivas da vida:

A produção camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e reprodução da vida, produção e consumo; logo, a produção agroecológica não é isolada das demais esferas da vida (GUHUR; SILVA, 2021, p. 64).

De acordo com o entrevistado M12, o acampamento Irmã Alberta é um território aberto à construção de novas possibilidades, troca de experiências agro-cultural, que tem potencial para agregar valores ecológicos, realização de projetos culturais ligados à natureza, renda verde, produções agroecológicas, formação técnica e científica, participação da população ao entender a luta pela terra em um espaço próximo das comunidades vizinhas:

De fato, aqui no acampamento pode se dar toda uma construção de possibilidades, de trocas de experiências. Aqui a gente está procurando agregar valores ecológicos em tudo que fazemos, construção de um viveiro nacional de mudas de árvores, projetos culturais ligados à natureza, na construção de uma horta mandala, projeto de geração de renda com uma produção agroecológica e sustentável, também a formação para aprimorar nossas técnicas, ter uns equipamentos tecnologicamente construído por nós aqui, que são experiências de canteiros de obras, uma ciranda infantil, espaços na área social,

envolvendo muitas pessoas de dentro e fora do acampamento que desejam participar dos projetos de construção ecológicas, entender como funciona o MST, o que é a proposta de Comuna da Terra na prática. É uma forma que o movimento pode se fortalecer na luta pela Reforma Agrária na região, então, esse é um espaço de luta próximo da área urbana que podemos acolher as pessoas, podemos desenvolver projetos que sejam voltados ao desenvolvimento da Comuna da Terra Irmã Alberta e nos ajudando carregar nossa bandeira da Reforma Agrária, mais também há outras lutas, outras bandeiras que o Movimento vem inserindo em suas pautas.

É importante apresentarmos que a Comunas da Terra Irmã Alberta evidencia na sua prática real muitas contradições. A militância que atua no território enfrenta, entre muitos outros problemas, questões relacionadas à venda de lotes, invasão de oportunistas na área, o empreendedorismo rural como solução das dificuldades financeiras dos acampados, falta de políticas públicas relacionadas a especificidades das Comunas, falta de investimentos no modelo de produção agroecológica. M12 relata sobre as contradições que enfrentamos:

Sou acampada desde o surgimento do acampamento Irmã Alberta e sei que existe um conjunto de necessidades, que nossa situação é precária, a gente se vira como pode. Como trabalhadores nos falta acesso às políticas públicas, por isso, compreendo, cada vez mais, a necessidade da organização da luta de classes, e junto com todos que nos apoie estaremos lado a lado, lutando.

Como podemos observar na citação anterior, é necessário o apoio de todos e todas que compreendem a importância de um assentamento agrícola dentro da cidade de São Paulo, um espaço onde possamos organizar e produzir um ambiente agroecológico. Sabemos que essa não é uma tarefa fácil, pois estamos envolvidos em relações sociais contraditórias. Acreditamos que o ambiente agroecológico é possível, mas só o é a partir do trabalho agroecológico. É necessário considerar que entendemos o trabalho como uma atividade pensada, planejada e intencional sobre a natureza, para ser agroecologia só é possível através da consciência ecológica ao trabalhar em favor da natureza, a diferença essencial consiste no momento da tomada de decisão sobre o ambiente ao organizar o território produtivo.

Nesse processo, a questão cultural é importante ao sintetizar a apropriação dos princípios e fundamentos na ação produtiva que irá impactar positivamente no espaço produtivo. Porém, como já relatamos antes, ao decidirmos pela agroecologia como um posicionamento político na produção de alimento para sociedade, sabemos que esta não

acontecerá sem as muitas contradições próprias da formação social brasileira: concentração de terra, má distribuição de renda, Educação básica precária, pouca compreensão popular sobre a importância da Reforma Agrária e da agroecologia etc. Não podemos ser românticos a ponto de achar que as coisas vão mudar só pelo fato de quisermos produzir alimentos saudáveis.

No cotidiano, a realidade apresenta muitos problemas, às vezes, por exemplo, nem todos acampados e acampadas que residem na Comuna da Terra Irmã Alberta querem aderir aos projetos agroecológicos que durante duas décadas são incentivados nas Comunas da Terra. Por outro lado, há acampados que chegam a iniciar os projetos e desistem no meio do caminho, por diversos motivos; outros passam a considerar a agroecologia um processo inviável devido ao baixo retorno lucrativo inicial. Porém, há sempre um movimento interno no acampamento para que as famílias entendam e possam ingressar nos projetos agroecológicos como uma alternativa viável, segundo M3:

Nesse momento, fazer da agroecologia uma alternativa viável na Irmã Alberta é conseguir trazer os lotes improdutivos e os que plantam no sistema convencional para o nosso lado. Para isso precisamos garantir que os lotes que já plantam em agroecologia estejam vendendo bem a produção. E para isso temos que convencer a Cidade a comprar mais dos pequenos agricultores.

Em certas situações, outras opções paralelas apresentam-se mais atrativas às convicções particulares e oportunistas para alguns produtores rurais, como por exemplo o empreendedorismo rural, o trabalho formal e informal externo. Mas é da competência do MST garantir as possibilidades realizáveis, de acordo com a citação anterior de M3, para que as ações agroecológicas possam acontecer com competência praticável no acampamento. Sendo assim, para que os projetos existam e continuem a existir, apesar das contradições expostas em nossa realidade, contamos com o apoio popular, das comunidades vizinhas, de aliados, parceiros, militantes, coordenadores, dirigentes, sindicatos, professores, universidades, pesquisadores, técnicos, profissionais diversos e outros tantos camaradas que se unem à nossa resistência na Comuna da Terra Irmã Alberta.

Por outro lado, temos que considerar que a agroecologia não é só um conjunto de técnicas e prática de produção agrícola no enfrentamento das contradições de produção da vida material. Há muitos conhecimentos populares-tradicionais que estão presentes na formação dos acampados e acampadas. O entrevistado M3 reflete sobre essa questão:

Se for considerar que os e as agricultoras que mais se envolvem na luta no Irmã Alberta são os mais velhos, devo dizer que eles sabem plantar sem veneno porque eles viram os avós plantando sem veneno durante toda a infância. Eles olham com ceticismo esse movimento universitário-agroecológico-hippie-permacultural, mas na medida que se estabelece um apoio mútuo real de melhoria do espaço e da produção, eles e elas se afinam com o discurso da agroecologia e se conectam às redes regionais e nacionais de agroecologia para verter força para os assentamentos, também começam a se identificar como parte da agroecologia.

Temos que considerar os conhecimentos tradicionais presentes na formação dos agricultores do Irmã Alberta não como um caso isolado desses camponeses em si. De forma geral, são relevantes e importantes à sobrevivência do produtor, mas acabam desconectados dos fundamentos agroecológicos, infelizmente, até certa medida, contaminados pela lógica neoliberal. Simbolicamente são lançados pelas ideias hegemônicas que distancia os trabalhadores rurais da proposta agroecológica como um processo de luta política agroambiental e de resistência às ideologias dominantes.

Em primeira aproximação, a agroecologia poderia ser reduzida a um conjunto de técnicas e práticas de produção agrícola. Entretanto, nas práticas sociais originárias e camponesa, não completamente subsumidas aos capitalismo, se encontram entranhados os sistemas de conhecimentos tradicionais, razão pela qual recuperar é também resgatar os saberes tradicionais que foram e estão sendo erodidos: “costuramos com as mãos dos povos o tecido vivo de nossa biodiversidade que também representa nossa memória, nossa culturas” (GUHUR; SILVA, 2021, p. 64).

O espaço do acampamento Irmã Alberta é um catalisador de experiências populares que são estudadas e reintroduzidas nas ações práticas do trabalho agroecológico. Buscando contribuir pedagogicamente para a construção de um ambiente ativo e aberto às possibilidades, aos conhecimentos sociais, à Reforma Agrária, à Educação do Campo, à agroecologia como um sistema sustentável de produção de alimentos saudáveis e que tenha condições de garantir trabalho, vida digna, renda e condições financeiras para manter os investimentos populares em projetos agroecológicos que seguem em andamento. Como podemos ver em Guhur e Silva (2021), a prática agroecológica procura apreender dos conhecimentos tradicionais e novas técnicas, instrumentos e outras tecnologias capazes de diminuir a penosidade do trabalho agrícola.

A prática agroecológica incorpora também às antigas tradições novas técnicas, instrumentos e máquinas que sejam adequados ao manejo ecológico, à diminuição da penosidade do trabalho agrícola e ao aumento de sua produtividade (GUHUR; SILVA, 2021, p. 64).

A produção agroecológica exige manutenção constante dos projetos e manejo técnico especializado de determinadas culturas agrícolas. É um trabalho difícil, penoso e que exige muita força de trabalho para que seja concretizado na prática, pelo menos durante a implementação inicial desse tipo de projeto. Sabemos que durante a prática agroecológica fica mais fácil ao produtor comprometer teoricamente certas necessidades singulares que os projetos agroecológicos precisam em determinados momentos. Compreender os limites técnicos de intervenção direta, as possibilidades de mediações técnico/científica, re-orientações e replanejamento para obter sucesso na produção é crucial que essa concepção ultrapasse as fronteiras locais, ou seja, do próprio lote, do próprio acampamento. M3 argumenta que há alguns lotes na Comuna da Terra Irmã Alberta que apresentam potencial produtivo, mas requer muitas habilidades do produtor:

O Irmã Alberta tem alguns lotes referência para a cidade de São Paulo. Tanto no fator produtividade como em agroflorestas de pequena escala. Como foi citado temos lotes de 3000 m² que geram até 2000 [reais] por mês, isso requer muita habilidade.

Se os métodos não forem adequados, incorre-se no desperdício de trabalho, recursos e tempo, já que o processo é demorado para atingir a viabilidade econômica e ambiental. O produtor rural nem sempre terá condições de esperar pela viabilidade agroecológica, pois precisa resolver suas urgências particulares que demandam busca de resultados mais imediatos. Nesse sentido, o trabalho agroecológico, além de apresentar suas particularidades, precisa de um nível de organização sistêmica igualmente determinada pela divisão do trabalho, insumos, ferramentas, instrumentos, máquinas, instalações, cooperação, cadeias de comando, hierarquias de autoridade, instâncias políticas, métodos específicos de coordenação e controle que nem sempre se diferenciam dos processos não agroecológicos, como afirmam Guhur e Silva (2021, p. 65) ao apresentar os elementos gerais da prática agroecológica:

[...] como processo de transformação da natureza orientado ecologicamente, as práticas agroecológicas constituem um processo de

trabalho particular, e envolvem elementos e processos da natureza (solo, água, biodiversidade), insumos, ferramentas, instrumentos, máquinas e instalações; saberes e conhecimentos agroecológicos, mas, igualmente, uma determinada divisão do trabalho, níveis de cooperação, cadeias de comando e hierarquias da autoridade, e métodos específicos de coordenação e controle que nem sempre se diferenciam dos processos não agroecológicos.

Para que a Comuna da Terra Irmã Alberta exista como um espaço de produção agroecológica é necessário o apoio de todos e todas, ou seja, da sociedade. Compreender a importância deste espaço como produtor de alimentos e de desenvolvimento da agroecologia como matriz produtiva, de experiências coletivas, de cooperação, de vivências sociais não capitalistas, é um posicionamento político de resistência e de disputa de projeto de sociedade. De acordo com M12:

Não há cem por cento de apoio de todos, com o tempo muitas pessoas perdem a esperança, não somos uma legião de anjos revolucionários. A primeira coisa que tem que ficar clara é que estamos aqui por necessidade, mas é na formação diária que vamos avançando, a consciência nasce da necessidade de sobreviver, de garantir a existência e tudo está ligado ao fato de estarmos coexistindo num espaço de luta. Nós temos lutas muito grandes, tensas, pois a Reforma Agrária ainda não foi feita aqui, isso nos causa muita ansiedade. As pessoas ainda não têm condições de vida garantida, muita gente não tem renda, muitos passam necessidades, dificuldades econômicas, há gente precisando de assistências básicas. A maioria da pessoas consegue produzir até certo ponto, como não há investimentos, a produção é limitada. Muitos querem produzir, mas algumas pessoas não têm estrutura, outras pessoas não aceitam produzir em coletivos potencializando as dificuldades de organicidade de financiamentos, agem sozinhos e alguns depois de terem problemas voltam, aí conseguimos organizar alguns projetos. O movimento ainda é um movimento social, não dá para resolver todos os problemas das pessoas. A gente não somos uma instituição técnica, não somos punitivos, nós somos do diálogo. É assim que vamos convencendo, no debate, na conversa, na formação, pra que essas pessoas possam, com consciência, aderir aos coletivos. Daí começamos trabalhar a consciência ambiental, social, os direitos humanos, a agroecologia, a importância da cooperação. Se um sujeito não coopera, se não é um sujeito solidário, se é um sujeito que só age por conta própria, a gente não avança. O esforço é para que todos participe e estude a agroecologia, por isso sempre temos espaços de formação, pra que a gente consiga inseri-lo dentro da proposta do MST. Se o sujeito não aceita participar coletivamente, compartilhar de mutirões, está fora das ações, pelo menos procuramos com as famílias que ele tem no entorno dessas pessoas para que elas possam observar as mudanças e quem sabe se convencer a nos ajudar. Bom, quem sabe ajude desenvolver ações boas para as futuras gerações, educar os jovens para que assumam protagonismo da luta social.

Não é possível efetivar o trabalho agroecológico no território sem o protagonismo da luta social dos sujeitos do campo na Comuna da Terra Irmã Alberta. São esses sujeitos que irão colocar em prática as ações necessárias para que o ambiente seja transformado em paisagens ecologicamente sustentáveis. As ações práticas tendem a estar relacionadas a todos esses processos apresentados, baseadas em princípios éticos que promovem e fortalecem o crescimento dos agroecossistemas no curto prazo, impactando potencialmente o desenvolvimento sistemático das agrodinâmicas das relações bióticas e abióticas no longo prazo, preservando, conservando, protegendo, mantendo, sustentando, subsidiando, sobrevivendo nos biomas e ecossistemas nos quais estão inseridos os sistemas agroalimentares humanos e demais seres. O trabalho agroecológico é a práxis das atividades humanas desenvolvidas com o objetivo de produzir alimentos saudáveis ao mesmo tempo que experimenta uma nova perspectiva de formação social.

A categoria práxis nos ajuda a compreender o trabalho humano como função humanizadora da natureza para atender as necessidades humanas, de modo que esse trabalho pode ser realizado intencionalmente, ou seja, consciente e de maneira criativa no processo de desenvolvimento das atividades coletivas e das autoatividades. Segundo Guhur e Silva (2021), a práxis inclui todas as objeções humanas materiais e ideais em que revela um ser criativo e autoprodutivo em relação ao trabalho.

A práxis é uma categoria teórica que inclui todas as objetivações humanas, materiais e ideais, em sua complexidade e diversidade; que envolve o trabalho como objetivação fundante, mas o transcende, revelando o humano como ser criativo e autoprodutivo, “produto e criação da sua autoatividade” (GUHUR; SILVA, 2021, p. 64).

Podemos compreender o trabalho, ao refletir sobre as ações cotidianas de produção na Comuna da Terra Irmã Alberta, como as ações organizadoras das atividades humanas que irão construir uma determinada paisagem geográfica totalmente transformadas pelas técnicas e tecnologias desenvolvidas, por meio da apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, ao se planejar para atender determinada fonte de alimento da necessidade vital: a alimentação humana. Porém, não se reduz apenas a essa importante função, pois garante, através do trabalho agroecológico, o papel que tem o meio ambiente na preservação e cooperação entre os impactos causados pelo

agro-trabalho necessários à produção agrícola, ao mesmo tempo que garante o desenvolvimento dos ecossistemas dentro do projeto agroecológico mais amplo. Este se estabeleceu como categoria central de metodologia organizativa das Comunas da Terra como uma matriz central de produção.

De acordo com o entrevistado M2, a agroecologia surge no Irmã Alberta junto com a formação da comunidade e, nesse processo, passou a ser definida como a matriz de produção, ou seja, as ações que foram e estão sendo desenvolvidas no acampamento. Em torno dessa perspectiva, essas ações apresentam intenções objetivas diante da práxis produtiva no acampamento: desenvolver técnicas e tecnologias na produção agrícola agroecológica para os trabalhadores. E estende-se também como conceito aos consumidores que entendem e apoiam o projeto ao valorizar o processo de forma consciente em relação ao modelo produtivo. De acordo com M2:

A agroecologia surge junto com a formação da comunidade como matriz de produção e aos poucos vai se tornando uma forma de vida, a partir do processo formativo específico, desenvolvimento de cursos e práticas coletivas de produção agroecológica como por exemplo a horta mandala e outras, com o objetivo de desenvolver técnicas de produção agrícolas agroecológicas, respeitando o meio ambiente e preservando os recursos naturais para produção de alimentos saudáveis e livre de agrotóxicos. A agroecologia se estende aos consumidores da produção excedente que reconhece o processo de produção e faz sua escolha consciente.

De fato, não podemos ignorar que para realizar a prática agroecológica devemos ter a participação da sociedade civil. A sociedade precisa compreender a importância da agroecologia como um projeto alternativo de acesso a um ambiente protegido ecologicamente, produtivo de experiências culturais ambientalistas e de produção alimentar saudáveis, de luta política pela Reforma Agrária, de combates ao projeto neoliberal do agronegócio, de embate à produção baseadas em defensivos agrícolas agressivos, do uso agrotóxicos, alteração de grande impacto no solo, maquinaria pesada, de exploração da força trabalho, de concentração de terras e outros processos que vão na contramão do trabalho agroecológico.

A agroecologia é um modelo de produção agrícola incompatível com o capitalismo, embora produza produtos agrícolas que são vendidos em feiras, armazéns, supermercados, cooperativas, grupos de alimentação saudáveis e outros espaços sociais. A agroecologia sustenta em sua práxis a relação entre o trabalho agroecológico e a

necessidade de suprir a demanda mais elementar da sobrevivência humana e outros seres, nutrindo-se para gerar a energia vital. Não tem a intenção de transformar os alimentos em mercadorias e nem de explorar a força de trabalho para obter lucros. A produção agroecológica utiliza-se de capital mínimo para sua sustentação inicial temporária, é um gasto relativamente baixo se compararmos o custo-benefício para o pequeno produtor em seu estágio intermediário de investimento. O processo, torna-se progressivamente autônomo mediante ao manejo mais ou menos simples se comparado à automatização, técnicas e tecnologias de produção agrícola do agronegócio. A práxis agroecológica só faz sentido mediante o trabalho agroecológico, cuja racionalidade humana consiga provocar consequências positivas mais ecológicas a ponto de se tornar um meio cultural, social, estético, lúdico e afetivo como um modo de vida. De acordo com Guhur e Silva (2021, p. 64-65):

A práxis agroecológica, baseada num tipo particular de relação com a natureza e em racionalidade “mais ecológica”, tem implicações na vida cultural, social, estética, lúdica e afetiva – o que às vezes acaba se traduzindo na identificação da agroecologia como” "modo de vida”.

O trabalho agroecológico precisa estar presente na prática cotidiana dos produtores rurais nas Comunas da Terra, essa é a intenção das ações. Estas começam pela formação, na forma de organização do modo de vida, até que possa fazer parte do senso comum dos trabalhadores, apropriando-se dos conhecimentos gerais socializantes, nas decisões racionais sobre a natureza e etc. Esse processo necessita estar politicamente comprometido com a qualidade, a beleza, com criatividade, com a organização, enfim, com a relação de pertencimento cultural não de forma isolada do mundo, mas como parte totalizante dele, se fazendo nele.

O entrevistado M3 argumenta que o acampamento Irmã Alberta na sua prática já experimenta uma práxis de produção alternativa ao agronegócio dentro da cidade de São Paulo de forma singular em sua particularidade. Ao mesmo tempo, M3 se questiona ao refletir as contradições:

De maneira geral, o Irmã Alberta contribui junto com tantos outros assentamentos na medida que experimenta e acumula experiência de plantar sem veneno, na agroecologia, questionando o modelo atual do agronegócio. Agora sobre nossas particularidades, para a agricultura no âmbito nacional, acho que o Irmã Alberta é mais uma exceção do que uma referência. A realidade de um assentamento cravado na megalópole é muito diferente da realidade do Brasil rural, onde está a totalidade da

nossa produção. A melhor contribuição que daremos ao mundo é justamente nossa singularidade: É possível um assentamento cooperativista ao lado das grandes cidades capitalistas? Quais são as contradições? Quais são as soluções? Se sobrevivermos para responder estas a perguntas teremos essa contribuição para a estrutura agrária.

Com efeito, o acampamento Irmã Alberta encontra-se envolvido em um processo marcado por profundas contradições que influenciam o desenvolvimento do trabalho agroecológico. Pois, estamos submetidos a muitos problemas particulares, entre eles o de ordem jurídica, ou seja, o de legalização do assentamento como área de produção agrícola de pequena escala dentro da cidade de São Paulo. A prática agroecológica não consegue avançar mais do que os limites produtivos que existem no território da Comuna da Terra Irmã Alberta, pois o trabalho agroecológico está condicionado às condições reais determinantes da realidade no acampamento.

Os agricultores na Comuna da Terra Irmã Alberta "sofrem todos os problemas que tem um pequeno produtor somado aos problemas de sobreviver como um trabalhador na periferia de uma grande megalópole como São Paulo" (M3, 2022). O entrevistado M3 argumenta que a agroecologia precisa ser exaustivamente ensinada. Por outro lado, apresenta as contradições que estão no entorno das experiências agroecológicas no Irmã Alberta, ao se mostrar como processos pontuais desenvolvidos em alguns lotes no acampamento. No entanto, são experiências que servem de referência para os trabalhadores na Comuna da Terra Irmã Alberta. Porém, mesmo havendo um grande esforço para ampliar a produção agroecológica no Irmã Alberta, a proposta ainda caminha de forma espontânea. O entrevistado M3 explica a importância de ensinar sobre agroecologia como tem organizado com aliados os trabalhos agroecológico no Irmã Alberta:

A Agroecologia deve ser ensinada exaustivamente para todos. Esse processo não está organizado no Irmã Alberta. O que temos são alguns lotes organizados com princípios agroecológicos que servem de referência, todos os outros processos ainda são bem espontâneos e sem metodologia. O Gaia criou uma cultura de mutirão muito interessante. É no domingo de manhã, nosso horário de missa. Ir para roça, trocar saberes, plantar junto... mas ainda no plano da espontaneidade.

Como podemos observar, o Grupo de Apoio ao Irmã Alberta (GAIA), formado por aliados que se dispõem a ajudar nos mutirões organizados na comunidade, tem buscado propor novas metodologias de ações na prática agroecológica ao tentar ampliar a

participação dos produtores rurais que ainda não fazem parte do projeto de produção agroecológica no acampamento. A espontaneidade depende muito de até quando os recursos/investimentos conseguem manter os projetos nas Comunas da Terra. Grande parte das famílias mantém os projetos agroecológicos, porque conseguem manter os trabalhos agroecológicos com recursos/investimentos próprios após a finalização dos recursos externos. É significativo deixar registrado aqui que os projetos iniciados pelos grupos de apoio na fase inicial de transição agroecológica nos lotes das famílias na Comuna da Terra Irmã Alberta são extremamente importantes, pois apresentam aos produtores uma outra possibilidade de produção com base ecológica que beneficia todos os seres envolvidos no ecossistema ambiental.

4 TRABALHO AGROECOLÓGICO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Figura 07: Horta Mandala localizada no NB 02 na Comuna da Terra Irmã Alberta



Fonte: MST, ANO. Disponível em: https://twitter.com/MST_Oficial

O objetivo deste capítulo é refletir sobre trabalho agroecológico como um princípio educativo dentro da práxis agroecológica como uma matriz de produção em nosso acampamento. Sendo assim, como vimos no capítulo anterior, que introduz as práticas agroecológicas através dos trabalhos realizados na Comuna da Terra Irmã Alberta, neste capítulo vamos refletir conceitualmente sobre o trabalho como um princípio educativo na agroecologia que é realizada na prática diária da comunidade.

As práticas e ações que foram realizadas e continuam sendo realizadas no acampamento Irmã Alberta são fruto do esforço, dentro dos limites e contradições, dos trabalhadores da Comuna da Terra sob a orientação do MST. Consideramos que o MST, enquanto Movimento Social, é protagonista e organizador desse processo dentro da comunidade. A agroecologia tem se desenvolvido nas Comunas da Terra de forma diferente, com as limitações e contradições presentes na realidade e têm nos levado a refletir e compreendermos essa relação cientificamente. Entendendo que o trabalho agroecológico como um princípio educativo é um processo indissociável do desenvolvimento das técnicas de trabalho às tecnologias voltadas à produção de alimentos.

Mas não só, ao mesmo tempo que é uma alternativa da luta política no território, acúmulo de ações sociais na práxis produtiva do acampamento do MST na região.

Buscamos entender, nessa perspectiva, a agroecologia como uma proposta que vem da necessidade social do Irmã Alberta na região e de organização política ao procurar dar resposta a um modelo baseado em monoculturas, em alimentos como mercadorias, na exploração da força de trabalho, dos recursos naturais, no uso de agrotóxicos, na contaminação do meio ambiente e dos seres vivos, da água, do solo e do ar.

O trabalho agroecológico é a prática em si, intencional, que sintetiza os conhecimentos populares, tradicionais e científicos ao buscar dar respostas aos limites e contradições existentes no processo produtivo da comunidade. É o desenvolvimento das técnicas e tecnologias que estão intrínsecas ao fazer, ao realizar o trabalho de transformação da natureza. Pressupõe, nesse sentido, conhecimentos previamente acumulados, organizados e apropriados pelas práticas sociais de produção agrícola ecologicamente sustentável. As suas categorias centrais são: teóricas e práticas, não exatamente nessa mesma ordem, estão relacionadas a uma interpretação/ação da realidade que respeite os princípios fundamentais de preservação, conservação, proteção, manutenção e sustentação do meio ambiente, com o objetivo de subsidiar uma proposta de produção de baixo impacto na natureza e altamente produtiva.

Esse processo impulsiona elementos, métodos e mecanismos que colocam em prática a necessidade de fomentar todo tipo de aprendizado que acumula conhecimentos em relação ao trabalho agroecológico. É praticamente impossível não aprendermos nada diante da ação-reflexão-ação do trabalho agroecológico ao mesmo tempo que produzimos para existirmos, existimos para produzir, transformando a natureza, respeitando os limites biológicos dos ecossistemas, biomas, dos fatores bióticos e abióticos de determinadas regiões. Segundo Guhur e Silva (2021, p. 64):

Compreender a agroecologia como práxis sugere a possibilidade de incorporação consciente da dimensão ecológica da vida ao ser social desenvolvido; além de apreender suas múltiplas objetivações (trabalho, práticas, ciências, luta, cultura...) ou momentos de maneira integrada, sem perder de vista suas relações e mediações.

O trabalho agroecológico como princípio educativo tem o objetivo central de produzir os elementos essenciais vitais para a sobrevivência da humanidade. São as engrenagens de uma proposta de organização agrosocial em que os projetos estejam

planejados com base ecológica, respeitando os agrossistemas com qualidade técnica popular/científica, abordando a lógica ética de autogestão na intervenção dos ecossistemas ao produzir alimentos para a comunidade e para a população local. A concepção de produção de alimentos se faz através dos meios de produção históricos, diferente de produzir para acumular capital, como já refletimos antes nesta dissertação, a agroecologia é incompatível ao sistema capitalista, pois o objetivo final do trabalho agroecológico é sempre produzir alimentos de alta qualidade com soberania alimentar à humanidade, direito básico à existência vital dos seres humanos. Pois, para estarmos vivos, necessitamos das proteínas, carboidratos, vitaminas, hidratação e etc., referindo-se aqui ao recorte biológico da estrutura animal na produção de energia que sustenta a vida. Podemos afirmar que o trabalho agroecológico é:

[...] um conjunto de conhecimentos sistematizados baseado em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) "que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e descentralizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura" (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 57).

Segundo Caldart (2022), precisamos nos apropriar dos conhecimentos produzidos na Educação do Campo e buscar extrair o essencial dos conteúdos organizados para a formação humana. São esses conhecimentos que vão revelar historicamente os fundamentos que nos trazem as luzes de entendimento para que possamos analisar a agroecologia através da Educação do Campo como uma ferramenta de conscientização popular. O trabalho agroecológico, como princípio educativo, precisa transcender as relações técnicas/práticas que a concepção ecológica apresenta na relação de intervenção na natureza. A dimensão técnica/tecnológica do trabalho na agricultura em relação à Educação do Campo e à agroecologia nos exige apreender os fundamentos centrais dessa concepção. Apreender e sistematizar os princípios básicos da educação ambiental como instrumento de formação popular.

A educação ambiental não é só uma responsabilidade dos camponeses que praticam a agroecologia como uma matriz produtiva, mas uma necessidade educativa para todos os cidadãos na sociedade. As políticas públicas precisam considerar as questões ambientais e alimentares de cooperação como um meio sustentável de sobrevivência a todos os seres. Porém, a ação educativa em torno do trabalho agroambiental, dentro da proposta

agroecológica, é só uma parte em relação à mediação que valoriza os eco/agrossistemas, os biomas, os mananciais e fundamentalmente a educação para todos os cidadãos expropriados materialmente dos “conhecimentos gerais sobre a ecologia”. O entrevistado M7 busca argumentar que um dos problemas enfrentado na Comuna da Terra que influencia bastante no desenvolvimento do trabalho agroecológico é que, no Brasil, ainda não se tem políticas que possam atender às necessidades de pequeno produtores que se encontram em áreas de transição entre o urbano e rural:

No Brasil não temos políticas públicas que possa garantir um projeto híbrido rural e urbano, o projeto de Comuna da Terra ainda é uma proposta desinteressante para os governos que estão na gestão do país. Então, a negociação fica longa, cansativa e quase não atingível dentro da proposta tradicional de assentamento de terra para trabalhadores rurais. No entanto, a comunidade é forçada a exercitar vários projetos para que possa garantir a permanência na área, contudo são iniciativas interessantes, mas precárias por falta de investimentos públicos.

De acordo com a fala de M7, no caso da Comuna da Terra Irmã Alberta, muitos projetos agroecológicos são iniciados, mas têm dificuldade de continuar, pois faltam políticas e recursos públicos para que se desenvolvam. Os trabalhos agroecológicos são as ações diretas e indiretas realizadas pelo trabalhador rural na terra. A precariedade nos investimentos obriga às adaptações moderadas ou radicais dos projetos, em muitos casos, ficam comprometidos os resultados, que nem sempre são os esperados com sucesso almejado. O entrevistado M3 relata sobre a relação entre a contradição e sonho que os sujeitos Sem Terra vivem na Comuna da Terra:

Eles têm a esperança de regularizar sua terra e plantar com mais segurança, mas a disputa de terra na nossa região tem colocado em xeque esse sonho. A cada ano, a favela pressiona mais nossas fronteiras, e nosso sonho vai se afundando.

Os trabalhadores são obrigados pela situação a usarem seus saberes tradicionais para dar conta dos problemas experimentados na prática. Essa é uma das dimensões educativas que exige pedagogicamente a autonomia dos produtores em relação aos trabalhos agroecológicos para que possam atuar na prática referenciado em conhecimentos que fundamentam a práxis no momento que cruzam as informações entre o popular e o científico.

O capitalismo tende apropriar-se dos saberes tradicionais/populares para abafá-los socialmente e para que os saberes científicos possam dominá-los e monopolizá-los culturalmente. Dessa maneira, precisamos pensar a agroecologia como um projeto de sociedade baseado em fundamentos educativos que integrem o campo e a cidade aos princípios históricos de organização social para a produção de técnicas e tecnologias de alimentos, que possa garantir a soberania alimentar para todos os seres além do lucro. O entrevistado M3 argumenta que organizar a produção coletivamente envolve muitos conhecimentos que estão relacionados a um processo que nos leva a escolha. O trabalho como um princípio educativo tem essa perspectiva de interagir de forma transversal com muitos saberes que são essenciais à prática agroecológica. M3 afirma ainda que:

Quando conseguimos organizar a produção coletivamente, podemos experimentar a superação do antagonismo Política X Economia. Passamos a entender Economia e Política como uma coisa só. Na formação de preços, na organização da logística, na escolha das doações de alimentos, em tudo que se decide sobre a produção está nossa escolha política de alimentar o nosso povo. Na organização da divisão dos equipamentos coletivos, na formação de associação, na empreitada de conquistar aposentadorias ou a certificação orgânica, experimentamos também o companheirismo como um elemento de uma nova cultura de valores que vão moldando nossas relações sociais para a superação da competição e do individualismo da cultura capitalista.

A lógica de produção é produzir alimentos para alimentar a humanidade, não para serem transformados em mercadoria para acúmulo de capital, como já mencionado anteriormente. Pensar a partir dessa lógica e refletir sobre os meios de produção que monopolizam as matrizes de produtivas, ao ponto em que elas se tornam predatórias dos recursos naturais, gerando impactos ambientais significativos, alteração de clima, produção de lixo, contaminação do solo e mananciais, desmatamento, destruição de ecossistemas e etc. Os Movimentos Sociais em seus processos de luta criam novas possibilidades de entender e atuar sobre a agroecologia, na dimensão das lutas sociais, na disputa de projeto de sociedade, apresentando outra alternativa às crises estruturais geradas pelo atual modelo econômico. Portanto, de acordo com Guhur e Toná (2012, p. 63):

A agroecologia [...] a partir das práticas dos Movimentos Sociais populares do campo, que a entendem como “a” saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, mas que a percebem como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento

ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza.

O trabalho agroecológico na Comuna da Terra Irmã Alberta destaca a dimensão educativa, pois apresenta uma relação profunda com os conhecimentos tradicionais, populares e científicos. Essa dimensão educativa na perspectiva agroecológica é essencial para o desenvolvimento da pedagogia ecossistêmica na formação dos sujeitos que estão envolvidos na prática agroecológica. Não podemos afirmar se todos os acampados e acampadas na Comuna da Terra Irmã Alberta têm noção desses processos educativos em suas práticas cotidianas, mas é possível observar que os manejos ecológicos interferem substancialmente na práxis camponesa.

Primeiro, que o produtor, ao compreender a conjuntura política sobre a questão agrária no Brasil, entende que o modelo produtivo predatório poderá deixá-lo, no longo prazo, em território empobrecido ecologicamente. Segundo, os investimentos tornam-se insustentáveis sem conhecimento técnico específico sobre a agroecologia. Nesse sentido, o trabalho agroecológico exige conhecimentos prévios antes de agir sobre a natureza. O trabalho agroecológico pode até se apropriar dos conhecimentos tradicionais e populares, mas precisa de aprimoramento científico para que possa garantir a produtividade dentro da lógica ética da proposta agroecológica como matriz de produção.

Segundo Guhur e Toná (2012), os Movimentos Sociais se organizam e tendem a agir como saída tecnológica agroecológica aos problemas estruturais, econômico e agrícola, ao mesmo tempo em que a agroecologia é uma estratégia de luta ao enfrentamento do agronegócio, não podemos fazer essas ações no campo político e o enfrentamento de adquirir conhecimento. A primeira perspectiva do trabalho agroecológico como ato educativo está na formação técnica e tecnológica, a outra no posicionamento político, filosófico, sociológico e agrário para a atuação na produção dos bens materiais e no enfrentamento ao neoliberalismo, ao agronegócio, enfim, ao capital.

4.1 Conceito de Agroecologia

Embora a dimensão prática (técnicas) da agroecologia seja um processo importante na concretização das experiências realizadas em torno do trabalho agroecológico com um processo educativo e formativo, entendemos que a educação agroecológica precede as ações diretas de intervenção na natureza. Não há como praticar a

agricultura sem interferir na relação sistêmica do meio ambiente. Por isso, nesta pesquisa, procuramos fazer o recorte que está relacionado às ações de formação educativa que fundamentam as matrizes pedagógicas ao orientarem a execução do trabalho agroecológico como princípio educativo. É pressuposto compreendermos que as técnicas e tecnologias agroecológicas aprendidas pelos agricultores são ferramentas de mediação das ações humanas ao retirar os bens naturais da natureza. Para que esse processo aconteça, é necessária a realização de trabalho.

O trabalho agroecológico depende de ser apreendido e transformado em conhecimentos. Serão instrumentos de mediação no meio ambiente ao agir com os mesmos princípios e fundamentos, mas nem sempre com as mesmas técnicas e tecnologias. Em síntese, a relação humana com os conhecimentos historicamente acumulados e organizados em conteúdos são sistematizados e ensinados no processo de desenvolvimento produtivo das necessidades vitais humanas ao explorar a natureza. A agroecologia, para esta pesquisa, caminha no sentido de apontar a importância da formação pedagógica nas diretrizes educacionais da Educação do Campo que formam e organizam os trabalhadores(as) que residem na Comuna da Terra Irmã Alberta. Sendo assim, a agroecologia pode ser caracterizada como:

[...] “uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis”, proporcionando, dessa maneira, bases científicas para apoiar processos de transição a estilo de agricultura de base ecológica ou sustentável (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 60).

O conceito agroecológico que buscamos apreender apresenta os princípios e fundamentos a serem ensinados que podem ser através dos conhecimentos tradicionais, populares e científicos, que podem ser organizados em cursos de formação – conforme Anexos 05, 06, 07 e 08 –, podem ser disciplina, na orientação técnica, na maneira de organizar o trabalho agroecológico, ser instrumento de decisões políticas, econômicas e sociais a fim de ampliar-se como um projeto de estruturação agrária na sociedade.

A entrevista de M12 apresenta um relato de como a Comuna da Terra Irmã Alberta, desde o início, já tinha decidido a matriz agroecológica como uma prioridade. O trabalho agroecológico ao ser uma ação consciente dentro do ecossistema não pode avançar sem avaliar os riscos de destruição ambiental. O trabalho agroecológico precisa estar integrado

a uma rede de apoio e cooperação para que possa ter benefícios ecológicos ao produzir alimentos. Nesse sentido, o trabalho agroecológico só pode existir dentro de um projeto de agroecologia. As ações do trabalho agroecológico têm que estar fundamentadas nos princípios ecológicos. Sendo assim, entendemos a agroecologia como um conjunto de conhecimentos ecossistêmicos que são as bases estruturais das relações pedagógicas na formação humana. São conhecimentos históricos do processo de produção agrícola que deveriam ser ensinados a todos, no campo e na cidade. O relato de M12 reflete sobre essas questões ao apresentar qual o conceito de agroecologia que é trabalhado no acampamento Irmã Alberta:

Acredito que a agroecologia precisa ser ensinada tecnicamente, cientificamente, com apoio dos recursos públicos, tem que ser uma educação permanente. A gente não tem como fazer agroecologia sem a noção de ecologia, estamos muito contaminados pelo agronegócio, pela lógica da monocultura, da destruição do meio ambiente para produzir. É muito sofrido fazer a agroecologia sem um ideia do que é. Não vejo como um produtor possa se interessar pela agroecologia sem saber o que é. O compromisso ambiental e social nasce da formação, de várias formações. As pessoas que lidam com a terra precisam ter conhecimento alternativo para o manejo da produção agrícola. Elas têm que entender que agroecologia, seus fundamentos e seus princípios, são modelos que buscam a sustentabilidade, e é um movimento aonde a gente pode ensinar e aprender com as pessoas, a cuidar melhor das águas, dos recursos naturais, ter um ambiente saudável. É necessário ensinar todo conhecimento já produzido em torno da agroecologia. É preciso ensinar as técnicas, mas as técnicas relacionadas às tecnologias sociais. O processo precisa trazer benefícios sócio-ambiental, vantagens para o ambiente, contribuindo para desenvolvimento rico em vidas que depende da natureza. Justificamos isso por todos motivos que garantam a preservação dos bens naturais: água, a terra, o ar e todos seres bióticos e abióticos do meio ambiente para que os seres vivos possam ter sucesso em seus nichos ecológicos. A agroecologia precisa da cooperação de todos os seres, fauna e flora, microorganismos que fazem parte da teia de relações que integra a natureza. A agroecologia deveria ser ensinada, seus princípios e fundamentos, a todos que residem no campo ou na cidade, é uma concepção que favorece todo mundo.

M12, ao definir a agroecologia como uma alternativa de produção agrícola na Comuna da Terra Irmã Alberta, destaca também as ações do trabalho agroecológico como princípio educativo e formativo, as contradições e seus desafios. Ele segue:

A agroecologia foi desde o início uma prioridade. A partir do momento que decidimos produzir e começamos a plantar, manejar a terra, foi decidido que aqui a produção seria um modelo de alternativa ao agronegócio e ao manejo convencional de produção. Então, entendemos

que o desafio era grande, precisaríamos estudar, praticar e aprender ao mesmo tempo. Nós começamos nosso trabalho na produção com o que sabíamos, aprendemos com o tempo que precisaríamos de recuperar a terra, pois estava muito devastada em alguns pontos, a área estava muito impactada por outra forma de produção. Aí começamos a perceber que precisávamos de aumentar nossa atenção e de cuidado com o solo, de noção ecológica, de respeito ao meio ambiente, fomos aprendendo a fazer um trabalho de recuperação das áreas. As plantações e as produções da gente não vingaram de início, houve um cuidado, aprender sobre a biomassa, os microrganismos, sobre as fases de recuperação da terra para o plantio, ter os olhos abertos, ter vigilância e cuidado com as consequências de interferir na natureza. A consciência nasce ao observar os resultados da agroecologia e do sistema agroflorestal tendo sucesso, tudo passa ter sentido. Precisamos entender que tudo na agricultura precisa do manejo certo a cada situação. Nós precisamos trabalhar com os manejos corretos, com as tecnologias e técnicas adequadas no processo de recuperação de solo, manejo pra manter o solo coberto, cobertura morta ou cobertura verde. Nós estamos aqui com essa incubência, realizar esse trabalho, e ele repercute porque a gente leva pra fora, leva o nosso sucesso pros debates. Infelizmente esse processo não abrange totalmente as famílias na Comuna da Terra Irmã Alberta, mas procuramos mostrar as vantagens e desvantagens ao optar pela agroecologia. Lá fora procuramos estar conectados em uma rede com grupos da cidade, da cidade de São Paulo, que a gente se faz notar. A gente já é convidado a participar dos vários debates sobre a agroecologia, participamos de caravanas, tem vários debates sobre agrofloresta, de ambiente sustentável, seminário, cursos e congressos. Então, é isso que fazemos e pretendemos que todos na comuna faça também. Em todas as áreas do acampamento e onde precisar falar sobre agroecologia nós vamos lá, mostramos os trabalhos internamente. Digo não é uma tarefa fácil, mas é uma possibilidade. No período que não tem pandemia, convidamos os grupos que vem pra cá, a gente marca as visitas, fazemos vivências com as famílias, momentos de debates com a sociedade, com alunos(as), com escolas, com professores, com universidades. A gente tem a vivência e mostramos aos apoiadores na prática, falamos sobre alimentação saudável, eles participam de mutirões e juntos fazemos a agroecologia real com todos os problemas diários.

A produção de alimentos de forma sustentável é um desafio para a agroecologia na Comuna da Terra Irmã Alberta no sentido de garantir a soberania alimentar. O trabalho agroecológico se justifica na formação educativa como princípios que sustentam politicamente a luta pela terra na região. Ao problematizar a questão do trabalho agroecológico através de perguntas orientadas aos agricultores do Irmã Alberta sobre a agroecologia como uma matriz de produção analisamos que as experiências agroecológicas – como: descontaminação dos poços caipiras (Anexo 02); produção na horta mandala (Fig. 05); cultivos realizados em áreas coletivas; cursos diversos realizados na comunidade; métodos de bioconstrução; armazém agroecológico do Irmã Alberta;

SAF'S; cursos de bioconstrução, construção com bambu; horta medicinal reflorestamento; produção individual (em lotes); preservação de APP's, matas ciliares, mananciais; cuidados do córrego Itaim e manejos de pastos – são processos marcados pela formação pedagógica em cursos, encontros, seminários e mutirões.

Primeiro, são apresentadas, através das formações, várias propostas de agroecologia ideal, mas, na prática, vivemos a agroecologia real. A agroecologia ideal é aquela que pretendemos alcançar nos projetos realizados na Comuna da Terra Irmã Alberta, e a agroecologia real é aquela possível implementar na prática diária, ou seja, é aquela que a realidade permite construir diante das determinações políticas, econômicas, ambientais e sociais. O entrevistado M12 procura apresentar esses argumentos ao ressaltar os processos dialéticos da agroecologia na práxis cotidiana:

A agroecologia aqui, nós fazemos de acordo com condições reais de sobrevivência no acampamento. Nós desenvolvemos essa prática e não podemos negar os nossos limites, dificuldades e contradições que temos para avançar nessa concepção, sem nenhum recurso público ou financiamentos, porém, temos a partir da educação que nos forma no dia dia, os princípios e os fundamentos, que fomos apropriando ao longo da história da Comuna da Terra Irmã Alberta. O nosso compromisso é com a agroecologia. Para que possamos oferecer para toda a sociedade alimentos saudáveis e uma forma de vida digna dos trabalhadores do campo. Infelizmente, é aos poucos que a gente vai alavancado nessas práticas agroecológicas. Essa transição da produção agroecológica e da defesa dessa concepção, independente ou não de recurso público, a gente faz na marra, na garra, na raça, saber que é quase impossível, mas fazemos com apoio de pessoas que acreditam nesse projeto. A defesa desses ideais começa pelo acesso à informação, entender a importância da segurança alimentar, da soberania alimentar, começar a entender sobre consumidor consciente, o consumidor comprometido com os valores ecológicos da agroecologia, agrofloresta, e toda ajuda é bem vinda, dos acadêmicos, dos estudantes, dos aliados que ajudam no desenvolvendo dessas práticas, aprofundando pesquisas que aprimoram as experiências agroecológicas junto aos agricultores. Como desenvolver essas experiências e não pensar na organização do território, da Comuna da Terra do Irmã Alberta e outros territórios que já estão com essa articulação em andamento, com essa defesa da agroecologia? A gente se envolve e articula, cada vez mais, relações com outros pequenos agricultores e assentamentos da Reforma Agrária envolvidos com esse modo de produção.

A agroecologia no acampamento Irmã Alberta é um processo que consideramos importante, para além das questões produtivas, pois é capaz de acumular forças políticas de muitas vertentes junto a vários setores da sociedade. Primeiro, é a questão alimentar e a

soberania alimentar; segundo, as questões ambientais nas relações de preservação ecossistêmicas de resíduos de biomas ameaçados na cidade de São Paulo. Acreditamos que a agroecologia é um procedimento político que poderá se desdobrar em conquistas jurídicas ao conseguir apoio social para a implementação do assentamento na região. O que nos leva a essa percepção é compreender que no em torno do acampamento o território é considerado área de vocação ambiental (entrevistado M11, 2022) e há coerência entre a produção agroecológica como uma alternativa e as questões ambientais nessa região devido ao esforço em criar e manter políticas de preservação ambiental no local.

A proposta de Comuna da Terra organiza-se para estruturar um modelo de cadeia produtiva ecossistêmica com base na matriz de produção agroecológica como um processo político. A Comuna da Terra Irmã Alberta traz em seus fundamentos produtivos a possibilidade de construir um processo que organize um projeto que integre as cadeias produtivas bio-sustentáveis que atendam às demandas de consumo alimentar da população. Sendo assim, compreendemos a agroecologia como uma disciplina que sistematiza os conhecimentos tradicionais, populares e científicos, cujo objetivo é ser ensinada, ao mesmo tempo que é um posicionamento político de resistência frente às lutas por terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos concluir a partir de nossa pesquisa é que o trabalho agroecológico na Comuna da Terra Irmã Alberta são ações realizadas na natureza com objetivo de organizar-se socialmente através de uma proposta organizativa dos meios de produção. E, dessa maneira, produzir alimentos de forma sustentável por intermédio de fundamentos ecológicos apreendidos historicamente pelos conhecimentos sociais consolidados. Buscando, por meio desses conhecimentos, a autonomia produtiva, ao garantir a soberania alimentar, direitos humanos civilizacionais e a justiça social, trabalho e dignidade no território. A agroecologia, nesta perspectiva, é compreendida como um conjunto de conhecimentos tradicionais, populares e científicos capazes de potencializar diversas ações por meio de um conjunto de técnicas, políticas sociais e econômicas junto à sociedade civil, na relação Campo/Cidade, em áreas de transição nas periferias dos grandes centros urbanos.

Constatamos que é possível a implementação de assentamentos para fins de Reforma Agrária no território devido às duas décadas de resistência do acampamento Irmã Alberta no local com recursos precários em um bairro periférico na cidade de São Paulo. No entanto, como em qualquer outro lugar que luta por terra e que não têm a regularização efetivada, enfrenta limites profundos no acesso às políticas públicas de regularização fundiária, somando-se a isso os problemas de quem sobrevive na cidade. Os processos em andamento emperram o desenvolvimento de ações agroecológicas como matriz de produção por falta de investimentos básicos de continuidade: em insumos, técnica de manejo especializados, tecnologias voltadas à produção em pequena escala e pesquisas científicas de viabilidade econômica da Comuna da Terra Irmã Alberta na produção agroecológica em áreas de transição rural.

As ações agroecológicas exigem do trabalho agroecológico muitos conhecimentos técnicos no enfrentamento dos vários problemas que surgem no cotidiano. Esses conhecimentos são ferramentas inteligentes, científicas ou populares, que apresentam possibilidades de mediar com eficiência ações agroecológicas na proposta de Comuna da Terra Irmã Alberta, ao superar os limites cotidianos com sucesso e garantir a produção da própria existência. Essas ações são processos ensinados através da Educação do Campo, com relevo na pedagogia socialista, na pedagogia de Paulo Freire e nas diretrizes pedagógicas do MST nas relações educativas e formativas entre os próprios agricultores

das Comunas da Terra em parceria com aliados em formações, cursos, seminários, congressos e outros meios.

O trabalho agroecológico como princípio educativo na Comuna da Terra Irmã Alberta é compreendido como um processo especializado no manejo bio-ecossistêmico sem grandes impactos ambientais. É uma alteração positiva no ecossistema de maneira que não prejudique a fauna e nem a flora no meio ambiente. Busca conservar os micro-organismos presentes no solo, os nutrientes naturais para as plantas, um ambiente vivo e produtivo, relações bióticas e abióticas profundas que qualifiquem as ações humanas através do manejo agroecológico.

É, portanto, um trabalho fundamentado nas relações ecológicas de produção agrícola e é ofertado por vários meios aos sujeitos Sem Terra do MST que residem na área de ocupação SABESP desde 2002 em São Paulo. Nesse sentido, o trabalho agroecológico é entendido em duas dimensões: prática e teórica. O desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, nessa perspectiva, busca aprimorar os conhecimentos técnicos de intervenção na natureza agindo pedagogicamente com um princípio educativo, pois se fundamenta em ações ecológicas humanizadas e intencionais ao explorar a natureza com objetivo de atender às necessidades produtivas de alimentos. Compreendendo o trabalho agroecológico como um processo que exige do trabalhador noção histórica do trabalho ao respeitar as relações ecológicas na organização da produção agrícola. Aprendendo princípios ecológicos fundamentais que norteiam a formação agroecológica como uma matriz de produção dentro do bioma no qual está inserido – no caso, o acampamento Irmã Alberta, encontra-se em áreas consideradas resíduo de Mata Atlântica.

A pesquisa procurou fazer uma leitura da realidade dentro do processo material, histórico e dialético ao analisar o objeto de pesquisa através das categorias: Comuna da Terra, Relação Campo/Cidade, Formação e Agroecologia. Para tal propósito, a sistematização examinou os desafios, as contradições e as possibilidades ao tentar responder os questionamentos iniciais desta dissertação relacionados à importância do trabalho agroecológico como um processo pedagógico na formação humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. F. **Assentamento Irmã Alberta na metrópole de São Paulo**. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade Campus de Sorocaba. Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades. Universidade Federal de São Carlos, SP, 2013.

ATILANO, F. M. **Ciranda Luiz Beltrame: A Produção Agroecológica do Espaço**. Trabalho de Conclusão de Curso, USP, 2021.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1999.

DUARTE, A. R. G. **Cajamar/Acampamento Irmã Alberta**. São Paulo, 2004.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**. Dissertação (Mestrado em ...) – . São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2007.

GUHUR, D. M. P.; e SILVA, N. R. Agroecologia. DIAS, A. L.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. (org.). In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**. DIAS, A. L., STAUFFER, A. B., MOURA, L.H.G., VARGAS, M.C., (org.). Rio de Janeiro e São Paulo;, Expressão Popular, 2021, p. 59-73.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. . São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 57-65.

JUSTO, M.G. **Agroecologia e Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo**. IPPRI/UNESP, SP, 2018. Relatório de pesquisa –de (Pós-doutorado) realizado junto ao Programa de Pós-graduação em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe. – Territorial/IPPRI, /Universidade Estadual Paulista (Unesp). São Paulo, 2018.

LIMA, S. L. S. Agroecologia e prática pedagógica na Educação do Campo., **Dossiê temático**, Educação do Campo em perspectiva Latina Americana, Bahia, 2017.

MARX, K.; ENGEL, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Sílvio Donizete Chagas. São Paulo, Centauro, 2002.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. O Capital, **Crítica da Economia Política**. Livro I Processo de produção do capital, Civilização Brasileira, RJ, 2002.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, São Paulo, 1988.

MATHEUS, D. **Uma outra concepção de assentamentos de Reforma Agrária: A Comuna da Terra**. Serviço Social. Universidade de Juiz de Fora; Escola Nacional Florestan Fernandes.. Parceria de Serviço Social/UFJF/MST (Escola Nacional Florestan Fernandes) – Juiz de Fora, MG, 2003.

MST. **Programa de Reforma Agrária**, São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Sílvia. Moradores de Perus se acorrentam a portões de lixão. **G1 Notícias**. 17/10/2006. São Paulo.

STÉDILE, J. P. (org.). **Experiência Histórica de Reforma Agrária no Mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SILVA, M. A. B. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.35 n° 70. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014> . Acessado em: 00 jan. 00

SÃO PAULO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico**. Trecho comentado no site da prefeitura de SP sobre as áreas rurais. Disponível em:

<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-rural/>. Acessado em: 12 jun. 2021.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Educação, Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/?lang=pt&format=pdf> . Acessado em: jan. 2023.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Apresentado em sessão especial do Grupo de Trabalho Trabalho e Educação na 29ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), realizada em Caxambu, MG, de 16 a 20 de outubro de 2006

VASTELLA, A.; CREMASCO, A.; TROIANO, C. **Comuna Irmã Alberta (MST): processos de ocupação e territorialidade**. São Paulo, 2009. Observatorio Geográfico América Latina.. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Usoderecursos/32.pdf> . Acessado em: 20 mar. 22.

WIKIPEDIA. **Gato de energia elétrica.** s/d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gato_de_energia_el%C3%A9trica . Visitado em: 15 out. 2022.

APÊNDICE

TABELA 02: Organização e informações gerais sobre os entrevistados

Entrevistados	Formação Acadêmica	Instituição	Atuação	Como realizou a entrevista	OBS:
M1	Doutorado	USP	Dirigente Regional pelo setor de formação do MST.	Não respondeu a entrevista	Dificuldade de tempo para responder as perguntas
M2	Assistente Social	Não declarado	Ex dirigente Regional do MST.	A entrevista foi realizada por email e o questionário preenchido pelo entrevistado. O contato inicial foi realizado pelo WhatsApp através do grupo de educadores(as) das Comunas da Terra.	Atualmente atua como professor em Cajamar. Foi dirigente das Comunas da Terra. OBS: A entrevistada procurou fundamentar as perguntas apresentand o uma bibliografia.
M3	Mestrado em Linguística	USP	Técnico e educador ambiental pela Comuna da Terra Irmã Alberta.	A entrevista foi enviada e realizada pelo WhatsApp. O questionário foi preenchido pelo entrevistado.	O primeiro contato foi realizado presencialmente na assembleia de núcleo no NB 04 Olga Benário.
M4	Biólogo	Não declarado	Educador e professor do Estado de SP. Morador e agricultor na Comuna Irmã	Não respondeu a entrevista.	Houveram conversas informais presencialmente o questionário

			Alberta.		enviado pelo WhatsApp alegou dificuldade com internet e computadores ou Smartphones.
M5	Engenheiro Florestal	USP	Técnico e educador na Cooperativa Terra Viva que distribui cesta de alimentos produzidos pelas Comunas da Terras.	Realizou a entrevista parcialmente.	Dificuldade por motivo de trabalho e estudo calouro no Mestrado-USP.
M6	Agrônomo	UFSCAR	Técnico e educador em agroecologia, dirigente pelo setor de produção do MST.	Não respondeu a entrevista.	Contato presencial, conversas informais, entrevista enviada pelo WhatsApp. Alegou dificuldade pois estava com muitas tarefas no movimento e período de colheita de feijão orgânico no assentamento.
M7	Licenciatura do Campo em Matemática	UFMG	Acampada e agricultora na Comuna da Terra Irmã Alberta.	Respondeu entrevista por email. Os primeiros contatos foram	Realiza e organiza atividades na EJA e Encceja no

			Fundadora da Comunidade. Está presente no acampamento desde a ocupação. Atuou no setor de Educação do MST. Hoje é concursada como professora PEB II em Barueri.	presenciais em reuniões da coordenação do Irmã Alberta realizadas nos finais de semana.	acampamento o Irmã Alberta. Está na frente da elaboração de um P.P.P. para a escola de Agroecologia da Comuna da Terra Irmã Alberta.
M8	Mestrado	UNESP	Dirigente Nacional do MST	Não realizou a entrevista. O contato foi indicação da secretaria estadual do MST em SP. Porém, a dificuldade de conciliar as agendas não conseguimos realizar o encontro. Foram apresentadas outras alternativas de entrevistas, mas o entrevistado preferia presencialmente.	O entrevistado tem papel significativo em relação às Comunas da Terra, pois foi o primeiro a sistematizar a proposta em trabalhos acadêmicos em 2003.
M9	Sociólogo	Não declarada	Dirigente estadual do MST. Morou por um período na Comuna da Terra Irmã	Não realizou a entrevista. O questionário foi enviado por email e pelo WhattsApp.	O entrevistado não apresentou os motivos de não ter realizado a

			Alberta.		entrevista.
M10	Não declarado	Não declarado	Dirigente estadual do MST.	Realizou a entrevista pelo google meet, duração de 85 minutos. O contato foi indicação da secretaria estadual do MST. Primeiras conversas foram realizadas pelo WhattsApp.	O entrevistado teve participação ativa durante os debates que deram origem à proposta das Comunas da Terra no Estado de São Paulo. Durante a entrevista esteve presente a orientadora do pesquisador desta dissertação.
M11	Engenheiro Florestal	Não declarado	Técnico e educador na Cooperativa Terra Viva que distribui cesta de alimentos produzidos pelas Comunas da Terras.	Realizou a entrevista presencial e foi gravada em áudio e transcrita posteriormente na Comuna da Terra Irmã Alberta.	Concursado pela prefeitura de Franco da Rocha-SP
M12	Pedagogia da Terra	UFSCAR	Acampada e agricultora na Comuna da Terra Irmã Alberta. Fundadora da Comunidade. Está presente no acampamento desde a	Entrevista feita pelo WhatsApp, gravadas em áudio, respondida pergunta por pergunta e transcrita pelo pesquisador.	A acampada tem pós lato sensu em Residência Agrária, parceria com USP e ENFF.

			ocupação.		
M13	Ensino Médio	Não declarado	Dirigente Regional pelo setor de formação do MST.	Entrevista realizada pelo WhatsApp. Os primeiros contatos foram presencialmente, mas as respostas do questionário foram escritas de forma remota.	O dirigente atua nas Comunas da Terra organizando formações, reuniões com a coordenação, assembleias, mutirões e encontros com aliados e parceiros de instituições amigas do MST.

TABELA 03 Organização geral dos acampados(as)³⁹ na Comuna da Terra Irmã Alberta

FAMÍLIA POR NÚCLEO BASE (NB)⁴⁰	QUANTIDADES AGREGADOS/FAMÍLIAS/NB	PROFISSÕES DOS AGREGADOS/FAMÍLIA
Lote 01 NB 01 Antônio Conselheiro	02 Agregados	Gerente comercial e Metalúrgico
Lote 02 NB 01 Antônio Conselheiro	02 Agregados (com família) ⁴¹	Ajudante de serviços gerais
Lote 03 NB 01 Antônio Conselheiro	02 Agregados	Pedreiro e ajudante de serviços gerais

³⁹ Estão citados apenas os acampados(as) com inscrição inicial organizada pelo MST. Atualmente há 67 famílias no acampamento e apresentam características diferentes como apresentado em gráfico loteamento da Comuna da Terra Irmã Alberta.

⁴⁰ Os Núcleos de Base na Comuna da Terra são organizados por número e nomes com homenagens a lutadores escolhidos por votação em cada grupo.

⁴¹ Moram com esposa e filhos(as), alguns são separados, mas residem no mesmo lote ou parcialmente com residência própria ou alugada na cidade.

Lote 04 NB 01 Antônio Conselheiro	03 Agregados	Aposentados e ajudante de serviços gerais
Lote 05 NB 01 Antônio Conselheiro	06 Agregados	Ajudante de serviços gerais, domésticas e vendedor
Lote 06 NB 01 Antônio Conselheiro	02 Agregados	Ajudante de serviços gerais
Lote 07 NB 01 Antônio Conselheiro	Nenhum	Nenhum
Lote 08 NB 01 Antônio Conselheiro	04 Agregados	Ajudante de serviços gerais e vendedor ambulante
Lote 09 NB 01 Antônio Conselheiro	03 Agregados	Ajudante de serviços gerais
Lote 10 NB 01 Antônio Conselheiro	Nenhum	Nenhum
Lote 11 NB 02 Luiz Ferreira	Nenhum	Nenhum
Lote 12 NB 02 Luiz Ferreira	Nenhum	Nenhum
Lote 13 NB 02 Luiz Ferreira	02 Agregados(com família)	Estudantes
Lote 14 NB 02 Luiz Ferreira	Nenhum	Nenhum
Lote 15 NB 02 Luiz Ferreira	Nenhum	Nenhum
Lote 16 NB 02 Luiz Ferreira	01 Agregado	Profissão não declarado

Lote 17 NB 02 Luiz Ferreira	Nenhum	Nenhum
Lote 18 NB 02 Luiz Ferreira	01 Agregado(com família)	Professor não atuante
Lote 19 NB 02 Luiz Ferreira	01 Agregado	Comerciante-ambulante
Lote 20 NB 02 Luiz Ferreira	Nenhum	Nenhum
Lote 21 NB 03 Paulo Freire	01 Agregado (com família)	Motorista de aplicativo-UBER
Lote 22 NB 03 Paulo Freire	02 Agregados(com família)	Estudante e Auxiliar de serviços gerais
Lote 23 NB 03 Paulo Freire	01 Agregado(com família)	Não declarado
Lote 24 NB 03 Paulo Freire	Nenhum	Nenhum
Lote 25 NB 03 Paulo Freire	01 Agregado(com família)	Auxiliar de serviços gerais
Lote 26 NB 03 Paulo Freire	02 Agregados (com família)	Professores e aposentados
Lote 27 NB 03 Paulo Freire	01 Agregado	Aposentado
Lote 28 NB 03 Paulo Freire	01 Agregado(tinha um)	Profissão não declarado
Lote 29 NB 03 Paulo Freire	Nenhum	Nenhum

Lote 30 NB 04 Olga Benário	02 Agregados (temporários ⁴²)	Doméstica auxiliar de serviços gerais
Lote 31 NB 04 Olga Benário	Nenhum	Nenhum
Lote 32 NB 04 Olga Benário	01 Agregado	Profissão não declarado
Lote 33 NB 03 Olga Benário	Nenhum	Nenhum
Lote 34 NB 04 Olga Benário	02 Agregados	Estudantes
Lote 35 NB 04 Olga Benário	Nenhum	Nenhum
Lote 36 NB 04 Olga Benário	03 Agregados	Comerciante e cabeleireiro
Lote 37 NB 04 Olga Benário	03 Agregados	Doméstica e Vendedor de loja
Lote 38	Falecidos(recentemente)	Nenhum
Lote 39	Falecidos	Nenhum
Lote 40	Abandonado(evadido)	Nenhum

⁴² Não moram definitivamente no acampamento.

Entrevistado M2

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES</p> <p>Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação do Campo</p> <p>www.ufrb.edu.br/educampo</p>	
---	--	---

Perguntas para compor a pesquisa científica sobre Comuna da Terra Irmã Alberta-SP que terá como objetivo a elaboração de uma dissertação acadêmica.

Nome: M2	Relação com MST (direção, coordenação, aliado e outros): Foi dirigente do MST pela Regional Grande São e atuou nas Comunas da Terra na implementação da proposta desde o início.
Área de atuação: Professora das séries iniciais em Cajamar	Instituição (estudante ou como profissional):
Formação Acadêmica: Assistente Social	Outros(as):

- 1) **O que é a Comuna da Terra na perspectiva política, econômica e social?** R: A Comuna da Terra surgiu como uma nova forma de organizar os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST com a proposta de enfrentamento ao grande capital financeiro no campo e a necessidade de fazer reforma agrária. Nasce a partir de ampla discussão dentro do próprio movimento com o objetivo de avançar a reforma agrária, aprofundando uma nova concepção, com perspectiva de luta de classes e de ruptura com o modelo até então vigente, objetivando organizar comunidades de economia camponesa próximas aos grandes centros urbanos. Localizadas próximo dos centros urbanos as comunas se transformam em espaços que possibilitam a unidade de outros setores da sociedade na luta por reforma agrária, elemento estratégico do MST. Além de garantir o fim do êxodo rural e estancar a migração da população para a cidade como ocorreu nas últimas décadas de forma a inverter as estatísticas da população vivendo no campo. Os elementos centrais que compõem a Comuna da Terra como o vínculo com o trabalho e a produção, a propriedade da terra, a matriz de produção, a cooperação e a solidariedade nos diversos aspectos e o desenvolvimento sociocultural, garantem a estruturação para desenvolvimento dessas comunidades. A Comuna da Terra como novo jeito de organizar os assentamentos deveria vir acompanhada de políticas agrícolas diferenciadas do que as já destinadas para a reforma agrária, o que não tem ocorrido. E com olhar crítico para esse aspecto não é possível desenvolver novo jeito de organizar os assentamentos com velhas formas de política agrícola,

pois não garantem o atendimento das novas demandas, e garantir novas políticas agrícolas para a Reforma Agrária ainda é papel do Estado. A transformação dos sujeitos que fazem parte das comunas da terra, ocorre através da convivência social cotidiana, da forma de organização e participação, ao mesmo tempo que procuram enfrentar as contradições deste projeto de assentamento que caminha a passos muito lentos em relação ao objetivo a ser alcançado. É visível a satisfação com a melhora da qualidade de vida das pessoas que antes viviam nas cidades em precárias condições, desempregadas, sem acesso à moradia, lazer, esporte e cultura e está permitindo também a construção da identidade enquanto comunidade com seus valores e automaticamente enquanto classe, capaz de transformar a realidade conjuntamente.

2) Fale sobre a sua atuação na Comuna da Terra Irmã Alberta.

Não respondeu.

3) Qual a importância do acampamento Irmã Alberta, do ponto de vista pessoal ou coletivo frente:

<p>i) A conjuntura política brasileira atual?</p>	<p>O modelo econômico liberal reforçado pelo governo atual recai sobremaneira na concentração da renda de forma brutal, aumentando a pobreza e precariedade da população, acarretando no aumento da fome.</p> <p>A atual política implementada é de desmonte total dos órgãos que cuidavam da reforma agrária, além de defender normativas de regularização de grilagem de terras públicas, a inclusão de assentamentos no mercado de terras e a paralisação total do processo de arrecadação de terras para novos assentamentos.</p> <p>A paralisação da política de Reforma Agrária fere o direito constitucional assegurado aos trabalhadores sem terra e vai na contramão de políticas necessárias no combate à fome, ao desemprego e à falta de renda.</p> <p>Outro aspecto importante é a questão ambiental desenvolvida pelo governo atual que incentiva o desmatamento e o avanço da fronteira agrícola com destruição da floresta e o uso indiscriminado de agrotóxicos.</p> <p>Neste cenário a Reforma Agrária se apresenta como assunto de extrema importância como redistribuição de terras, construção de novo modelo de produção de alimentos com base na agroecologia, levando em consideração a proteção do meio ambiente e a segurança alimentar.</p>
--	--

	<p>A Comuna da Terra neste cenário é um exemplo de que é possível distribuir renda a partir da terra, garantir emprego e renda e produzir alimentos saudáveis.</p>
<p>ii) A estrutura agrária brasileira?</p>	<p>O avanço do modelo do agronegócio no campo brasileiro tem inviabilizado a implantação da política de Reforma Agrária popular a qual o MST vem propondo. Os argumentos principais são: não seria mais a Reforma Agrária responsável pelo desenvolvimento do país e sim o avanço das forças produtivas e a consolidação da industrialização que garantem o desenvolvimento do mercado. Com isto, a economia camponesa não teria contribuição significativa para o desenvolvimento porque o agronegócio produziria alimentos necessários para atender a demanda. Outro argumento seria de que não há mais terras improdutivas no país, principalmente nas regiões sul e sudeste, porque o agronegócio foi capaz de dar conta da demanda de produção em larga escala com as chamadas modernas empresas rurais, o que estaria então superado o latifúndio improdutivo,</p>

	<p>Mas os Movimentos Sociais e vários intelectuais fizeram e fazem o papel de provar o contrário. Defender a Reforma Agrária é uma questão fundamental para o desenvolvimento sustentável, distribuição da riqueza pelo acesso à terra, a produção de alimentos e qualidade de vida para o povo brasileiro. Sendo ela em momentos na forma de redemocratização do país contra a ditadura, seja como desapropriação de terras improdutivas, seja por desapropriação de interesse social, seja como forma de disputa de projeto com embate ideológico a Reforma Agrária foi e continua sendo necessária. Está comprovado que as pequenas unidades agrícolas são as que mais geram empregos no campo e o censo agropecuário do IBGE 1995/6 aponta para 86,6% dos empregos no campo gerados pela pequena agricultura e a grande somente 2,5%. A geração de emprego é um fator importante para o desenvolvimento sustentável. Também segundo os dados do IBGE a pequena agricultura produz em maior volume e gera mais renda. É neste contexto que surge a Comuna da Terra e a sua importância no projeto de Reforma Agrária ampla defendida pelo MST, que vai desde a democratização da terra, mas deve abranger também a água, sementes e a biodiversidade. Um amplo e efetivo programa de reforma agrária, com o objetivo de alterar a estrutura agrária, permitindo acesso à terra aos trabalhadores teria impacto positivo importante, tanto do ponto de vista econômico como social.</p>
--	---

- 4) **Como você define os sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta?** R: Os sujeitos que compõem a Comuna da Terra na sua maioria são oriundos do processo de êxodo rural que ocorreu no Brasil a partir da década de 70 e 80, com o advento da industrialização. Obrigados a morar nas periferias das grandes cidades, sem acesso à moradia digna, trabalho, saúde, educação, cultura e lazer, tendo que conviver com a violência institucional policial, por exemplo. Foram sujeitos à oferta de trabalho que não exigisse formação e qualificação principalmente na construção civil, vendedores ambulantes, trabalhadores diaristas braçais, empregadas domésticas e faxineiras no caso das mulheres. Porém com vivências e experiências que tiveram na agricultura, se integrando à comuna trazem essa bagagem e reconstróem suas vidas a partir do retorno ao campo.

5) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a agroecologia.** R: A agroecologia surge junto com a formação da comunidade como matriz de produção e aos poucos vai se tornando uma forma de vida, a partir do processo formativo específico, desenvolvimento de cursos e práticas coletivas de produção agroecológica como por exemplo a horta mandala e outras, com o objetivo de desenvolver técnicas de produção agrícolas agroecológicas, respeitando o meio ambiente e preservando os recursos naturais para produção de alimentos saudáveis e livre de agrotóxicos. A agroecologia se estende aos consumidores da produção excedente que reconhece o processo de produção e faz sua escolha consciente.

6) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a questão agrária.**

Não respondeu.

7) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a questão urbana.**

Não respondeu.

8) **Fale sobre os processos de legalização jurídica do acampamento Irmã Alberta.**

Não respondeu.

9) **Fale sobre as políticas públicas implantadas no Irmã Alberta.**

Não respondeu.

10) **Fale sobre os problemas relacionados à urbanização e/ou favelização que atingem ou possam atingir o acampamento Irmã Alberta.**

Não respondeu.

11) **Qual nome do projeto você está ou estava desenvolvendo e participando na Comuna da Terra Irmã Alberta?**

Não respondeu.

12) **Qual ou quais grupos ou projetos desenvolvidos na Comuna Irmã Alberta você participa ou participou?**

Observação: grupos ou projetos religiosos, de militantes, universitários, professores, políticos, parceiros, instituições e etc.

Não respondeu.

13) **Fale sobre o(s) projetos que você participa ou participou:**

Objetivo central	Não respondeu
-------------------------	---------------

Estrutura organizativa	Não respondeu
Recursos financeiros	Não respondeu
Trabalhos coletivos voluntários	Não respondeu
Trabalhos coletivos remunerados	Não respondeu
Relações políticas	Não respondeu
Parcerias relação ao social	Não respondeu

14) Explique, em linhas gerais, como surgiu o projeto no Irmã Alberta (história, finalidade e expectativas que pretendiam ou pretendem alcançar). R: A

Comuna da Terra Irmã Alberta surgiu no ano de 2002 a partir da discussão que o MST vinha fazendo da necessidade de ampliar a Reforma Agrária como forma de distribuição da terra e da renda para trabalhadores empobrecidos que viviam nos grandes centros urbanos. A partir do trabalho de base as famílias se juntam ao movimento e ocupam a área onde se encontra instalada a comuna até hoje. Trata-se de área pública que pertencia à Companhia de Saneamento de São Paulo (SABESP) que tinha como projeto para o local a implantação de depósito de lixo biossólido, proveniente do desassoreamento do rio Tietê. Geograficamente a área é significativa em termos de valor econômico pois se localiza no município de São Paulo, já na fronteira com outros municípios, disponível a disputas do mercado imobiliário frequentes na região. A instalação da comuna neste local questiona o projeto previsto para ser implantado pela SABESP, desaprovado pela população do entorno e se torna espaço de disputa a partir da ocupação pelas famílias reivindicando a implantação do projeto de reforma agrária. Infelizmente a área não foi legalizada ainda pelos órgãos competentes com a justificativa de que não encontram meios legais para desapropriação, mas as famílias permanecem no local e se organizaram para formar uma Comuna da Terra nos moldes do projeto definido e planejado. Projeto este com base nos elementos centrais que compõem a comuna da terra, o vínculo com o trabalho e a produção, a propriedade da terra, a matriz de produção agroecológica, a cooperação e a solidariedade nos diversos aspectos e o desenvolvimento sociocultural.

15) Qual a importância da agroecologia para a Comuna da Terra Irmã Alberta?

Observação: olhar para a dimensão educacional (formação), como matriz de produção e/ou de organização dos grupos. Não respondeu.

16) É possível produzir alimentos agroecológicos dentro da cidade de São Paulo e qual o potencial da Comuna da Terra Irmã Alberta em relação a esse processo?

Não respondeu.

17) A agroecologia é um processo que precisa ser ensinado? Por quê? Como, em sua percepção técnica ou não, essa matriz de produção está organizada na Comuna da Terra Irmã Alberta?

Não respondeu.

18) O que é fazer agroecologia como uma alternativa de produção de alimentos saudáveis dentro de um acampamento com quase duas décadas de existência?

Não respondeu.

19) Quais as principais experiências agroecológicas desenvolvidas da Comuna da Terra Irmã Alberta? Observação: falar dos processos de implantação.

Não respondeu.

20) Quais experiências agroecológicas estão em andamento na Comuna Irmã Alberta? Não respondeu.

Referências Bibliográficas

MATHEUS, Delwek. **Uma Outra Concepção de Assentamento de Reforma Agrária: A Comuna da Terra.** Trabalho de Conclusão do curso Realidade Brasileira a partir dos grandes Pensadores brasileiros. Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes, MG, 2003.

GOLDFARB, Yamila. **A Luta Pela Terra Entre o Campo e a Cidade: As Comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios.** Dissertação do curso de Pós Graduação em Geografia Humana – FFLCH – USP, SP, 2007.

Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Novas formas de assentamento de reforma agrária: a experiência da comuna da terra.** São Paulo, Concrab/MST, 2006. (cadernos de Cooperação Agrícola, no. 15).

MAURO, Rogério. **Caracterização da atual fase da agricultura brasileira: situação e perspectiva das diferentes classes sociais do campo.** 2002, membro.

Entrevistado M3

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES</p> <p>Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação do Campo</p> <p>www.ufrb.edu.br/educampo</p>	
---	--	---

Perguntas para compor a pesquisa científica sobre Comuna da Terra Irmã Alberta-SP que terá como objetivo a elaboração de uma dissertação acadêmica.

Nome: M3	Relação com MST (direção, coordenação, aliado e outros): Dirigente setor de produção
Área de atuação: Ass. Técnica/Ed. Ambiental	Instituição (estudante ou como profissional): Coop. Terra e Liberdade Pesquisador/Extensionista USP – Especializado em Etnobotânica
Formação Acadêmica: Graduação: Linguística Mestrado: Etnobotânica/Agricultura Indígena	Outros(as): Formação em Agricultura Orgânica: AAO – Hortas Comunitárias Tiba – Agrofloresta com Ernest Gostch IPEMA – Tratamento de esgoto para irrigação agrícola IPEMA – PDC EPARREH – Grupo de pesquisa e extensão em Agroecologia Brasil Bioma- Identificação de Árvores e revitalização na Mata Atlântica.

1) O que é a Comuna da Terra na perspectiva política, econômica e social? R:

Pelo que entendo mais pelos debates com a companheirada, e pelo sonho que subjaz no nosso trabalho militante, início aqui pela perspectiva econômica: a Comuna da Terra seria uma modalidade de assentamento onde opta-se por investir na terra coletivamente e ao invés de correr cada lote por conta própria. Ou pelo menos um equilíbrio entre uma parcela da produção gerida no âmbito familiar/individual e outra parte gerida no âmbito comunitário do assentamento. Adversidades da realidade local como nosso caso de um assentamento pequeno, pode ter sua produção potencializada pela coletivização de alguns processos como, uma casa de farinha, um viveiro de mudas, uma composteira industrial e etc... Essa oportunidade de solucionar as adversidades da produção com organização coletiva, é também um primeiro passo para experimentar no hoje um pouco do socialismo que sonhamos. Então completo com a perspectiva política e social: O MST já experimenta a organização política socialista antes de conquistar a terra, pois a luta já implementa uma cultura de organização popular. Quando conseguimos organizar a produção coletivamente, podemos experimentar a superação do antagonismo Política X Economia. Passamos a entender Economia e Política como uma coisa só. Na formação de preços, na organização da logística, na escolha das doações de alimentos em tudo que se decide sobre a produção está nossa escolha política de alimentar o nosso povo. Na organização da divisão dos equipamentos coletivos, na formação de associação, na empreitada de conquistar aposentadorias ou a certificação orgânica, experimentamos também o companheirismo como um

elemento de uma nova cultura de valores que vão moldando nossas relações sociais para a superação da competição e o individualismo da cultura capitalista.

2) Fale sobre a sua atuação na Comuna da Terra Irmã Alberta. R: Minha atuação no Irmã Alberta começou em 2010. Fazia tempo que eu queria conhecer lá. Desde 2002, que alguns amigos foram na festa de inauguração tinha vontade de conhecer. Em 2010 fui convidado para dar uma aula no PDC Irmã Alberta e assim que cheguei já sabia que ia militar lá. Comecei ajudando a Comerativamente a organizar os cursos de Permacultura e depois pela OPA organizando o Eja interdisciplinar. Em 2016 fui indicado para coordenação e comecei a organizar os mutirões 1 vez por mês na área coletiva e os mutirãozinhos quinzenais nos lotes individuais. Em 2017 comecei a compor o setor de produção e além de promover os mutirões comecei a coordenar a feira da Reforma Agrária do Sesc Santana e posteriormente a atuar organicamente na cooperativa Terra e Liberdade.

3) Qual a importância do acampamento Irmã Alberta, do ponto de vista pessoal ou coletivo frente:

<p>i) A conjuntura política brasileira atual?</p>	<p>A existência de uma ocupação rururbana na maior capital da América Latina, o maior polo econômico-empresarial do eixo sul do continente, é de enorme importância política. Visto que desde a ascensão da direita, a Reforma Agrária é assunto enterrado, é fundamental a existência desta experiência, se manifestando economicamente na produção agroecológica e o escoamento para cooperativas de consumo e doação para ocupações urbanas pautando uma economia cooperativista e a solidariedade de classe. Mostrando que uma economia solidária pode parasitar o capitalismo mesmo em grandes polos econômicos como São Paulo.</p>
<p>ii) A estrutura agrária brasileira?</p>	<p>De maneira geral, o Irmã Alberta contribui junto com tantos outros assentamentos na medida que experimenta e acumula experiência de plantar sem veneno, na agroecologia, questionando o modelo atual do agronegócio.</p> <p>Agora sobre nossas particularidades, para a agricultura no âmbito nacional, acho que o Irmã Alberta é mais uma exceção do que uma referência. A realidade de um assentamento cravado na megalópole é muito diferente da realidade do Brasil rural, onde está a totalidade da nossa produção. A melhor contribuição que daremos ao mundo é justamente nossa singularidade: É possível um assentamento</p>

	cooperativista ao lado das grandes cidades capitalistas? Quais são as contradições? Quais são as soluções? Se sobrevivermos para responder estas perguntas teremos essa contribuição para a estrutura agrária.
--	--

- 4) **Como você define os sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta?** R: Um sujeito batalhador que sofre todos os problemas do pequeno agricultor rural somado a todos os problemas do trabalhador da periferia. Ele tem a esperança de regularizar sua terra e plantar com mais segurança, mas a disputa de terra na nossa região tem colocado em xeque esse sonho. A cada ano a favela pressiona mais nossas fronteiras e nosso sonho vai se afundando.
- 5) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a agroecologia.** R: Se for considerar que os e as agricultoras que mais se envolvem na luta no Irmã Alberta são os mais velhos, devo dizer que eles sabem plantar sem veneno porque eles viram os avós plantando sem veneno durante toda a infância. Eles olham com ceticismo esse movimento universitário-agroecológico-hippie-permacultural, mas na medida que se estabelece um apoio mútuo real de melhoria do espaço e da produção, eles e elas se afinam com o discurso da agroecologia e se conectam às redes regionais e nacionais de agroecologia para verter força para os assentamentos, também começam a se identificar como parte da agroecologia.
- 6) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a questão agrária.** R: Na minha visão, a relação do agricultor com o Mst com a questão agrária mais ampla, é uma relação pontual pois nossa realidade é urbana na maior parte do tempo, simbólica na medida que dividimos o sonho da Reforma Agrária com os outros assentados do Brasil, e teórica, pois não vivenciamos ela na prática, apenas conhecemos ela pelos estudos coletivos e a interação com outros assentamentos.
- 7) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a questão urbana.** R: Os sujeitos da Comuna IA, tem relação direta com a questão urbana. Ah não ser pelas hortas que podem gerar até 3.000 por mês em colheitas, que podem também gerar a cultura do cooperativismo... Tirando esse aspecto da produção cooperativista, o Irmã Alberta se assemelha muito com uma ocupação sem-teto. Principalmente na rotina de enfrentamento, não só contra o Estado burguês, mas também resistência aos poderes paralelos presentes hoje nas periferias do Brasil.
- 8) **Fale sobre os processos de legalização jurídica do acampamento Irmã Alberta.** R: A legalização jurídica é um sonho quase tão distante quanto a revolução.

Passamos o período Lula e Dilma inteiro sem regularizar, agora com onda conservadora, abertura de capital e privatização da SABESP (dona do terreno), pressão imobiliária para galpões logísticos, ascensão do tráfico e das milícias, nossas chances parecem remotas. A grande legitimidade da existência da Comuna foi implementar a proposta da agroecologia e cancelar o projeto de aterro sanitário previsto em 2002. Se não conseguirmos mobilizar o campo progressista de São Paulo nos próximos anos, dificilmente conseguiremos manter a comuna. Os entraves são em todos os níveis. O mero repasse de um terreno estadual para a federação para uso na Reforma Agrária é um procedimento que não existe previsto na lei, então ninguém sabe como encaminhar uma doação do Estado para o INCRA. Sabemos hoje que existe um precedente de usucapião em 50% do terreno já que a SABESP é metade privatizada. Mas as chances de um capião ser aprovado naquela área de especulação é ínfima...

9) Fale sobre as políticas públicas implantadas no Irmão Alberta. R: A única política pública que eu sei vagamente foi as compras da Conab, que o IA participou com apoio dos assentamentos regularizados. O fato do IA não ser regularizado inviabilizou a maioria das políticas públicas para agricultura.

10) Fale sobre os problemas relacionados à urbanização e/ou favelização que atingem ou possam atingir o acampamento Irmã Alberta. R: A realidade rururbana nos coloca vulneráveis a todos os problemas da cidade, como disse acima. A pressão do crescimento da favela, a bebida e a droga seduzindo nossa juventude sem perspectiva, a pressão imobiliária legal e ilegal, a própria poluição da cidade traz particularidades para nosso assentamento, você vê a quantidade de plástico que chega nas roças pelo vento, e etc...

11) Qual nome do projeto você está ou estava desenvolvendo ou participando na Comuna da Terra Irmã Alberta? R: No momento estou apoiando o projeto da mandala e da creche. No mais, minha atuação é no lote dos agricultores...

12) Qual ou quais grupos ou projetos desenvolvidos na Comuna Irmã Alberta você participa ou participou? R: Como disse acima – PDC Irmã Alberta (2010 e 2011), Eja Interdisciplinar com a Opa (2012 até 2015), Mutirões do GAIA (2016 até hoje) Cooperativa Terra e Liberdade (2017 até hoje).

13) Fale sobre o(s) projetos que você participa ou participou:

Objetivo central	Fortalecer os agricultores da Comuna da Terra Irmã Alberta
Estrutura organizativa	Grupos Espontâneos orientados pela direção do movimento
Recursos financeiros	Atividades sem recursos ou vaquinhas espontâneas

Trabalhos coletivos voluntários	A totalidade dos trabalhos foram voluntários
Trabalhos coletivos remunerados	zero
Relações políticas	Sempre procuramos aproximar os parceiros da cidade para realizar os projetos. Ultimamente encampei a parceria da Deputada Claudia Visone com o MST de Sandovalina, mas não conseguiu nada para o IA.
Parcerias relação ao social	As diversas ongs e partidos de esquerda já fizeram parte de nossos projetos. Eu pessoalmente sempre recebi muito público do movimento estudantil para os mutirões do IA

- 14) **Explique, em linhas gerais, como surgiu o projeto no Irmã Alberta (história, finalidade e expectativas que pretendiam ou pretendem alcançar).** R: Eu entrei no IA só em 2010, não tenho muito para contribuir nessa parte.
- 15) **Qual a importância da agroecologia para a Comuna da Terra Irmã Alberta? Observação: olhar para a dimensão educacional (formação), como matriz de produção e/ou de organização dos grupos.** R: Acho que isso está respondido na questão 5.
- 16) **É possível produzir alimentos agroecológicos dentro da cidade de São Paulo e qual o potencial da Comuna da Terra Irmã Alberta em relação a esse processo?** R: Acho que é possível sim. O Irmã Alberta tem alguns lotes referência para a cidade de São Paulo. Tanto no fator produtividade como em agroflorestas de pequena escala. Como foi citado temos lotes de 3000 m² que geram até 2000 por mês, isso requer muita habilidade.
- 17) **A agroecologia é um processo que precisa ser ensinado? Por quê? Como, em sua percepção técnica ou não, essa matriz de produção está organizada na Comuna da Terra Irmã Alberta?** R: Sim, a Agroecologia deve ser ensinada exaustivamente para todos. Esse processo não está organizado no Irmã Alberta. O que temos são alguns lotes organizados com princípios agroecológicos que servem de referência, todos os outros processos ainda são bem espontâneos e sem metodologia. O Gaia criou uma cultura de mutirão muito interessante. É no domingo de manhã, nosso horário de missa. Ir para roça, trocar saberes, plantar junto... mas ainda no plano da espontaneidade.
- 18) **O que é fazer agroecologia como uma alternativa de produção de alimentos saudáveis dentro de um acampamento com quase duas décadas de existência?** R: Nesse momento, fazer da agroecologia uma alternativa viável na Irmã Alberta é conseguir trazer os lotes improdutivos e os que plantam no sistema convencional para o nosso lado. Para isso precisamos garantir que os lotes que já plantam em

agroecologia estejam vendendo bem a produção. E para isso temos que convencer a Cidade a comprar mais dos pequenos agricultores.

19) Quais as principais experiências agroecológicas desenvolvidas da Comuna da Terra Irmã Alberta? Observação: falar dos processos de implantação. R: As experiências agroecológicas que deram certo eu não participei da implantação. Apenas contribuí posteriormente levando algumas técnicas de adubação e controle de pragas. O processo de implantação que eu participo, a Mandala, ainda não é uma experiência de sucesso por conta de todas adversidades de ser um lote coletivo...aquela história do filho que tem muitos pais e acaba ficando abandonado...

20) Quais experiências agroecológicas estão em andamento na Comuna Irmã Alberta? R: A Mandala, recentemente foi direcionada para abrigar o projeto de viveiro, aí tudo que investimos na mandala em si, foi deixado para o segundo plano. A creche e as escola de agroecologia estão há pelo menos 4 anos tentando fincar seus alicerces.. já perdemos construções já perdemos terreno destinado para o morro da mandioca... Agora definimos um novo terreno e começamos a fazer a estação de tratamento, tem evoluído com ritmo essa última pelo menos...

Entrevistado M7

PERGUNTAS PARA COMPOR A PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA-SP E QUE TERÁ COMO OBJETIVO A ELABORAÇÃO DE UMA DISSERTAÇÃO ACADÊMICA .

Nome: M7

Relação com o MST(direção, coordenação, aliado e outros): R: Moradora e dirigente do setor de Educação do MST.

Área de atuação: Professora de matemática no Estado de São Paulo, educadora popular da instituição (estudante, parceiros, aliados, profissional e outros).

Formação Acadêmica: R: Licenciatura em Educação do Campo na área de matemática e Pós-graduação em especialização em Educação Movimentos Sociais e Marxismo.

1) Qual a importância das Comunas da Terra da Regional grande São Paulo dentro da perspectiva política, social e econômica para o MST e a Agroecologia? R: Estratégica quanto a luta dentro da cidade.

2) Qual a importância das Comunas da Terra na atual conjuntura e relação Campo/Cidade? R: Ser um espaço de formação, moradia e produção de alimentos livres de veneno.

3) Como você define, de forma geral, os sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta e a relação com a agroecologia, com a questão agrária e urbana? R: Os trabalhadores que moram na comuna, oriundo da ocupação, vem de famílias em que seus ancestrais foram expulsos da terra e para sobreviverem na cidade tiveram que se adaptar com trabalhos urbanos precários, quando chegaram na comuna não conheciam nenhuma matriz tecnológica agrária e nem se quer sobre a matriz agroecológica. Tudo foi e está sendo longo processo de aprendizagem no decorrer da história do acampamento Irmã Alberta.

4) Qual a similaridade e distanciamento do Irmã Alberta em relação a questão agrária brasileira (processo de legalização/jurídica de assentamento, políticas públicas etc.) e os problemas relacionados à urbanização(favelização)? R: Hoje, percebemos que alguns trabalhadores que vivem em torno do território da Comuna da Terra Irmã Alberta acreditam que podem invadir as áreas de app do acampamento e dessa maneira fugir do aluguel (sem organização). Quanto maior o tempo para a legalização maiores são os problemas das invasões no território destinado a área rural, e com isso o projeto de Comuna da Terra está fadado a romper com a concepção do projeto primário. No Brasil não temos políticas públicas que possa garantir um projeto híbrido-rural e urbano, o projeto de Comuna da Terra ainda é uma proposta desinteressante para os governos que estão na gestão do país, então, a negociação fica longa, cansativa e quase não atingível dentro da propostas tradicional de assentamento de terra para trabalhadores rurais, no entanto, a comunidade é forçada a exercitar vários projetos para que possa garantir a permanência na área, contudo são iniciativas interessantes, mas precárias por falta de investimentos públicos. Há projetos variados como: *plantação de árvores nativas e extintas do nosso bioma,* produção em agrofloresta, *bio construções: (bambu, tijolos solo compacto hiper adobe, superadobe, estruturas que trazem conforto para o corpo), escola de teatro, escola técnica agroecológica que estão em andamentos no acampamento.

5) Qual nome do projeto você está ou estava(mais atual) desenvolvendo(participando) na Comuna da Terra Irmã Alberta? R: Construção da escola agroecológica e ciranda infantil, construção de agrofloresta e plantação de bambu.

6) Quais grupos(religiosos, militantes, universitários, professores, políticos, parceiros, instituições e etc) você participa ou participou nos projetos desenvolvidos na Comuna Irmã Alberta? R: Setor de educação, EJA, ciranda, ocupação de escolas, formação e outros.

7) Qual objetivo central dos projetos que você participa ou participou, estrutura organizativa, recursos financeiros(econômico), trabalhos coletivos, voluntários ou

remunerados, relações políticas, parcerias e outros em relação ao social que está(no sentido de estar em andamento) ou estava(no sentido de concluído ou não) sendo desenvolvido na Comuna da Terra Irmã Alberta? R: O objetivo é elevar a consciência da classe trabalhadora todos voluntários.

8) Você poderia explicar(em linhas gerais) como surgiu o projeto, qual a finalidade e expectativa que pretendiam ou pretendem alcançar? R: A proposta de Comuna da Terra para o Irmã Alberta surgiu pela organicidade do MST, dos grupos de estudos que surgiram na época, da necessidade de organização da luta coletiva, a finalidade sempre foi construir espaços em que a classe trabalhadora pudessem vivenciar práticas de coletivas engajadas com a agroecologia, preocupados com a formação de um novo homem e uma nova mulher ao construir alternativas de organização social.

9) Quais grupos(público alvo) serão ou seriam, direta ou indiretamente beneficiados(pesquisadores/estudantes/acampados/assentados/municípios e outros) pelo projeto? R: A classe trabalhadora sem distinção.

10) Qual a importância educacional(formação) e prática(atividades), ou seja, educação/trabalho, da agroecologia como matriz de produção em relação ao projeto que vocês (grupos organizativos de intervenção direta) estão desenvolvendo na Comuna da Terra Irmã Alberta? R: Ter mais equidade na sociedade, pois sabendo que a Comuna da Terra Irmã Alberta não é uma ilha isolada do mundo.

11) Qual o papel (seu ponto de vista) da Comuna da Terra Irmã Alberta, na formação política, na relação Campo/Cidade, na produção agroecológica de alimentos saudáveis, para educação dos sujeito periférico/proletário/camponês e no processo de reforma agrária(programas e políticas públicas) dentro da cidade de São Paulo? R: Ser fomentador de ideias e práticas pedagógicas da Educação do Campo.

12) É possível a implementação de um assentamento rural dentro da cidade de São Paulo? Quais os principais desafios, contradições, similaridades e distanciamentos relacionados às questões agrárias? R: Sim, é possível, acreditamos que essa área poderá ser reconhecida como assentamento rural, é nosso principal desafio; lutamos para que o espaço da Comuna da Terra Irmã Alberta não se torne uma área urbana apenas para moradia, priorizamos espaços de vivências sim,mas a produção e formação coletivas são prioridades no momento.

13) É possível produzir alimentos agroecológicos dentro da cidade de São Paulo e qual o potencial da Comuna da Terra Irmã Alberta em relação a esse processo? R: Sim, enquanto não temos o direcionamento do Estado estamos fazendo o assentamento por conta própria e isso é muito difícil de construir na prática, mas estamos enfrentando os desafios, mesmo com todas as contradições e dificuldades que temos, há muito espaços para a criatividade e inovações de experiências de organização social, estamos perto da

grande metrópole e próximo aos trabalhadores da periferia. Podemos proporcionar intercâmbios com as comunidades ao redor do assentamento, relações Campo/Cidade, além de vendermos nossos produtos agroecológicos, sem veneno, saudáveis e bem frescos para a população.

14) A agroecologia é um processo que precisa ser ensinado? Porquê? Como, em sua percepção técnica ou não, essa matriz de produção está organizada na Comuna da Terra Irmã Alberta? R: Sim, se for comparar nossa trajetória com o desenvolvimento de uma criança nós ainda estamos engatinhando, pois fazer assentamento por conta nos leva a enfrentar muitos problemas no dia a dia, nesse processo falta quem possa organizar os coletivos que pense e aprofunde e analise nas demais áreas de atuação dentro do acampamento Irmã Alberta, como por exemplo, *práticas de relações de gênero, *organicidade de setores que estão parados, *formação nos núcleos de família para aprofundarmos mais tecnicamente em relação a produção agroecológica que atendam as necessidades urgentes, de médio e longo prazo das famílias, porém temos coletivos de pesquisadores e estudantes que fazem verdadeira revolução ao ensinar experiências de práticas agroecológicas, no entanto, são pontuais e não chega a todos acampados e acampadas, nem na prática e nem no entendimento conceitual dos trabalhadores que vivem na comuna.

15) O que é fazer agroecologia como uma alternativa de produção de alimentos saudáveis dentro de um acampamento com quase duas décadas de existência e resistência? R: É um processo desafiador sui generis, as coisas mudaram, estamos muito tempo aqui sem uma decisão, não somos mais as mesmas pessoas: os homens, as mulheres, os jovens e crianças que chegaram aqui em 2002 na ocupação, após muitas formações, estudos, leituras, debates, diálogos passamos a considerar a agroecologia como único caminho sustentável para lutar contra um projeto de sociedade excludente, onde a classe trabalhadora não pode sonhar e viver uma vida digna.

16) Quais as principais experiências agroecológicas foram desenvolvidas na Comuna da Terra Irmã Alberta? Poderia descrevê-las, como foram os processos? Quais experiências encontram-se em andamento? R: A formação sempre um processo importante nas comunas da terra e no Irmã Alberta nós tínhamos que aprender tudo, pois como acampados e acampadas não sabíamos nada de organização social, víamos de uma realidade totalmente diferente, periférica e sem organização, por isso, tivemos que aprender sobre o movimento tudo na prática, com erros e acertos, atuando e aprendendo, a formação de dirigentes, coordenador e setores foi a partir da orientação que tínhamos, na raça mesmo. No início, precisávamos entender sobre a sociedade na ótica do trabalhador, conhecer o projeto do projeto de sociedade do MST para avançar na organização da luta na cidade, a ideia de comunas da terra também era algo novo e naquela época estava tudo acontecendo ao mesmo tempo, formação prática e universitária. Nesse sentido, era necessário praticar em todos os espaços da comuna a solidariedade, a compreensão, se organizar para plantio coletivo, coletivo de mulheres, ciranda para formação das crianças

Sem Terrinha, formação de educadores e educadoras, organizar espaço comuns de plantio coletivo e individual, espaço de moradia, projeto com a CONAB, cooperativas de organização da produção,, comercialização dos produtos agroecológicos.

Entrevistado M10

ENTREVISTA REALIZADA COM GILMAR MAURO, DIRIGENTE DO MST, POR MEIO DO GOOGLE *MEET* NA MODALIDADE REMOTA NO DIA 24/07/22 COM A PRESENÇA DE MINHA ORIENTADORA SILVANA.

A entrevista foi gravada em gravador de áudio do celular com o objetivo de ser transcrita para a dissertação de mestrado em Educação do Campo: A COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA E O TRABALHO AGROECOLÓGICO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO da UFRB, considerando este documento um processo importante no resgate histórico de estudos sobre as Comunas da Terra, formação(*criação*) da proposta de Comuna da Terra e da implementação prática da proposta nos territórios ocupados pelo MST. Para a entrevista, o pesquisador organizou as perguntas norteadoras ao entrevistado que procurou desenvolver a entrevista por blocos explicando como aconteceu os debates na época em torno de uma nova possibilidade de fazer a Reforma Agrária ao ocupar territórios próximos ao centro da cidade.

Entrevistador: Gilmar Mauro, vou passar mais ou menos o contexto em que como vamos realizar essa entrevista e você fique a vontade para falar. Eu preparei um roteiro, mas não precisamos seguir exatamente como está aqui, vou passar as questões gerais, pois é importante para minha pesquisa e você pode discursar ou palestra da maneira que for melhor. Para você conduzir sua fala poderia fazer a contextualização da proposta das Comunas da Terra, como surgiu, qual a importância desse processo, trazendo a questão da agroecologia, a importância da agroecologia para MST(*enquanto Comunas da Terra*), a relação Campo/Cidade e se surgirem outras questões vou encaixando a sua fala para complementar as ideias em torno do que estamos querendo analisar. Você pode ficar a vontade, estou registrando, estou gravando e fazendo algumas anotações, para depois transcrever tudo, é um processo importante para minha dissertação, que vai tratar da questão do trabalho agroecológico como um princípio educativo dentro da Comuna da Terra Irmã Alberta, o contexto das Comunas da Terra, no geral, faz muito sentido para tentar trazer como essa proposta surgiu, como ela é importante para relação Campo/Cidade aqui na região. Você como uma liderança do MST é muito importante ter essa fala para a gente poder fundamentar algumas ideias, beleza?

Dirigente do MST: Vamos, vamos lá, podemos ir interagindo, inclusive, porque eu não me preparei, né? o tema. Então, vou rememorar coisas aqui...

Orientadora: Inclusive Gilmar, é nessa trajetória o que vocês, o que o MST, vocês na sua experiência considera o que precisa ser aprofundado, porque como ele vai para a qualificação a gente ainda tem muita possibilidade de complementações, de ajustes, é isso?

Pesquisador: Uma coisa, gostaria de falar é que estou fazendo mestrado em Educação do Campo na UFRB, não sei se cheguei comentar com você ou não, e a gente está indo para qualificação agora. Então, essa entrevista estava muito esperada nesse momento para a gente chegar na qualificação apresentando, houve outras entrevistas com outros dirigentes aqui na região também, estou tentando marcar outras entrevistas, inclusive com Delwek, a agenda dele é muito apertada, está muito difícil a gente conciliar as datas, mas é isso! Você pode ficar a vontade, a gente vai complementando, eu fiz algumas anotações, mais ou menos o roteiro, e a gente vai vendo o que podemos falar (*fazer intervenções*), a professora (*orientadora*) pode contribuir também, se eu deixar escapar alguma coisa (informações ou questões), são muitas informações é uma situação bem complexa que estamos tentando de analisar de forma científica para depois escrever sobre, né?

Dirigente do MST: muito bem vamos lá! (houve um pequeno corte na fala) Sobre o surgimento das Comunas há todo um contexto histórico que é muito importante eu acho. É... primeiro, em São Paulo, por volta de 97, 96, 97 nós ajudamos a construir, por exemplo, o MTST, em Campinas. Foi uma construção a partir do MST e da militância do MST, evidentemente que as lutas por moradia em então já aconteciam. O que o MST fez, nós deslocamos militantes lá e a ajudamos no processo organizativo. Isso foi até 2010 por aí. Daí quando surge a nova turma do MTST que, Boulos e etc. ,e que tocaram com autonomia e que seguem tocando até hoje.

Na cidade de São Paulo nós sempre tivemos relações boas com a igreja, com o setor da igreja, você conheceu André o padre Naveen, que tinha um trabalho com o povo de rua, na região do Brás e etc. Essa aproximação nos levou a fazer várias reuniões lá e discutir. Bom, qual alternativa a esse povo? E... Porque até então não tínhamos, embora sempre desenvolvíamos trabalhos de base nas cidades e grande parte da classe trabalhadora, mesmo do Campo, aqui em São Paulo, moravam nas periferias das cidades do interior, né? Mas, no centro de São Paulo não tínhamos desenvolvido nenhum tipo de experiência.

Passamos a fazer reuniões, trabalho de base e levar muitas dessas famílias para as ocupações, mesmo na região de Ribeirão Preto, lembro muito bem da Irmã Alberta chegando com ônibus de São Paulo e ajudando na ocupação do que é hoje Sepé, né? Eu acho, acho que ali, é ... padre Naveen e etc. que depois deixou de ser padre, enfim, tem toda uma história de entrada dele no MST.

E, a partir desse contexto, nós achamos que muitas dessas famílias, pessoas, não queriam, e essa é a realidade concreta nos mostrou, né? Ir para uma ocupação de terra lá em, no Pontal do Paranapanema, para interior, mas que queriam ficar perto de onde já vivia. Ao mesmo tempo, nós estávamos, e acho que isso é muito interessante, nós estávamos numa toada de nos aproximar dos grandes centros. Porque? Por que havia uma dificuldade imensa, como é até hoje, em nós trazer grandes contingente de pessoas para as mobilizações mais na capital. Por que grande parte das conquistas reais que se dá, até surgiu uma frase no passado, “a luta da Reforma Agrária se dá no Campo, mas se conquista na cidade”, Porque? Porque toda estrutura política, governos e etc. estão nas

capitais. E uma dificuldade imensa de nos mobilizar do interior para as capitais nos momentos que eram necessárias mobilizações para a obtenção de conquistas. Então, a ideia foi, nós precisamos organizar as classes trabalhadoras no entorno e aqueles que quiserem ir lutar pela moradia, bom, tem uma possibilidade de luta pela moradia via movimento de moradia, via MTST, via outros movimentos. Até uma piada da época era o seguinte, e nós usávamos, porque nós iríamos fazer o trabalho de base nas cidades, muitas pessoas não queriam voltar para campo, eles queriam continuar lá, só elas tinham um problema concreto que era falta de moradia, né? Aí, um companheiro contou a piada que: era um comerciante e que deixou o filho para cuidar do comércio, e a orientação para o filho foi a seguinte “oh filho se alguém vier e pedir uma coisa e não tivermos você oferece alguma coisa parecida, que de repente ele leva, então, tipo, eu quero um pacote de Omo⁴³, a não tem Omo, mas tem um outro sabão em pó, o menino desatento e, tá bom, tá bom. Aí, chegou o primeiro cliente e pediu: o senhor tem rapadura? O menino pensou, sabe, rapadura eu não tenho, mas eu tenho tijolo e fez o nexó, né? Aí, nós brincávamos que nós só estávamos oferecendo rapadura e o povo da cidade queria tijolo! Não era, então, como lidar com isso? A partir daí surge a ideia das Comunas da Terra. Ou seja, nós temos que encontrar área, e tinha muitas áreas públicas, devoluta, outras áreas públicas de organismos públicos perto das cidades que estavam sendo aproveitadas pelo, seja pelo capital especulativo e imobiliário, seja por empresas e nós passamos a verificar essas áreas, também, áreas privadas abandonadas, pra desenvolver ações.

Bom, o segundo aspecto que é importante aqui é cá pra nós mesmo, é que na, usando uma referência com a revolução vietnamita, que era o seguinte, você sabe é que uma revolução feita por camponeses que de dia trabalhavam na roça e de noite era um (*Neelie*), ou seja, essa sobrevivência e luta se dava de forma concomitante e permanente. Então, nós precisávamos de uma militância que atuasse nos grandes centros, mas nós não tínhamos condição de liberar essa militância financeiramente. Então, era preciso ter espaços onde pudesse se produzir, garantir a alimentação, garantir uma renda, mas que ao mesmo tempo ficasse perto dos grandes centros para desenvolver o trabalho de base. Então, a ideia da Comuna, perto dos grandes centros que possibilita o deslocamento relativamente rápido e não custoso, que ao menos tempo se planta, se colhe e etc., e quando precisa ir lá em atividades de noite, também em finais de semana, nós tenhamos uma militância disponível para desenvolver isso.

Então, esse foi o contexto, vamos dizer assim, real né?, a partir dessa relação com o povo de rua, de São Paulo, mas também com as necessidades do MST de ter bases dos grandes centros. E aí tentamos desenvolver essas experiências, e acho que tem várias experiências bem interessantes, tem coisas que nós não conseguimos avançar, tem coisas que retrocederam, é preciso dizer isso porque, porque também é uma, assim como no movimento pela moradia, para gente ter uma ideia, para falar papo reto aqui, o movimento pela moradia, principalmente na década de 90, mas também hoje, ele faz uma luta bonita, ele conquista, mas a conquista da moradia significa mais um ônus para a família que conquista, por que ele passa a pagar aquilo lá, a medida que o poder público, a prefeitura,

⁴³ Uma marca de sabão em pó.

reconhece, começa cobrar. Então, tu imagina um desempregado, né? que conquistou a moradia ali e ele tem mais um monte de pagamento para fazer que é dele e etc., mas ele precisa construir, ao mesmo tempo pagar, a gente sabe que o desemprego era na década de 90 altíssimo e hoje também e, portanto, havia uma rotatividade muito grande das pessoas que conquistavam a área. Então, elas passavam a vender aquela conquista por um preço baixo, sei lá, cinco, seis mil por outro que tinha alguma condição de pagar por aquilo e ao mesmo tempo mudava muito, que participava da luta e quem de fato se consolidava lá dentro. Uma segunda questão que tem haver também com essa luta, é o problema que se enfrenta até hoje, o narcotráfico, e aí toda a relação que precisava ser feita de colocar no lugar, a liderança desse setor é muito rotativa, morre muita gente, um dia é um, outro dia é outro, e há uma dificuldade imensa, né? Embora a lógica eles respeitem o movimento, porque eles precisam de segurança também, mas a lógica deles é outra que não é a mesma do movimento.

O terceiro aspecto, são em três, é a dificuldade de sustentação econômica da militância que atuava nesses lugares, né? da fome, a miséria e muitos militantes nossos que saíram da roça queria voltar para Campo. Eles não aguentavam essa situação, então, esse foi o, foram as dificuldades. Hoje em relação às Comunas nós enfrentamos, você sabe no Irmã Alberta, toda uma pressão, tentativa de ocupação daquele espaço é algo permanente, é algo, porque, porque tem uma pressão imensa de pessoas precisando de espaço, precisando de um lugarzinho, e vê aquilo uma possibilidade, claro tem oportunistas, tem um monte de coisas, mas tem uma necessidade real, do povo das periferias, aliás uma coisa que me chama muita atenção é a última pesquisa sobre a cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo, 53% da população do Rio de Janeiro gostaria de sair, há desculpa, 53% da cidade de São Paulo, da população do Estado de São Paulo, gostaria de sair da cidade de São Paulo se tivesse condições para isso. E 57% da população do Rio de Janeiro é um, é um...

Orientadora: Quantos por cento da população de São Paulo, Gilmar?

Dirigente do MST: 53% de São Paulo e 57% do Rio de Janeiro, me chamou muitíssimo atenção isso, né? Ou seja, se tivesse outras condições sairia, isso são dados da semana passada, viu! Então, estou dizendo tudo isto porque é uma pressão muito grande, inclusive nesses nossos, territórios, e aí todo o aspecto imobiliário que está por trás disso também, né? e aí e a tentativa de, do setor imobiliário e agora com a aprovação do PL na assembleia legislativa, de dar título, e assim por diante, das pessoas pegar título nós vamos sofrer uma pressão muito forte nessas áreas conquistadas por que? porque o valor imobiliário vai subir. Tem um outro ingrediente também que é bem interessante que como faltou e falta investimentos públicos, concretamente e ao mesmo tempo nessa atuada diria que tem uma parte agora assim fim das classes médias que estão a busca de espaços. Seja de sítios pequenos, de chácaras para passar o final de semana, principalmente na pandemia, isso foi algo assim muito grande. Então, esses espaços como o Irmã Alberta, como o Dom Tomás e etc. vão sentir uma pressão muito grande, mas isso é outro capítulo. Nós vamos ter que ir acompanhado, né?

Bom, em resumo, assim, o contexto político da criação das Comunas foi nessa, nesse contexto, nós se aproximar dos grandes centros e desenvolver o trabalho com o povo que “nós não estávamos acostumados a trabalhar” que era o povo que via na rua, que era o povo dos grandes centro, que era um povo que não tinha muitos deles nenhum vínculo com a agricultura, né? Alguns sim, vieram da roça, mas a grande maioria tinha uma outra história de vida. Daí desenvolvemos essa experiência, eu diria que é uma experiência, pode ter quinhentos problemas, é algo extraordinário que foi feito, é algo extraordinário de se desenvolver isso, uma pena que aí vem todo o contexto político e etc., nós tivemos dificuldade de ampliar isso pra fazer mais e mais, e mais.

Nesse contexto surge a ideia da Comuna Urbana, aquela experiência desenvolvida ali em Jandira, né? Que é, a partir também dessa experiência de construir através de cooperativas, de mutirão casas populares. Então, um projeto bem interessante que foi desenvolvido, que era também parte dessa construção, uma parte da turma quer realmente trabalhar na roça, mesmo que seja uma área pequena e outro não, outro quer só moradia, mas naquela lógica que eu desenvolvi anteriormente, de que uma parte vendia etc. a ideia era construir via mutirão algo cooperado, com condições para as pessoas morarem e tal, e foi desenvolvida a experiência lá em Jandira e acho que é uma bela experiência, embora houve rotatividade, como a gente sabe, né?.

Bom, esse, em resumo, é a criação das Comunas é ...

Pesquisador: Gostaria de falar um pouco em relação a rotatividade, eu moro na Comuna Irmã Alberta e eu percebo que isso é um pouco inevitável, pois o que nós estamos enfrentando agora é a questão, os mais velhos estão morrendo, essa é a realidade, está ficando um grupo de agregados que não tem muita relação com a terra e aí eles acabam negociando essa terra, na ideia que vai melhorar de vida se eles comprarem uma casinha na cidade, é uma contradição, mas é uma realidade que a gente está enfrentando.

Dirigente do MST: Aí tem um aspecto histórico, Andre, que é importante eu acho, porque claro que nós sabemos que oportunismo, eu não tenho nem uma dúvida que há, mas também há uma turma, imagina são vinte anos, numa situação “de uma insegurança permanente”, porque nunca se regularizou aquilo, teve gente que entrou, passou um tempo e já não está aqui, morreu, outros envelheceram sem a regularização e isso na cabeça da nossa turma faz uma diferença muito grande, qual a segurança que eu tenho para passar isso para meus filhos, eles acreditam no MST, mas eles queriam, ou seja, como é que regulariza, é evidente que essas coisas vão ocorrer. E outra, toda a pressão, muitas pessoas de idade, inclusive com dificuldade hoje, quando entraram tinham força física e etc. Hoje, você sabe que para produzir na agricultura exigem um monte de coisas é óbvio que vão acontecer esse problemas aí, mas eu diria que não é uma culpa deles propriamente é parte de uma lógica, imagina, o Irmã Alberta nunca recebeu um crédito! Oficial nunca na vida, não tem porque não é regularizado, esse é nosso problema com o Estado, porque nós, pra eu usar uma metáfora aqui, nós vamos na linha da legalidade, saindo um pouco fora da legalidade na hora da ocupação, legalidade burguesa eu estou falando, e depois a gente volta, porque a gente pede a regularização pelo Estado, porque a regularização é parte de

um ritual para você poder ter acesso a política pública, a financiamento e isso nunca ocorreu no Irmã Alberta.

Então, é uma resistência de vinte anos que nunca ocorreu nenhum tipo de regularização, o que ocorreu? eventualmente, a solidariedade de outros setores, algum projetinho etc, mas financiamento para produção, para construção de casa, isso nunca ocorreu, e são vinte anos!

Orientadora: O Gilmar, nas outras Comunas aconteceu algum tipo de financiamento?

Dirigente do MST: Sim, no caso do Dom Tomás Balduino, por exemplo, que é uma Comuna regularizada. Sim, aconteceram investimentos,

Orientadora: Nesse caso, qual é a fonte de investimento, o recurso é destinado a agricultura ou ao espaço urbano?

Dirigente do MST: Agricultura, Agricultura mesmo, tem Pronaf, lembra a Rosely, estava conversando com ela ontem, porque ela separou do companheiro dela e ela estava querendo que nós fossemos para lá, eu e a Claudia e tal, né? Eles tem um plantio de uva bem interessante, uma casa super bonita lá, construíram, foram investimento que foram feitos a partir dos recursos públicos, do Pronaf, também teve crédito habitação para eles, estilo tem para os assentamentos, agora, no caso do Irmã Alberta não. Não tem absolutamente nada. Bom, nesse contexto, é importante essa história política, desafios do MST, porque também entrou, daí entra o tema da agroecologia. Com uma construção do MST, acho que há uma mudança, eu fui acampar por exemplo em 1985, no interior do Paraná, e fui assentado em 1986, no município de Cascavel no PR, aí em 1988, 1989, o MST na época que fui assentado eu tinha 19 anos, me chamou para atividades e eu passei o lote para meus pais, depois nós fizemos a permuta de lote que para a Lapa, na escola de agroecologia aí no no Paraná, meus pais moram lá, naquele assentamento. Eu fui assentado lá atrás. Depois, a minha ida e vinda para Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo já é um outro capítulo, mas quem conquistou a terra lá fui eu e hoje meus pais moram na terra que a gente conquistou em 1986, embora permutou de Cascavel para a Lapa. Bom, o que se queria, queria terra! No estilo pequeno agricultor, uma Reforma Agrária que distribuísse terra, a conquista e o processo que foi desenvolvido nos assentamentos nos levou a uma compreensão de que não bastava, era preciso pensar em políticas agrícolas, créditos etc e tal. Mais que isso, não adianta se descobrir o que é essa lógica da produção que vem lá da revolução verde e etc era preciso se alterada porque causava um monte de problemas seja na saúde pública, seja na terra, seja a quem iria consumir esses alimentos e ao mesmo tempo era um processo cada vez mais caro. veja, nós tivemos essa noção lá trás, por isso, começamos a nos desenvolver, tanto o cooperativismo como parte de um processo que pudesse tanto utilizar a racionalmente todos os recursos naturais existentes, em muito assentamentos tinha um lago, a água, se você distribuísse lotes algumas pessoas iria pegar lotes com água outros não, mas tem uma variedade e diversidade de solo e etc. que poderia ser aproveitado de forma muito racional para produzir uma série de coisas, ou seja, diversificar a produção utilizando o conjunto da área. Então, tem um aspecto de usar

racionalmente o solo. Segundo, os poucos recursos, nunca se teve grandes recursos para agricultura familiar. Então, vão se aproveitar o máximo possível desses recursos para investimentos, seja em tecnologias, ou trator que permita se produzir mais, quanto na agroindústria. Construir agroindústrias que pudessem fazer com que os produtos industrializados tivessem um rendimento muito maior e isso se transformasse em renda para as famílias. Quanto outras questões, aumentar a participação da mulher, é um ingrediente fundamental com a cooperação, porque as cooperativas vão desenvolver a participação, as mulheres serem sócias, ela permite renda para as famílias, agora, para isso, é preciso construir lavanderias coletivas, restaurantes coletivos, cirandas infantis, desde que permitam a inserção econômica completa da mulher. Isso é parte do processo de participação política. Quem não tem renda, evidentemente, fica dependente de quem tem, e normalmente é muito forte no campo, em toda a sociedade, o machismo e essa estrutura. Então, mais do que desenvolver a cooperativa era preciso construir outras linhas de produção para desvencilhar todo pacote tecnológico da, adubos químicos, nitrogenados, venenos, etc e etc...

Então, nós fomos desenvolvendo junto com parceiros, junto com outras organizações, que já discutiam isso, então toda produção, seja de adubo orgânico, de cuidado com as sementes, isso foi muito importante, deu para a gente desenvolver nosso projeto de agroecologia, foi recuperar toda a história, ou seja, quem cuidou das sementes ao longo dos dez milhões de anos, são os camponeses, as camponesas, principalmente as mulheres, que cuidaram, que trouxeram, enquanto as empresas foram se apropriando, patenteando, os camponeses e as camponesas foram responsáveis de cuidar desse patrimônio da humanidade. Então, recuperar todo esse histórico foi fundamental, cada vez mais, a agricultura, aí tem, não vou entrar nisso na teoria, no Marx tem a teoria a subsunção real e formal, ele trabalha bastante em o Capital, que a agricultura foi sendo subsumida ao capital, mesmo que indiretamente! Não é que o cara quer produzir suínos, porque ele gosta, não, porque o mercado quer, e aí foi fazendo as parcerias com as empresas. Bom, a empresa vai lá, faz parceria com o camponês, o camponês faz toda produção, mas ele precisa entregar para aquela empresa e ao mesmo tempo a empresa repassa para ele todos os insumos que ele deve usar para aquilo. Na verdade ele se transforma aqui em um proprietário empregado da empresa. Ele está subsumido naquela relação com a empresa, dependente daquela empresa e assim por diante. Estou usando a suinocultura, mas se dá no plantio de morango, se dá com um monte de outra coisas. Isso começou também a ter um debate muito interessante, inclusive nas nossas cooperativas e internamente, é preciso superar essa lógica, é preciso criar autonomia, criar independência. Além de que esse pacote tudo entupido de veneno e agora muito mais, depois venho a transgenia, também todos os antibióticos, anabolizantes, mas que são utilizados na produção de frangos e todas as porcarias que se usam. Ao mesmo tempo isso tem um custo muito alto, você trabalha pra caramba, você paga pra caramba todos os insumos e no final das contas, descontando seu trabalho, e eu falo com tranquilidade, a minha associação lá em Cascavel, pois virou Lindoeste, um município pequeno, nós tínhamos cento e cinquenta porcas, as criadeiras, sabe o que é você levantar duas e meia da manhã e fazer parto de porca, num gelo da bexiga, na época, tipo, seis ou sete porcos grandes era para pagar o custo de produção.

Então, uma porca tinha que criar, doze ou treze leitões, se não inviabiliza economicamente, é bem assim, porque uma parte dos recursos era parte dos custos de produção. Olha que nós criávamos porcos soltos ainda, as porcas eram criadas soltas, mas para quem criava naquele estilo que a indústria desenvolveu era pior.

Bom, eu não quero mais levantar duas horas da manhã, por isso que eu defendo, viu professora, eu quero tecnologia, eu não quero uma volta ao passado, a gente defende a agroecologia, nós não defendemos uma volta ao passado, eu arava boi, junta de boi, eu trabalhei muito com roça de boi.

Orientadora: Inclusive Gilmar, depois disso eu quero esticar a conversa porque a gente está pensando num curso dessa natureza. Que a gente está aqui no centro de engenharia, conversava ontem com Tardin. O Tardin estava aqui batendo um papo sobre agroecologia e a gente falava exatamente disso. De que a gente precisa na luta camponesa, na luta pela educação do campo, dá esse salto, aqui a gente está bem disposto a construir esse caminho. A gente vai precisar conversar muito sobre isso.

Dirigente do MST: Ótimo! Eu tive uma reunião, só para fazer um parêntese, com o pessoas da Unicamp, faz uns quinze dias, vários professores, professoras de diferentes áreas, tem uma área aqui na Unicamp que eles querem fazer uma parceria conosco, nessa parceria de desenvolver agrofloresta, agroecologia, nos colocamos várias questões, bom, nós queremos tecnologias, vou dar um exemplo bem papo reto entre nós, o financiamentos da casas, inclusive para campo, é um financiamento padrão cidade, meu pai minha mãe moram na roça, sabe qual é o maior espaço da casa do meu pai e da minha mãe? É a cozinha. É onde tu recebe as visitas, é onde, sala é pra ver televisão de noite quando você já está preste a dormir, e o quarto é pra dormir, onde você recebe o povo, na cozinha, é assim, os projetos é aquela cozinhezinha, estilo aqui em casa agora, faz um mês que a gente mudou aqui para Campinas, que a Cláudia está trabalhando aqui, nós saímos da roça, lá de Capivari e viemos pra cá, lá nós nossa cozinha era do tamanho da nossa casa aqui. ou seja, eu estou usando isso como figura, mais é mais ou menos isso, também galpões etc. ou seja, todo padrão que não é o padrão que nós precisamos. Bom, volto, então, a tecnologia pra nós é importante porque ela diminui, nós estamos numa, é preciso diminuir a penosidade do trabalho agrícola. O trabalho agrícola é muito penoso, só quem nunca trabalhou que não sabe o que é trabalhar na roça e é evidente que nós precisamos de tecnologias, no sentido de diminuir a penosidade, de diminuir o impacto ambiental, que é provocado pelos grandes maquinários, construir outras formas biológicas, seja de adubos e assim por diante. Veja, uma das questões muito importantes, eu levantei vários pontos aqui, depois eu posso tirar fotos(risadas), mas é manuscrito, viu? de várias questões que eu vou colocar aqui e você aproveita como achar importante, mas eu peguei esse ponto aqui porque tem haver com a nossa toada, não é só para agricultura, não é só para a questão agroecológica, nós precisamos de um projeto para a sociedade. Nós não vamos mudar o mundo nessa toada do aquecimento global e etc. Se nós não mudarmos um monte de coisas, o tema da terra e dos recursos naturais, ou seja, isso é patrimônio da humanidade. Isso não poderia ser mercadoria! Não pode ser nosso espaço de sobrevivência! Aqui. Mas

hoje a terra está concentrada na água privatizada e, em processo maior de privatização, sementes, e assim por diante, isso, ou seja, o próprio patrimônio, genoma, nós temos a Embrapa e as grandes empresas estão querendo tomar conta, estão querendo privatizar a Embrapa, por exemplo, que sempre serviu mais os grandes do que os pequenos, cá entre nós, eu tenho amigos na Embrapa a gente está discutindo um projeto para Embrapa de novo. Por tanto, a reforma agrária, nesse contexto, e a partir de certo tempo para MST, ele não é uma política de distribuição de puramente de terra, é uma política que altera um modelo de produção, da industrialização, a distribuição da produção é isso que é a reforma agrária, ou seja, a Reforma Agrária popular, claro que pressupõe distribuir a terra, a história não se faz “com feijoada sem feijão”, agora, não é só o feijão que se faz uma feijoada, então, uma Reforma Agrária nesse sentido ela meio que vai caminhar numa perspectiva de uma nova matriz de produção e modelo de produção, mas tem haver também com todos os paradigmas tecnológicos é preciso mudar todos os paradigmas tecnológicos, essas tecnologias que foram produzidas pelas grandes empresas, para as grande empresas, para a monocultura, evidentemente que nós precisamos mudar, e construir novas tecnologias, eu já disse, bom.

O tema da alimentação dá pra afirmar que dá para alimentar toda a humanidade de forma agroecológica. Eu não tenho nenhuma dúvida, e dá. Nós podemos alimentar a humanidade de forma agroecológica. Agora, para isso, é necessário, vou dar dados aqui que são uns agora da semana passada, nós plantávamos no Brasil em torno de 4 bilhões de hectares de feijão, já caiu para menos de 2 milhões. Qual é a perspectiva do agronegócio para 2030 é plantar, é ter uma área, não é eles que plantam, a maioria são pequenos agricultores, é ter uma área para feijão 600 mil hectares, ou seja, de 4 milhões cair para 600 mil hectares, O arroz eram 4 milhões de hectares já caiu para 1 milhão e pouco, e vai se manter aí o em 1 milhão e pouco. Agora veja a soja, hoje se planta 35 milhões de hectares, qual é a perspectiva deles para 2030, 48 milhões de hectares. O milho, eles querem ampliar, mas a área de soja chama atenção, porque quer commodities! A soja, o milho, o café, café é a segunda bebida no país e hoje está nas mãos das empresas, inclusive de países e empresas que não produzem um grão de feijão. Ou seja, estou dizendo isso aqui, porque, essa commodities agrícolas se transformaram, commodities como o petróleo, você compra elas na bolsa de valores, de mercadoria de futuro, e a partir que você comprou elas você já sabe que a safra do ano que vem já foi comercializada. Você estabelece o preço que você quiser. Qual é a lógica? por isso que tem que mudar o modelo, não é só aqui, tem que fazer experiências, mas oh, precisamos acumular forças, mas elas exercem uma pressão enorme sobre o uso do solo, eu usei aí o exemplo, do arroz e do feijão, ou seja, as commodities, como dá mais dinheiro como exercer uma pressão brutal sobre a produção de comida, eu podia falar da mandioca, e outro produtos. É disso que se trata, inclui a macroeconomia, a nossa dependência completa de exportação de commodities, e por isso, o agronegócio, todo potencial, o agronegócio é subsidiado pelo povo brasileiro, isso que é a maior parte dos créditos é para agronegócio são bilhões, bilhões e bilhões, mais que isso...

Orientadora: Assim como todo setor industrial, né? Tenho dialogado com o pessoal do Maan, o que é que é a mineração, toda pesquisa que é o mais caro do processo quem faz tudo isso é o governo do brasileiro.

Dirigente do MST: E eu vou te dar um exemplo, hoje para a produção automotiva, ta faltando aço, pode perguntar, mas como é que está faltando aço? Nós somos um dos maiores exportadores de aço! Porque? Por que é uma commodity, o aço é melhor vender em dólar e o preço do dólar do jeito que está, do que comercializar internamente. Então, a indústria nacional para mercado doméstico tá ferrada! *(risadas)* Assim como, a pequena agricultura, ta ferrada porque, quem exporta tem o a lei kandir, que isenta de taxas os exportadores quem subsidia isso, o povo brasileiro. Mas eu entrei nisso pra gente ter uma ideia que tem uma macro economia, mas que incide diretamente, assim como incidia aquelas empresas sobre a pequena agricultura que nós temos que ter noção disso. Então, bom, estou falando de alimentos, é possível alimentar é possível, tem que mudar a política. Agora, é preciso mudar também a cultura alimentar do povo. Porque a comida capitalista, aquela, o pacotinho de supermercado, inclusive no debate outro dia com a Bela Gil, ela falava das PANCs, daí eu brinquei com ela, Bela, é o seguinte, eu acho que está mal chamado esse tema das PANCs aí! Porque PANCs é: plantas alimentícias não convencionais. Eu falei que essas que eles estão chamando de PANCs e é uma recuperação histórica da cultura alimentar histórica, que a humanidade se alimentava lá, na idade média se alimentava com mais de mil tipos de produtos! Hoje, quatro produtos formam 80% da alimentação mundial, que é: soja, trigo, milho e arroz. É 80% do que se consome no mundo. Bom, aí, porque essas ditas PANCs são muito mais convencionais do que os empacotadinhos do supermercado dos últimos cinquenta anos! Entendeu? Então, é evidente que nós precisamos mudar a cultura alimentar, diversificar, criar, e assim por diante, porque se ficar em quatro produtos alimentando 80%, que é chamada alimentação mundial, é evidente que as empresas têm controle absoluto sobre esses quatro, é aquela história, eles compram, são commodities, e a partir de comprar hoje o café, eles determinam o preço. Claro que teve seca, teve, ano passado, geadas, tem fatores climáticos, que tem haver com aquecimento global e que tem haver com próprio modelo agricultura desenvolvida, mas tem outros fatores, o câmbio, o dólar e, assim por diante, mas principalmente de ser commodities e financeirizar.

Bom, mas tem haver com as cidades que nós estávamos falando antes, é preciso construir um novo tipo de cidade, gente?, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, são insustentáveis do ponto de vista econômico, ecológico, social e etc...

Vamos pegar um outro aspecto, não está na tua linha de pesquisa, mas pode entrar. imagina quantos bilhões de toneladas que já sendo ou humanas, de cimento, de ferro que vai para a cidade de São Paulo e para a cidade do Rio de Janeiro, o buraco e as crateras que está sendo aberta em alguns lugares. Ou seja, tu retira de algum desses minerais e vai para a cidade, fora os bilhões de toneladas de alimentos, que sai não sei de onde, transportadas em caminhões, desde a produção até a entrega, perde quase 30%, com custos elevadíssimos, pelo petróleo, pelo um monte de coisa, ou seja, é preciso criar cidades mais perto da produção, cidades mais sustentáveis, inclusive que conheçam quem produz, ah, o

Seu João é quem produz a mandioca que eu como, ou seja, isso já está em desenvolvimento em micro projetos. Na europa tem muito isso, mas aqui no Brasil eu não tenho nenhuma dúvida que nós precisamos ir, por isso que é um debate que nós precisamos fazer com toda sociedade. O MST vai fazer, cara, o MST sozinho, é isso aqui, é pequenininho. Agora se fizer esse nexos com o debate, com o povo que come o alimento, essa discussão aí, produz uma onda maior, inclusive do ponto de vista político.

Orientadora: Então, quando você traz isso, o mestrado do André é na Educação, aí eu dizia para ele, o Andre, a Comuna ela traz o debate da relação campo/ cidade, no âmbito da luta do MST, porque essa é referência dele, a Comuna como parte da luta do MST, mas assim, quais são as outras reflexões que a gente pode fazer? E aí Andre, quando esse conjunto de coisas, de elementos que o Gilmar traz é no sentido de a gente pensar mais diretamente, qual é a direção da formação que tem que atravessar a Comuna, que você pode ir sinalizando e pensar a agroecologia como um elemento fundante dessa formação significa trazer esses elementos da conjuntura e da estrutura nacional e internacional, tentando pensar isso Gilmar. Ao mesmo tempo o que que seria os outros elementos que a gente, que você acha que são estruturantes para a pesquisa do Andre e assim ele ir sinalizando dentro do trabalho dele e que possa inclusive subsidiar ações de formação de forma mais concreta.

Pesquisador: O que consigo perceber e começa sinalizar bem forte é a questão do trabalho agroecológico, para existir a agroecologia tem que existir o trabalho agroecológico que são as práticas, as tecnologias, as politécnicas, sendo assim, passo a refletir como é que isso vai ser ensinado, qual processo de formação que isso vai acontecer? envolvendo toda essa relação, não pode ser uma coisa intuitiva, precisa ser sistematizada e ampliada a partir do conhecimento sistematizado que vai sendo gerado a partir desses processos que vão acontecendo, exemplo: as Comunas, as experiências que já temos, já temos vinte anos de Comuna. Então, temos algumas experiências, além dos muitos trabalhos acadêmicos que estão relacionados às Comunas e a forma de produção. O que deixa evidente, para mim, até onde estou pesquisando, é o trabalho agroecológico, a transformação do território, as mudanças da nas ações como vão acontecendo, o tipo de cultura que vai plantar, as formações dos coletivos, aliados que vão se aproximando, como por exemplo, do Irmã Alberta, as cooperativas de consumo, que vão se organizando em torno do acampamento/assentamento, dessa experiência, que apesar de precarizada, como ela se encontra, mas consegue aglutinar vários grupos em torno dela.

Orientadora: Mas, aí Andre eu acho que o que o Gilmar também tá chamando atenção é sobre esse limite da concepção e isso está me despertando Gilmar, por que aparece muito forte na nossa turma de agroecologia, compreender que agroecologia é muito mais do que a prática, a matriz produtiva, que se quer enfrentar e que perpassa pelas práticas de manejo, é exatamente compreender esse modelo de sociedade que a gente tem que enfrentar e que o elemento, um dos elementos é a produção de alimentos. É produção de

alimento em uma outra matriz. Eu acho que ele traz esse contexto mais amplo do que é fazer a agroecologia no campo, na cidade e na luta social.

Dirigente do MST: Vou colocar dois ingredientes que serão interessantes para coadunados com esse debate, primeiro, que todo o processo de utilização dos adubos químicos nitrogenados, eu coloco o nitrogênio, porque o óxido nitroso é trezentas vezes mais contaminador do que o CO₂ dos carros, ele contribui, junto com o metano, claro, CO₂, para o efeito estufa, enormemente. Segundo, você imagina a quantidade de lixo que é produzido. Se for feita a coleta seletiva o lixo orgânico poderia se transformar numa imensidão de adubos que embora os resíduos de agrotóxicos, mas numa agricultura de transição, poderia ser extraordinário, porque poderia se produzir gás, a partir dele e uma imensidão de adubos. Eu estou dizendo tudo isso pra dizer o seguinte, eu fiz adubo, orgânico, na mão, gente, é preciso ter muita força física, meu pai tem setenta e nove anos ele não vai conseguir mais fazer isso. O que a indústria oferece? O adubo químico! Bem, pega lá bota na máquina, a máquina está preparada pra isso para ele por, é preciso criar indústrias de adubo orgânicos. Porque a produção em grande escala, não estou imaginando também um mudo perfeito, mas o aproveitamento dos resíduos dos orgânicos que esse país produz que vão fazer lixões e vão contaminar os lençóis. Poderiam ser revertidos em adubos para uma agricultura em transição, por isso, é modelo econômico, mas tem Estado, se o Estado não tiver nisso é difícil, lógico, nós podemos criar cooperativas, nós estamos acuados para criar uma cooperativa para produzir biofertilizante. Há todo um acúmulo, muito importante, aqui e na Europa, de biofertilizante, inclusive, o próprio capital está se dando conta com a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que a importação de potássio e fósforo, com o preço lá na alturas, então, um monte de gente buscando alternativa hoje, porque o preço está muito caro importar esses produtos (*risadas*), mas é pela razão econômica, não é outra. Então, são ingredientes, de um modelo que é preciso modificar. Agora, faço o recorte naquilo que o André falou, qual é a importância dessas experiências? É lógico que a gente não vai mudar o mundo com elas, mas elas são referências, tipo, nós queríamos 100 milhões de árvores, pois ontem a noite eu falei isso, mas 100 milhões de árvores? O que significa para alterar a situação do clima do Brasil? Nada. Mas, é um exemplo!

Por exemplo, agora esqueci o país, eles plantaram um projeto (não foi possível compreender o que o entrevistado disse) de milhões de árvores em um dia, aqui nós temos dez anos e vamos plantar 100 milhões. 100 milhões é muito? É muita árvore, mas para o clima é isso daqui, pouca coisa, se quiser um outro exemplo, o que a gente arrecadou de comida, e deu, entregamos, entregou para as periferias, resolveu o problema da fome? Não. Mas, o gesto político feito foi fundamental, porque nós queremos uma sociedade solidária, nós ajudamos a salvar pelo menos, algumas famílias, e assim é o Irmã Alberta no contexto de São Paulo, é o que? Me diga? sabe? Mas a Irmã Alberta, ontem eu estava conversando com uma figura bem interessante. André, acho que é interessante você fazer um papo com ela, ela foi nossa agrônoma lá no passado ela é formada aí na ESALQ, na atuada, no pacotão, hoje ele trabalha na secretaria do verde em São Paulo e ela trabalha com as hortas urbanas, tá brigando lá dentro, ontem ela mesmo me disse, (há um trecho que

não foi possível compreender a fala) está indo embora para Minas Gerais, não aguenta mais ficar mais em São Paulo, mas ela trabalharia, então tem hortas urbanas agroecológicas em São Paulo que também desenvolve, as vezes, a gente nem insiste, tem que dá conta. Bom, não sei, eu tinha mais três quatro pontos aqui.

Pesquisador: Qual é mesmo o nome da moça que trabalha na secretaria do verde?

Dirigente do MST: É Cira, é Cira da secretaria do verde eu acabei não pegando o contato, encontrei ela ontem a noite no ato, nem pegamos telefone, eu posso tentar conseguir o telefone dela sim.

Orientadora: E, sobre esses pontos Gilmar que você acha importante para André, dá conta da leitura da Irmã Alberta.

Dirigente do MST: Olha, a teoria nunca vai conseguir espremer a realidade e a riqueza da realidade, nunca, a teoria sempre vai atrás da realidade, né? Ela é uma tentativa de abstrair aquilo que... agora eu acho que para Andre o que você tem em mente ou prioridade dessa experiência histórica quais são os ingredientes fundamentais que você acha que tem haver, porque se você pegar tudo que aquilo tem é uma riqueza diária, para o bem, para o mal, mas não tem bem mal ali, aqui é uma análise concreta. Então, teria que ver, acho que essa experiência do Irmã Alberta tem um monte de ingredientes do ponto de vista da educação, agora falando não só da agroecologia, a agroecologia compõem em outros aspectos, mas para a Educação do Campodem ingredientes extraordinários, pois é um público que vem de São Paulo praticamente, da periferia de São Paulo, é um público, eu não gosto do termo, excluído, termo excluído pé muito complicado, não é um operário, não é o ex operário, até foi lá no passado, mas é um público que não teve acesso e que se desenvolve num lugar, se organiza, resiste, e na resistência desenvolve uma relação política, é lógico que tem um monte de gente lá dentro que não pensa nisso, mas o Irmã Alberta acabou sendo uma espécie de, as artes no MST, vou te dizer um negócio, o teatro, que desenvolveu foi o Irmão Alberta, não é uma Irmã Alberta genérico, aquele espaço físico, para aproximação desses grupos, a escola de teatro, é a partir dele que se juntam, tem um monte de gente que vai para Irmã Alberta que ficam impressionado, às vezes, eu encontro alguém lá em São Paulo, há, estou acompanhando no Irmã Alberta, a filha do Takimoto, não sei se vocês conhece, Takimoto é presidente da Associação dos funcionários da Caixa Econômica. A filha dele vai lá, ajuda lá, ela cumpriu nesse espaço aglutinação, ação, produziu outros ingredientes de gente que vai lá, fica lá o final de semana, nunca ligou pra roça e nem que voltar pra roça, vai lá e se sente bem, ou seja, tem um monte de ingrediente lá, interessante, eu acho, cá entre nós, olhando para o MST, nós deveríamos, como MST, criar linhas, rotas, organizaria a atuação lá dentro, não que esteja ruim, mas de ver como transformar aquele espaço agregador de ideias, da produção tanto como da cultura, da arte, e assim por diante.

Orientadora: Então Gilmar, no processo seletivo quando eu vi o projeto do Andre e olhando para a minha experiência aqui dentro da educação do campo, das dificuldades, que nossos estudantes têm de se manter, o que mais me chamou a atenção, porque assim, eu conheci o projeto Comuna quando eu estava no MST, lá em 2003, no encontro de formação na ENFF, nesse encontro, era até encontro do setor de produção, eu atuava no setor de produção, e alguém apresentou a proposta. A gente, cada vez mais, temos recebido na educação do campo, nas licenciaturas e nos cursos de tecnologias, por a gente tanto tem licenciatura, como tem tecnologia e agroecologia e agora tecnologia de alimentos. Está sendo uma experiência muito interessante, as Comunas, quando eu vi o projeto me lembrou a apresentação que eu tive lá em 2003. As Comunas, sendo esse espaço de aglutinação, de radiação, de construção de experiências, de receber esse público da rua, essa população de rua, em condições de rua, e eles tem chegado aqui nos nossos cursos, a gente mobiliza as turmas que vem pelos movimentos, pelos sindicatos, os movimento das vias sindicatos, mas, cada vez mais, tem chegado a periferia de Feira de Santana, é uma periferia sem muita referência política, sem condições objetiva da vida, e o projeto, e aqui estamos trabalhando com os catadores, também tive trabalhando com o povo de rua aqui, com o povo indígena, os araus, que são os venezuelanos, ele estão em situação também deplorável pelo Brasil, o projeto Comuna da Terra quando ele sistematizado e divulgado ele abre um horizonte para essas diversas populações. A gente só conhece ou o Minha Casa Minha Vida ou os assentamentos do MST, a Comuna é esse lugar intermediário. Então, quando você diz que é importante talvez o MST abrir uma linha para transformação e libertação, eu acho que vai da para abrir outras possibilidades, não só para a militância do MST, mas para esse segmento que está volante aí, entre os moradores de ruas aqui, sempre quando eu vou para ação, fico me perguntando, a gente nunca tem mesma praça o mesmo grupo. É muita gente que foi trabalhar em Minas Gerais e não e não teve o dinheiro para voltar e está voltando para Ceará, só conseguiu dinheiro para uma parte do percurso e chega aqui e vai trabalhar nas sinaleiras para depois conseguir algum recurso para chegar mais adiante até chegar no Ceará ou chegar no Amazonas, ou chegar em qualquer outro lugar do mundo, as Comunas...

Dirigente do MST: Eu acho, eu acho que, Silvana, duas coisas aqui, primeiro sobre o nome Comuna, quando nós construímos o nome nós pensamos: terra em comum, essa era a ideia, terra em comum, daí no nome Comuna...

Orientadora: vem de onde, a primeira experiência?

Dirigente do MST: Vem aqui de São Paulo que eu saiba, pelo menos nós, como eu te disse historicamente, são vietnamitas, a ideia era criar um espaço de terra em comum, nós achamos bonito, Comuna da Terra, mas era terra em comum, a segunda coisa que eu acho importante aqui, vai abrir um tempo novo para as Comunas da Terra, agora, eu olhando, cheirando, essa nova conjuntura que vem, acho que vai abrir uma porta muito interessante, e aí, já diferente daquelas primeiras experiências, tem um monte de gente que quer terra, que precisa, dois, não vai ter emprego para todo mundo, três, quer se vincular ao campo,

que retomar ao campo, então eu acho que dá para a gente avançar enormemente, novas experiências, claro que é uma outra realidade, uma coisa você construir uma Comuna da Terra do lado de São Paulo, outra coisa é construir uma Comuna da Terra numa cidadezinha mais perto do interior. Então, eu acho que vai, a ideia é boa, acho que vai vingar. Um terceiro aspecto aqui, quero destacar, nessa toada da educação, eu parto do seguinte princípio sempre, para mim, o conhecimento é também patrimônio da humanidade, parto do princípio que um dia não vai ter universidade, o conhecimento vai ser tão amplo, tão democrático, que não vai precisar daquelas estruturas, as pessoas vão nascer numa sociedade amplamente livre e olhar para esse horizonte nos permite dar passos, aqui e agora, reconhecendo os nossos limites, ou seja, o próprio limite do Irmã Alberta, os próprios problemas que existem lá, mas é um espaço de formação fundamental para a educação, não resta dúvidas. Se fizer um prisma para verificar aquele território, o que o Irmã Alberta? É uma escola, é bem interessante pensar assim, né? Cada um, dependendo como, vai extrair conclusões disso, entender que as Comunas da Terra é uma baita de uma escola e nós devemos aprender a ler essas experiências práticas e, inclusive, corrigir, os equívocos, o que nós achamos que foi é o que está de errado etc. para poder potencializar aquilo que é possível desenvolver. (1:04:41.11) O pessoal lá do Vale do Paraíba está desenvolvendo uma experiência bem interessante que são espaços coletivos, entendendo o seguinte, acho que é interessante, o Valdizinho que era da graduação, é um dos caras mais sabido, olha o MST... *(a partir desse ponto o meet começou falhar devido o tempo da ligação que ultrapassa uma hora)*.

Orientadora: Gilmar, se a gente sair, desligar e entrar de novo no mesmo link, quem sabe volta melhor, acho que o sinal da ligação melhora!

Pesquisador: Esse é um e-mail institucional!

Dirigente do MST: Eu iria só dizer uma coisa aqui. O Valdizinho é uma cara que veio para o MST analfabeto, não sabia ler, ele acabou aprendendo a ler, ele é um dos caras mais sabidos da agroecologia que eu conheço da nossa turma, ele tem uma parceria, ele dá aula prática, ele e o Rafa, o Rafa é mais bruto.

Pesquisador: O Rafa está ministrando um curso de manejo agroecológico aqui no Irmã Alberta essa semana.

Dirigente do MST: isso, são sabidos nessas áreas, eles dão uma aula para qualquer um de nós, aula para qualquer professor universitário, são sabidos! O que estou querendo dizer, eles desenvolveram uma experiência que tem gente de São Paulo que vai lá no final de semana plantando junto com ele, converte em dinheiro e recolhe a produção a partir da produção o que investiu, levam os filhos para ajudar plantar, colher, é uma experiência extraordinária, é um outro tipo de interação que está se dando e isso nós devemos incorporar na perspectiva de construção novas... *(não foi possível compreender o que o entrevistado falou no final da frase)*. Bom, mas eu acho que o panorama geral, você vai analisar e ver o que serve aí de tudo isso *(risadas)*.

Pesquisador: Só para finalizar, eu acho que conseguimos, eu tinha preparado mais ou menos uns seis pontos de debate, a gente passou por todos eles, até teve coisas a mais, que não tínhamos pensado, para poder discutir aqui, pra mim, está sendo muito bom, vai ajudar a fundamentar a pesquisa que estamos desenvolvendo. Agora, entrou uma ideia nova(*conceito*), entender o Irmã Alberta como um espaço de formação na relação Campo/Cidade, a Comuna da Terra como uma escola, território educativo e aglutinador de grupos, instituições, Movimentos Sociais e etc. A contextualização histórica das Comunas, os elementos essenciais de leitura da realidade que constitui essa proposta na Regional Grande São Paulo através do MST, como um movimento social, que buscou desafiar-se ao colocar em prática uma proposta que resiste a vinte anos e gerou experiências diversas na relação Campo/Cidade. Enfim, as Comunas da Terra são experiências educativas que apesar das contradições reais consegue trazer os elementos básicos da educação do campo, na organização social, na luta pela terra, na matriz de produção, na educação agroecológica que apontam uma possibilidades de experiências que podem motivar outras, construindo uma sociedade mais justa e fraterna para a classe trabalhadora. Agradecemos em nome da UFRB, do programa de mestrado profissional da Educação do Campo, pela entrevista concedida a nossa pesquisa.

Entrevistado M11

Área de atuação: R: Sou engenheira ambiental, e concursada no município de Franco da Rocha, hoje estou como motorista, (kkkkk) né? da cooperativa, faço o que precisar aqui, a ideia é fazer a cooperativa funcionar.

- 1) A ideia é falar um pouco sobre a cooperativa, como ela funciona, como está organizada e relação com a agroecologia?** R: A cooperativa, bom, essa informação é bom você conferir com o Lucca, pois eu posso estar equivocada, mas a cooperativa nasce em 2014 na primeira feira nacional da Reforma Agrária em São Paulo, frente a uma demanda da Regional grande São Paulo que era organizar formas de organização estáveis, porque até então, era muito no improviso, há, tem muita manga, aí, vamos vender, vender e manda ver, meio que saímos oferecendo nosso produção sem muita organização, assim, se dava certo, beleza, mas se não vendia o prejuízo ficava com o produtor, por outro lado, muitos aliados se interessavam em compravam nossos produtos, só que eles não gostavam da forma como eram organizado, muito improvisado e desorganizado. Então, infelizmente os produtores perdiam a produção, pois não tinha quem fizesse a ponte com os consumidores, né? Então, começamos a estruturar um grupo de militantes com essa função de centralizar as produções e montar as cestas, né? O escoamento da produção ficou mais organizado e fomos distribuindo conforme isso foi acontecendo as entregas de produção, O diálogo com a coordenação Regional ajudou definir os rumos da cooperativa, seria um encaminhamento da direção junto ao setor de produção para conseguirmos escoar os alimentos da Regional grande São Paulo de forma sistematizada e organizada, de forma a dar um retorno de renda

para famílias do MST, abrangendo não só o Irmã Alberta, mas todas as comunas da terra da grande São Paulo, a ideia é que, no longo prazo, a cooperativa possa contribuir com dinheiro suficiente para sobreviver e investir na produção, isso é, pensando a longo prazo.

- 2) **E como o processo é organizado junto com as famílias, para recolher os produtos e distribuir?** R: Nós, da cooperativa, fazemos um diálogo inicial com as famílias, tipo o que a gente está fazendo aqui agora, explicamos como funciona a cooperativa e pedimos para os agricultores mandarem pelo WhatsApp ou liguem pelo telefone, duas vezes, por semana, eles dizem a quantidade de produto que tem para a semana, qual a qualidade do produto, qual quantidade de cada produto e assim por diante. Por exemplo: é assim, “Oi André, beleza, você pode passar sua listinha da semana?” Você passa a listinha assim: produto do André disponível para segunda-feira, dez alfaces tamanho médio, vinte couves bonitas, 100 quilos de mangas, manga Tommy, aí oferece esses alimentos para parceiros na cidade, tipo no instituto, nos armazéns do campo e se tiver pedidos montamos a cesta e encaminha os produtos para os grupos ligados a cooperativa.
- 3) **Como é a organização com os grupos lá fora, os grupos parceiros?** R: Bom, tem os institutos, grupo Bari, grupo feira livre, tem o armazém do campo, tem o box livre no mercadão, tem por exemplo, a escola do sorvete que nesse época do ano compram nossas frutas, outros espaços, dentre outros pontos organizado pela cooperativa, a gente entrega o que está disponível e o que o pessoal está disposto a adquirir, geralmente são alimentos de época e in natura, sem a certificação orgânica, né? Essa é uma luta que temos travado em alguns órgãos, é um desafio sistemático, por exemplo, o mercado só compra o alimento orgânico se tiver o certificado. Eles não aceitam a certificação por organização social.
- 4) **Qual a relação da cooperativa com a agroecologia?(ponto de vista da entrevistada, não é necessariamente a da cooperativa)** R: O nosso compromisso é com os produtores agroecológicos. Todos esses pontos, por exemplo, que eu falei pra você, eles só pegam alimentos sem veneno, né?, essa é a nossa bandeira. Porque como a gente está mobilizado pela direção a gente segue as orientações do movimento, né? que é a de transição agroecológica, sem veneno, produção de alimentos saudáveis para a população.
- 5) **Você conseguiria fazer uma pequena análise de como esse processo está estruturado na Comuna da Terra Irmã Alberta?** R: Sim, sim, a gente tem um núcleo duro de agricultoras que defendem a cooperativa e constroem as diretrizes da cooperativa junto com a gente(cooperativa), são pessoas focadas na produção agroecológica...(citou nomes, mas não iremos descrever aqui), e é a partir desse núcleo duro(famílias produtoras interessadas na comercialização) que a gente pensa

os pontos de produção, recolhemos os alimentos e distribuimos para o consumo da população de várias maneiras.

Entrevistado M12

	<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES</p> <p align="center">Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação do Campo</p> <p align="center">www.ufrb.edu.br/educampo</p>	
---	---	---

Perguntas para compor a pesquisa científica sobre Comuna da Terra Irmã Alberta-SP que terá como objetivo a elaboração de uma dissertação acadêmica.

<p>Nome: M12</p>	<p>Relação com MST (direção, coordenação, aliado e outros): Militância pelo Setor de Produção e Acampada.</p>
<p>Área de atuação: Agricultora e Pedagoga.</p>	<p>Instituição (estudante ou como profissional): MST</p>
<p>Formação Acadêmica: Pedagogia da Terra na UFSCAR e Pós-graduação Lato Sensu em Educação do Campo na USP.</p>	<p>Outros(as):</p>

- 1) O que é a Comuna da Terra na perspectiva política, econômica e social?** R: Em relação ao que penso e aprendi morando aqui no acampamento esses anos todo a Comuna da Terra é uma proposta de assentamento que visa trabalhar projetos coletivos, comuns e fazer o trabalho Campo/Cidade, incluindo várias categorias de trabalho da cidade na construção desse território, na organização desse território. Visando a distribuição e organização de módulos pequenos para a agricultura, porém, em tese, com muitas facilidades para escoar a produção, para fazer os trabalhos coletivo com parcerias de aliados, apoiadores, trabalhar para as práticas agroecológicas na produção de alimentação saudável, visando que o debate sobre a reforma agrária, sobre o movimento, o MST, está se dando de forma que os apoios, às pessoas que aqui participam, tenham uma formação política, tenham formação de geração de renda, de produção sustentável e solidária.

Fale sobre a sua atuação na Comuna da Terra Irmã Alberta. R: Tenho atuado desde 2002 ao ingressar no movimento, os anos que vim para essa área da SABESP, eu tenho participado em todas as atividades que precisam de ajuda, contribuição, juntos aos

coletivos, nas instâncias, setores e também na organicidade internamente do acampamento, setor de formação, de produção, educação, faço isso para que a gente consiga dar qualidade(intenção) na formação política dentro dos princípios do movimento, para que as pessoas assumam suas atuações com consciência de classes, trabalhamos para que o trabalho e a geração de renda possa beneficiar todos, resistindo e defendendo não só esse território, mas defendendo todas as causas relacionadas às questões socioambientais, para que a gente possa levar os debates ambientais a população, para que a gente possa mostrar na prática as nossas ações na produção agroecológica, enquanto movimento MST, então, por isso eu venho atuando e também estudando um pouco, participando de muitos debates, de oficinas, de cursos, contribuindo, como posso, na relação Campo/Cidade para que a gente avance no cuidado com a natureza, no cuidado com o meio ambiente, na responsabilidade ecológica e no compromisso com a sustentabilidade.

2) Qual a importância do acampamento Irmã Alberta, do ponto de vista pessoal ou coletivo frente:

<p>i) A conjuntura política brasileira atual?</p>	<p>R: É um espaço de muita formação, de muito debater sobre a situação que passa hoje a população das camadas mais pobre da sociedade, mas há também debates para que possamos nos planejar e ver as possibilidades que a gente consiga avançar nas lutas, projetos sociais, nesses projetos outros... para que a gente consiga lutar... mais... por um territórios livres de venenos na produção agroecológica, para que possamos produzir alimentos saudáveis e gerar renda solidárias a todos que reside aqui no acampamento, e, aí, além disso, para que as pessoas possam ter um lugar pra viver, pra trabalhar, criar seus filhos com dignidade, lutar junto com todas a sociedade por terra, pelo meio ambiente em conjunto com as pessoas que defendem esse trabalho aqui dentro, o Imã Alberta é super super importante ter esses apoios externos, por estarmos próximo da cidade, ou seja, estar aqui dentro da metrópole que nos aproxima de outros Movimentos Sociais, estar próximo de outro cooperando com as lutas de agenda comum, movimentos sindicais, de outras entidades, dos grupos de consumo consciente que estão na cidade, para que a gente possa gerar possibilidade de renda que nos ajude a nos manter e viver aqui, tanto pela produção de alimentos, quanto por outros trabalhos de processamentos de alimentos e produtos que</p>
--	--

	ajude agregar valores a nossa produção, por fim, que a gente possa finalmente criar cooperativas para atender a demanda de consumo na região.
ii) A estrutura agrária brasileira?	R: De fato, aqui no acampamento pode se dá toda uma construção de possibilidades, de trocas de experiências, aqui a gente está procurando agregar valores ecológicos em tudo que fazemos, construção de um viveiro nacional de mudas de árvores, projetos de culturais ligado a natureza, na construção de uma horta mandala, projeto geração de renda com uma produção agroecológica e sustentável, também a formação para aprimorar nossas técnicas, ter uns equipamentos tecnologicamente construído por nós aqui, que são experiências de canteiros de obras, uma ciranda infantil, espaços na área social, envolvendo muitas pessoas de dentro e fora do acampamento que desejam participar dos projetos de construção ecológicas, entender como funciona o MST, o que é a proposta de Comuna da Terra na prática, é uma forma que o Movimento pode se fortalecer na luta pela Reforma Agrária na região, então, esse é um espaço de luta próximo da área urbana que podemos acolher as pessoas, podemos desenvolver projetos que sejam voltados ao desenvolvimento da Comuna da Terra Irmã Alberta e nós ajudando carregar nossa bandeira da reforma agrária, mais também há outras de lutas, outra bandeiras que o movimento vem inserindo em suas pautas. Sou acampada desde o surgimento do acampamento Irmã Alberta e sei que existe um conjunto de necessidades, que nossa situação é precária, a gente se vira como pode, como trabalhadores nos faltam acesso às políticas públicas, por isso, compreendo, cada vez mais, a necessidade da organização da luta de classes, e junto com todos que nos apoie estaremos lado a lado, lutando.

3) Como você define os sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta? R: São sujeitos que compreendem o porque se desconstrói um processo de luta, o porque nos organizamos para o enfrentamento político, como tudo era lá fora nos deixa alienado, como acontecia cada processo, a questão dos vícios, e de várias outras questões cotidianas, a questão do individualismo das pessoas, o egoísmo humano, então, entender como o capital construiu nessas pessoas essa formação e as deixou presas numa lógica de desumanização que as omitirem de entendessem como os sujeitos individuais podem cooperar-se entre si. Hoje, através das formações que tivemos aqui, eles e nós podemos compreender

que um sujeito que defende o individual, está na lógica da exploração, mas podemos se reeducar e superar um sujeito individual para um coletivo. Porque se a gente não desconstrói esses vícios que o capital oferece a gente não consegue se organizar na luta, aqui não estaríamos trabalhando a formação que conscientize as pessoas, a gente precisa disso e o desde o surgimento do movimento que são pessoas vão se formando e aprendendo como se comportar, vem gente de todas as regiões do país e aqui os acamados são principalmente famílias com características urbanas, mas elas estão organizadas que dentro do território camponês do MST e entendem que precisam ser sujeito coletivos, que temos que estar unidos em uma luta conjunta, organizada, sem vacilar, para que a gente sempre possa está sempre organizado dentro desse território, resistindo.

- 4) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a agroecologia.** R: Muito embora a Comuna da Terra Irmã Alberta vai fazer agora 20 anos no mês de julho, ainda temos famílias resistindo aos processos, tratamento e cuidado com a natureza. É preciso ter no território uma formação permanente com as famílias, porque os vícios do passado sempre interfere no cuidado com a natureza, um dos vícios é a falta de educação ambiental, achar que não há problemas ao jogar entulho, lixo em qualquer lugar, desmatar áreas estratégicas, a gente fica muito vigilante, mas não dá conta de tudo. Tem pessoas que insistem em fazer queimadas, a gente tem fazer conversa, explicar, trazer o debate juntos as nossas experiências, ir conscientizando e trazendo essas pessoas para respeitar o meio ambiente, não cortar árvores, não contaminar os mananciais, pra não fazerem besteiras, não agredirem o solo, não matar os animais que ainda existem nas pequenas reservas, ou seja, nas áreas de APP's, são pessoas que ficaram muito tempo com a cultura de que tem cortar árvores, tem que queimar, tem que matar animais, então é preciso ficar vigilante, é formação permanente que vai conscientizar, tem algumas pessoas fogem disso, não são muitas, mas elas estão por aí, por outro lado, muita gente tá junto com nós, para que consigamos fazer uma formação de transição ecológica realmente, para que as pessoas possam cuidarem consciente da natureza, temos que ser solidários, valorizar as ações em prol do meio ambiente como um todo, pois nós precisamos dele.
- 5) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a questão agrária.** R: Não há cem por cento de apoio de todos, com o tempo muitas pessoas perdem a esperança, não somos uma legião de anjos revolucionários, a primeira coisas que tem que ficar claro é que estamos aqui por necessidade, mas é na formação diária que vamos avançando, a consciência nasce da necessidade de sobreviver, de garantir a existência e tudo está ligado ao fato de estarmos coexistindo num espaço de luta. Nós temos lutas muito grandes, tensas, pois a Reforma Agrária ainda não foi feita aqui, isso nos causa muita ansiedade, as pessoas ainda não têm as condições de vida garantida, muita gente

não tem renda, muitos passam necessidades, dificuldades econômicas, há gente precisando de assistências básicas. A maioria da pessoas conseguem produzir até certo ponto, como não há investimentos a produção é limitada, muitos querem produzir, mas algumas pessoas não tem estrutura, outras pessoas não aceitam produzir em coletivos potencializando as dificuldades de organicidade de financiamentos, agem sozinhos e alguns depois de terem problemas voltam, aí conseguimos organizar alguns projetos, o movimento ainda é um movimento social, não dá para resolver todos os problemas das pessoas, a gente não somos uma instituição técnica, não somos punitivos, nos somos do diálogo, é assim que vamos convencendo, no debate, na conversa, na formação, pra que essas pessoas possam com consciência aderir aos coletivos, daí começamos trabalhar a consciência ambiental, social, os direitos humanos a agroecologia, a importancia da cooperação, seum sujeito não coopera, se não é um sujeito solidário, se é um sujeito que só age por conta própria, a gente não avança, o esforço é para que todos participe e estude a agroecologia, por isso sempre temos espaços de formação, pra que a gente consiga insiri-lo dentro da proposta do MST, se o sujeito não aceita participar coletivamente, compartilhar de mutirões, está fora das ações, pelo menos procuramos com as famílias que ele tem no entorno dessas pessoas para que elas possam observar as mudanças e quem sabe se convencer nos ajudar. Bom, quem sabe ajude desenvolver ações boas para as futuras gerações, educar os jovens para que assumam protagonismo da luta social.

- 6) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a questão urbana.** R: Enfrentamos muito assédio de pessoas oportunistas que não participaram da nossa luta e querem terras aqui no acampamento, por outro lado, conseguimos neutralizar algumas ações, mas esse é um processo muito complicado e tenso. Aprendemos com esse processo, mas é sempre doloroso lidar com essas situações complicadas, pois, no geral, são pessoas também necessitadas, buscando uma oportunidade. Porém, a relação dentro do acampamento é boa, apesar de algumas contradições, a maioria das pessoas aqui no acampamento da Irmã Alberta tem suas famílias lá fora, não estão isoladas de tudo, outras precisam trabalhar para complementar suas rendas, precisamos comprar, pagar as contas, vender nossos produtos, participar de eventos, feiras, manifestações, mas não podemos perder de vista que a terra onde estamos hoje é tudo o que temos. Sendo assim, no sentido da relação que temos com a terra a uma ligação de pertença ao movimento que nós organiza, agora,, falando por mim, tenho a consciência que estou em um movimento de luta de classes, para além da luta pela terra, que me trás uma identidade de luta, uma bandeira de reivindicação, luta pela diminuição da desigualdade social que considero situação gravíssima no Brasil. A gente está aqui, como sujeitos do campo pra contribuir, para agir, lutar pelos nossos direitos, então, fazemos essas lutas e não estamos sozinhos, sempre à relação com a cidade, com os Movimentos Sociais da cidade, a luta social é uma manifestação dos oprimidos que precisa se unir, como estamos pertinho das áreas

urbanas, eles vem com a gente e nós vamos com eles, porque todos nós somos categorias de trabalhadores que precisam do apoio uns dos outros, eles fazem formação política aqui no acampamento e nós fazemos lá, há sempre trocas de experiências que nos ajuda a entender melhor a luta de classes, o nosso posicionamento nela, de saber o que estamos vivendo hoje e como anda a situação conjuntural do país em relação à reforma agrária, nós, enquanto movimento, ainda sentimos que precisamos avançar juntos com os trabalhadores urbanos das comunidade não organizadas, desde muito que a gente decidiu que a nossa luta não é uma luta só do campo e uma luta do campo e cidade. É preciso entender que sozinho não avançamos, essa relação com o urbano tem que se dar em cooperação e solidariedade, pra gente avançar, pra gente construir um outro mundo possível, uma sociedade mais justa e igualitária.

7) Fale sobre os processos de legalização jurídica do acampamento Irmã Alberta.

R: A área está em processo desde de 2002, avançou um pouco, mas depois recuou nas negociações, esse processo ficou e está hoje sem concluir, a gente sabe que há má vontade política das esferas governamentais, desses governos que tivemos aí, mesmo avançando nas negociações em alguns momentos, sempre voltamos a estaca zero na questão do processo em andamento, só que hoje, após 20 anos, a gente já está enraizado nesse lugar, incluído o avanço em área de produção coletiva. Estamos em uma região urbana, um território de transição que pertence a zona norte da cidade de São Paulo, no bairro de Perus, nós estamos trabalhando para que possamos ficar aqui, vinculado às instituições competentes de reforma agrária, a gente sempre recebeu alguns técnico para nos orientar na produção agroecológica, que vem fazer o debate que nosso território, alegam que estamos mais livres de invasões, de virar uma favela, moradias irregulares, em cima de mananciais, em cima de áreas de APP's, que aqui só está preservado pois nós ainda estamos aqui, de alguma forma, não sabemos como, porém ainda somos respeitados no local e as ocupações irregulares não avançam ou avançam mais lento do que em outros lugares, as instituições reconhecem isso, mas não tem forças para transformar a área em assentamento. O processo está demorado, isso é desanimador, mas temos esperanças, sabemos que por um tempo não seremos despejados daqui, há um pouco de segurança, mas não podemos vacilar, não temos nada oficial, não temos a moradias oficiais, não temos estradas, não temos energia elétrica e abastecimento de água oficial, temos recursos que que vem de ONG's, parceiros do MST, aliados, sindicatos são relações a gente sempre buscou desde o início.

8) Fale sobre as políticas públicas implantadas no Irmão Alberta.

R: Até agora não temos temos nenhum tipo de política pública que insira as Comunas da Terra ao processo de reforma agrária, nenhum tipo recursos públicos, de políticas econômicas de investimentos para o desenvolvendo do acampamento, a gente sempre teve ajuda de técnicos, engenheiros, amigos(as) das academias, vários

acadêmicos em processo de formação, pessoas envolvidas com a produção agroecológica, agrofloresta, permacultura, produção orgânica e com projetos de culturas que envolveram aliados que nos ajudam na organização do acampamento Irmã Alberta. Todos esses grupos doam suas ajudas, técnicas ou financeiras, nos apoiando na produção, formação e orientação, planejamentos, projetos e participações em editais. Outros apoios vêm de sindicatos, ONG's, cooperativas e coletivos urbanos organizados, ao longo de nossa história tivemos alguns projetos ligados a essas instituições. Há mais ou menos dois anos atrás foi feita uma proposta para algumas famílias mais antigas aqui, para cadastrar-se se DAP. A DAP era uma proposta que tinha um recurso pequeno do tesouro nacional e eles podiam disponibilizar pra gente, na forma de empréstimo, dinheiro para investir na produção, mas não aconteceu, ninguém conseguiu acessar o recurso, a gente continua sem apoio público sobrevivendo com apoios de entidades amigas, são apoios que nós fomos construindo no decorrer da vida do acampamento, então, é dessa forma solidária, dando as mãos para quem nos apoia que a gente segue na resistência, são projetos pontuais que não tem condições de atender todas as famílias, porém são importantes mesmo com todas as dificuldades para que a gente continue na luta.

- 9) Fale sobre os problemas relacionados à urbanização e/ou favelização que atingem ou possam atingir o acampamento Irmã Alberta.** R: Devido a localização geográfica do local, que nos coloca em uma tríplice divisa, entre as cidades de Cajamar, São Paulo e Santana do Parnaíba, na periferia paulistana, nos coloca em uma região cercada por bairros pobres, na maioria são as favelas, bairros dormitórios, áreas de moradia de sem-teto, comunidades indígenas e condomínios de alto padrão. Algumas pessoas enxergam aqui no acampamento uma oportunidade, consideram que é só chegar e entrar na terra, sempre há esse problema, gera uma grande confusão, às vezes essas pessoas entram em áreas de APP's, é um momento tenso de difícil diálogo e nos gera um sentimento muito ruim. A Comuna da Terra Irmã Alberta está organizado com lotes individuais um pouco maior que os terrenos urbanos é um módulo de terra de cinco mil metros, meio hectares, então, eles acham que podem entrar de forma irregular ou comprando, as vezes, barganhando, pedaço de terra para a construção de moradias. Sabemos que a intenção dessas pessoas é construir um barraco pra morar e ficar ali de forma improvisada. Então, nós sofremos com isso, pois sabemos da realidade. E o governo aí (Bolsonaro), deixou tudo pior, potencializando os problemas com a pandemia da Covid-19, no últimos dias estamos sofrendo muita pressão em relação às famílias empobrecidas que querem entrar no acampamento de qualquer maneira, mesmo dialogando, explicando o nosso projeto de reforma agrária, mas, mesmo assim, eles nos ignoram e nos ameaçam, tentam nos intimidar ao trazer pessoas ligadas a facções criminosas. Se caracteriza também como ameaças, as dificuldades financeiras da famílias no acampamento, a necessidade de acesso às questões básicas como moradias, falta de investimento mais sistemático na produção,

acesso às tecnologias, políticas públicas, de alimentos, no beneficiamento da matriz agroecológica nos projetos coletivos de desenvolvimentos de produção, de cultura voltadas a valorização do meio ambiente, de formação política, a falta de estudos sociais sobre as comunas da terra hoje, a gente aqui pode de repente por uma dessas instituições a SABESP reivindicar essa área e sermos despejados, outra coisa, como já disse antes, são os invasores, os picaretas, os vendilhão de áreas, até áreas de APPs, vendendo, fazendo barganha, trocas e nos ameaçando, desrespeitando a gente, nossa história, nesses últimos três anos, nesse governo federal que temos aí, não é nem governo, vamos dizer que é um desgoverno, o governo estadual também, como tem sido irresponsáveis e descompromissados as nossas causas, a gente nessa situação aqui, fazendo o que podemos para sobreviver, reivindicando nossos direitos para trazer os projetos que nos dê dignidade, pra trazer recursos, participação das políticas públicas, para um desenvolvimento da humanidade e a gente tem essa realidade, muita luta pela frente.

10) Qual nome do projeto você está ou estava desenvolvendo e ou participando na Comuna da Terra Irmã Alberta? R: Não respondeu.

11) Qual ou quais grupos ou projetos desenvolvidos na Comuna Irmã Alberta você participa ou participou? R: Não respondeu.

Observação: grupos ou projetos religiosos, de militantes, universitários, professores, políticos, parceiros, instituições e etc. R: Não respondeu.

12) Fale sobre o(s) projetos que você participa ou participou:

Objetivo central	R: Não respondeu.
Estrutura organizativa	R: Não respondeu.
Recursos financeiros	R: Não respondeu.
Trabalhos coletivos voluntários	Não respondeu.
Trabalhos coletivos remunerados	Não respondeu.
Relações políticas	Não respondeu.
Parcerias relação ao social	Não respondeu.

13) Explique, em linhas gerais, como surgiu o projeto no Irmã Alberta (história, finalidade e expectativas que pretendiam ou pretendem alcançar). R: Não respondeu.

14) Qual a importância da agroecologia para a Comuna da Terra Irmã Alberta?

Observação: olhar para a dimensão educacional (formação), como matriz de produção e/ou de organização dos grupos. R: A agroecologia foi desde o início uma prioridade, a partir do momento que decidimos produzir e começamos a plantar, manejar a terra, foi decidido que aqui a produção seria um modelo alternativo ao agronegócio e ao manejo convencional de produção. Então, entendemos que o desafio era grande, precisaríamos estudar, praticar e aprender ao mesmo tempo, nós começamos nosso trabalho na produção com o que sabíamos, aprendemos com o tempo que precisaríamos de recuperar a terra, pois estava muito devastada em alguns pontos, a área estava muito impactada por outra forma de produção, aí começamos a perceber que precisávamos de aumentar nossa atenção e de cuidado com o solo, de noção ecológica, de respeito ao meio ambiente, fomos aprendendo a fazer um trabalho de recuperação das áreas. As plantações e as produções da gente não vingaram de início, houve um cuidado, aprender sobre a biomassa, os microrganismos, sobre as fases de recuperação da terra para o plantio, ter os olhos abertos, ter vigilância e cuidado com as consequências de interferir na natureza, a consciência nasce ao observar os resultados da agroecologia e do sistema agroflorestal tendo sucesso, tudo passa ter sentido, precisamos entender que tudo na agricultura precisa do manejo certo a cada situação, nós precisamos trabalhar com os manejos corretos, com as tecnologias e técnicas adequadas no processo de recuperação de solo, manejo para manter o solo coberto, cobertura morta ou cobertura verde, nós estamos aqui com essa encubência, realizar esse trabalho, e ele repercute porque a gente leva pra fora, leva o nosso sucesso pros debates, infelizmente esse processo não abrange totalmente as famílias na Comuna da Terra Irmã Alberta, mas procuramos mostrar as vantagens e desvantagens ao optar pela agroecologia. Lá fora procuramos estar conectados em uma rede com grupos da cidade, da cidade de São Paulo, que a gente se faz notar, a gente já é convidado a participar dos vários debates sobre a agroecologia, participamos de caravanas, tem vários debates sobre agrofloresta, de ambiente sustentável, seminário, cursos e congressos. Então, é isso que fazemos e pretendemos que todos na comuna façam também, em todas as áreas do acampamento e onde precisar falar sobre agroecologia nós vamos lá, mostramos os trabalhos internamente, digo não é uma tarefa fácil, mas é uma possibilidade, no período que não tem pandemia, convidamos os grupos que vêm pra cá, a gente marca as visitas, fazemos vivências com as famílias, momentos de debates com a sociedade, com alunos(as), com escolas, com professores, com universidades, a gente tem a vivência e mostramos aos apoiadores na prática, falamos sobre alimentação saudável, eles participam de mutirões e juntos fazemos a agroecologia real com todos os problemas diários.

- 15) É possível produzir alimentos agroecológicos dentro da cidade de São Paulo e qual o potencial da Comuna da Terra Irmã Alberta em relação a esse processo?** R: sim, é possível, eu faço parte de um planejamento organizado para cidade de São Paulo, represento a zona norte, onde tem a Comuna da Terra Irmã

Alberta, o debate acontece dentro de um conselho CMDRSS⁴⁴, esse conselho é recente, foi inaugurado a pouco tempo, tem algumas coisas que ainda estamos construindo, mas nós fazemos as discussões, parte do planejamento de agricultura urbana e das comunas da terra, nós estamos conectado com os vários grupos de hortas comunitárias de São Paulo, o Imã Alberta é um dos espaços de produção de alimentos, nós estamos próximos dos consumidores na região urbana, estamos próximo de duas principais rodovias importantes: Anhanguera e Bandeirantes, estamos próximo da cidade de Cajamar e Santana de Parnaíba, temos muita demanda de consumo local, escoamos nossa produção através de uma cooperativa criada pelo movimento que atua recolhendo toda a produção dos espaços nossos: Comuna da TerraIrmã Alberta, Comuna da TerraDom Tomás Balduino em Franco da Rocha e o Dom Pedro Casaldáliga na cidade de Cajamar, estamos envolvidos com vários projetos de geração de renda para o consumo urbano, isso facilita, pois estamos dentro do perímetro urbano, atuamos no eixo metropolitano priorizando a produção orgânica, agroecológica e agroflorestal, se formos avaliar ou discutir sobre os orgânicos e a agroecologia preferimos avançar sobre a concepção agroecologica essa é nossa bandeira, nosso movimento, o MST, sempre procura valoriza a produção das pequena propriedades, agricultura que não dá escala e agora temos a agricultura urbana que está junto com a gente, envolvendo um todo a produção para as comunidades da cidade de São Paulo.

- 16) A agroecologia é um processo que precisa ser ensinado? Por quê? Como, em sua percepção técnica ou não, essa matriz de produção está organizada na Comuna da Terra Irmã Alberta?** R: Acredito que a agroecologia precisa ser ensinada tecnicamente, cientificamente, com apoio dos recursos públicos, tem que ser uma educação permanente, a gente não tem como fazer agroecologia sem a noção de ecologia, estamos muito contaminados pelo agronegócio, pela lógica da monocultura, da destruição do meio ambiente para produzir, é muito sofrido fazer a agroecologia sem um ideia do que é, não vejo como um produtor possa se interessa pela agroecologia sem saber o que é, o compromisso ambiental e social nasce da formação, de várias formações, as pessoas que lidam com a terra precisam ter conhecimento alternativo para o manejo da produção agrícola, elas tem que entender que agroecologia, seus fundamentos e seus princípio, são modelos que buscam a sustentabilidade e é um movimento a onde a gente pode ensinar e aprender com as pessoas, a cuidar melhor das águas, dos recursos naturais, ter um ambiente saudável, é necessario ensinar todo conhecimento ja produzido em torno da agroecologia, é preciso ensinar as técnicas, mas as técnicas relacionadas as tecnologias sociais, o processo precisa trazer beneficios sócio ambiental, vantagens para o ambiente, contribuindo para desenvolvimento rico em vidas que depende da natureza, justificamos isso por todos motivos que garantam a preservação dos bens naturais: água, a terra, o ar e todo seres bióticos e abioticos do meio ambiente para

⁴⁴ O entrevistador não conseguiu descobrir o que significa a sigla.

que os seres vivos possam ter sucesso em seus nichos ecológicos. A agroecologia precisa da cooperação de todos os seres, fauna e flora, microorganismos que fazem parte da teia de relações que integra a natureza. A agroecologia deveria ser ensinada, seus princípios e fundamentos, a todos que residem no campo ou na cidade, é uma concepção que favorece todo mundo.

17) O que é fazer agroecologia como uma alternativa de produção de alimentos saudáveis dentro de um acampamento com quase duas décadas de existência?

R: A agroecologia aqui, nós fazemos de acordo com condições reais de sobrevivência no acampamento, nós desenvolvemos essa prática e não podemos negar o nossos limites, dificuldades e contradições que temos para avançar nessa concepção, sem nenhum recurso público ou financiamentos, porém, temos a partir da educação que nos forma no dia dia; os princípio e os fundamentos, que fomos apropriando ao longo da história da Comuna da Terra Irmã Alberta. O nosso compromisso é com a agroecologia. Para que possamos oferecer para toda a sociedade alimentos saudáveis e uma forma de vida digna dos trabalhadores do campo. Infelizmente, é aos poucos que a gente vai alavancado nessas práticas agroecológicas. Essa transição da produção agroecológica e da defesa dessa concepção, independente ou não de recurso público, a gente faz na marra, na garra, na raça, saber que é quase impossível, mas fazemos com apoio de pessoas que acreditam nesse projeto. A defesa desses ideais começa pelo acesso à informação, entender a importância da segurança alimentar, da soberania alimentar, começa a entender sobre consumidor consciente, o consumidor comprometido os valores ecológicos da agroecologia, agrofloresta, e toda ajuda é bem vinda, dos acadêmicos, dos estudantes, dos aliados que ajudam no desenvolvendo dessas práticas, aprofundando pesquisas que aprimoram as experiências agroecológicas junto aos agricultores, como desenvolver essas experiências e não pensar na organização do território, da Comuna da Terra do Irmã Alberta e outro territórios que já estão com essa articulação em andamento, com essa defesa da agroecologia a gente se envolve e articula, cada vez mais, relações com outros pequenos agricultores e assentamentos da Reforma Agrária envolvidos com esse modo de produção.

18) Quais as principais experiências agroecológicas desenvolvidas da Comuna da Terra Irmã Alberta? Observação: falar dos processos de implantação.

R: As principais experiências agroecológicas estão sendo realizados nos lotes das famílias, não em todos os lotes, pois nem todos tem essa relação com a agricultura ecologizada, grande parte das famílias praticam um tipo de agricultura espontânea e se vira como pode, aqueles que optam pela agroecologia tem sempre o apoio de pesquisadores, ONG's, estudantes e simpatizantes ligados a agricultura alternativa. O que podemos dizer é que a agroecologia para nós está mais nos fundamentos e princípios do que na práxis cotidiana do trabalho. Plantar sem tecnologias e técnicas inovadoras apropriadas ao pequeno agricultor é processo complicado,

cheio de limites e com um retorno produtivo muito baixo. Outras experiências agroecológicas no assentamento são nas áreas sociais, estão mais no campo simbólico ao apresentar para a comunidade caminhos possíveis de organização do trabalho agroecológico, como plantar, desenvolver projetos e etc. Os projetos são uma tentativa de organizar a produção de pequena escala, devido ao tamanho reduzido dos lotes das famílias no acampamento, por isso a produção tende a atender a demanda da região, primeiro o auto sustento, mas nem sempre é assim, depois seguem modelos de projeto como: hortifrutí, pomares, hortas, criação de animais de pequeno porte e outras coisas, a gente vai meio que trabalhando, se dá certo a gente continua, a cooperativa da Regional do movimento da uma força e faz a logística para a comercialização. O escoamento da produção ainda é precário, faltam recursos financeiros, falta veículo para transportar nossas mercadorias, dependemos de terceiros, de voluntários, é ruim não ter autonomia da gestão de nossa própria produção. Assim seguimos com vários projetos, tem oficinas, tem cursos, mutirões na Horta Mandala, viveiros de mudas, canteiro escola de bioconstrução, equipamentos estão sendo construindo nas áreas sociais, construção de galpão agroecológico, construções coletivas, formação para os acampados e acampadas, projeto de cultura, o debate com a sociedade a agroecologia e sua importância para um mundo sustentável.

- 19) Quais experiências agroecológicas estão em andamento na Comuna Irmã Alberta?** R: Em andamento a horta mandala, as oficinas de agrofloresta, trabalhos permaculturais, captação para o armazenamento de água da chuva e plantios de árvores nativas da campanha de reflorestamento do MST. Participei de muitos projetos na Comuna da Terra Irmã Alberta, se não estava presente participando na prática eu estava participando na organização, também na militância, nas decisões e nos debates com a comunidade. Os projetos sempre tiveram ajuda de parcerias com os aliados. Aqui, como não é um assentamento regularizado ainda, então tem aqueles projetos que não vão para frente, os que têm parcerias têm mais sucesso. O sucesso dos projetos depende quase sempre de recursos financeiros, técnicos e tecnológicos que potencializam a produção agroecológica.

Entrevistado M13

	<p align="center">UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES</p> <p align="center">Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação do Campo</p> <p align="center">www.ufrb.edu.br/educampo</p>	
---	---	---

Perguntas para compor a pesquisa científica sobre Comuna da Terra Irmã Alberta-SP que terá como objetivo a elaboração de uma dissertação acadêmica.

Nome: M13	Relação com MST (direção, coordenação, aliado e outros): Direção
Área de atuação: Social	Instituição (estudante ou como profissional): Instituto Laudenor de Souza
Formação Acadêmica: Ensino Médio Completo	Outros(as):

- 1) **O que é a Comuna da Terra na perspectiva política, econômica e social?** R: A Comuna da Terra Irmã Alberta é uma das mais ousadas propostas de um Movimento Social no Brasil, a medida em que traz para a maior cidade da América do Sul que é a cidade de São Paulo, uma cidade majoritariamente urbanizada, a implementação de um espaço de Reforma Agrária. Essa proposta trouxe à tona duas discussões fundamentais, a primeira é da perspectiva da disputa do espaço urbano por iniciativas de produção de alimentos saudáveis, na perspectiva da agroecologia, e da proteção do meio ambiente, duas coisas fundamentais para pensar a própria sustentabilidade das cidades no futuro. A segunda discussão é da Reforma Agrária, ao trazer para a cidade a luta travada majoritariamente pelos trabalhadores do campo, o MST cria uma aliança política entre esses trabalhadores do campo e os trabalhadores da cidade em torno de uma pauta, que é a Reforma Agrária, que ao fim e ao cabo interessa a todos.
- 2) **Fale sobre a sua atuação na Comuna da Terra Irmã Alberta.** R: Minha atuação no MST vem através do setor de frente de massas, que é o setor do movimento responsável por contribuir na organização dos acampamentos, fortalecendo sua organização interna com intuito de promover a resolução dos problemas cotidianos e estruturais da Comuna. A partir disso passei a compor a coordenação da Comuna da Terra Irmã Alberta juntamente com os coordenadores dos núcleos e outros setores. Atualmente, acumula essa função com a de coordenador da Regional Grande São Paulo, posição vinculada à Direção Estadual do Movimento. A Regional Grande SP é uma das 10 regionais que compõem o MST no Estado.
- 3) **Qual a importância do acampamento Irmã Alberta, do ponto de vista pessoal ou coletivo frente:**

i) A conjuntura política brasileira atual?	Em um cenário onde a agricultura familiar e camponesa tem sido cada vez mais desvalorizada frente ao agronegócio, onde várias áreas de mata nativa tem sido devastadas pela expansão do agronegócio e da mineração e do fortalecimento de práticas nocivas do próprio agronegócio como o uso extenso de agrotóxicos e o uso de trabalho precarizado. A Comuna da Terra Irmã Alberta cumpre papel importantíssimo de contraponto a tudo isso, na
---	---

	medida que é a antítese desse modelo de exploração. Um espaço de agricultura familiar, com incentivo ao trabalho coletivo e cooperado, sem uso de agrotóxicos e integrado ao meio ambiente.
ii) A estrutura agrária brasileira?	Em um país onde o agronegócio se utiliza principalmente da monocultura aliada ao uso extensivo de agrotóxicos, e onde ainda convivemos com o latifúndio improdutivo no interior e com a especulação imobiliária em áreas dentro ou próximas das grandes cidades, a Comuna da Alberta propõe um outro modelo na medida que expressa uma proposta de reforma agrária, onde há o parcelamento do solo para uso-fruto de famílias de trabalhadores do campo, o que não só amplia a empregabilidade no campo, como aumenta a produtividade daqueles alimentos que compõem a base da dieta das famílias brasileiras, e tudo isso com uma proposta agroecológica, sem uso de agrotóxicos, com respeito a natureza e com relações humanas e de trabalho saudáveis.

- 4) **Como você define os sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta?** R: As Comunas da Terra trazem uma inovação ao colocarem na luta pela terra um público diferente do chamado "público clássico" dessa luta que eram os bóia-frias e camponeses expulsos de suas terras. Na Comuna da Terra Irmã Alberta estão sujeitos vindos majoritariamente das periferias urbanas de São Paulo e outras cidades, e outros ainda que estavam em situação de desalento, vivendo nas ruas. Como é típica da formação social da cidade de São Paulo, muitos remontam seus primeiros anos de vida no campo, com seus pais e irmãos até serem obrigados por diferentes motivos a migraram para áreas urbanas. Outros nunca viveram no campo ou tiveram experiência agrícola antes.
- 5) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a agroecologia.** R: Uma das características principais da Agroecologia é a diversificação da produção, As Comunas, por serem áreas menores, tem a diversidade de produção praticamente como uma de suas prerrogativas, isso faz com que elas tenham uma vocação quase que natural ao desenvolvimento da agroecologia, com a resolução do MST de 2014 de em nível nacional de adotar a transição agroecológica em todos os seus espaços, a Comuna desenvolveu uma forte relação com os consumidores de sua produção, que em sua maioria buscam justamente essa característica do "alimento sem veneno" ao comprarem a produção local. Além dessa produção há ainda experiências em bioconstrução e saneamento ecológico. O Setor de produção do MST é responsável por fornecer assistência técnica às famílias nesse processo.
- 6) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a questão agrária.** R: Apesar da origem urbana os moradores da Comuna desde o início tem se envolvido com a luta geral pela

Reforma Agrária empreendida pelo MST em todo o Brasil, graças a processos pedagógicos promovidos pela a atuação do setor de formação do movimento, essas famílias foram capazes de compreender que o problema fundiário no Brasil é algo que afeta a todos, no campo e na cidade, participando assim ativamente da luta pela terra e pela reforma agrária. E além dessa luta específica contra a concentração de terra, a também a defesa do direito à educação no campo e ao acesso à cultura, educação e cultura também são setores do MST que tem seus coletivos atuando dentro da Comuna da Terra Irmã Alberta.

- 7) **Fale da relação dos sujeitos Sem Terra do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta com a questão urbana.** R: A relação dos sujeitos sem terra da Comuna com a questão urbana se dá em quatro momentos: O primeiro se dá logo durante a sua construção, quando o setor chamado de Frente de Massas do MST em conjunto com setores progressistas da igreja católica faz o chamado “Trabalho de Base” na cidade de São Paulo e outras cidades da região metropolitana. Tanto nas regiões centrais onde se encontram pessoas em situação de rua, quando nas periferias, daí nos deparamos com a primeira questão urbana dessa região, a histórica marginalização e privação de direitos de parte significativa de sua população, especialmente negros e migrantes nordestinos. O segundo momento é na escolha do local: uma área de mais de 100 hectares na periferia de São Paulo, e que a anos não cumpria qualquer função social, assim nos deparamos com outra questão urbana importante que é a especulação imobiliária que mantém espaços ociosos na cidade apesar da altíssima demanda social por moradia e trabalho. A terceira questão surge com a realização e a consolidação do acampamento e o processo de produção agrícola no local e o escoamento dessa produção para a capital paulista, assim enfrentamos outro problema urbano que é o próprio acesso ao alimento para a população da cidade, alimento este que em sua grande maioria é produzido a quilômetros de distância do grande centro o que ajuda a encarecer-lo, enquanto quase todo o chamado “cinturão verde” da grande São Paulo está tomado pelo eucalipto e por galpões de logística. Por fim, o longo processo de resistência da Comuna, agregou diversas alianças com setores urbanos como universidades, sindicatos e outros movimentos populares, fazendo do local um importante elo de ligação das reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade.
- 8) **Fale sobre os processos de legalização jurídica do acampamento Irmã Alberta.** R: Após a ocupação da área, as famílias conviveram nos primeiras anos com ameaças de despejo pelas tentativas da SABESP(Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), proprietária da área de reaver o imóvel através de pedido de reintegração de posse, mas todas essas tentativas foram frustradas pela justiça. Só após a intervenção do INCRA(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que começou um processo de negociação. A autarquia federal supracitada, realizou um estudo de viabilidade da área para desapropriação para fins de reforma agrária, e atestou positivamente essa possibilidade. Diante disso, a SABESP concedeu permissão de uso a 42 famílias até que as negociações se concluíssem. Entretanto, ao longo dos anos, todas as tentativas do INCRA de adquirir a terra foram rejeitadas pela SABESP, permanecendo o impasse. Atualmente, a Direção do MST segue em tratativas com a SABESP e o ITESP(Instituto de Terras do Estado de São Paulo) em busca de garantir a conquista da

área para fins de Reforma Agrária. As famílias seguem vivendo e trabalhando no espaço com a permissão de uso cedida pela SABESP.

- 9) **Fale sobre as políticas públicas implantadas no Irmão Alberta.** R: O fato de nunca ter sido reconhecida como área de Reforma Agrária fez com que as famílias da Comuna nunca tivessem acesso a políticas públicas voltadas a trabalhadores rurais como crédito para produção, crédito para construção de moradias, escola do campo, ou qualquer outra coisa. As famílias se utilizam de equipamentos públicos de educação e saúde do entorno e muitas vezes têm de trabalhar fora para juntar algum recurso para investir no seu lote. Mesmo assim, produzem muito.
- 10) **Fale sobre os problemas relacionados à urbanização e/ou favelização que atingem ou possam atingir o acampamento Irmã Alberta.** R: Com o passar dos anos, a expansão desordenada da cidade continuou na região como em todas as outras periferias da cidade de São Paulo, com moradias precárias e sem acesso a serviços básicos como água encanada e coleta de esgoto, além das faltas de investimento em postos de saúde, escolas, pouco acesso a transporte público e etc. Esse inflar das comunidades do entorno tem pressionado o território da Comuna e pior, levado a conflitos de interesses entre vizinhos. Colocando em risco não só a continuidade da proposta de um assentamento de Reforma Agrária no local, mas por vezes a própria integridade física das pessoas, em função desses conflitos de interesse.
- 11) **Qual nome do projeto você está ou estava desenvolvendo ou participando na Comuna da Terra Irmã Alberta?** R: Construção da Ciranda Luis Beltrame (Creche).
- 12) **Qual ou quais grupos ou projetos desenvolvidos na Comuna Irmã Alberta você participa ou participou? Observação: grupos ou projetos religiosos, de militantes, universitários, professores, políticos, parceiros, instituições e etc.** R: Brigada Centenário Paulo Freire.
- 13) **Fale sobre o(s) projetos que você participa ou participou:**

Objetivo central	Construir um espaço educativo para as crianças da Comuna e do entorno a princípio no contraturno escolar e finais de semana e posteriormente, buscar convênio para efetivação de uma creche.
Estrutura organizativa	Grupo de voluntários externos e moradores da Comuna (Brigada Centenário Paulo Freire)
Recursos financeiros	Dos próprios participantes e fruto de arrecadação feita por meios virtuais e projetos aprovados junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Fundo Nacional de Solidariedade da CNBB e ao Fundo Casa
Trabalhos coletivos voluntários	Mutirões quinzenais no espaço onde será construída a Ciranda
Trabalhos coletivos remunerados	Arquitetos e Mestre de Obras remunerados
Relações políticas	Coletivo de Juventude do PT

Parcerias relação ao social	Associação de Moradores da comunidade do Vale do Sol(Comunidade vizinha a Comuna Irmã Alberta)
------------------------------------	---

- 14) Explique, em linhas gerais, como surgiu o projeto no Irmã Alberta (história, finalidade e expectativas que pretendiam ou pretendem alcançar).** R: O projeto de implantação de uma Ciranda surge de quatro necessidades identificadas
- Da necessidade histórica de construção de um espaço educativo na Comuna, a fim de garantir o direito à educação às crianças e as mães de terem um apoio coletivo no cuidado de seus filhos, entendendo a responsabilidade das crianças, como uma responsabilidade coletiva.
 - Da necessidade de ocupar os territórios fronteiriços da Comuna, evitando a expansão urbana e mantendo a integridade do território.
 - Da necessidade de construir um equipamento que fomenta se um diálogo da Comuna da Terra Irmã Alberta com a Comunidade Vale do Sol com quem faz divisa no sentido de criar uma atmosfera de reconhecimento mútuo e colaboração mútua.
 - Da necessidade que a própria comunidade Vale do Sol tem de um equipamento educativo, uma vez que em seu território tem muitas crianças ainda sem acesso à creche ou que precisam se deslocar por longas distâncias para ter esse acesso.
- 15) Qual a importância da agroecologia para a Comuna da Terra Irmã Alberta?** R: Observação: olhar para a dimensão educacional (formação), como matriz de produção e/ou de organização dos grupos. A Comuna da Terra Irmã Alberta sempre teve vocação agroecológica. A produção em variedade sem uso de agrotóxicos, seja nos lotes das famílias ou em áreas coletivas, bem como a restauração e manutenção das áreas de preservação permanente e sem exploração excessiva de mão de obra, são práticas comuns entre a maioria dos moradores da comuna.
- 16) É possível produzir alimentos agroecológicos dentro da cidade de São Paulo e qual o potencial da Comuna da Terra Irmã Alberta em relação a esse processo?** R: A produção atual da Comuna mostra que é muito possível produzir de forma agroecológica na cidade de São Paulo. Mas o potencial é muito maior e poderia ser atingido se houvesse a efetiva regularização da área, acompanhada de crédito para produção e aquisição de equipamentos, instalação de poços artesianos, programas de compras públicas e apoio a organização dos assentados e a comercialização dos produtos ao mercado em geral.
- 17) A agroecologia é um processo que precisa ser ensinado? Por quê? Como, em sua percepção técnica ou não, essa matriz de produção está organizada na Comuna da Terra Irmã Alberta?** R: A agroecologia é, em primeiro lugar, uma proposta de matriz produtiva ligada aos princípios humanistas de valorização da vida humana atual e também das gerações futuras. Além disso, ela envolve a socialização de um conjunto de novas tecnologias sociais com saberes tradicionais, tudo isso pode e deve ser ensinado, especialmente a agricultores oriundos do meio urbano, mas esse ensino precisa ser imersivo, aliando teoria e prática, por isso a existência do Irmã Alberta como esse espaço de experimentação e aprendizado é fundamental. Na Comuna, a Cooperativa Terra e Liberdade e o setor de produção têm cumprido um papel importante tanto no estímulo à produção agroecológica

através da comercialização dessa produção com consumidores conscientes, como também através da promoção de oficinas e cursos.

18) O que é fazer agroecologia como uma alternativa de produção de alimentos saudáveis dentro de um acampamento com quase duas décadas de existência?

R: Trata-se de um processo de resistência. A Comuna como uma vitrine da produção agroecológica em uma grande metrópole como São Paulo é algo que tem atraído o apoio de inúmeros aliados da cidade, desde escolas e universidades até sindicatos e setores da igreja. Nesse sentido, esses apoios externos ajudam a impulsionar as famílias nessa direção, da produção agroecológica, mesmo com todas as dificuldades de fazer isso sem apoio de políticas públicas por quase vinte anos.

19) Quais as principais experiências agroecológicas desenvolvidas da Comuna da Terra Irmã Alberta? Observação: falar dos processos de implantação.

R: As principais experiências se dão no espaço de produção coletiva do Núcleo 1 da Comuna que são: 1) Implantação de uma horta mandala, Implantação de linhas de SAF(Sistema Agroflorestal), Construção de um viveiro de mudas, bioconstrução de um galpão para armazenamento e comercialização da produção com Bambu.

20) Quais experiências agroecológicas estão em andamento na Comuna Irmã Alberta?

R: Construção de saneamento ecológico para a Ciranda Luis Beltrame.

ANEXO 01

Figura 08: Foto da religiosa Irmã Alberta, homenageada em vida com o nome da Comuna da Terra localizado no bairro de Perus-SP, áreas da SABESP, Km 27,5 da rodovia Anhanguera.



ANEXO 02-Figura 09

Página 01: Relatório sobre os dados da água de poço caipira em um dos lotes na Comuna da Terra Irmã Alberta no NB 04.

**PREFEITURA DE SÃO PAULO**
SAÚDE

Prefeitura de São Paulo
Secretaria Municipal de Saúde
Laboratório de Controle de Qualidade em Saúde

**COVISA**
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

RELATÓRIO DE ENSAIOS
Nº220109000618
Nº Vigilância: 21 **INSATISFATÓRIO**

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: SUVIS PERUS (CNES: 2752484)
Município: SAO PAULO / SP
Telefone: 1139176177 / E-mail: AMBIENTALPERUS@GMAIL.COM
Natureza: PÚBLICA Origem: DENUNCIA

DADOS DA COLETA

Finalidade: INVESTIGAÇÃO
Motivo: DENUNCIA
Local: CASA DE BENEDITO OSMAR ARAUJO
Endereço: R. DO ANCIÃO 3
Município: SAO PAULO / SP
Procedência da Coleta: SOLUÇÃO ALTERNATIVA
Ponto da Coleta: FONTE / NASCENTE / MINA
Informações Adicionais do Ponto da Coleta: MORRO DA MANDIOCA
Responsável: JOELMA E BRUNO Documento: MAT 7355807 Telefone: 11976676532

DADOS DA AMOSTRA

Tipo da Amostra: ÁGUA NÃO TRATADA Apresentação: 600 mL Acondicionamento: REFRIGERADO
Data da Coleta: 09/02/2022 Hora da Coleta: 09h 53min Chuva nas últimas 48hs: NÃO

ANÁLISE DE CAMPO

Temperatura: 24,1 °C

RECEBIMENTO DA AMOSTRA

Data: 09/02/2022 Hora: 13h 13min Entregue por: JOELMA Recebido por: JAIME
Temperatura: 19,0 °C

RESULTADO DAS ANÁLISES

FÍSICO-QUÍMICA

Ensaio: FLUORETO Data Final Processamento: 10/02/2022
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021 Valor
Ref.: VMP: 1,5 mg/L
Metodologia: Método Potenciométrico MFQAA - IAL, 4ª Ed. e 1ª Ed. Digital 194/IV
Resultado: < LDM LDM: 0,06 mg/L
Conclusão: Satisfatório
Observação:

Conferido e liberado por **ELAINE CRISTINA FAVARO(CRQ 04264221)**, em 14/02/2022 11:29:03.

Ensaio: NITRATO (COMO N) Data Final Processamento: 10/02/2022
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021
Metodologia: Método Espectrofotométrico na Região do Ultravioleta a 205mm MFQAA - IAL, 4ª Ed. e 1ª Ed. Digital 195/IV
Resultado: 1,04

16/02/2022 09:34:26 GAL - Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial Página 1 de 3

Página 02: Relatório sobre os dados da água de poço caipira em um dos lotes na Comuna da Terra Irmã Alberta no NB 04.

**PREFEITURA DE SÃO PAULO**
SAÚDE

Prefeitura de São Paulo
Secretaria Municipal de Saúde
Laboratório de Controle de Qualidade em Saúde

**COVISA**
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

RELATÓRIO DE ENSAIOS
Nº220109000618
Nº Vigilância: 21

Conclusão: Satisfatório
Observação: VMP: 10mg/L
Conferido e liberado por ELAINE CRISTINA FAVARO(CRQ 04264221), em 14/02/2022 11:29:01.

Ensaio: NITRITO (COMO N) **Data Final Processamento:** 10/02/2022
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021
Metodologia: Método Espectrofotométrico MFQAA - IAL, 4ª Ed. e 1ª Ed. Digital 197/IV
Resultado: < LDM **LDM:** 0,04
Conclusão: Satisfatório
Observação: Errata 1: VMP: 1mg/L
Conferido e liberado por ELAINE CRISTINA FAVARO(CRQ 04264221), em 14/02/2022 11:29:01.

Ensaio: PH **Data Final Processamento:** 09/02/2022 17h 30min
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021
Metodologia: Método Potenciométrico MFQAA - IAL, 4ª Ed. e 1ª Ed. Digital 201/IV
Resultado: 5,5
Conclusão: Abaixo do recomendado
Observação: Faixa 6.0 a 9.5 (recomendado)
Conferido e liberado por ELAINE CRISTINA FAVARO(CRQ 04264221), em 14/02/2022 11:29:01.

MICROBIOLÓGICA

Ensaio: BACTÉRIAS HETEROTRÓFICAS **Data Final Processamento:** 11/02/2022
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021
Metodologia: Pour-Plate SMEWW, 23ª Ed. 9215 B
Resultado: Presença **Quantidade:** 26 UFC/mL
Conclusão: Não Se Aplica
Observação: VMP: até 500 UFC/mL
Conferido e liberado por MARCOS AUGUSTO(CRBIO 31481), em 11/02/2022 13:48:40.

Ensaio: COLIFORMES TOTAIS **Data Final Processamento:** 10/02/2022
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021 **Valor**
Ref.: Não se aplica
Metodologia: Substrato Cromogênico/Enzimático, SMEWW, 23ª Ed. 9223 B
Resultado: Presença
Conclusão: Não Se Aplica
Observação: Errata: Valor de referência: Ausência em 100 ml em 95% das amostras examinadas no mês.
Conferido e liberado por MARCOS AUGUSTO(CRBIO 31481), em 11/02/2022 13:48:40.

* **Ensaio:** ESCHERICHIA COLI **Data Final Processamento:** 10/02/2022
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021 **Valor**
Ref.: Ausência em 100 mL
Metodologia: Substrato Cromogênico/Enzimático, SMEWW, 23ª Ed. 9223 B
Resultado: Presença
Conclusão: Insatisfatório
Observação: ↑
Conferido e liberado por MARCOS AUGUSTO(CRBIO 31481), em 11/02/2022 13:48:41.

16/02/2022 09:34:26 GAL - Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial Página 2 de 3

Página 03: Relatório sobre os dados da água de poço caipira em um dos lotes na Comuna da Terra Irmã Alberta no NB 04.

**Prefeitura de São Paulo**
Secretaria Municipal de Saúde
Laboratório de Controle de Qualidade em Saúde

**COVISA**
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

RELATÓRIO DE ENSAIOS
Nº220109000618
Nº Vigilância: 21

ORGANOLÉPTICA

Ensaio: AMÔNIA (COMO NH3) **Data Final Processamento:** 09/02/2022 18h 00min
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021
Metodologia: Cromatografia Iônica para a Determinação de Ânions Inorgânicos, USEPA 9056 A
Resultado: < LQM **LQM:** 0,10
Conclusão: Satisfatório
Observação: Considerar como metodologia: Método Eletrodo Seletivo de Amônia SMEWW, 22ª Ed 4500-NH3DVMP 1,2mg/L (como N)

Conferido e liberado por ELAINE CRISTINA FAVARO(CRQ 04264221), em 14/02/2022 11:29:02.

Ensaio: COR APARENTE **Data Final Processamento:** 09/02/2022 16h 00min
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021 **Valor**
Ref.: VMP: 15 uH
Metodologia: Método de Comparação Óptica por via Instrumental MFQAA - IAL, 4ª Ed. e 1ª Ed. Digital 191/IV
Resultado: < LQM **LQM:** 5,0 uH
Conclusão: Satisfatório
Observação: Considerar como Metodologia: Método de Comparação Visual SMEWW, 23ªed. 2120B

Conferido e liberado por ELAINE CRISTINA FAVARO(CRQ 04264221), em 14/02/2022 11:29:02.

Ensaio: TURBIDEZ **Data Final Processamento:** 09/02/2022 18h 30min
Referência: ANEXO XX, DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017, ALTERADO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888/2021 **Valor**
Ref.: VMP: 5 uT
Metodologia: Método Nefelométrico MFQAA - IAL, 4ª Ed. e 1ª Ed. Digital 205/IV
Resultado: < LDM **LDM:** 0,10 uT
Conclusão: Satisfatório
Observação:

Conferido e liberado por ELAINE CRISTINA FAVARO(CRQ 04264221), em 14/02/2022 11:29:03.

CONCLUSÃO FINAL

INSATISFATÓRIA

Conferido e liberado por PATRÍCIA KANASHIRO(CRF-SP 17010), em 14/02/2022 15:10:29.

Notas:
1 - VMP: Valor Máximo Permitido | VR: Valor de Referência.
2 - LQM: Limite de Quantificação do Método | LDM: Limite de Detecção do Método.
3 - SAA: Sistema de Abastecimento de Água | SAC: Solução Alternativa Coletiva | SAI: Solução Alternativa Individual.
4 - SMEWW: Standard Methods for the Examination of Water & Wastewater | APHA: American Public Health Association | NBR: Norma Brasileira.
5 - São de responsabilidade do solicitante o plano amostral, os dados da coleta, a coleta, o acondicionamento, o transporte e análise de campo.
6 - O relatório não pode ser utilizado em publicidade, propaganda e/ou para fins comerciais. Os resultados referem-se única e exclusivamente à amostra encaminhada pelo solicitante.

16/02/2022 09:14:26 GAL - Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial Página 3 de 3

ANEXO 03

Figura 10-Página 01: Termo de Autorização de Permanência em área da SABESP junto com o INCRA.


sabesp

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Avenida do Estado, 561 - Ponte Pequena - CEP 01107-900 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3388-6365 - 6359 - Fax (11) 3388-6347
www.sabesp.com.br

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA EM ÁREA DA SABESP

CONSIDERANDO que nos termos do ofício / INCRA / SR (08) T / GAB nº 5717/08, de 14.11.2008, a SABESP foi NOTIFICADA em 17.11.08 de que a Superintendência Regional do INCRA/SP promoverá vistoria "in loco", para levantamento de dados e informações, voltada à elaboração de Laudo Agrônomo de Fiscalização - LAF e Relatório de Viabilidade Ambiental e Laudo de Avaliação de Imóvel Rural, no imóvel rural denominado Fazenda Itahyê, localizado no Município de São Paulo/SP, pertencente à Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, cadastrado no INCRA sob o código nº 638.358.083.852-7, conforme disposto nos artigos 2º e 9º da Lei nº 8.629/93, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.183 - 56, de 24/08/2001, e alterações posteriores.;

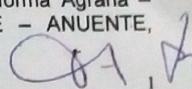
CONSIDERANDO que referida NOTIFICAÇÃO caracteriza o desencadeamento do procedimento administrativo por parte do INCRA, para a desapropriação parcial da área nela mencionada;

CONSIDERANDO que referido imóvel, objeto da Matrícula nº 41.650 do 18º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, é de propriedade da SABESP;

CONSIDERANDO o tempo necessário para a conclusão do procedimento administrativo e processo judicial destinados à desapropriação da área;

CONSIDERANDO as responsabilidades sociais da SABESP e do INCRA no trato do assunto, em especial no tocante aos reflexos na ocupação da área

Pelo presente Termo, na melhor forma de direito, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, criada por força da Lei nº 119, de 29 de junho de 1973, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.776.517/0001-80, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho nº 300 - Pinheiros, neste ato representada na forma de seus Estatutos Sociais, **autoriza a permanência de BENEDITO OSMAR ARAÚJO; RG nº 6988361-1 e CPF nº 013.216.088-96 e MARIA NOEMIA DA SILVA ARAÚJO; RG nº 9962932-X e CPF nº 349.917.388-30 e seu filho** na parte da área de sua propriedade objeto de desapropriação pelo INCRA, localizada na altura do Km 27 da Rodovia Anhanguera, matriculada na 18º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, sob nº 41.650, **no período necessário à tramitação e conclusão do procedimento administrativo e/ou processo judicial para a desapropriação da referida área** pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que, neste ato comparece, como INTERVENIENTE - ANUENTE, mediante as cláusulas e condições seguintes:



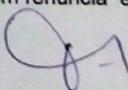
Página 02: Termo de Autorização de Permanência em área da SABESP junto com o INCRA.


sabesp

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Avenida do Estado, 561 - Ponte Pequena - CEP 01107-900 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3388-6365 - 6359 - Fax (11) 3388.6347
www.sabesp.com.br

1. Constitui objeto do presente Termo, a autorização para permanência do (a) Autorizado (a), a título precário e gratuito, na parte da área de propriedade da SABESP, denominada FAZENDA ITAHYÉ, matriculada no 18º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, sob nº 41.650, objeto de desapropriação, no período necessário à tramitação do procedimento administrativo e imissão na posse por parte do INCRA no processo judicial pertinente.
2. O presente Termo de Autorização de Permanência na área, não induz ao reconhecimento de direito de posse ou servidão ao AUTORIZADO, podendo ser cancelado a qualquer tempo por razões de interesse público, devidamente justificado, sem que caiba ao AUTORIZADO quaisquer indenizações, reembolso ou compensações, de qualquer natureza.
3. A presente autorização é outorgada em caráter precário e é intransferível, mesmo que parcialmente, sob pena de revogação.
4. O autorizado poderá permanecer na área apenas no período mencionado no item 1, devendo restituí-la desocupada e vazia, caso, por qualquer motivo, não se efetive a desapropriação por parte do INCRA, independentemente de notificação ou interpelação.
5. A não restituição imediata da área pelo(a) AUTORIZADO(A), caracterizará esbulho e ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis.
6. A SABESP pode, a qualquer tempo, fiscalizar o exato cumprimento do estabelecido no presente Termo.

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Termo, as partes elegem o Foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2

Página 03: Termo de Autorização de Permanência em área da SABESP junto com o INCRA.


sabesp

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Avenida do Estado, 561 - Ponte Pequena - CEP 01107-900 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3388-6365 - 6359 - Fax (11) 3388-6347
www.sabesp.com.br

E, para constar, foi lavrado o presente Termo de Autorização de Permanência em (03) três vias, de igual teor e forma, que, lido e achado conforme é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, nomeadas, para que surta todos os efeitos de direito.

São Paulo, 18 de novembro de 2008.

Benedito Osmar Araújo
BENEDITO OSMAR ARAÚJO

Maria Noemia da Silva Araújo
MARIA NOEMIA DA SILVA ARAÚJO

Hermano de Toledo Júnior
Dep. de Reg. e Cart. do Incra - SP
SABESP

Adriano Augusto Barbato
Advogado
SABESP

CIENTE
RAIMUNDO PIRES SILVA
RAIMUNDO PIRES SILVA
Superintendente Regional - INCRA/SP

Testemunhas:

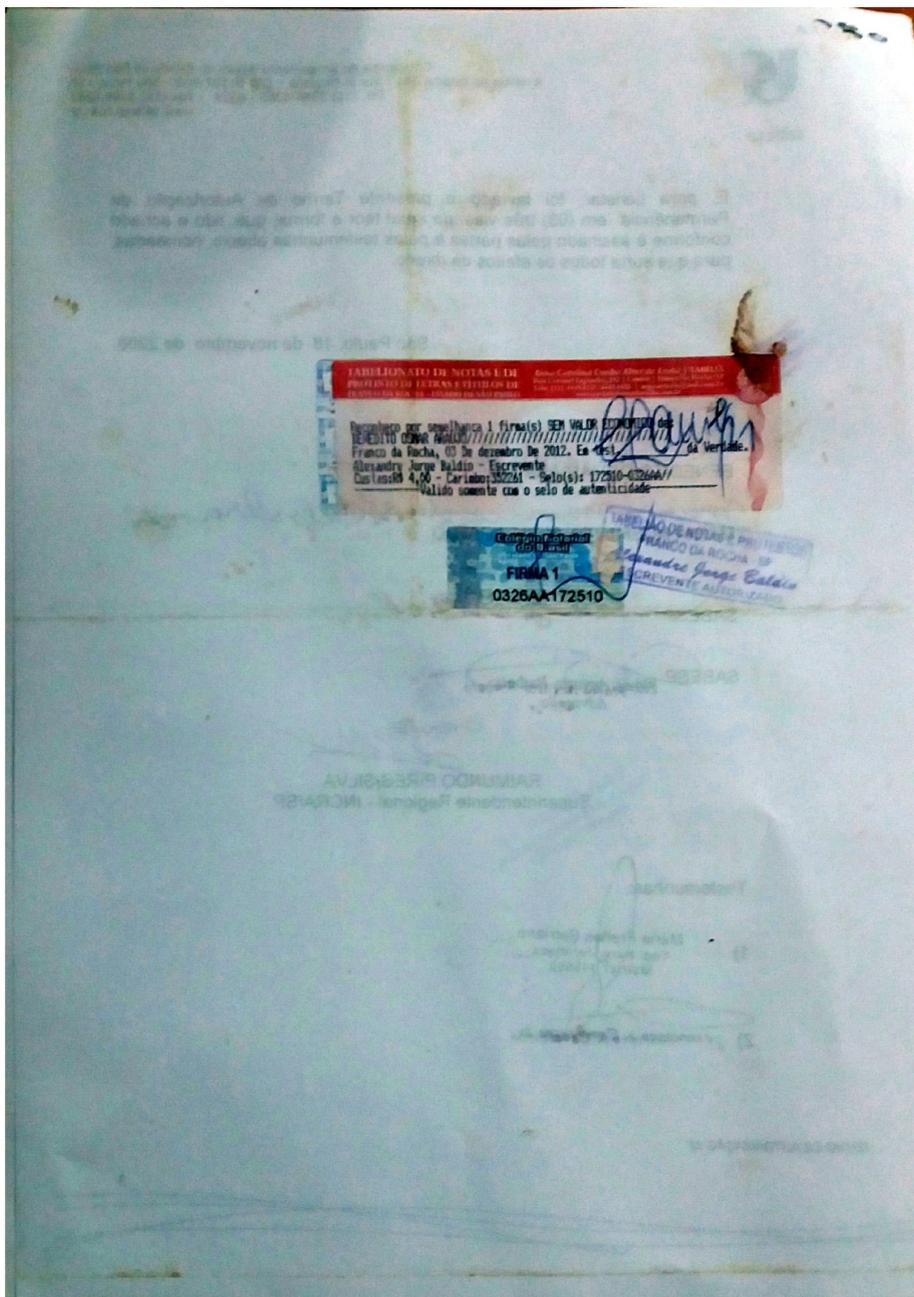
1) *Mário Freixas Satriano*
Téc. Serv. Jurídicos
Matr.: 041550

2) *Francisco J. Cavalcante Jr*

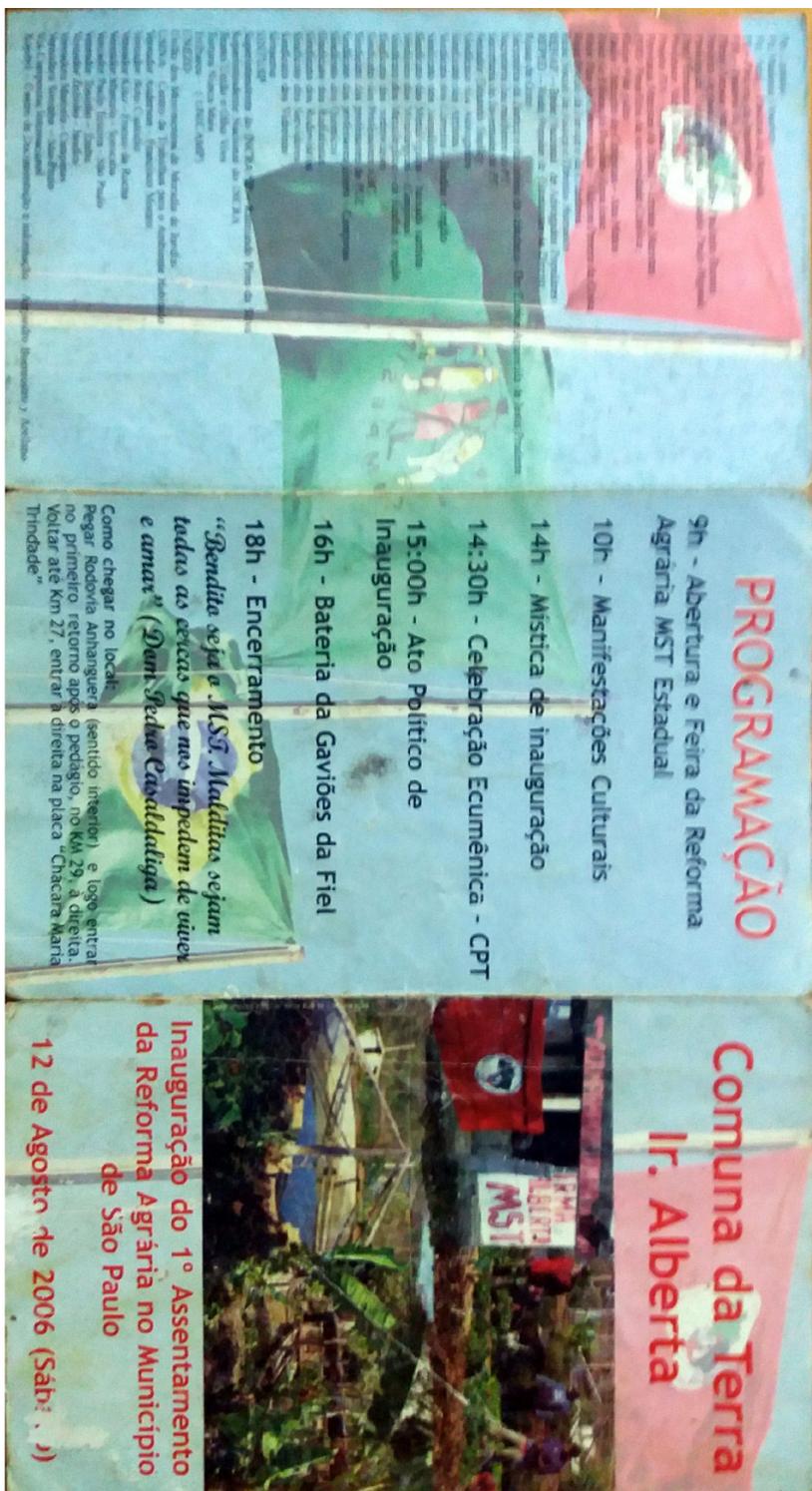
TERMO DE AUTORIZAÇÃO 12

3

Página 04: Termo de Autorização de Permanência em área da SABESP junto com o INCRA.



ANEXO 04-Figura 11a: Convite de Inauguração do 1º assentamento Comuna da Terra da Reforma Agrária no município de São Paulo, 12 de agosto de 2006, registro dos aliados na parte interna e externa do do panfleto.



ANEXO 05-Figura 12: Atividades recentes do curso Canteiro-Escola de Construção Agroecológica, realizado por algumas parcerias institucionais e aliados da reforma agrária, de 11 de junho a 10 de julho de 2022.

**Canteiro-Escola
de Construção
Agroecológica**

11 de junho - 10 de julho
Comuna da Terra Irmã Alberta

REALIZAÇÃO

INSTITUTO TÉCNICO
DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
EM AGROECOLOGIA
LAUDENOR DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IKOBÉ

PARCERIA DE FOMENTO

CAU/SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

ANEXO 06-Figura 13: Certificação dos acampados(as), dirigentes, coordenadores aliados e acadêmicos no curso Canteiros-Escola de Construção Agroecológica em 2022 na Comuna da Terra Irmã Alberta



ANEXO 07-Figura 14: Reunião planejamento com aliados, estudantes, pesquisadores e acampados(as) no NB 04 Olga Benário na Comuna da Terra Irmã Alberta em janeiro de 2022



ANEXO 08-Figura 15: Seminário Regional com dirigentes, coordenadores, aliados, estudantes, pesquisadores, políticos, grupos de teatro, artistas, sindicatos, universidades e acampados(as) na área social da Comuna da Terra Irmã Alberta em julho de 2022



ANEXO 09-Figura 16: Inauguração do Armazém agroecológico do campo Regional na Comuna da Terra Irmã Alberta em 16 de setembro de 2022



ANEXO 10-Figura 17: Comercialização de produtos no Armazém Agroecológico regional na Comuna da Terra Irmã Alberta



ANEXO 11-Figura 18: Comercialização de produtos no Armazém Agroecológico regional na Comuna da Terra Irmã Alberta

